



**RELATÓRIO E CONTAS
CONSOLIDADAS
2013**



PORTUGAL TELECOM



PORTUGAL TELECOM

RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS 2013

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

Sociedade aberta

Capital social 26.895.375 euros

Matrícula na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa
e de Pessoa Coletiva n.º 503 215 058

Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa

As designações “PT”, “Grupo Portugal Telecom”, “Grupo PT”, “Grupo” e “Empresa” referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

ÍNDICE



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

INDICADORES SÍNTESE



TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

Receitas (milhões de euros)

Segmentos de cliente

Residencial	721
Pessoal	655
Empresas	791
Outros	393
Total	2.560



TELECOMUNICAÇÕES NO BRASIL (Oi)^(a)

Receitas (milhões de reais brasileiros, 100%)

Segmentos de cliente

Residencial	10.303
Pessoal	9.290
Empresas	8.455
Outros	375
Total	28.142

^(a) Os resultados da Oi são registados pelo método de equivalência patrimonial.



OUTROS NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES

Receitas (milhões de euros, 100%)

Unitel 25% ^(a)	Angola	Móvel	^(b)
MTC 34% ^(a)	Namíbia	Móvel	167
CVT 40% ^(a)	Cabo Verde	Fixo, móvel	70
Timor Telecom 44%	Timor Leste	Fixo, móvel	47
CST 51% ^(a)	São Tomé e Príncipe	Fixo, móvel	13

^(a) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. | ^(b) Estas empresas associadas são registadas pelo método de equivalência patrimonial.



OUTROS NEGÓCIOS

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%];
Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];
Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%];
Call centres e serviços de telemarketing [Contax no Brasil 44,4%, PT Contact 100%].



BRASIL

OI

Fixo e móvel

CONTAX

Serviços de
contact centre

CABO VERDE, E PRÍNCIPE

CVT

Fixo, móvel,
internet e dados

Directel

Cabo Verde
Diretórios

SÃO TOMÉ, E PRÍNCIPE

CST

Fixo, móvel,
internet
e dados

ANGOLA

Unitel

Móvel

Elta

Diretórios

Multitel

ISP e dados

NAMÍBIA

MTC

Móvel



A PT NO MUNDO

HUNGRIA

HDT
Operação VSAT

MOÇAMBIQUE

LTM
Diretórios

QUÊNIA

Kenya Postel
Directories
Diretórios

TIMOR

Timor Telecom
Fixo, móvel,
internet
e dados

MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO



PORTUGAL TELECOM



Henrique Granadeiro

“A nova empresa, que resultará da combinação da PT e da Oi, será o nosso caminho para o crescimento, para a liderança tecnológica e para a rentabilidade”

Senhor Acionista,

O ano de 2013 foi marcado por alterações estruturais na Portugal Telecom relacionadas com a combinação dos negócios entre a PT e a Oi. Esta transação é uma consequência natural da aliança industrial entre as duas empresas, celebrada em 2010, e do percurso da PT nos últimos anos, nomeadamente da sua experiência e conhecimento do mercado brasileiro.

A fusão com a Oi, cujo primeiro passo foi dado pela Assembleia Geral da PT de 27 de março de 2014, encerrará um ciclo iniciado em 2006 e abrirá à PT um novo futuro, mantendo a integridade do seu projeto industrial e a matriz do seu desenvolvimento baseada na capacidade para inventar e inovar.

Em 2007, a Portugal Telecom ultrapassou uma OPA hostil, acrescentando valor para os seus acionistas. Os senhores acionistas recusaram uma oferta de 10,5 euros por ação, revista do preço inicial de 9,5 euros, tendo entretanto beneficiado de um programa de recompra de ações no montante de 1,2 mil milhões de euros, do spin-off da antiga PT Multimédia e do pagamento de dividendos

no montante total de 5,5 mil milhões de euros. Hoje, o preço comparável da ação PT seria 11,5 euros por ação, uma diferença de cerca de mais 9% face ao preço da oferta.

Entretanto, e através de um elevado investimento em rede, tecnologia e inovação, transformámos a PT de forma a alcançar a liderança nas principais áreas de negócio. Este investimento surge da estratégia definida pelo Conselho de Administração em 2008 e implementada no triénio 2009-2011 e em 2012, resultando numa rede de fibra até casa do cliente (FTTH), única no contexto Europeu, que abrange 1,6 milhões de casas, numa rede 4G-LTE, que já cobria cerca de 93% da população no final de 2013, liderando assim o desenvolvimento do 4G-LTE em Portugal, e num backhaul de fibra que chega a 94% das estações base móveis. Cumpridos todos os compromissos da remuneração acionista, a PT chegou ao fim do ano de 2013 com uma quota de mercado móvel de 46,8% (com um ganho de 2,3 pontos percentuais no período de um ano), e uma quota de serviços triple-play de 47,2% em setembro de 2013 (um ganho de 1,6 pontos percentuais face ao final de 2012).

Paralelamente à transformação do negócio em Portugal, a PT tem no seu ADN um sólido track record no Brasil, desde os investimentos iniciais em 2002 com a compra da Telesp Celular e o surpreendente lançamento do primeiro serviço pré-pago móvel na América Latina. Entretanto, a Portugal Telecom aliou-se à Telefónica, agregando todas as suas participações financeiras e criando o maior operador de telecomunicações do hemisfério sul, que culminou com o lançamento da marca Vivo. Depois de 4 anos de trabalho em equipa, de transformação do negócio através da integração corporativa e operacional numa única empresa, da migração para GSM; depois de a Vivo alcançar cobertura nacional e da aposta na massificação da banda larga móvel, a Telefónica anunciou a sua intenção de comprar a participação da PT na Vivo pelo montante de 5,7 mil milhões de euros, tendo os senhores acionistas aprovado a sua venda pelo valor de 7,5 mil milhões de euros, cristalizando o valor estratégico do ativo e provando a capacidade da nossa empresa de criar valor através de parcerias.

Apesar da venda da nossa participação na Vivo, o Conselho de Administração continuava a acreditar no enorme potencial de crescimento do Brasil, com baixas taxas de penetração nos serviços de telecomunicações e uma melhoria crescente dos indicadores económicos. A Oi apresenta todas as condições necessárias para capturar essas oportunidades. De facto, a Oi:

- Apresenta mais de 74,5 milhões de clientes no Brasil;
- Aproximadamente 12 milhões de lares com voz e / ou internet;
- Cobertura 2G / 3G e 4G-LTE;
- Mais de 520 mil hotspots WiFi;
- 330 mil quilómetros de fibra ótica instalados e presença em todos os estados brasileiros e em 5.477 municípios;
- Uma cobertura 7 vezes maior do que a do 2º operador.

Assim, em 2010, a PT iniciou uma parceria estratégica com a Oi através dum investimento total de 8,3 mil milhões de reais para uma posição de 25,32% na Telemar Norte Leste, agora 23,17% na Oi, depois da simplificação societária levada a cabo, já com a participação e impulso da PT.

A opção da PT pela consolidação com a Oi ocorre neste contexto e tem em consideração os movimentos de consolidação do setor por todo o mundo, e, particularmente, na Europa. Assim, a PT e a Oi decidiram-se pela combinação dos seus negócios, visando criar uma das maiores e mais diversificadas operadoras globais de telecomunicações.

Concluída com sucesso a operação em curso, a PT e a Oi irão integrar-se numa nova empresa, que terá escala e será diversificada, não apenas em termos geográficos, num mundo de 260 milhões de habitantes de Língua Portuguesa, mas também com a ambição de oferecer mais e melhores serviços e soluções, com menores riscos operacionais e de execução. As sinergias anunciadas prevê-se que atinjam 5,5 mil milhões de euros e a nova empresa terá mais de 100 milhões de clientes em 8 mercados estratégicos, com receitas de 12,8 mil milhões de euros, um EBITDA de 4,8 mil milhões de euros e um investimento de 2,8 mil milhões de euros, de acordo com os destaques financeiros proforma de 2013. Esta nova empresa será uma única entidade cotada no Novo Mercado em São Paulo, na New York Stock Exchange e na New York Stock Exchange Euronext Lisboa, com apenas uma classe de ações, de forma a beneficiar de maior liquidez e de uma base acionista internacional diversificada, com os mais altos padrões de governança corporativa.

Analisando agora em maior detalhe o ano de 2013, no Relatório e Contas deste ano, a PT decidiu adotar antecipadamente o IFRS 11, passando assim o controlo conjunto da PT na Oi, na Contax e nas entidades controladoras, a ser contabilizado através do método de equivalência patrimonial e não pelo método de consolidação proporcional. Em 2013, as receitas operacionais consolidadas ascenderam a 2.911 milhões de euros e o EBITDA a 1.162 milhões de euros, equivalente a uma margem de 39,9%. Assumindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, as receitas operacionais teriam ascendido a 5.988 milhões de euros, diminuindo 9,3% face a 2012, e o EBITDA teria ascendido a 2.122 milhões de euros, diminuindo 6,5% face a 2012. Neste contexto, os ativos internacionais teriam representado 56,5% e 52,1% das receitas e do EBITDA consolidados, respetivamente. O resultado líquido ascendeu a 331 milhões de euros em 2013 face a 226 milhões de euros em 2012, explicado principalmente pelo ganho relativo à venda da CTM em Macau.

A Zona Euro tem vindo a mostrar sinais de recuperação embora ainda persista alguma rigidez, designadamente a procura persistentemente fraca, com os setores público e privado a continuar a sua desalavancagem, desemprego elevado, particularmente no segmento jovem, mercado de trabalho deprimido, fraco investimento e condições de crédito rigorosas, que estão a atrasar o investimento que é necessário para uma recuperação económica sustentada no crescimento e no emprego. Em Portugal, as estimativas foram revistas em alta para 2013-2014, confirmando a consistente melhoria dos indicadores económicos observada durante o ano. O aprofundamento em curso de medidas de austeridade levou Portugal a ser olhado como um país comprometido com o programa de ajustamento, o que se reflete na relativa estabilização da perceção de risco do país e na abertura dos mercados de dívida para as empresas não-financeiras bem como para o setor bancário.

Apesar destas adversidades, a PT continua a liderar o mercado de telecomunicações português, como já referido acima, seguindo uma estratégia verdadeiramente convergente. Em janeiro de 2013, a PT lançou o M₄O, o primeiro serviço de quadruple-play em Portugal, alavancado na liderança em triple-play alcançada pelo MEO, melhorando ainda mais o seu posicionamento competitivo. Em apenas um ano, o M₄O atingiu 1,7 milhões de RGUs e continua ainda a ganhar tração no mercado português. No seguimento desse racional de convergência, em janeiro de 2014, a marca MEO tornou-se na única marca da PT para o segmento de consumo (Residencial e Mobilidade). Todos os serviços prestados pela TMN são agora prestados sob a marca MEO. Ao concretizar esta transformação, a PT teve em consideração as tendências de consumo dos seus clientes, bem como a sua estratégia para a área de consumo, incluindo os segmentos Residencial e Pessoal, que consiste no investimento na convergência fixo-móvel e de serviços, nomeadamente voz, internet e TV. Adicionalmente, no segmento Empresas, a PT aborda agora o mercado sob a marca PT Empresas, que agrega os serviços até então fornecidos pela PT Negócios e pela PT Prime. Este novo posicionamento de convergência incorpora a estratégia de tecnologia e inovação da Portugal Telecom que pretende melhorar a vida dos seus clientes, através da sua capacidade única de integrar diferentes tecnologias e serviços convergentes. Adicionalmente, a unificação das marcas irá permitir à Portugal Telecom continuar a promover a eficiência e a melhorar a rentabilidade dos seus ativos. A PT investiu sistematicamente, ao longo de vários anos, em quatro áreas chave de forma a preparar-se para a convergência, nomeadamente: (1) numa rede de última geração, com gestão integrada da rede fixo-móvel; (2) no armazenamento e processamento, com a inauguração em setembro de 2013, na Covilhã, de um dos mais eficientes data-centre do mundo, e com a criação de parcerias, de forma a oferecer as melhores soluções cloud; (3) nos pontos de contacto com o cliente, com a integração das lojas de serviço fixo e móvel sob uma única imagem e um único CRM, com uma visão 360º do cliente, e (4) em aplicações multiplataforma, de forma a melhorar a experiência do cliente.

Em resultado do forte investimento nos últimos anos em redes de nova geração e TI, Portugal está na vanguarda do setor, o que está a ser traduzido na oferta de serviços de telecomunicações mais sofisticada disponibilizada aos clientes em Portugal. O investimento da PT tem vindo a construir, progressivamente, uma vantagem competitiva e irá suportar as ofertas integradas da PT no mercado. O ano de 2013 foi, também, como já se disse, o ano em que a PT desenvolveu o seu investimento em cloud computing ao inaugurar um Data-Centre de ponta na Covilhã, permitindo à PT inovar mais uma vez, antecipando as tendências de mercado e diversificando a oferta de serviços no futuro. O Conselho de Administração acredita que este investimento em tecnologias de nova geração, tanto em FTTH e 4G-LTE como em cloud, irá melhorar significativamente a eficiência da transmissão de dados, permitindo assim uma redução de custos significativa e uma melhoria da qualidade do serviço que prestamos aos nossos clientes.

Em 2013, sob o impulso de uma nova equipa de gestão, tendo em consideração um ambiente macroeconómico menos dinâmico e tendo em consideração o foco da Oi na disciplina financeira, desde o segundo trimestre de 2013 a Oi adotou uma estratégia de negócio mais conservadora, ajustando a política de crédito e alterando os processos de venda de forma a ter um crescimento rentável. Esta alteração pretende melhorar a qualidade da base de clientes, reduzindo os valores de cobrança duvidosa de clientes e, ao mesmo tempo, aumentando a fidelização dos mesmos.

Em 2013, no segmento Residencial, a Oi continuou a implementar iniciativas focadas em cross selling, em pacotes conjuntos e retenção, disponibilizando produtos que se adequam ao perfil de cada cliente. Neste contexto, o foco das vendas está agora orientado para a reformulação dos planos de clientes da rede fixa, para o upsell dos clientes de rede fixa com banda larga e TV por subscrição e para promover a convergência fixo-móvel. No segmento da mobilidade Pessoal, a Oi está a tornar-se mais conservadora na abordagem das suas vendas e nos subsídios de equipamentos, focando-se mais na qualidade das vendas e na redução do churn, refletindo um foco renovado na disciplina financeira, com o objetivo de atingir um crescimento sustentado e em monetizar a base de clientes pós-pago. No segmento Empresarial, a estratégia da Oi assenta na captura de sinergias com a PT e em aproveitar a sua experiência em cloud computing para fornecer serviços mais completos, procurando soluções que são escaláveis e disponíveis, bem como para reduzir custos.

Em 2013, a Oi concretizou vários acordos para alienação de bens não estratégicos de forma a aumentar a flexibilidade económica da empresa e acrescentar valor aos seus acionistas. Adicionalmente, em 2013, a Oi aprovou uma política de remuneração de acionistas para o período de 2013-2016 que estabelece o pagamento de um dividendo total de 2 mil milhões de Reais brasileiros, o equivalente a um pagamento anual de 500 milhões de Reais brasileiros. Os dividendos relativos ao exercício de 2013 foram pagos em outubro de 2013.

A PT continua a ser um operador geograficamente diversificado com mais de 100 milhões de clientes. No que diz respeito às operações em África e na Ásia, a PT manteve fortes níveis de crescimento, alavancado num forte investimento em tecnologias de nova geração que permitem a manutenção da sua posição competitiva de liderança em cada mercado.

A PT é uma referência em termos de sustentabilidade, ao estar incluída nos índices e rankings mais importantes nesta área, nomeadamente no Dow Jones Sustainability Index, onde está entre as dez melhores empresas do mundo, e no FTSE 4Good. A PT foi a primeira empresa Portuguesa a ser incluída nos dois índices, Dow Jones Sustainability World Index e FTSE 4Good.

Com a aprovação do dividendo de 2013 na Assembleia Geral de 2014, a PT irá pagar um montante de 10 cêntimos de euro por ação aos seus acionistas, no seguimento da aprovação da alteração da sua política de remuneração acionista para os anos fiscais de 2013 e 2014, anunciada em agosto de 2013. Esta decisão, em conjunto com a alienação da CTM e com a emissão de uma Eurobond de mil milhões de euros com maturidade em 2020, levou ao reforço do balanço da empresa e a uma forte flexibilidade financeira. Com estas iniciativas, a PT terminou o ano com as suas maturidades e compromissos integralmente financiados até meados de 2017.

A nova empresa, que resultará da combinação da PT e da Oi, será o nosso caminho para o crescimento, para a liderança tecnológica e para a rentabilidade. No Brasil, continuaremos enfocados na execução operacional com a aposta na convergência e na mobilidade. Em Portugal, continuaremos a procurar garantir a liderança do mercado, com enfoque na geração de cash-flow. Por fim, em África, continuaremos a procurar o crescimento e rentabilidade, assegurando a partilha das melhores práticas.

Nestes períodos dinâmicos e desafiantes, os resultados e a excelência alcançados não teriam sido possíveis sem a confiança e o apoio dos nossos acionistas, nem sem o compromisso e a qualidade da equipa de gestão e dos colaboradores, que constituem a nossa maior vantagem competitiva.



Henrique Granadeiro

Presidente do Conselho de Administração e Presidente Executivo

01

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO		1. CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL	14
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29	1.1. Estados Unidos da América	17
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41	1.2. União económica e monetária - Zona Euro	18
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53	2. ATIVIDADE ECONÓMICA NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE A PT ESTÁ PRESENTE	21
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75	2.1. Portugal	21
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85	2.2. Brasil	22
07 RECURSOS HUMANOS	99	2.3. África	24
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS	101	2.3.1. Angola	24
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109	2.3.2. Namíbia	25
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113	2.3.3. Cabo Verde	26
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121	2.3.4. São Tomé e Príncipe	27
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125	2.4. Outras geografias	28
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129	2.4.1. Timor-Leste	28
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		

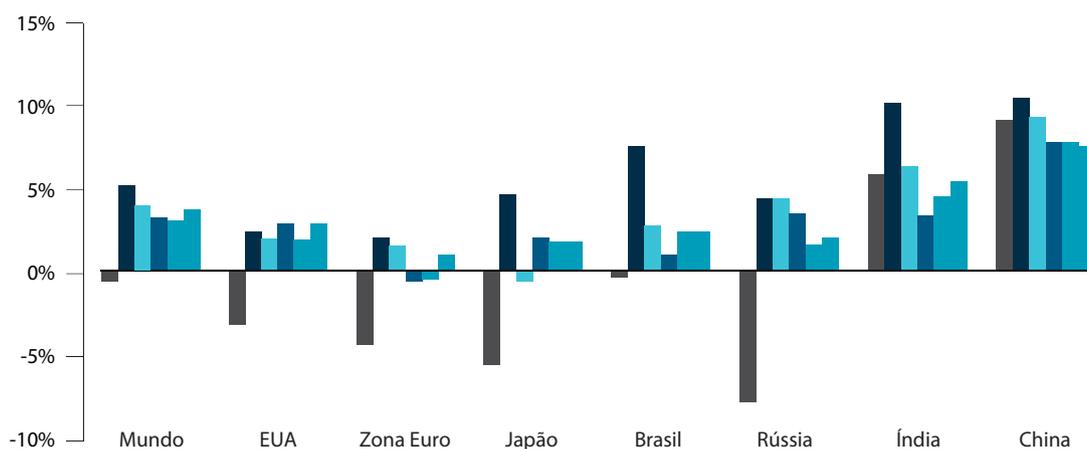
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

1. CONTEXTO ECONÓMICO INTERNACIONAL

A crise financeira começou há quase cinco anos e os seus efeitos continuam a ser visíveis nos mercados financeiros e na economia real. O crescimento económico global permanece fraco e ainda há um certo grau de incerteza. Em 2013, a economia mundial continuou a desacelerar enquanto as economias emergentes enfrentaram um crescimento em queda e condições financeiras mais rigorosas. O PIB da Zona Euro contraiu pelo segundo ano devido às contínuas políticas fiscais restritivas e à desalavancagem do setor privado nas principais economias desenvolvidas, juntamente com a crise da dívida soberana na Zona Euro, ainda por resolver. Os Estados Unidos viram vários trimestres de procura privada sólida embora a procura do setor público tenha pressionado no sentido inverso. O crescimento acima do esperado da economia americana no terceiro trimestre levantou preocupações de que a Reserva Federal (Fed) poderia começar a eliminar progressivamente o seu programa de compra de ativos (quantitative easing), o que foi, de facto, anunciado em dezembro de 2013. A economia chinesa acelerou o ritmo do segundo para o terceiro trimestre impulsionada por uma procura mais forte, na China e no exterior, sinal de que os seus esforços para estimular a economia e a procura interna estão a dar resultados. Apesar disso, há uma preocupação crescente de que a economia cresça mais lentamente no médio prazo do que no passado recente, uma vez que a China tem como objetivo um crescimento mais sustentável em vez de ter uma economia impulsionada pelo crédito. As economias centrais da Europa mostraram alguns sinais de recuperação embora os países periféricos ainda estejam a debater-se com a crise. O aumento das exportações e da competitividade não foi suficientemente forte para compensar uma procura interna baixa. A persistente incerteza sobre os balanços dos bancos das economias europeias levou a Europa a agendar novos testes para avaliar a qualidade dos seus ativos.

Crescimento do PIB

■ 2009 ■ 2010 ■ 2011 ■ 2012 ■ 2013E ■ 2014E (%)

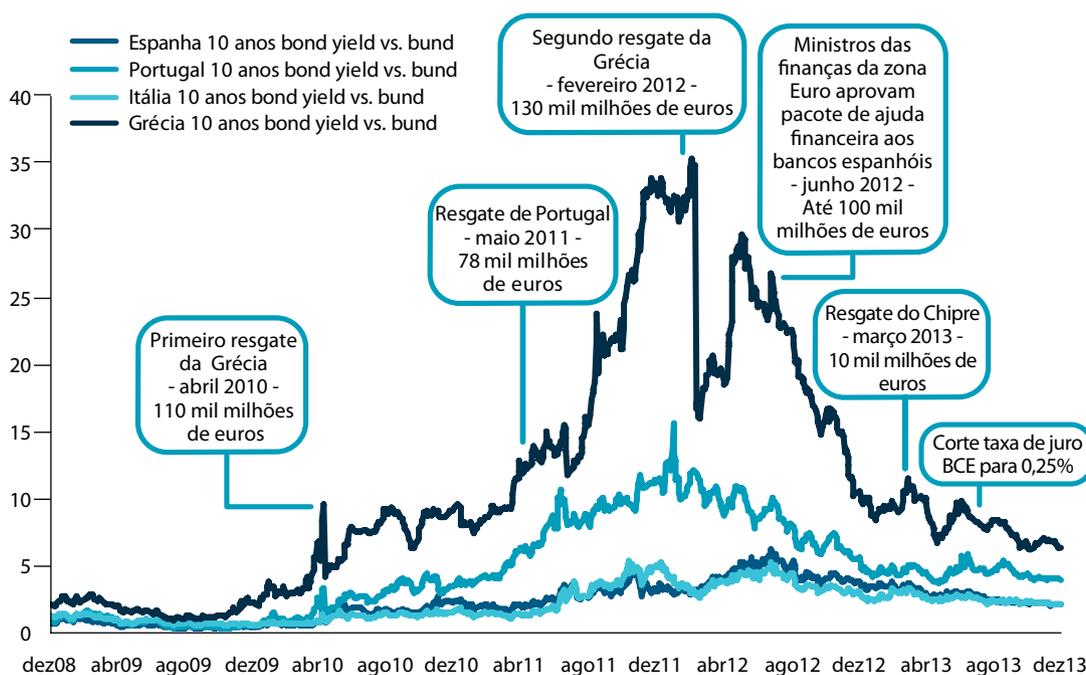


Fonte: World Economic Outlook, FMI, outubro 2013

As condições dos mercados financeiros melhoraram face ao ano passado, refletindo o progresso rumo à sustentabilidade fiscal na Zona Euro. No 2S13 foi visível uma recuperação económica na Zona Euro, com algumas economias a saírem da recessão e com a Irlanda a sair do programa de resgate. Essa melhoria ocorreu apesar do pacote de resgate do Chipre, da realização de eleições em vários países, das preocupações sobre uma potencial crise bancária na Eslovénia e de um período prolongado de crescimento muito lento ou negativo. Existiram três momentos principais em 2013 que perturbaram a confiança e estabilidade do mercado: (1) as crescentes preocupações com a evolução de algumas economias emergentes; (2) o debate, em maio, sobre a possível redução da compra de ativos por parte da Reserva Federal dos EUA, e (3) a crise potencialmente catastrófica dos EUA associada ao teto legislativo da dívida pública federal. Os decisores políticos europeus e do BCE estão a tentar estimular e apoiar o crescimento ao mesmo tempo que avançam com as reformas estruturais e os ajustamentos necessários. Como consequência, houve várias iniciativas postas em prática para estimular a economia da Europa, tais como: (1) a manutenção do programa de compra de obrigações pelo BCE, que ajudou a manter as necessidades de financiamento do setor bancário, e do Mecanismo Europeu de Estabilidade (MEE), que é um componente importante da estratégia global da União Europeia concebido para preservar a estabilidade financeira na Zona Euro, (2) a decisão do BCE de cortar a taxa de referência para 0,25%, um mínimo histórico, numa tentativa de deter a queda da inflação que ameaçou parar a já frágil recuperação económica da Zona Euro, e (3) a criação de um mecanismo único de supervisão bancária, construída em torno do BCE, que irá supervisionar todos os bancos e outras instituições de crédito, estabelecendo, assim, um dos principais elementos da união bancária da Europa.

Spreads das yields dos títulos de dívida pública vs. Alemanha | Economias selecionadas

(pontos base)



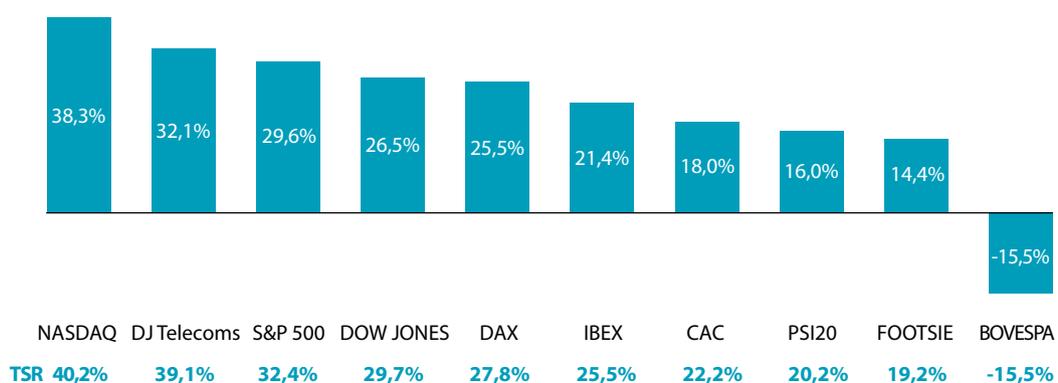
Fonte: Bloomberg

Os índices acionistas do sul da Europa foram pressionados no 1S13 devido ao resgate do Chipre, o que danificou a confiança dos investidores na região. Apesar disso, as condições nos mercados financeiros globais aliviaram significativamente desde julho de 2013, refletindo o progresso considerável na melhoria da sustentabilidade fiscal e dos mecanismos de apoio mútuo na União Europeia, o que levou os principais índices acionistas da Europa a mostrar ganhos significativos: FOOTSE: +14,4%, PSI20: +16,0%, CAC40: +18,0% e DAX: +25,5%. Os mercados acionistas norte-americanos mantiveram o forte desempenho, beneficiando

01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

de uma política monetária mais expansionista pela Reserva Federal (Fed): Dow Jones: +26,5%, SPX: +29,6% e Nasdaq: +38,3%. O crescimento económico mais fraco na China e a deterioração do cenário fiscal, baixo crescimento económico e as pressões inflacionistas no Brasil mantiveram os investidores longe dos mercados acionistas, resultando na queda destes: Shanghai Composite -6,75% e Bovespa -15,5%.

Desempenho dos principais índices bolsistas em 2013

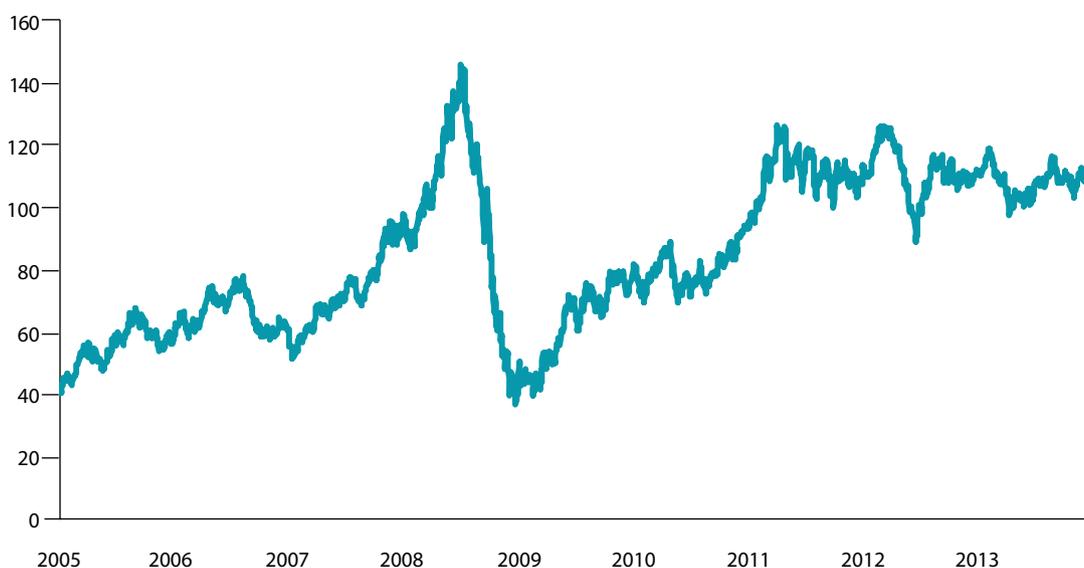


Fonte: Bloomberg

O preço do petróleo (Brent) por barril ficou praticamente estável ao longo de 2013, diminuindo apenas 0,3% face ao preço verificado no final de 2012, para 110,8 dólares americanos.

Brent

USD | Barril



Fonte: Bloomberg

Commodities

(pontos base)



Fonte: Bloomberg

1.1 Estados Unidos da América

Em 2013, o governo dos EUA implementou um ajustamento do orçamento estrutural equivalente a mais de 3% do PIB. A contração fiscal em curso e a baixa confiança dos consumidores e empresários têm vindo a criar um ambiente desfavorável. A economia dos EUA deverá crescer 1,9%¹ em 2013, desacelerando face aos 2,8% registados em 2012, uma vez que o primeiro semestre do ano foi mais fraco do que o esperado, ao qual se seguiu a crise política no outono, que levou à paralisação do governo. Este risco acrescido de incumprimento pesou sobre o crescimento do último trimestre do ano. O Congresso dos EUA deu um passo importante para acabar com a paralisação parcial do governo federal e levantar o teto da dívida, o que permitiu ao governo continuar as suas operações, sem perturbações, nos próximos meses. O teto da dívida foi levantado até fevereiro de 2014 enquanto o financiamento, necessário para manter o governo dos EUA operacional, foi autorizado apenas até meados de janeiro de 2014, alimentando assim a incerteza contínua sobre os planos de gastos do governo. Em dezembro, a Reserva Federal afirmou que a economia estava suficientemente saudável para começar a cortar o fluxo constante de estímulos à economia e anunciou que iria cortar o seu programa histórico de 85 mil milhões de dólares americanos por mês em 2014, começando com um corte de 10 mil milhões de dólares americanos por mês já em janeiro.

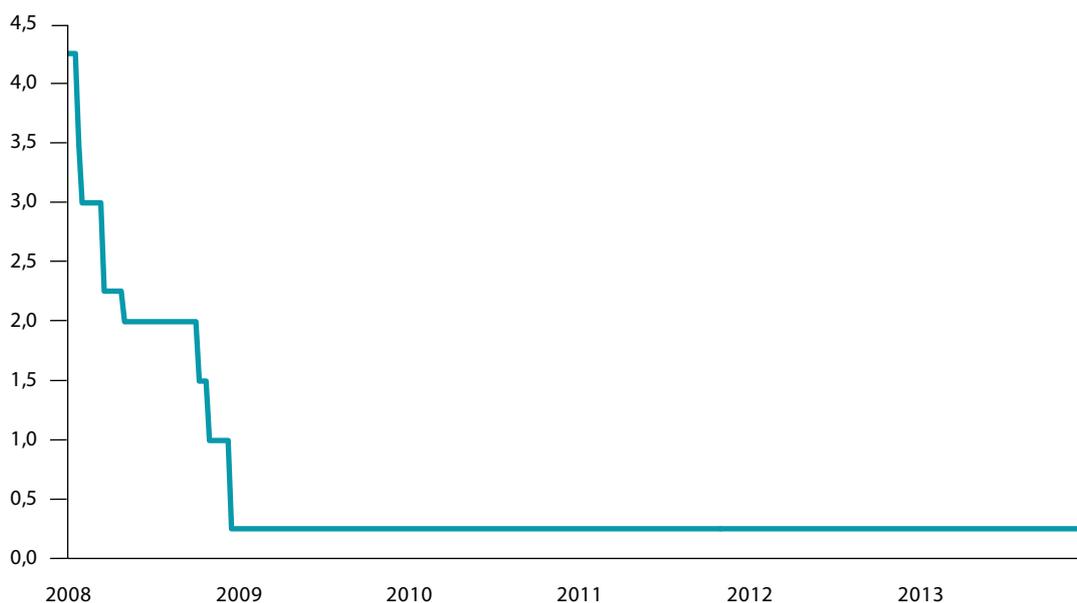
¹ Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

01

ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

FED

Taxa (%)



Fonte: Bloomberg

Embora o crescimento nos Estados Unidos permaneça fraco devido à forte consolidação orçamental, a melhoria das condições foi um bom sinal para uma aceleração gradual do crescimento. Os exportadores dos EUA ganharam força em 2013, beneficiando da valorização do Euro em relação ao Dólar americano ao longo de 2013. O mercado de trabalho continuou a mostrar sinais de melhoria, com a taxa de desemprego a diminuir para um valor estimado de 7,6%² em 2013. A inflação anual deverá terminar 2013 em 1,4%, abaixo da meta de 2% fixada pela autoridade monetária dos EUA.

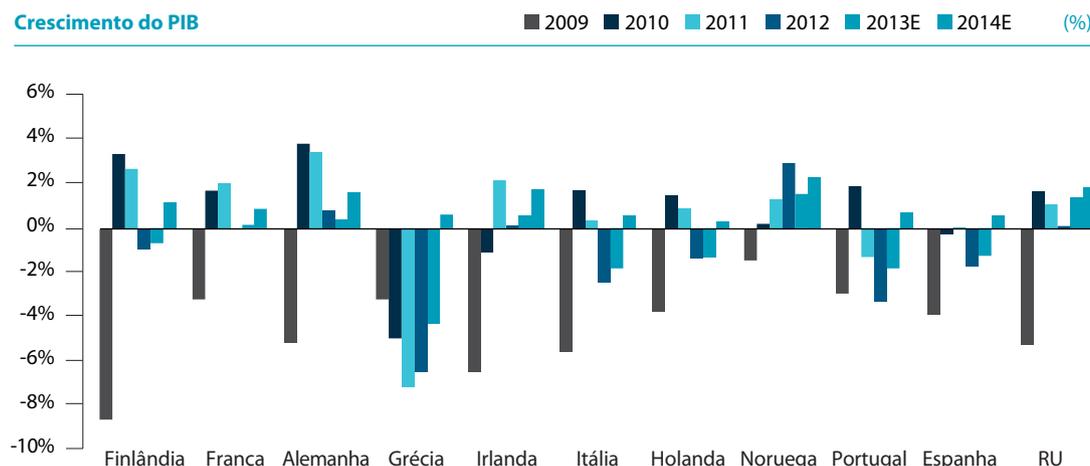
1.2. União Económica e Monetária – Zona Euro

Após a dupla recessão que durou um ano e meio, a Zona Euro começou a melhorar em 2013, mas a um ritmo lento, quase impercetível. O desemprego manteve-se muito elevado, particularmente no segmento jovem, e as tensões sociais e políticas não estão a contribuir positivamente para o ritmo das reformas na Zona Euro. O PIB deverá cair 0,4%³ em 2013, o que representa uma recuperação fraca face a queda de 0,6% registada no ano anterior. A Zona Euro está a mostrar sinais de recuperação desde que Mario Draghi fez o seu discurso onde reiterou que irá fazer o que for preciso para preservar o Euro, no verão de 2012, mas vários entraves permanecem, incluindo a fraca procura persistente devido à desalavancagem dos setores público e privado, o elevado desemprego, especialmente no segmento jovem, o mercado de trabalho deprimido, o investimento fraco e as difíceis condições de crédito que estão a atrasar o investimento necessário para uma recuperação económica sustentada no crescimento e no emprego. A Europa respondeu à crise da dívida soberana através de: (1) resgates, com o resgate de 10 mil milhões de euros do Chipre a levar ao fecho do segundo maior banco

^{2,3} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

da ilha, Laiki, aliado a um haircut de 47,5% sobre os depósitos acima de 100 mil euros no credor principal, o Banco do Chipre, e duras medidas de austeridade; (2) uma política monetária expansionista, com o BCE a cortar a taxa de juro de referência para um mínimo histórico de 0,25%, e (3) contínuas medidas de austeridade, com um grande impacto na população e na economia europeia. A taxa de desemprego, que aumentou ao longo de 2013, torna fundamentais os esforços corretivos por parte dos governos para impedir que a crise se agrave. A taxa de desemprego deverá atingir os 12,3%⁴ em 2013. Além disso, a inflação continua abaixo do objetivo de médio prazo do BCE, levantando preocupações sobre as tendências deflacionárias subjacentes.

Crescimento do PIB

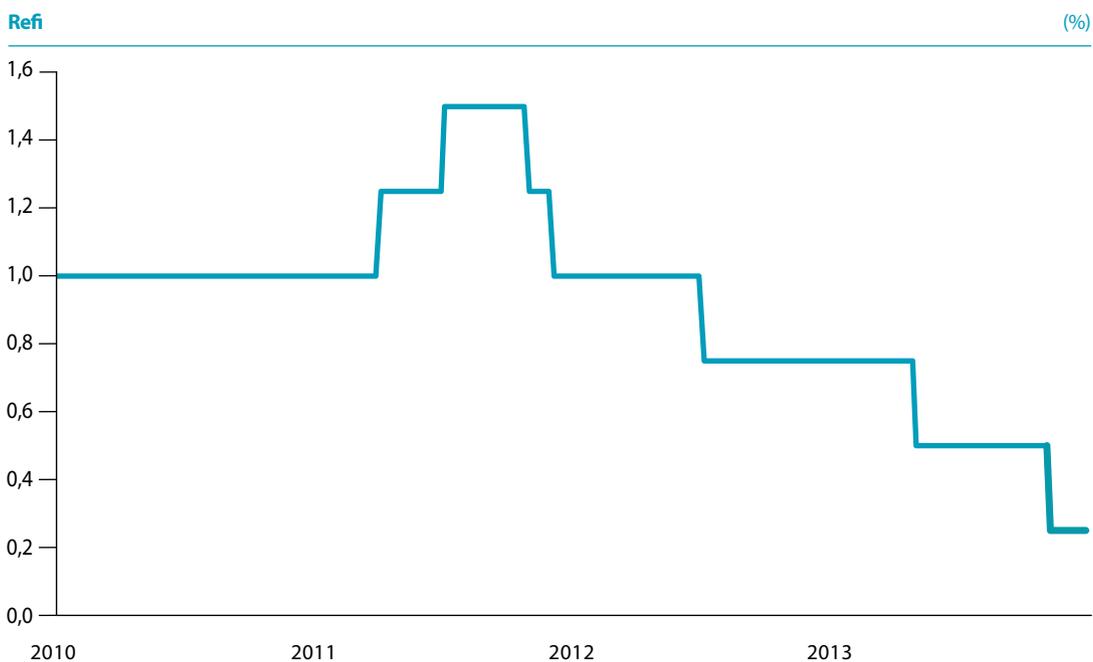


Fonte: World Economic Outlook, FMI, outubro 2013

As exportações das principais economias europeias foram penalizadas pela valorização do Euro. Enquanto alguns membros do Conselho de Administração do BCE falaram na possibilidade de criar um programa de compra de ativos e de ter uma taxa de depósito negativa para forçar a desvalorização do Euro, um bloco liderado pela Alemanha permaneceu inflexível contra tais medidas e contra a decisão da autoridade monetária europeia (BCE-Banco Central Europeu) de diminuir a taxa de juro de referência para o mínimo histórico de 0,25%, a fim de enfrentar os riscos deflacionários da Zona Euro e promover o tão necessário crescimento. A desaceleração dos preços da energia e dos alimentos e, em menor medida, o impacto sobre os preços da atividade económica fraca refletiu-se na taxa de inflação anual, que deverá ficar nos 1,5%⁵ em 2013. Além disso, a valorização do Euro em termos efetivos mitigou as pressões inflacionárias externas. De acordo com o BCE, as pressões subjacentes sobre os preços na Zona Euro deverão permanecer baixas no médio prazo.

^{4,5} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO



Fonte: Bloomberg

Em 2013, o Euro valorizou 4,5% face ao Dólar americano, para 1,3789 Euro/USD. Durante a maior parte do ano, a negociação cambial girou em torno do antecipado abrandamento do programa de compra de ativos da Reserva Federal, que se tornou mais provável com a melhoria dos dados económicos dos Estados Unidos e, na sua reunião de dezembro, a Fed anunciou que iria reduzir, a partir de janeiro, a sua compra mensal de ativos para 75 mil milhões de dólares americanos face aos atuais 85 mil milhões de dólares americanos.

Euro | USD



Fonte: Bloomberg

2. ATIVIDADE ECONÓMICA NAS PRINCIPAIS GEOGRAFIAS ONDE A PT ESTÁ PRESENTE

2.1. Portugal

Em 2013, num contexto de consolidação orçamental contínua, a economia portuguesa contraiu pelo terceiro ano consecutivo, em 1,4%, acima dos 1,8% estimados o que representa uma melhoria face aos 3,2% registados em 2012. As estimativas de Portugal foram revistas em alta para o período de 2013-2014 confirmando a melhoria consistente dos indicadores económicos. A implementação das medidas de austeridade levou Portugal a ser visto como um país comprometido com o programa de ajustamento em curso, o que levou a uma certa estabilização do risco do país. Em março de 2013 Portugal foi capaz de negociar com a Troika de credores internacionais, Comissão Europeia, Banco Central Europeu e FMI, as suas metas do défice para evitar entrar mais em recessão e aumentar o desemprego. A Troika concordou em dar a Portugal mais um ano, até 2015, para realizar cortes na despesa no montante de 4 mil milhões de euros e para cumprir a sua meta do défice de 3%, enquanto o país se esforçava para cumprir a sua meta do défice projetada para 2014, de 2,5%. Em 2013, Portugal foi capaz de trocar duas obrigações com vencimento em 2014, com amortizações de 837 milhões de euros em junho de 2014 e 1.640 milhões de euros em outubro de 2014, e 4.160 milhões de euros com vencimento em outubro de 2015, por dívida com vencimento em outubro 2017 e junho de 2018, o que irá reduzir os encargos de Portugal com a dívida pública a vencer nos próximos dois anos. Em 2013, o EFSF estendeu a maturidade média dos empréstimos de Portugal e Irlanda até sete anos.

Em 2013, Portugal voltou ao mercado de dívida de longo prazo pela primeira vez desde o resgate em 2011, colocando 3 mil milhões de euros em obrigações a 10 anos com uma taxa de juro de 5,7%. A renúncia de dois ministros-chave do governo de coligação em julho, que levou o país perto de uma crise política e económica, e a rejeição em setembro da proposta de Portugal para obter novas metas fiscais pelo Eurogrupo, levaram as taxas portuguesas ao seu máximo anual. Com a melhoria das condições globais e o aumento da procura interna, Portugal começou a recuperar e no 3T13 registou o segundo trimestre consecutivo de crescimento, saindo da recessão e levando a uma estabilização das taxas e spreads do país. O desempenho das exportações está a ser o principal motor da atual melhoria da economia portuguesa, obtendo o equilíbrio do rácio de cobertura de bens e serviços (exportações/importações). Em 2013 verificou-se uma ligeira melhoria das condições de financiamento, embora estas se mantenham difíceis. Os custos de financiamento dos bancos estão em queda e a melhor posição de liquidez dos mesmos resultou num estreitamento dos spreads. Em 2013, a taxa média do índice de preços ao consumidor (IPC) foi de 0,3%.

O governo português tem vindo a implementar as medidas acordadas com a União Europeia/Comissão Europeia (UE/CE), com o Banco Central Europeu (BCE) e com o Fundo Monetário Internacional (FMI) como parte do pacote de apoio financeiro no montante de 78 mil milhões de euros. Este programa de ajustamento financeiro começou a ser implementado em maio de 2011, tendo sido já objeto de dez⁷ avaliações favoráveis por parte das entidades supra mencionadas. De acordo com o FMI, o programa está no caminho certo e surgiram novos sinais de recuperação. O défice orçamental de Portugal foi revisto em alta para 5,5% do PIB em 2013 (face a 4,5%), para 4,0% do PIB em 2014 (face a 2,5%) e para 2,5% do PIB em 2015 (face a 1,9%). A flexibilização das metas orçamentais veio principalmente para compensar parcialmente as receitas fiscais mais baixas e as transferências sociais mais elevadas decorrentes de uma recessão mais profunda do que o inicialmente previsto. Apesar dos desafios no cumprimento das metas de défice, o compromisso de consolidação orçamental tem sido muito claro. O programa de privatização gerou receitas de mais de 6,4 mil milhões de euros, acima das expectativas iniciais de 5 mil milhões de euros.

⁷ A décima revisão trimestral do programa económico de Portugal por parte da CE, BCE e FMI ocorreu entre 4 e 16 de dezembro.

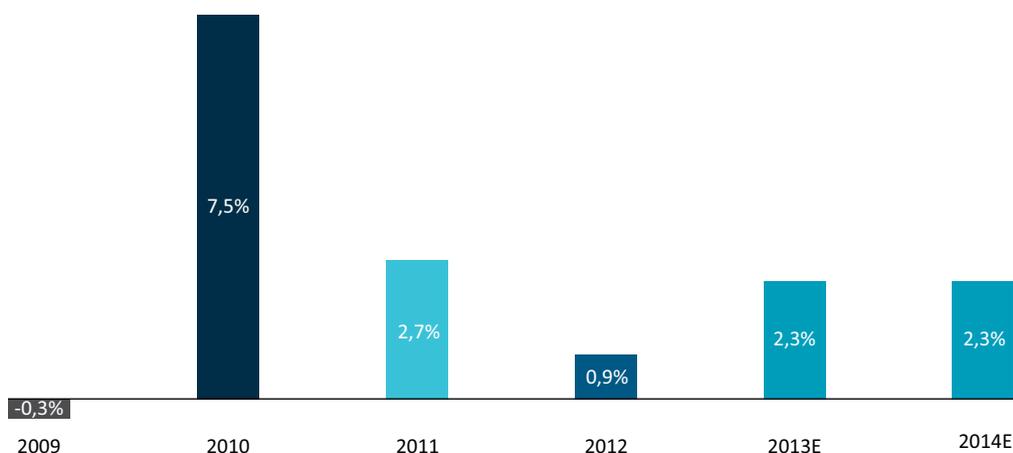
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.2. Brasil

Em 2013, a economia brasileira deverá crescer 2,3%⁸ com um mercado de consumo sólido, já que o país continua com quase pleno emprego. O Brasil continua a apresentar condições favoráveis no mercado de trabalho, registando uma taxa anual de desemprego de 4,6% em novembro de 2013. A taxa de câmbio continuou a contribuir positivamente para o desempenho da economia, uma vez que a intervenção do Ministério das Finanças e do Banco Central do Brasil foi responsável pela estabilização registada face ao Dólar americano. O Banco Central do Brasil anunciou um abrandamento provável no ritmo de intervenção monetária no próximo ano, de modo a aproveitar a reação positiva do mercado à decisão dos reguladores dos EUA de cortar os estímulos monetários.

Brasil | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

Taxa de desemprego

(%)



Fonte: Bloomberg

⁸ Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

As pressões inflacionárias mantiveram-se ao longo de 2013. O Brasil atingiu, em 2013, uma inflação de 5,9%, abaixo do máximo estabelecido pelo governo de 6,5%, mas maior do que o previsto pelo mercado. Em outubro, o governo federal do Brasil registou o maior défice orçamental primário em quase cinco anos, aumentando a probabilidade de ver a sua notação de crédito reduzida. O Banco Central do Brasil aumentou a sua taxa de juro de referência de 9,5% para 10%, ampliando o maior ciclo restritivo do mundo, uma vez que uma moeda fraca e um défice orçamental amplo estimulam pressões inflacionárias.

EURO | BRL - USD | BRL

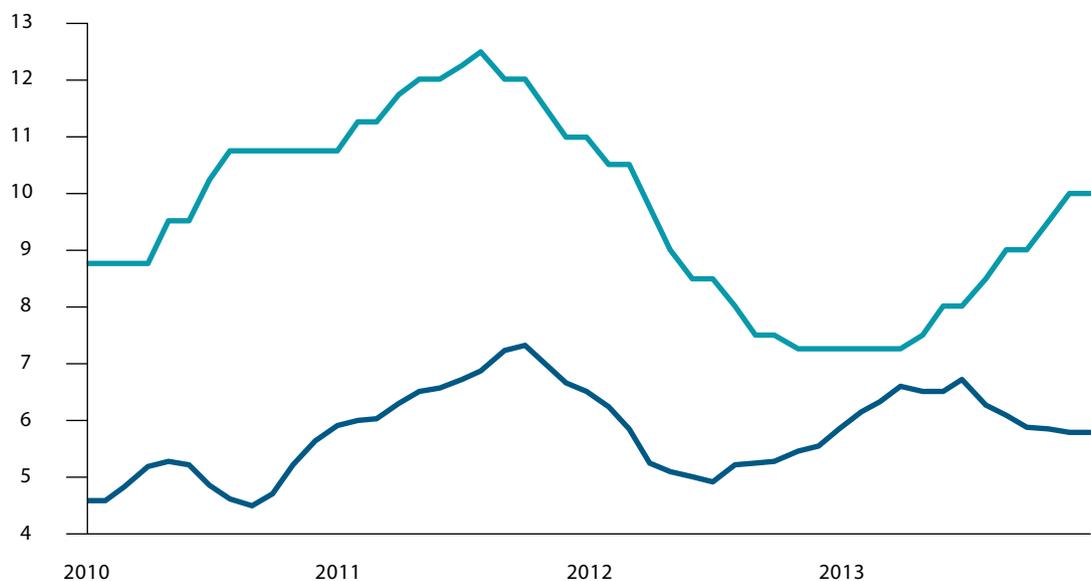
— EURO | BRL — USD | BRL



Fonte: Bloomberg

Selic | IPCA

— Selic — IPCA (%)



Fonte: Bloomberg

01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.3. África

As economias africanas, que recuperaram rapidamente após a desaceleração causada pela recessão global, estão a registar uma melhoria no ritmo de crescimento naqueles países com fortes ligações aos mercados globais e também naqueles onde as tensões políticas e sociais têm aumentado. Os principais motores de crescimento da economia foram a produção de petróleo, a exploração mineira, a agricultura, os serviços e a procura interna, mitigando os efeitos adversos da turbulência económica global. O crescimento médio do produto interno bruto (PIB) africano deverá atingir os 4,8%⁹ em 2013 devido à retoma da produção petrolífera na Líbia. Excluindo este efeito, o produto interno bruto africano deverá atingir os 4,5% em 2013.

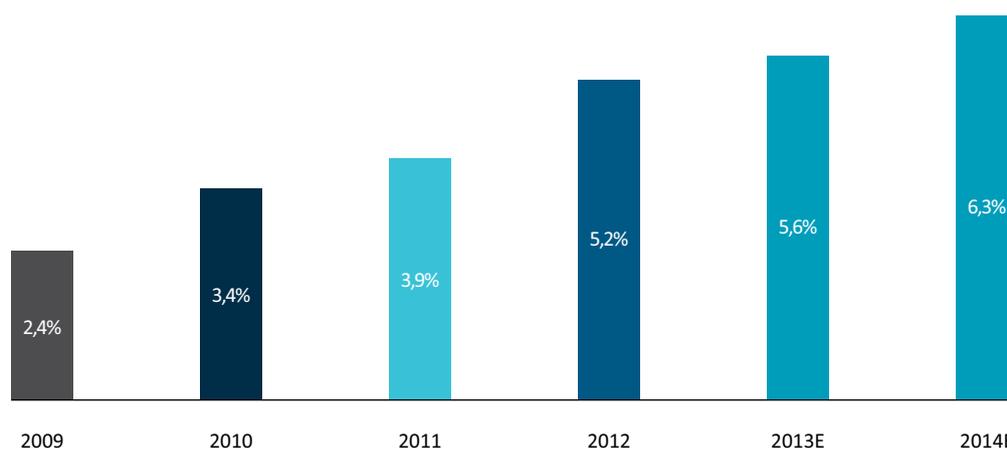
2.3.1. Angola

Em 2013, a economia angolana recuperou fortemente após registar um crescimento lento ao longo de vários anos devido à crise financeira e ao petróleo. O crescimento de Angola, que deverá atingir os 5,6%¹⁰ em 2013, será impulsionado por uma combinação da expansão contínua do setor petrolífero e do gás (com Angola a consolidar a sua posição como um dos maiores produtores de petróleo em África) e um programa de gastos públicos destinado a incentivar a diversificação económica. As autoridades angolanas indicaram que, em 2013, a política monetária seria conduzida para acomodar a execução do orçamento que prevê um défice fiscal de 3,4% do PIB e para garantir a estabilidade dos preços. O comité de política monetária de Angola, inaugurado em outubro de 2011, reduziu a taxa básica de juros para 9,25% em 2013, num esforço para estimular um maior acesso ao crédito pela economia, dado que a inflação manteve uma trajetória descendente. A inflação deverá atingir os 9,2%¹¹ em 2013 e continuará em queda em 2014. O governo angolano criou o Fundo Soberano de Angola para proteger a economia dos preços voláteis do petróleo e garantir a sustentabilidade na gestão das receitas do petróleo.

O Stand-By Arrangement ajudou o país a recuperar a estabilidade macroeconómica, a melhorar a sua situação fiscal, a atingir um nível mais adequado de reservas internacionais, uma taxa de câmbio estável e uma inflação mais baixa, embora continue a enfrentar enormes desafios no que se refere às políticas de desenvolvimento, com destaque para a redução da dependência do petróleo, a diversificação da economia e a melhoria das condições de vida da população.

Angola | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

^{9,10,11} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

O Kwanza manteve uma tendência de depreciação ligeira face ao Dólar americano, inferior a 2%, com a taxa de câmbio a situar-se em USD 1: AOA 97,6 no final de 2013.

EURO | AOA - USD | AOA

— EURO | AOA — USD | AOA



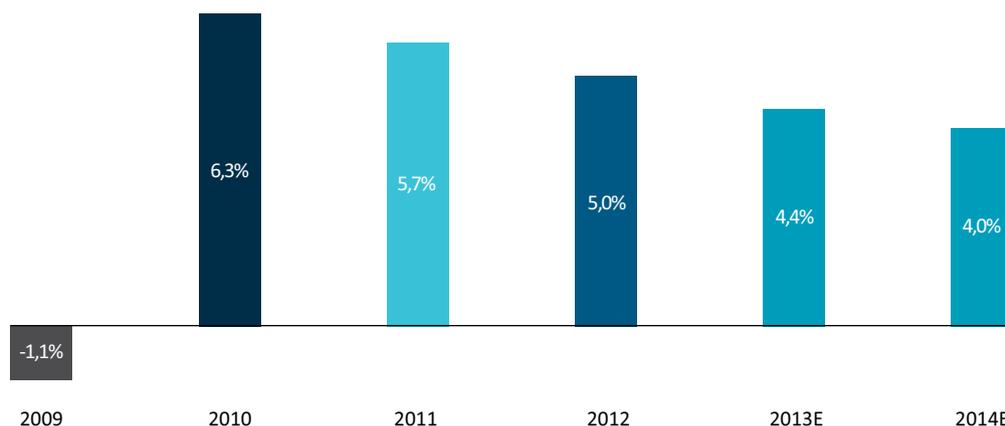
Fonte: Bloomberg

2.3.2. Namíbia

A economia da Namíbia deverá manter um crescimento moderado de 4,4%¹² em 2013, refletindo a fraca procura global pelas exportações e a queda dos preços das commodities, juntamente com a pior seca dos últimos 14 anos, o que mais do que compensou o crescimento sólido do setor não-mineral. A taxa de inflação da Namíbia diminuiu durante 2013 e deverá atingir os 6,4%¹³.

Namíbia | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

^{12,13} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

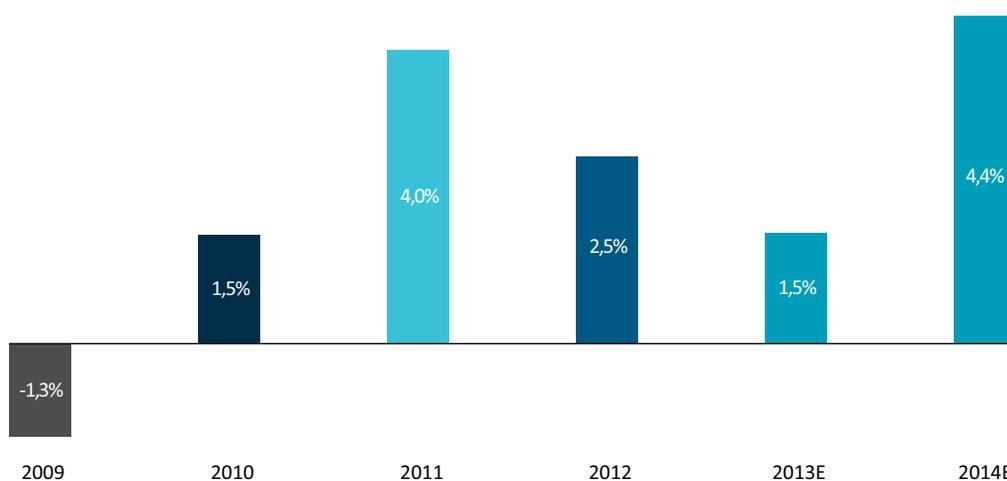
O FMI referiu que a perspetiva económica parece promissora e que o país deu um passo na direção certa com o crescente enfoque na eficiência e inovação, suportado por um maior desenvolvimento do setor privado.

2.3.3. Cabo Verde

Em 2013, o crescimento de Cabo Verde deverá permanecer modesto devido ao frágil ambiente externo, não obstante novos investimentos públicos de grande dimensão que deverão fornecer suporte à procura interna. A falta de recursos naturais não renováveis e as más condições do país para a agricultura mantêm-no altamente vulnerável a choques externos. O crescimento do PIB deverá ter abrandado para cerca de 1,5%¹⁴ em 2013 (abaixo dos 2,5% registados em 2012), refletindo o ambiente externo negativo devido à situação económica e financeira adversa e ainda por resolver da Europa, não obstante o impacto positivo da procura interna suportada por um maior investimento público. Com a manutenção da política monetária rigorosa, a inflação manteve-se sob controlo, caindo para 2,2%¹⁵ em 2013 (final do período).

Cabo Verde | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

A política monetária mais restritiva deve-se à necessidade de manter o Escudo cabo-verdiano indexado com o Euro. Medidas para reduzir a inflação e estabilizar as reservas cambiais estão em vigor desde 2011.

^{14, 15} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

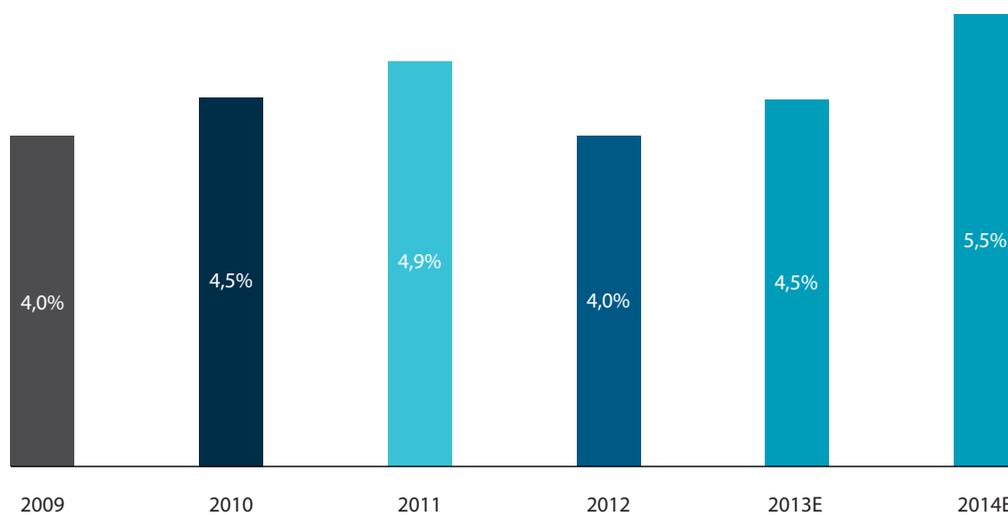
2.3.4. São Tomé e Príncipe

A economia de São Tomé e Príncipe está a recuperar gradualmente depois de uma forte desaceleração em 2009 que refletiu uma queda do investimento direto estrangeiro, resultado da crise financeira global. O crescimento do PIB para 2013 é estimado em cerca de 4,5%¹⁶, com os projetos financiados no exterior a ajudar o desenvolvimento das atividades de construção, comércio, turismo e agricultura, enquanto a perfuração exploratória de petróleo continua, juntamente com um desempenho positivo do investimento direto estrangeiro. A inflação deverá atingir os 8,6%¹⁷ em 2013.

A taxa de câmbio está indexada ao Euro desde janeiro de 2010.

São Tomé e Príncipe | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

^{16,17} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO

2.4. Outras geografias

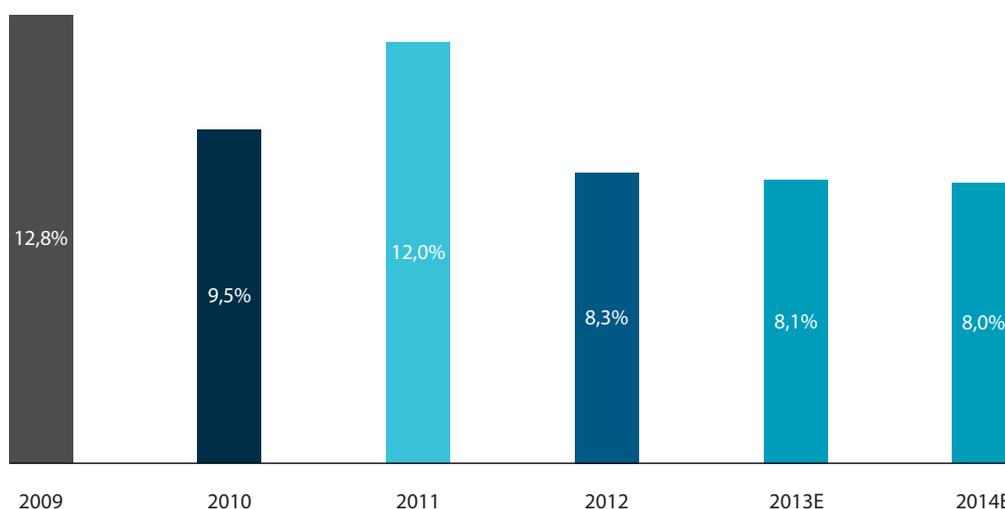
2.4.1. Timor-Leste

Em 2013 a economia de Timor-Leste permaneceu forte, devendo crescer cerca de 8,1%¹⁸ suportada pela despesa pública. A economia alcançou um crescimento real de aproximadamente 10% ao ano nos últimos anos, uma das taxas de crescimento sustentadas mais altas do mundo, suportada pela sua riqueza em petróleo. A inflação em Timor-Leste deverá manter-se elevada, em 10,6%¹⁹, devido ao aumento dos preços dos alimentos e dos transportes, não obstante a despesa pública estar abaixo do orçamento e o declínio dos preços internacionais dos alimentos.

Estimular o desenvolvimento do setor privado, criando um ambiente ideal para negócios, continua a ser uma prioridade para aprofundar a economia e reduzir a sua forte dependência do investimento público financiado pelas receitas petrolíferas.

Timor-Leste | Crescimento do PIB

(%)



Fonte: World Economic Outlook, FMI

^{18, 19} Estimativa FMI, World Economic Outlook, outubro 2013.

02

ASPETOS REGULAMENTARES



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

PORTUGAL

30

PORTUGAL

Televisão Digital Terrestre. A PT Comunicações, S.A. (PT Comunicações) prosseguiu a sua atuação no âmbito da TDT, tendo cumprido todas as obrigações de cobertura que lhe estão impostas na licença atribuída pela ANACOM e tendo concluído com sucesso o processo de alteração de canal, em cumprimento da deliberação de 4 de abril de 2011, em que a ANACOM aprovou a decisão final relativa à substituição do canal 67 (838-846MHz) consignado à PT Comunicações para o território continental, pelo canal 56 (750-758MHz) no âmbito do serviço de radiodifusão televisiva digital terrestre (TDT).

A PT Comunicações continua a aguardar a fixação dos critérios, em Portaria do Governo, com vista ao ressarcimento dos custos incorridos no aludido processo de alteração de canais do MUX A.

Em 24 de março de 2011, a ANACOM deliberou sobre a atribuição de subsídios à aquisição de equipamento TDT por parte de cidadãos com necessidades especiais, grupos populacionais mais desfavorecidos e instituições de comprovada valia social, tendo a PT Comunicações atribuído os subsídios em cumprimento da citada deliberação, que após duas prorrogações, esteve em vigor até ao dia 26 de abril de 2013.

Em 31 março de 2011, a ANACOM aprovou o Plano de Promoção e Informação a cumprir pela PT Comunicações, no âmbito da TDT, tendo a empresa realizado as vagas da campanha televisiva a que se encontrava vinculada, tendo terminado a campanha, em novembro de 2011, à qual se seguiu a campanha televisiva protagonizada pela ANACOM e que terminou por altura do switch-off.

Em 7 de abril de 2011, a ANACOM deliberou sobre a definição do procedimento de comparticipação de instalações e equipamentos dos custos incorridos pela população nas zonas abrangidas por meios de cobertura complementar (DTH) no âmbito da TDT, com vista a garantir a igualdade de acesso à TDT por parte das populações cobertas por TDT e por DTH. Também quanto a esta deliberação, a PT Comunicações está a cumprir as determinações da ANACOM, o que continuará a fazer até ao final da vigência da Licença que lhe foi atribuída.

Em 23 de março de 2012, a ANACOM aprovou a criação e a implementação de um subsídio adicional de instalação para a receção televisiva digital, destinada aos beneficiários do programa de subsidiação, em concreto famílias cujo requerente tenha 65 anos ou mais e se encontrem em situação de isolamento social, por razões conjunturais ou estruturais, deliberação esta que vigorou, também, até ao dia 26 de abril de 2013.

Serviços informativos. Por deliberação de 18 de abril de 2013, a ANACOM aprovou a decisão final relativa às regras de utilização de números 18xy do Plano Nacional de Numeração (PNN) para serviços informativos - outras listas, tendo sido publicado, em 15 de maio, o Regulamento n.º 169/2013, que determina tais regras, face à necessidade de reavaliar as condições de utilização dos números informativos 18xy, ponderando em especial a sua utilidade social.

Assim, de acordo com o novo regulamento:

- Os números 18xy podem ser utilizados para a prestação de serviços informativos de listas telefónicas com informação relativa aos assinantes nacionais (nomes, moradas e números de telefone ou fax, ou respetivos contactos eletrónicos) e com carácter global;
- Complementarmente pode ser disponibilizada a oferta de serviços específicos, devidamente identificados e caracterizados no regulamento - informação de horários, informação de programas, apoio na escolha de bens, serviços ou itinerários, informação de proximidade, conteúdos diversos de interesse público geral, serviço de marcação e reserva;
- É fixado o tarifário de retalho a que está sujeita a utilização de números 18xy neste contexto, o qual poderá ser revisto sempre que as condições de mercado o justifiquem ou tornem oportuno;

- As entidades que detêm direitos de utilização de números 18xy têm a obrigação de publicitar e divulgar, pelos meios adequados e online, os serviços oferecidos, bem como os respetivos preços e demais condições.

Na decisão de 18 de abril, a ANACOM fixou ainda um prazo de 30 dias úteis para as entidades que prestam os serviços informativos na gama 18xy adaptarem as respetivas ofertas às novas regras.

Mercados grossistas de terminação de chamadas vocais nas redes telefónicas públicas em local fixo.

A 7 de março de 2013, a ANACOM lançou uma consulta pública relativa ao sentido provável de decisão sobre o mercado grossista de terminação de chamadas vocais em redes telefónicas públicas em local fixo, no qual propunha fixar a tarifa de terminação de chamadas em 0,001091 euros, correspondente à média dos países que já tinham definido as suas tarifas de terminação de chamada em local fixo com base no modelo de custeio LRIC 'puro' recomendado pela CE.

Em 12 de julho de 2013, a ANACOM notificou à CE um projeto de decisão nos moldes do SPD que tinha colocado em consulta pública em março, sendo que, por atualização do benchmarking realizado, a tarifa média de terminação proposta preconizada passou a ser 0,001114 euros. Para além da definição dos preços, o projeto de decisão preconizava a imposição à PT Comunicações de uma obrigação de apresentar, no prazo de 12 meses, uma proposta de acesso e interligação IP.

No entanto, em 14 de agosto, a ANACOM decidiu retirar o seu projeto de decisão como consequência das sérias dúvidas levantadas pela CE, nomeadamente em relação à não apresentação de uma obrigação simétrica de interligação IP. Considerando os comentários da CE, em 27 de agosto, a ANACOM impôs medidas provisórias e urgentes que determinam os preços médios máximos a aplicar pelos operadores designados como detentores de poder de mercado significativo:

- Em 1 de outubro de 2013: 0,1114 cêntimos de euro por minuto (os preços a aplicar pela PT Comunicações nos vários níveis de interligação foram calculados tendo em conta os pesos dos tráfegos nos vários níveis, de maneira a que, no global, se apure este preço médio);
- A partir de 1 de julho de 2014: preço que vier a ser fixado com recurso ao modelo de custeio LRIC puro.

Alguns operadores interpretaram esta decisão de maneira divergente, recriando situações de assimetria tarifária, o que levou a ANACOM, em 27 de novembro, a adotar novas medidas provisórias e urgentes, com efeitos a partir de 1 de dezembro, clarificando que caso os operadores optem por definir um tarifário simplificado com apenas um nível de preço, esse preço não pode ser superior ao preço médio de referência, e que caso optem por um tarifário estruturado, com vários níveis de interligação, devem obrigatoriamente disponibilizar o nível de preços de interligação local, de tal forma que seja possível entregar nesse nível o tráfego de terminação destinado a todos os clientes do operador.

Em 29 de novembro a ANACOM lançou uma consulta pública sobre a definição metodológica relativa ao desenvolvimento e implementação de um modelo de custeio de terminação fixa, que decorreu até 15 de janeiro de 2014. A esta consulta seguir-se-á uma outra, no decorrer do 1T14, relativa à implementação prática do modelo de custeio. No decorrer do 1T14 é também expectável que a ANACOM lance uma nova consulta sobre a revisão do mercado relevante 3, desta vez incluindo uma obrigação (simétrica) de assegurar a interligação IP.

Consulta dos Mercados Relevantes 4 e 5. Em 6 de fevereiro de 2012, a ANACOM aprovou o projeto de decisão relativo à definição dos mercados grossistas de acesso à infraestrutura de rede num local fixo (MR4/2007) e de acesso em banda larga (MR5/2007), à avaliação de poder de mercado significativo (PMS) e à imposição, manutenção, alteração ou supressão de obrigações regulamentares.

02 ASPETOS REGULAMENTARES

Em linha com a decisão de 2009, a ANACOM propôs neste SPD manter o âmbito nacional do MR4 e a segmentação geográfica do MR5, dividido entre Áreas Não Competitivas (NC) e Áreas Competitivas (estas últimas não reguladas), continuando a PT com PMS no MR4 e MR5-NC.

No âmbito das obrigações de acesso no mercado grossista de acesso à rede, além da obrigação de acesso desagregado ao lacete e sublacete local em cobre e de acesso a condutas e postes a nível nacional, a ANACOM pretende impor a obrigação de acesso virtual à fibra ótica (bitstream avançado), mas com diferenciação geográfica na sua aplicação: esta obrigação não seria aplicável em 17 concelhos onde se considerava haver condições para os outros operadores investirem em fibra.

De acordo com o SPD, a PT ficaria também obrigada a demonstrar à ANACOM que a diferença entre os seus preços de retalho e os preços das ofertas grossistas disponibilizadas aos outros operadores não configurava uma situação de compressão de margens.

Contudo, o processo não foi concluído, em resultado das alterações entretanto ocorridas no mercado nacional (fusão entre a Zon e a Optimus e investimentos iniciados pela Vodafone e Altice na expansão das suas redes de fibra) e da recomendação da CE relativa a não discriminação e metodologias de custeio de NGA, que acabou por ser publicada em setembro de 2013. É expectável uma nova consulta da ANACOM sobre os Mercados 4 e 5 no 1T14, já tendo em conta a evolução registada nos mercados e no enquadramento regulamentar.

Espectro Radioelétrico. No âmbito do leilão multifaixa para a atribuição de direitos de utilização de frequências nas faixas dos 450 MHz, 800 MHz, 900 MHz, 1800 MHz, 2,1 GHz, 2,6 GHz, a ANACOM aprovou, em 22 de agosto de 2013, a decisão da concretização da componente geográfica das obrigações de cobertura na faixa de frequências dos 800MHz, tendo definido as freguesias sobre as quais recaem as obrigações mínimas de cobertura de banda larga móvel dos três operadores, e que fazem atualmente parte integrante da Licença atribuída.

Sistema de Contabilidade Analítica (SCA). Na sequência das deliberações da ANACOM de 18 e de 28 de janeiro de 2013, referentes a um conjunto de determinações e recomendações com vista ao aperfeiçoamento do SCA da PT Comunicações e à reformulação e reapresentação dos resultados do SCA de 2007, em 8 de fevereiro e em 15 de fevereiro a PT Comunicações remeteu à ANACOM os resultados reformulados do SCA para o exercício de 2007.

Em 8 de abril a ANACOM comunicou à PT Comunicações que, na sequência das conclusões da auditoria externa ao SCA referente aos exercícios de 2008 e 2009, o seu Conselho de Administração aprovou um conjunto de determinações e recomendações com vista ao aperfeiçoamento do SCA da PT Comunicações para esses anos, devendo a empresa apresentar os respetivos resultados reformulados. Nos dias 30 de abril e 6 de maio, a PT Comunicações enviou à ANACOM a informação solicitada.

Em 15 de maio e em 19 de julho, na sequência de reunião ocorrida a 26 de junho entre a ANACOM e a PT Comunicações, a PT Comunicações remeteu ao Regulador cartas a solicitar a definição da metodologia de cálculo da taxa de custo de capital (WACC) a partir do exercício de 2012, tendo tecido algumas considerações em relação à metodologia utilizada pelo Regulador para o triénio 2009-2011 e avançado diversas sugestões no sentido de aperfeiçoar esta metodologia.

Em 6 de junho de 2013 a ANACOM declarou a conformidade do SCA da PT Comunicações, para os exercícios de 2008 e de 2009, com as disposições regulamentares aplicáveis, tendo igualmente aprovado determinações e recomendações que visam o aperfeiçoamento do SCA.

Em 1 de agosto a ANACOM anunciou o lançamento de uma consulta pública com vista à adoção de uma nova metodologia de cálculo da taxa de custo de capital da PT Comunicações, a partir do exercício de 2012. Os comentários ao SPD tiveram lugar até 3 de setembro.

Em 29 de agosto, a ANACOM comunicou à PT Comunicações os calendários de realização das auditorias ao SCA e aos Custos Líquidos do Serviço Universal (CLSU) relativas aos anos de 2010 a 2012, bem como do trabalho de revisão do SCA.

Em 2, 16 e 30 de setembro e em 1 de outubro de 2013 a PT Comunicações submeteu à ANACOM as sucessivas tranches dos resultados do SCA referentes ao ano de 2012.

Em 18 de outubro a ANACOM aprovou o projeto de decisão final relativo à metodologia de cálculo da taxa de custo de capital (WACC) da PT Comunicações aplicável a partir do exercício de 2012. A aprovação da decisão final teve lugar a 5 de dezembro.

Compensação pelas margens de exploração negativas dos serviços obrigatórios. Por resolução de Conselho de Ministros de 10 de janeiro de 2013, o governo determinou que o serviço móvel marítimo deixasse de ser prestado enquanto serviço de interesse público a partir do dia 30 de abril de 2013. Após informar os assinantes deste serviço com a devida antecedência (mínimo de 3 meses), a PT Comunicações procedeu à cessação do mesmo, na data indicada.

Em 8 de abril a ANACOM informou a PT Comunicações da aprovação da decisão final relativa aos resultados reformulados das margens de exploração dos serviços de telex, telegráfico, teledifusão terrestre e móvel marítimo, referentes ao exercício de 2007, tendo enviado a correspondente notificação à Inspeção-Geral de Finanças.

Em 7 de junho a ANACOM comunicou à PT Comunicações ter aprovado as decisões finais relativas aos resultados reformulados das margens de exploração dos serviços de telex, telegráfico, teledifusão terrestre e móvel marítimo, referentes aos exercícios de 2008 e 2009, tendo enviado as correspondentes notificações à Inspeção-Geral de Finanças.

Nos termos da resolução do Conselho de Ministros publicada em 18 de outubro de 2013, o serviço fixo de telex, o serviço fixo comutado de transmissão de dados e o serviço telegráfico (telegramas) deixaram de revestir a natureza de serviço público em 31 de janeiro de 2014, cessando assim a obrigação legal de prestação deste serviço por parte da PT Comunicações. Procedeu-se à comunicação atempada (antecedência mínima de 3 meses) da descontinuação dos dois primeiros serviços aos respetivos clientes, tendo a PT Comunicações optado por, a partir de 1 de fevereiro de 2014, continuar a prestar o serviço telegráfico nas condições constantes da sua oferta comercial.

Em 9 de dezembro de 2013 a PT Comunicações remeteu à ANACOM informação relativa às margens de exploração dos serviços de telex, telegráfico e móvel marítimo para o exercício de 2012. Aguarda-se que tenha início a auditoria à informação apresentada pela PT Comunicações para os exercícios de 2010 e 2011.

Está a decorrer no tribunal arbitral convocado pela PT em 2012 o processo que opõe a PT ao Estado (IGF) relativamente ao entendimento expresso por esta entidade, a propósito das margens negativas dos serviços obrigatórios em 2006, de que estas deviam ser compensadas deduzidas das eventuais margens positivas que alguns dos serviços obrigatórios apresentem.

Entretanto, em 28 de outubro de 2013, foi celebrado entre o Estado e a PT Comunicações o Acordo de Revogação do Contrato de Concessão.

Liquidação e cobrança de taxas de regulação. Em 1 de julho de 2013, a PT Comunicações e a MEO (anteriormente denominada TMN) submeteram à ANACOM as respetivas declarações de proveitos relevantes para efeitos do apuramento do valor das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas referente ao ano de 2013.

02

ASPETOS REGULAMENTARES

Em 11 de julho, a ANACOM aprovou o relatório relativo aos custos administrativos e ao montante resultante da cobrança das taxas devidas pelos fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas, referente ao exercício de 2012. Foi igualmente decidida a devolução aos fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas dos montantes globais de 334.316,04 euros, relativo a 2012, e de 22.426,21 euros, relativo a uma correção respeitante ao ano de 2011. Desta última correção resultou a fixação de uma percentagem contributiva de 0,5505% para 2011. Para 2012, a percentagem contributiva foi fixada em 0,5475%.

Em 25 de julho, a ANACOM determinou um valor de custos administrativos, a considerar para efeitos de liquidação das taxas de atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, de 24.478.856 euros em 2013.

Em 1 de outubro, e em resposta a uma solicitação da ANACOM, a PT Comunicações remeteu ao Regulador as declarações retificadas relativas dos proveitos relevantes de 2007 a 2009, na sequência dos ajustamentos decorrentes do processo de auditoria e do cálculo do valor final dos CLSU para estes três anos.

A ANACOM, por deliberação de 18 de outubro, aprovou a revisão da liquidação das taxas devidas pelo exercício de atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, relativas aos anos de 2009 e 2010, em virtude de ter sido corrigido o valor dos proveitos relevantes da PT Comunicações em função dos valores finais dos custos líquidos do serviço universal relativos aos exercícios de 2007 a 2009. A correção do valor dos proveitos relevantes da PT Comunicações por um valor superior originou um aumento do total de rendimentos relevantes das empresas do escalão 2, com impacto no valor das percentagens contributivas devidas, que passou a ser de 0,4827% para 2009 e de 0,4908% para 2010.

Em 24 de outubro, a ANACOM deliberou proceder à audiência prévia da PT Comunicações no âmbito das conclusões do processo de auditoria aos proveitos relevantes de 2012. Em 7 de novembro a PT Comunicações enviou ao Regulador a sua pronúncia.

Em 31 de outubro de 2013, a ANACOM aprovou a revisão da liquidação das taxas devidas pelo exercício de atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, relativas aos anos de 2011 e 2012. Esta decisão deu sequência à correção do valor dos proveitos relevantes da PT Comunicações em função dos valores finais dos custos líquidos do serviço universal para os exercícios em causa, submetida pela PT Comunicações à ANACOM em 16 de outubro em conformidade com o Artigo 9º, n.º 1 da Portaria n.º 1473-B/2008 de 17 de dezembro, na redação que lhe foi dada pela Portaria n.º 296-A/2013, de 2 de outubro.

Em 21 de novembro, a ANACOM aprovou os valores a considerar na fórmula de cálculo das taxas devidas pelo exercício da atividade de fornecedor de redes e serviços de comunicações eletrónicas, tendo fixado o valor da percentagem contributiva a aplicar aos fornecedores de redes e serviços de comunicações eletrónicas, com referência ao ano 2013, em 0,4880%.

Tarifário do Serviço Universal. Em 1 de outubro de 2013, a PT Comunicações procedeu à alteração do preço das comunicações originadas na sua rede e destinadas a clientes diretos de outros prestadores (PT-OPS), no âmbito do seu tarifário base, igualando-o ao preço das chamadas na sua própria rede (PT-PT). Esta alteração refletiu os novos preços de terminação nas redes fixas em vigor a partir de 1 de outubro de 2013.

Custos Líquidos do Serviço Universal. Em 19 de fevereiro a PT Comunicações submeteu à ANACOM as versões revistas do modelo relativo ao apuramento do CLSU para os anos de 2007 a 2009, refletindo várias alterações e correções na sequência do respetivo processo de auditoria.

Em de 11 de abril, foi aprovado o sentido provável de decisão sobre os resultados da auditoria aos CLSU da PT Comunicações relativos aos exercícios de 2007 a 2009. Em 22 de maio a PT Comunicações enviou ao Regulador a sua pronúncia.

Na sequência da deliberação da ANACOM de 20 de junho, referente à aprovação da decisão final sobre os resultados da auditoria aos CLSU relativos aos exercícios de 2007 a 2009, a PT Comunicações ressubmeteu, em 28 de junho, os correspondentes valores revistos.

Seguiu-se a aprovação por parte da ANACOM, por deliberação de 1 de agosto, do sentido provável de decisão sobre os resultados finais da auditoria aos CLSU ressubmetidos pela PT Comunicações para os exercícios de 2007 a 2009. Este projeto de decisão foi submetido a audiência prévia dos interessados e a consulta pública, tendo a PT Comunicações apresentados os seus comentários por carta de 19 de agosto.

Também em 19 de agosto a PT Comunicações remeteu à ANACOM, e na sequência da deliberação da ANACOM de 20 de junho referente à decisão sobre os resultados da auditoria aos CLSU relativos aos exercícios de 2007 a 2009, novos valores dos CLSU para os anos de 2010 e 2011, de acordo com a metodologia final estipulada.

Em 29 de agosto, a ANACOM comunicou à PT Comunicações os calendários de realização das auditorias ao Sistema de Contabilidade Analítica (SCA) e aos CLSU relativas aos anos de 2010 a 2012, bem como do trabalho de revisão do SCA. Em 9 de setembro a PT Comunicações enviou ao Regulador carta com indicações dos pontos de contacto para efeito das auditorias, aproveitando para tecer alguns comentários e avançar com um certo número de sugestões relativas a estes trabalhos.

Em 19 de setembro a ANACOM aprovou a decisão final sobre os CLSU relativos a 2007-2009, mantendo os valores constantes no SPD.

No âmbito do estipulado na Lei 35/2012, que procedeu à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas, destinado ao financiamento dos CLSU, em 31 de outubro a PT Comunicações submeteu à ANACOM o cálculo do CLSU para o exercício de 2012, tendo em conta as deliberações do Regulador relativas à metodologia de cálculo dos CLSU e as recomendações efetuadas no âmbito da auditoria aos CLSU 2007-2009.

Designação do(s) Prestador(es) do Serviço Universal. Em 14 de fevereiro de 2012, a ANACOM tomou uma decisão final no âmbito da consulta Pública sobre o processo de designação do(s) prestador(es) do Serviço Universal (SU) (que decorreu no final de 2011), tendo emitido as suas recomendações para o governo.

Por meio da Portaria 318/2012, de 12 de outubro, os Ministérios das Finanças e da Economia e do Emprego lançaram três concursos para a seleção da(s) empresa(s) a designar para a prestação do SU, destinados a selecionar uma ou várias empresas com quem o Estado português contratará o fornecimento (em qualquer ponto do território nacional, a todos os utilizadores independentemente da sua localização geográfica):

- Da ligação a uma rede de comunicações pública num local fixo e da prestação de serviços telefónicos acessíveis ao público através dessa ligação (concurso 1);
- Da oferta de postos públicos (concurso 2);
- Disponibilização de uma lista telefónica completa e de um serviço completo de informações de listas (concurso 3).

O período de prestação para cada um dos serviços foi fixado em 5 anos, num quadro de neutralidade tecnológica.

02 ASPETOS REGULAMENTARES

Em 28 de novembro de 2012 terminou o prazo de apresentação de candidaturas aos concursos, para efeitos de pré-qualificação. Entre 27 de dezembro de 2012 e 3 de janeiro de 2013 decorreu o processo de audiência prévia aos interessados sobre o relatório preliminar de qualificação. O relatório final foi publicado em 2 de fevereiro de 2013, com os seguintes resultados:

- PT Comunicações, Optimus, Zon e Vodafone qualificados para o concurso 1 e 2;
- PT Comunicações, Vodafone e Plurimarketing qualificados para o concurso 3.

O prazo para submissão das propostas a cada um dos concursos terminou a 15 de março, verificando-se que:

- PT Comunicações, ZON e Optimus apresentaram propostas para o concurso 1;
- PT Comunicações apresentou proposta para o concurso 2;
- Não foi apresentada nenhuma proposta para o concurso 3.

Em 18 de abril de 2013 a ANACOM publicou o relatório preliminar relativo aos concursos do SU, com os seguintes resultados:

- ZON e Optimus venceram o concurso 1;
- PT Comunicações venceu o concurso 2.

Em 18 de outubro de 2013, o governo confirmou esses resultados e determinou a designação da Optimus e da Zon como os prestadores do serviço universal para a ligação a uma rede de comunicações pública em local fixo e a prestação de serviços telefónicos acessíveis ao público, e da PT Comunicações como prestador do serviço universal para a oferta de postos públicos.

Em 20 de julho de 2013, o governo decidiu iniciar um procedimento de ajuste direto para o fornecimento de uma lista completa e os serviços de informações por um período de 12 meses, com a possibilidade de tal período ser prorrogado por mais 6 meses. A PT Comunicações foi a única empresa que apresentou uma proposta no âmbito desse procedimento, pelo que o governo lhe adjudicou, em 7 de novembro de 2013, a prestação destes serviços.

Lei do Financiamento do Serviço Universal. Em 23 de agosto foi publicada a Lei n.º 35/2012 que procede à criação do fundo de compensação do serviço universal de comunicações eletrónicas previsto na Lei das Comunicações Eletrónicas, destinado ao financiamento dos custos líquidos decorrentes da prestação do serviço universal. Nos termos desta Lei, a ANACOM deverá, em julho de 2014, identificar as entidades que deverão contribuir para a compensação dos CLSU de 2007 a 2009 e definir o valor exato da respetiva contribuição extraordinária.

Consumidor. Em dezembro de 2013, a ANACOM lançou uma ferramenta, no seu website, que permite ao consumidor testar a velocidade do seu serviço de internet. Esta ferramenta denomina-se NET.Mede e pretende constituir a primeira fase das ações de verificação e controlo da qualidade de serviço do serviço de acesso à internet fixa e móvel promovidas pela ANACOM.

Infraestruturas de telecomunicações em edifícios, Manual ITED 3.ª Edição. Em 21 de novembro de 2013, a ANACOM aprovou o projeto de 3.ª edição do Manual ITED - Prescrições e especificações técnicas das infraestruturas de telecomunicações em edifícios. De acordo com a ANACOM, a atualização do Manual ITED resulta da necessidade de dar resposta às questões relacionadas com a instalação de infraestruturas de telecomunicações, dada a predominância das reabilitações de edifícios face a novas construções, bem como à necessidade de resolver problemas, como os relacionados com cabos nas fachadas de edifícios, fazendo em simultâneo a integração da correspondente evolução normativa europeia e procurando corresponder à expectável redução de custos. O prazo para o envio de contribuições terminou no dia 6 de janeiro de 2014.

Cloud Computing. Em 27 de setembro de 2012, a Comissão Europeia publicou uma comunicação intitulada “Unleashing the Potential of Cloud Computing in Europe”, no contexto da prossecução dos objetivos da Agenda Digital. De acordo com a referida comunicação, a CE visa permitir e facilitar uma rápida adoção da cloud computing por todos os setores de atividade, na medida em que tal pode permitir a redução de custos de IT, aumento de produtividade, emprego e crescimento.

Na sua comunicação, a CE identifica um conjunto de medidas que, na sua opinião, são essenciais para, por um lado, promover a cloud computing e, por outro, garantir os direitos dos utilizadores, tendo, neste contexto, identificado 3 ações chave a promover:

- Tentar harmonizar standards na prestação destes serviços;
- Adoção de termos e cláusulas contratuais seguros e equilibrados;
- Estabelecer uma parceria europeia para a cloud para fomentar a inovação e crescimento no setor público.

Em 12 de dezembro de 2012, a Direção-Geral de Justiça da CE organizou um workshop dedicado aos contratos relativos à prestação de serviços de cloud computing e que tinha como objetivo principal explorar a visão e experiências dos vários stakeholders com a CE sobre os modelos contratuais aplicáveis à prestação destes serviços. Foram analisados os possíveis desenvolvimentos deste mercado, questões relativas ao modelo contratual adotado pelas empresas que prestam tais serviços, impacto económico destas questões e possíveis ações a adotar ao nível europeu.

Em setembro de 2013 foi constituído um Expert Group para analisar as várias questões que tais serviços suscitam, sendo expectável que tal grupo venha a emitir orientações/recomendações referentes a cláusulas e termos contratuais a implementar no contexto da oferta de serviços de cloud computing, medidas a adotar para aumentar a confiança de clientes e utilizadores (em particular no que se refere a garantias de segurança da informação e proteção de dados pessoais), medidas adequadas para garantir maior certeza jurídica na relação entre prestadores, clientes e utilizadores e como garantir que as medidas adotadas são adequadas no sentido de não prejudicar a prestação de tais serviços.

Regulamentação da Lei do Cinema. Na sequência da publicação, em 6 de setembro de 2012, da Lei n.º 55/2012 (Lei do Cinema), que estabelece os princípios de ação do Estado no fomento, desenvolvimento e proteção da arte do cinema e das atividades cinematográficas e audiovisuais, e que impõe obrigações aos operadores de distribuição e aos operadores de Video On Demand, foram publicados dois diplomas que procedem à regulamentação da Lei do Cinema, concretizando, assim, as obrigações nela previstas.

Assim:

1) O Decreto-Lei n.º 9/2013, de 24 de janeiro, prevê:

- A obrigação de autoliquidação da taxa anual, por cada subscrição de acesso a serviços de televisão, até 1 de julho do ano seguinte àquele a que se reportam os dados;
- A obrigação de disponibilizar ao ICA os relatórios que remetem à ANACOM relativos aos subscritores de televisão por subscrição.

2) O Decreto-Lei n.º 124/2013, de 30 de agosto, prevê:

- A obrigação de investir 1% da receita de Video On Demand na produção cinematográfica e audiovisual assegurada através do investimento anual em obras cinematográficas nacionais;
- A obrigação de reportar ao ICA, até 30 de junho de cada ano, o valor das receitas dos Video On Demand, auferidas no exercício anterior;
- A obrigação de comunicar ao ICA, até 31 de janeiro do ano seguinte ao ano de investimento:
 - a. O título, tipo e género de cada obra criativa cinematográfica nacional objeto de investimento;
 - b. A identificação dos produtores independentes e dos demais titulares de direito de autor e direitos conexos sobre as mesmas obras;

02 ASPETOS REGULAMENTARES

- c. O valor e o tipo de investimento efetuado em cada obra;
- d. A demonstração dos custos efetivos com a criação de uma área dedicada às obras nacionais e da perda de receitas pela aplicação das condições de remuneração dos detentores de direitos previstas (i.e. 50% de revenue share), desde que demonstrado que estas são desvantajosas relativamente às praticadas pelo operador com os demais fornecedores de conteúdos do mesmo tipo.

A PT foi notificada, em 17 outubro de 2013, da nota de liquidação relativa à taxa devida pela prestação de serviços de distribuição de televisão. Em 2 de janeiro de 2014, o governo português tornou pública a intenção de propor à Assembleia da República algumas alterações à redação da Lei do Cinema, nomeadamente: (i) a redução da taxa anual devida pelas subscrições de televisão para 1,75 euros (a ser atualizada até um máximo de 2 euros a partir de 2020), e (ii) a transferência de fundos da ANACOM para o ICA em montante equivalente entre 75% e 100% da taxa anual prevista em (i). A PT pagou o valor da taxa anual relativo a 2013. As alterações acima mencionadas foram aprovadas pela Assembleia da República no dia 14 de fevereiro de 2014.

Serviços de valor acrescentado baseados no envio de mensagem. Foram publicados dois diplomas que alteram o regime aplicável aos serviços de valor acrescentado (SVAs) baseados no envio de mensagem.

Assim:

- 1) O Decreto-Lei n.º 8/2013, de 18 de janeiro, prevê que possam prestar SVAs não só as entidades registadas em Portugal como também, sem necessidade de registo em Portugal, as entidades legalmente estabelecidas num Estado-membro da União Europeia ou do Espaço Económico Europeu, ficando vinculadas ao cumprimento do disposto nos artigos 5.º a 9.º-A do diploma dos SVAs (por exemplo: informar do início da prestação de serviços; pedir numeração para a prestação dos serviços; celebrar contratos de suporte; obrigação da dupla confirmação; etc.) e ao restante regime previsto naquele diploma. Este diploma prevê, igualmente, a alteração das sanções pecuniárias no âmbito da prestação de SVAs, em sede de contraordenação (mínimo de 5.000 euros e máximo de 200.000 euros, quando antes havia um mínimo de 14.963,90 euros e um máximo de 49.879,80 euros).
- 2) A Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, prevê:
 - Que o acesso aos SVAs deixa de estar barrado por defeito, salvo quando se tratem de serviços que impliquem o envio de mais de uma mensagem ou o envio de mensagens de forma periódica ou continuada ou serviços que tenham conteúdo erótico ou sexual;
 - Que não será barrado o acesso a serviços que impliquem o envio de mais de uma mensagem ou o envio de mensagens de forma periódica ou continuada, desde que o cliente tenha, antes da entrada em vigor da Lei, manifestado expressa e validamente, por escrito ou através de outro suporte durável, a vontade de aceder a tais serviços;
 - Que os clientes podem solicitar o barramento do acesso aos SVAs cujo acesso passa a ser facultado por defeito.

Roaming. O Regulamento (UE) N.º 531/2012 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de junho de 2012, relativo à itinerância nas redes de comunicações móveis públicas da União (Roaming III) entrou em vigor a 1 de julho de 2012.

O Roaming III abarca um período de 10 anos, entre 1 de julho de 2012 e 30 de junho de 2022, e é mais abrangente do que as duas anteriores versões do Regulamento.

Para além de price caps (sujeitos a glide path) nas comunicações retalhistas de voz e SMS e dados, e a nível grossista nas comunicações de voz, SMS e dados, esta versão do regulamento traz as seguintes novidades:

- Extensão das medidas de transparência e salvaguarda (bill-shock) para o cliente para além do espaço intra-UE;
- Aplicação de um price cap a nível retalhista na comunicações de dados em roaming, a partir de 1 de julho de 2012;

- No âmbito do acesso grossista, os operadores ficaram obrigados a atender todos os pedidos razoáveis a partir de 1 de julho de 2012, tendo a MEO (anteriormente denominada TMN) publicado uma oferta de referência a 1 de janeiro de 2013;
- Desagregação dos serviços de roaming a nível retalhista a partir de 1 de julho de 2014.

Em 1 de julho de 2013 entraram em vigor os novos price caps, aplicáveis até julho de 2014:

- Nas chamadas de voz, a nível retalhista, 0,24 euro/min nas chamadas de saída e 0,07 euro/min nas chamadas de entrada. A nível grossista, 0,10 euro/min nas chamadas de entrada;
- Nos SMS de saída, 0,08 euros (retalhista) e 0,02 euros (grossista);
- No tráfego de dados, 0,45 euros/MB (retalhista) e 0,15 euros/MB (grossista).

Em 18 de março de 2013 o BEREC publicou as suas linhas de orientação relativas à interpretação e implementação do Regulamento Roaming III, (exceto no que diz respeito aos artigos 3, 4 e 5 relacionados com o acesso grossista e a venda separada de serviços de roaming). As questões relacionadas com o acesso grossista tinham já sido objeto de umas linhas de orientação específicas, publicadas em 27 de setembro de 2012, e a venda separada de serviços de roaming (Single IMSI e LBO – Local break-out) foi também objeto de linhas de orientação específicas, publicadas em 5 de julho de 2013.

Consulta pública da CE sobre redução dos custos de roll-out de NGA. Entre 27 de abril de 2012 e 20 de julho de 2012 decorreu uma Consulta Pública da CE sobre o tema da redução dos custos de roll-out de NGA, com destaque para a necessidade de mais coordenação, informação e transparência entre os diversos stakeholders.

De acordo com a CE, 80% dos custos de investimento em redes NGA estão relacionados com a construção civil de infraestruturas, como a abertura de valas e colocação de condutas, e até 30% destes custos devem-se a ineficiências. A CE considera que as ARNs e os Estados-membros podem atuar a este nível tornando obrigatória a partilha de infraestruturas, incluindo as infraestruturas das empresas de utilities.

A CE publicou o relatório desta consulta pública em 22 de novembro de 2012. Em 26 de março de 2013 apresentou um projeto de Regulamento contendo regras para reduzir em 30% os custos com a implantação de redes de banda larga de alto débito.

Em 28 de novembro de 2013 o comité ITRE do Parlamento Europeu propôs um conjunto de alterações à proposta da Comissão Europeia, defendendo que as medidas para reduzir o custo de implantação da banda larga devem ser abordadas através de uma diretiva comunitária em vez de um regulamento, dando assim aos Estados-membros mais flexibilidade para se ajustar às especificidades locais ou regras nacionais em vigor sobre esta matéria.

As negociações entre o Parlamento e o Conselho irão decorrer no início de 2014, sendo expectável a aprovação da diretiva antes do final da atual legislatura (até maio de 2014).

Projeto de Recomendação da CE sobre não discriminação e custeio de NGA. Em 5 de dezembro de 2012, a CE enviou ao BEREC o Projeto de Recomendação sobre a obrigação de não discriminação e modelos de custeio, no âmbito das NGA.

Genericamente, o Projeto concretiza a ideia veiculada pela Comissária Kroes em julho de 2012, de que a orientação dos preços para os custos nas NGA pode ser flexibilizada em determinadas circunstâncias, em contrapartida de um controlo mais apertado da não discriminação a nível grossista.

O BEREC emitiu a sua opinião sobre este Projeto de Recomendação em março de 2013, tendo sugerido que a secção de metodologias de custeio grossista deveria ser reescrita. Segundo o BEREC, a Recomendação

02 ASPETOS REGULAMENTARES

não deveria sugerir uma metodologia específica de custeio, mas sim identificar os princípios fundamentais que devem ser respeitados. A CE não levou em conta a opinião do BEREC nesta matéria e obteve, em 11 de julho de 2013, a opinião favorável do COCOM (Communications Committee), possibilitando a adoção final da Recomendação.

Em 9 de setembro de 2013 a CE publicou formalmente a Recomendação final sobre não discriminação e custeio de NGA, inserida na apresentação e proposta do chamado pacote do Mercado Digital Único. A Recomendação (não vinculativa) tem como objetivos promover o investimento e a inovação em novas infraestruturas de rede, ao mesmo tempo que se assegura a concorrência efetiva. A Recomendação procura (i) assegurar um efetivo level playing field através da aplicação de regras mais estritas de não discriminação, (ii) estabelecer preços de acesso às redes de cobre previsíveis e estáveis, (iii) e aumentar a certeza regulatória quanto às circunstâncias que devem levar à não imposição de preços regulamentados no acesso grossista às redes de Nova Geração.

“Connected Continent” – Proposta da Comissão Europeia para um novo Regulamento sobre o “Digital Single Market”: A Comissão Europeia apresentou, em setembro de 2013, uma proposta de Regulamento sobre “Digital Single Market”, com o objetivo de estimular o fornecimento de serviços europeus transfronteiriços e de promover uma concorrência sustentável no mercado interno e competitividade global da UE, com particular impacto a nível da instituição de uma autorização europeia única para a prestação de serviços de comunicações eletrónicas, convergência de remédios regulatórios, uniformização de serviços a nível europeu, harmonização de procedimentos para atribuição de espectro, Net Neutrality e transparência, tráfego internacional de voz e roaming e proteção dos consumidores.

A CE tenciona obter a aprovação deste regulamento pelo Parlamento Europeu (PE) na primavera de 2014, embora já tenham sido expressas posições dissonantes sobre vários aspetos da proposta, nomeadamente por parte de comités do próprio PE. Se aprovado, este Regulamento (diretamente aplicável nos vários Estados membros, sem necessidade de transposição) poderá ter um impacto substancial no negócio do Grupo PT, nomeadamente por via da redução de preços e incremento dos custos operacionais.

03

PERFIL ESTRATÉGICO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08	
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13	
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29	
03 PERFIL ESTRATÉGICO		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53	
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75	
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85	
07 RECURSOS HUMANOS	99	
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS	101	
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109	
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113	
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121	
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125	
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129	
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133	
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227	
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231	
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235	
18 GLOSSÁRIO	239	
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243	
20 INDICADORES-CHAVE	245	
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249	
		CONTEXTO DE NEGÓCIO: ALTERAÇÕES DOS HÁBITOS DOS CONSUMIDORES CONDUZEM A CONETIVIDADE E DIGITALIZAÇÃO
		Setor global das telecomunicações 42
		Contexto do setor das telecomunicações em Portugal 44
		POSICIONAMENTO DA PT: UM OPERADOR INOVADOR QUE COLOCA A TECNOLOGIA AO SERVIÇO DOS CONSUMIDORES E EMPRESAS, EM TODO O MUNDO
		Operações em Portugal 47
		Operações internacionais 49
		Enfoque na inovação e execução 50

03 PERFIL ESTRATÉGICO

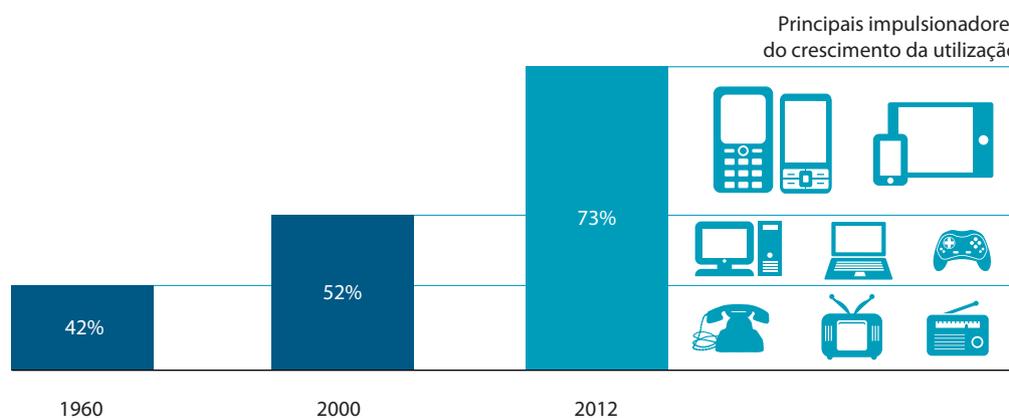
CONTEXTO DE NEGÓCIO: ALTERAÇÕES DOS HÁBITOS DOS CONSUMIDORES CONDUZEM A CONETIVIDADE E DIGITALIZAÇÃO

Setor global das telecomunicações

Transformação dos hábitos de consumo. A proliferação de novos e inovadores players nas telecomunicações, média e tecnologia, em conjunto com o aparecimento de novos equipamentos mais potentes e de redes mais rápidas, estão a mudar os hábitos de consumo num ciclo auto mantido. À medida que os equipamentos suportam novas funcionalidades e as redes têm velocidades mais elevadas, os consumidores utilizam mais a tecnologia e o setor vai aumentando a sua quota no tempo dos consumidores, aumentando também a quantidade de dados transportados na rede e sendo processados e armazenados nos data centres. As redes de nova geração estão a permitir maiores velocidades a custos mais baixos, ao mesmo tempo que a capacidade de processamento dos equipamentos pessoais e profissionais cresceu exponencialmente para o mesmo nível de preços. Como resultado, os consumidores estão a tornar-se multi-tasking e a exigir acesso virtual ao conteúdo digital em qualquer lugar, em qualquer ecrã, exigindo, assim, redes mais rápidas e fiáveis e maior capacidade de armazenamento e processamento virtual.

Quota TMT no tempo acordado dos consumidores, 1960 - 2012

Americano médio; percentagem, 100% = 16 horas



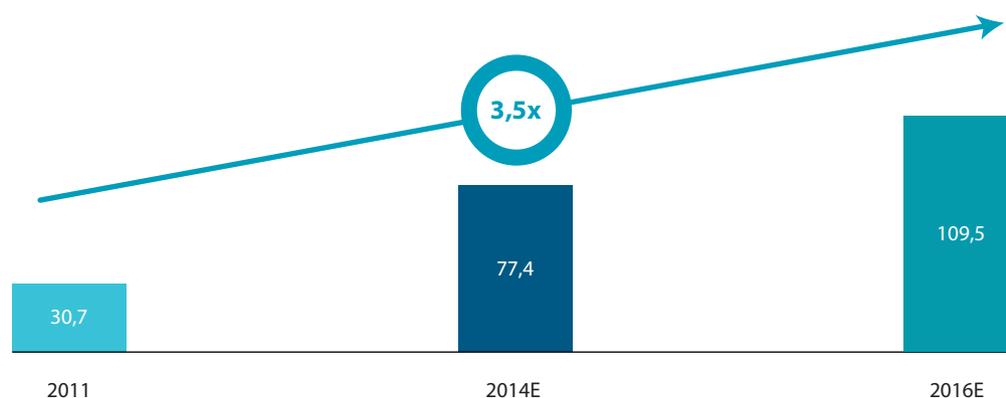
Fonte: US Bureau of labor statistics; eMarketer, out 2012; McKinsey

À medida que os consumidores evoluem, as empresas também precisam de transformar o seu modelo de negócio para se adaptarem a estas novas necessidades. À medida que os consumidores se tornam mais digitais, o comércio eletrónico cada vez mais relevante e os modelos de comunicação através da internet estão a ganhar audiência, atenção e quota de mercado, os operadores de telecomunicações precisam de entregar soluções de comunicação integradas e simples e serviços cloud flexíveis, escaláveis e seguros. As mudanças exigidas pelo consumidor digital vão além da oferta de produtos. As redes sociais, por exemplo, têm registado um crescimento exponencial nos últimos dois anos e estão a desempenhar um papel fundamental, não só na forma como as pessoas se relacionam entre si, mas também na relação das empresas com os seus clientes. As empresas estão a descobrir que as redes sociais são um canal perfeito para comunicar com os seus clientes já que é um canal de comunicação eficiente para fornecer vendas e serviços aos consumidores digitais.

O investimento na rede é crucial. A cada vez maior digitalização dos consumidores e empresas está a conduzir a um aumento da utilização de serviços de consumo elevado de dados. Este aumento está a gerar um 'tsunami' de dados que está a inundar as redes de comunicações em todo o planeta, particularmente as redes móveis, conduzido pelo crescimento exponencial do consumo de vídeo em mobilidade. Os operadores de telecomunicações globais mais afetados por essas tendências têm tomado medidas importantes para adaptar estruturalmente a capacidade da sua rede. Este novo paradigma de escassez de redes coloca um prémio significativo nos investimentos na rede, enquanto os operadores se esforçam para melhorar a qualidade da experiência dos clientes, cada vez mais exigentes, que procuram: cobertura, velocidade, fiabilidade e segurança. Adicionalmente, como a largura de banda também vai desempenhar um papel fundamental na adoção rápida de serviços inovadores tais como cloud, o investimento contínuo na rede é fundamental para sustentar a inovação e diferenciação de serviços.

Tráfego IP. Mundo

Exabytes por mês



Fonte: Cisco Visual Networking Index

Proliferação de novas tecnologias de acesso. O desenvolvimento de novas tecnologias e redes de acesso continua a ser uma tendência predominante no setor, com os operadores a anunciarem os seus planos, testes e investimentos em Redes de Nova geração (RNG), nomeadamente fibra até casa do cliente (FTTH) na rede fixa, e Long term Evolution (4G-LTE) na rede móvel. Ambas as tecnologias oferecem o melhor de dois mundos, oferecendo maiores velocidades, menores latências, maior fiabilidade e, ao mesmo tempo, melhorar a eficiência de transmissão de dados, permitindo, assim, uma significativa redução de custos para os operadores.

Contexto desafiante em mercados maduros. Ao mesmo tempo que os operadores estão empenhados em lidar com os investimentos na rede, o setor está a enfrentar um aumento significativo da concorrência em mercados maduros, não só de outros operadores, mas também de novos players no mercado. O setor tem assistido a uma mudança significativa na alocação da receita, impulsionada principalmente pela expansão das aplicações móveis e serviços baseados na internet. Os operadores de telecomunicações estão a enfrentar esses desafios procurando novas fontes de receitas e muitos estão a investir em serviços adjacentes, tais como ofertas baseadas na cloud ou soluções de m-payment para permitir transações eletrónicas rápidas, fáceis e seguras destinadas a aumentar a satisfação e o lifetime value do cliente.

No mercado de rede fixa, os operadores de telecomunicações tradicionais estão a ser ameaçados, tanto por operadores de cabo, como móveis. As empresas de cabo estão a apostar significativamente no DOCSIS 3,0, uma tecnologia de acesso de nova geração que permite aos operadores de cabo competir com soluções de fibra. Por outro lado, o 4G-LTE está a ser implementado a um nível global, criando, assim, uma plataforma de alta

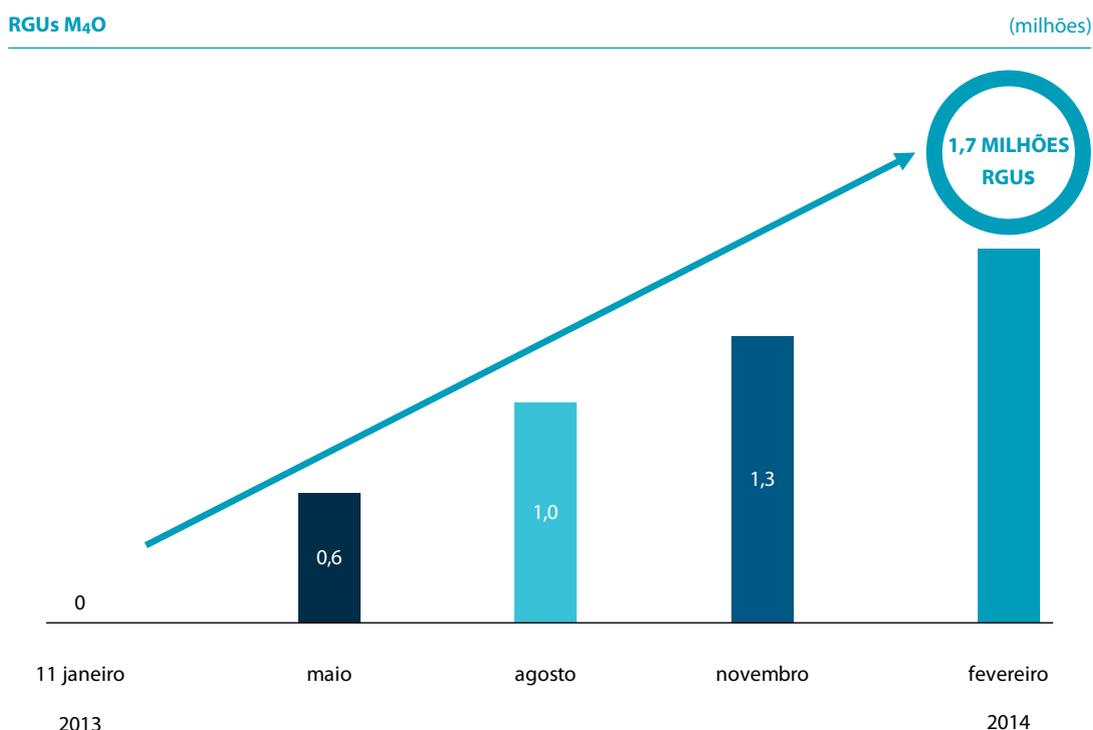
03 PERFIL ESTRATÉGICO

velocidade e baixa latência para os operadores móveis concorrerem na área residencial. No mercado móvel, a concorrência está também a aumentar, muito devido ao facto de os reguladores estarem a pressionar para uma queda agressiva das taxas de terminação, criando oportunidade para ofertas agressivas por operadores (attackers), incluindo ofertas conjuntas, low-cost, para todas as redes que diluem as externalidades dos operadores incumbentes.

Mercados emergentes continuam a ser atrativos como motor de crescimento. Os mercados emergentes continuam a atrair os operadores de telecomunicações, dado que continuam a ser fontes de crescimento e escala. Simultaneamente o crescimento da população e do PIB per capita está a levar ao aparecimento de novos consumidores na classe média e média-alta. Esta nova procura tem um potencial inexplorado nos serviços tradicionais de telecomunicações, dado que a penetração da maior parte dos serviços ainda não atingiu os níveis dos mercados maduros.

Contexto do setor das telecomunicações em Portugal

Ofertas integradas estão a abrir o caminho para a convergência. O mercado português de telecomunicações foi marcado por uma forte adesão dos clientes aos pacotes triple-play, impulsionado pelo valor intrínseco da televisão por subscrição como alternativa de entretenimento atrativa, pela qualidade de serviço (QoS) e pelos conteúdos diferenciadores que as set-top-boxes permitem. Em 2013, a introdução de ofertas quadruple-play no mercado permitiu aos prestadores de serviços diferenciarem-se e aumentou a venda cruzada de serviços para além da oferta de telefone fixo. As ofertas quadruple-play beneficiam as empresas e os consumidores, permitindo-lhes usufruir de vários serviços com um custo menor. Em resultado da persistência e do investimento direcionado para a televisão por subscrição e para ofertas agregadas, a PT tem melhorado significativamente a sua dinâmica nos serviços de voz e dados, conseguindo alcançar a liderança no triple-play e atingir 1,7 milhões de RGUs quadruple-play em fevereiro de 2014.

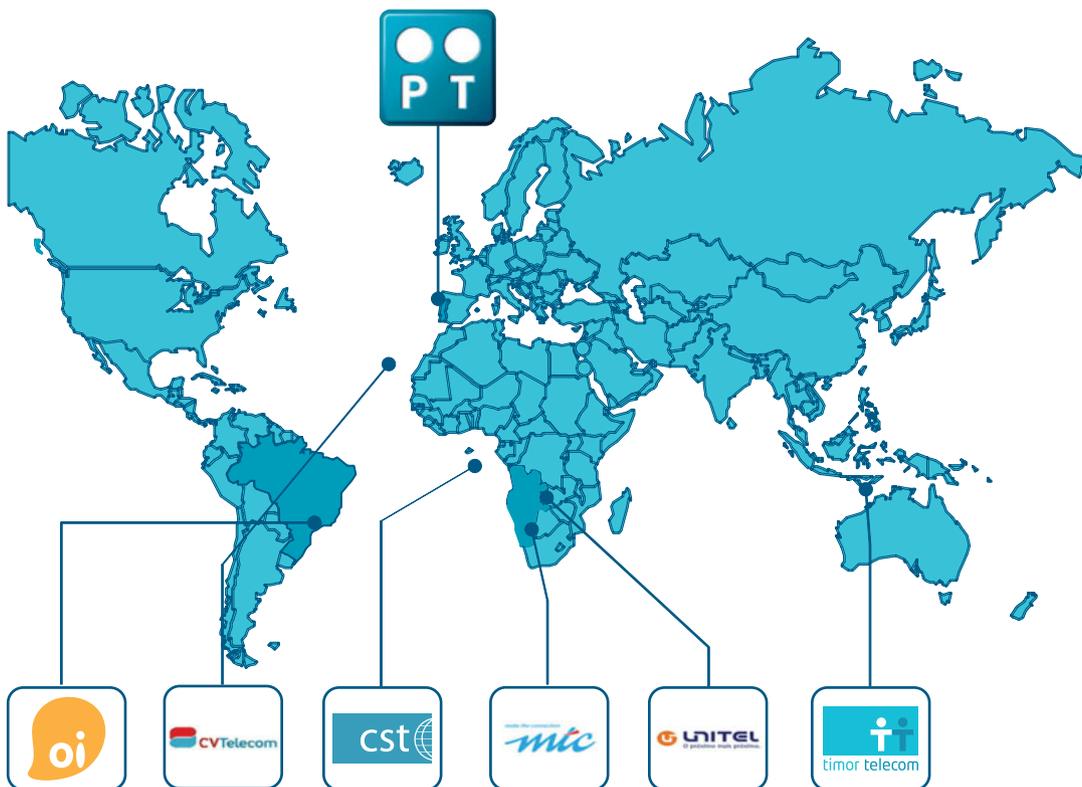


Ambiente concorrencial. A convergência teve efeitos no mercado das telecomunicações em Portugal com a entrada de um player puramente móvel no mercado fixo e com a anunciada consolidação do maior operador de cabo com o terceiro maior operador móvel, criando assim um novo operador integrado em Portugal. Esta transação irá aumentar ainda mais o enfoque em ofertas quadruple-play e irá aumentar também a pressão nos preços. A pressão sobre os preços nos serviços quadruple-play já começou, dado que o novo operador no mercado fixo lançou uma oferta triple-play irracional que irá penalizar ainda mais as já desafiantes fontes de receita do setor.

POSICIONAMENTO DA PT: UM OPERADOR INOVADOR QUE COLOCA A TECNOLOGIA AO SERVIÇO DOS CONSUMIDORES E EMPRESAS, EM TODO O MUNDO

A PT é um operador internacional focado em três regiões geográficas principais, Portugal, Brasil e África. Adicionalmente, a PT também tem investimentos na Ásia, nomeadamente em Timor Leste. A PT tem mais de 100 milhões de clientes em todo o mundo.

Posicionamento geográfico da PT



03 PERFIL ESTRATÉGICO

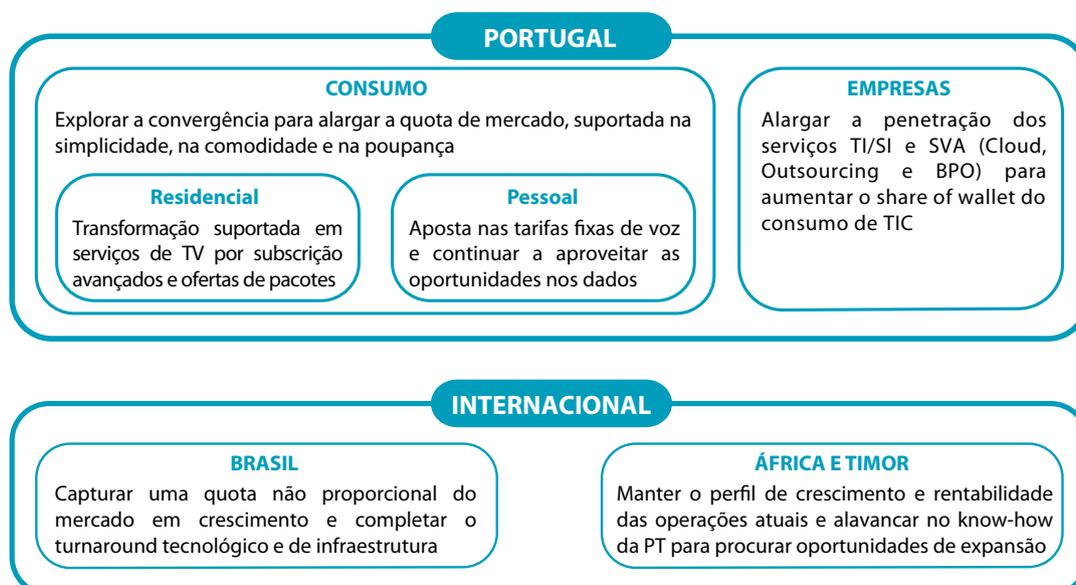
No mercado português, a PT é uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, para cumprir as necessidades do consumidor digital. A PT está organizada por segmentos de clientes promovendo a colaboração entre funções e plataformas para garantir a melhor experiência ao cliente. A PT tem como prioridade a criação de valor sustentável em todos os segmentos de clientes, alavancado nos seus ativos únicos, nomeadamente: (1) no seu conjunto único de competências em engenharia; (2) na melhor infraestrutura convergente abrangendo redes fixas e móveis de última geração e capacidade de armazenamento e de processamento excecional; (3) no maior franchise de clientes em Portugal, tanto em B2B como em B2C, e (4) num ecossistema equilibrado de parcerias com os principais players da indústria para manter uma vantagem tecnológica e alcançar relevância global através da inovação.

A principal prioridade da PT no mercado business-to-consumer será continuar a explorar a convergência, aproveitando a oferta diferenciada de produtos fixos e móveis para aumentar a quota de mercado e responder às necessidades das famílias portuguesas: simplicidade, comodidade e relação qualidade/preço. No mercado business-to-business, a PT pretende alavancar a sua posição de liderança nos serviços de telecomunicações para aumentar a penetração de serviços TI/SI e cloud, aumentando assim a relevância da sua relação com os clientes empresariais e o share-of-wallet dos serviços TIC. Para alcançar este objetivo, a PT investiu em inovação para ser capaz de satisfazer a procura dos clientes.

Ao nível internacional, a PT está focada na melhoria do desempenho operacional dos seus ativos e na partilha de melhores práticas em todos os segmentos de negócio. A PT pretende completar o turnaround tecnológico e de infraestrutura da Oi alavancada na sua experiência tecnológica e na execução de sucesso e comprovada da equipa de gestão em Portugal de modo a capturar uma fatia do mercado em crescimento.

Em África e Timor, a PT espera sustentar o atual perfil de crescimento e rentabilidade das operações e procurar oportunidades para expandir os contratos de gestão da PT. A expansão das operações internacionais para várias geografias é um dos mais importantes catalisadores da criação de valor no setor das telecomunicações e a PT construiu um portefólio relevante de operações internacionais.

Prioridades do negócio



Objetivos estratégicos. A PT continua comprometida com uma disciplina estratégica operacional, financeira e de custos, visando o enfoque no desenvolvimento dos seus recursos nos seus principais negócios e geografias, Portugal, Brasil e África. A PT estabeleceu cinco novos objetivos de médio-prazo: (1) crescer em escala; (2) aumentar a contribuição internacional; (3) liderar o Mercado de consumidores na convergência e o mercado de empresas em TIC; (4) Top tier no setor em tecnologia, experiência do cliente e eficiência operacional e (5) ser uma operadora de referência em sustentabilidade.

Aliança estratégica. Em outubro de 2013, foi anunciada a combinação dos negócios da PT, Oi e holdings da Oi com vista a constituírem uma sociedade única e integrada cotada. A operação de combinação dos negócios é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder, gerido por Zeinal Bava como CEO, que beneficiará de maior escala e da posição de liderança em Portugal e no Brasil. A combinação dos dois grupos pretende alcançar significativas economias de escala, maximizar sinergias operacionais e criar valor para os seus acionistas, clientes e colaboradores, enquanto a combinação dos negócios irá potenciar a implementação de iniciativas estratégicas atualmente em curso, nas quais a Portugal Telecom e a Oi têm partilhado a sua experiência e know-how em áreas tais como desenvolvimento de produtos, apoio ao cliente, engenharia, operações e tecnologias de informação. Esta operação, já aprovada pela autoridade da concorrência brasileira, ainda está a decorrer dado que ainda faltam várias etapas até ao final da fusão, tais como aprovações regulatórias e ações corporativas. A seu tempo, esta transação será submetida à aprovação dos acionistas.

Operações em Portugal

Consumo: Explorar a convergência para aumentar a quota de mercado baseada na simplicidade, comodidade e relação qualidade/preço. A prioridade central da PT no segmento business-to-consumer é a convergência, seguindo a visão estratégica que remonta à criação da PT Portugal, quando a PT passou a administrar os seus negócios fixos e móveis de forma integrada. De fato, nos últimos anos, PT investiu em quatro áreas principais para se colocar numa posição onde se tornará o líder natural da convergência no segmento de consumo em Portugal, nomeadamente: (1) rede de última geração, com gestão integrada da rede fixo-móvel; (2) armazenamento e processamento, com a inauguração de um dos data centres mais eficientes do mundo, na Covilhã, e a criação de parcerias para oferecerem as melhores soluções de cloud e, assim, garantir uma experiência única em todos os dispositivos; (3) pontos de contacto com o cliente convergentes, com a integração das lojas fixas e móveis no âmbito de um conceito único e com um software de CRM único com uma visão a 360° dos clientes, e (4) aplicações multiplataforma, permitindo aos seus clientes aceder a TV em todos os dispositivos e em qualquer lugar, através do MEO GO!, a streaming de música ilimitada, através do MEO Music, e acesso contínuo a conteúdos pessoais na cloud, com a oferta de 16GB de espaço grátis na MEO Cloud.

O investimento em tecnologia e inovação permitiu à PT transformar a sua oferta com o lançamento da televisão por subscrição em 2008 e ofertas triple-play e quadruple-play. De facto, a transformação de um negócio com receitas em queda num negócio com um crescimento sustentável que atingiu liderança no triple-play é um caso único na Europa. O ano de 2013 marcou o lançamento pioneiro da oferta convergente da PT em Portugal, o M₄O, um pacote inovador multi-SIM quadruple-play, com uma proposta de valor baseada na simplicidade, conveniência e value-for-money que ganhou a escolha do consumidor para o melhor serviço quadruple-play em Portugal. A PT, apoiando-se nos investimentos que realizou, foi capaz de entregar um produto convergente único no mercado português ao qual os clientes aderiram em massa. O pacote quadruple-play da PT, M₄O, atingiu 1,7 milhões de RGUs em fevereiro de 2014.

Residencial: Remodelar a experiência de TV. A PT tem alavancado na capacidade das suas redes de nova geração de forma a fornecer uma experiência de TV diferenciada e sofisticada focada em pacotes com oferta

03 PERFIL ESTRATÉGICO

de TV superior em todos os dispositivos alavancada em conteúdo exclusivo e diferenciado, funcionalidades avançadas e experiência interativa, utilizada por 65% dos clientes. A estratégia da PT de oferecer ofertas agregadas, no segmento residencial, está agora complementada com uma oferta convergente quadruple-play, disponível em todas as plataformas: fibra, ADSL e satélite. Em 2013, o desempenho do segmento residencial foi alavancado no sucesso das ofertas triple e quadruple-play da PT, alcançando 1,7 milhões de RGUs quadruple-play em fevereiro de 2014, sustentada pela sua proposta de valor diferenciada. A PT irá continuar a investir em inovação para desenvolver ainda mais as características dos seus pacotes e, assim, tornar a sua oferta única.

Pessoal: Impulsionar o crescimento através dos dados móveis, ofertas flat-fee inovadoras e da convergência. A estratégia do segmento pessoal é focada na utilização de dados móveis melhorando a experiência do cliente com tarifários de voz segmentados, simples e fáceis de escolher, alavancado também na convergência para aumentar a quota de mercado móvel. Para promover o uso de dados, a PT tem-se centrado na promoção em dois eixos: (1) no aumento da adoção de smartphones através de um amplo portefólio de aparelhos, incluindo aparelhos de marca própria, com preços significativamente mais baixos do que as alternativas de marca, e (2) no aumento do valor percebido do uso de dados, com o desenvolvimento de aplicações inovadoras e de valor acrescentado. A simplificação dos planos tarifários da PT reforçou a proposta de valor do pós-pago e promoveu a migração de clientes para planos de voz e dados de valor superior em 2013, o forte desempenho da PT no pós-pago, tendo atingido 440 mil adições líquidas, reflete o sucesso da oferta M₄O da PT, oferta quadruple-play da PT, que continua a ganhar impulso e está a levar a uma migração da base de clientes móveis de pré-pago para pós-pago.

Empresas: Aumentar a penetração de serviços cloud e TI/SI. A PT tem uma abordagem de três níveis para o mercado business-to-business refletindo as diferentes necessidades de cada subsegmento, entregando as melhores soluções tecnológicas que abrangem produtos de telecomunicações essenciais, soluções cloud e TI/SI e serviços de valor acrescentado, tais como BPO. A PT criou uma proposta de valor para o mercado B2B com base em atributos como a robustez, segurança, qualidade e proximidade. Através dos investimentos em infraestrutura e convergência telecom-IT, a PT pretende desenvolver e comercializar soluções integradas avançadas para o segmento empresarial que visam promover a penetração das TI/SI e BPO, aumentando assim a fidelização e o share-of-wallet do cliente. A PT irá também alavancar no seu recentemente inaugurado data centre de nova geração para sustentar uma oferta de cloud computing diferenciada para empresas de todas as dimensões, em estreita cooperação com os seus parceiros líderes na indústria de modo a cristalizar os benefícios da consolidação, virtualização e standardização para os clientes.

Infraestrutura ímpar. A PT concluiu um ciclo de grandes investimentos em infraestrutura, em infraestrutura de telecomunicações e em sistemas e processos para impulsionar a eficiência das operações, com o objetivo de melhorar o atendimento aos clientes em Portugal e no mundo. Em 2013, a PT inaugurou o seu Data Centre na Covilhã, um dos maiores, mais eficientes e ecológicos data centres do mundo, que possibilitará o crescimento de soluções de cloud computing em Portugal, desbloqueando o valor do negócio de grandes volumes de dados e aumentar a eficiência. O Data Centre da PT, na Covilhã, é um investimento de referência que, em grande medida, preenche o ciclo de transformação tecnológica da PT, iniciada em 2008 com o lançamento do MEO, a oferta de sucesso de televisão por subscrição da PT. A PT acredita que a sua vantagem competitiva estrutural é sustentada pelos seus investimentos em tecnologia, incluindo: (1) a rede de transmissão de fibra que suporta 100Gbps; (2) a rede de acesso FTTH (fibre to the home, fibra até casa do cliente), com uma cobertura de 1,6 milhões de casas; (3) uma rede 4G-LTE com uma cobertura de cerca de 93% da população portuguesa, e (4) backhaul móvel de fibra, cobrindo 94% das estações base.

Excelência na experiência do cliente. Num contexto de grandes alterações de mercado e incerteza económica, perceber e abordar as necessidades do cliente através do seu ciclo de vida com uma execução perfeita é um fator de sucesso. Esta relação de confiança faz com que seja possível apoiar os clientes para

aderirem a produtos cada vez mais completos e pacotes de serviços por períodos mais longos, permitindo à PT aumentar a sua share-of-wallet. A PT está a implementar um amplo programa de transformação garantindo uma visão totalmente integrada dos pontos de contacto com o cliente, apoiado por uma plataforma comum de TI. A PT agora possui: (1) lojas convergentes, com cerca de 50% das vendas cruzadas em antigas lojas apenas fixas e móveis; (2) um único portal de self-care, que permite ao cliente gerir todos os seus serviços PT através de apenas um único registo; (3) call centres e field force integradas, permitindo uma redução de 30%, em dois anos, na taxa de redo-call do call centre e numa diminuição de 30%, em três anos, no tempo de instalação de fibra, respetivamente, e (4) uma visão de 360° dos clientes em todos os segmentos através do novo sistema de CRM. Um programa de transformação e simplificação de TI também está a ser implementado, ao longo de vários anos, para permitir a transformação dos negócios e aumentar a eficiência.

Operações internacionais

Maximizar o valor estratégico dos ativos internacionais da PT, reforçando o enfoque no Brasil e África Subsariana. Dada a dimensão da PT, as perspetivas de crescimento e a sua posição inicial, o mercado brasileiro continua a ser uma prioridade. África irá continuar a ser uma importante fonte de crescimento, onde a PT através das parcerias explorará as oportunidades de investimento que criem valor.

Brasil: Crescimento de dados e convergência. O Brasil continua a ser um mercado com um grande potencial de crescimento, onde o aumento da população tem criado uma procura latente que não é acompanhado pela infraestrutura existente. Através do seu investimento na parceria com a Oi, a PT irá focar-se em alavancar na sua experiência de sucesso no desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnologicamente avançadas para clientes empresariais, nas ofertas convergentes fixo-móvel, banda larga móvel, televisão por subscrição e serviços triple-play para contribuir, de forma significativa, para a melhoria do desempenho operacional e financeiro da Oi, considerando a sua forte presença no mercado Brasileiro e potencial de crescimento futuro. A PT pretende capturar uma fatia do mercado em crescimento aproveitando a presença já estabelecida nos vários segmentos, através de novos investimentos em infraestrutura e um maior enfoque na eficácia comercial.

Aliança estratégica. Como mencionado anteriormente, a PT anunciou a combinação dos seus negócios com a Oi, de modo a formar uma nova empresa, sediada no Brasil, com mais de 100 milhões de clientes, que irão beneficiar de uma maior escala e de uma posição de liderança em Portugal e no Brasil. A nova empresa irá concentrar os seus esforços para atingir excelência operacional. Foi elaborado um plano de ação claro com o objetivo de integrar áreas produzindo eficiências incrementais, incluindo a nomeação de equipas para capitalizar sinergias e enfrentar os desafios operacionais existentes. Esta operação, ainda a decorrer, deverá estar finalizada no primeiro semestre de 2014.

África e Ásia: Melhoria da eficiência. A PT continua a estar concentrada na melhoria da eficiência das suas operações internacionais através da partilha das melhores práticas entre todas as suas subsidiárias, bem como através do aumento da proximidade com os gestores de topo da PT a todas as operações de maneira a estar a par de todos os desenvolvimentos em cada geografia.

Enfoque na excelência operacional e comercial em todos os ativos, assegurando a partilha das melhores práticas. Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas em todos os seus negócios, a PT terá a capacidade de aproveitar plenamente o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado, em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.

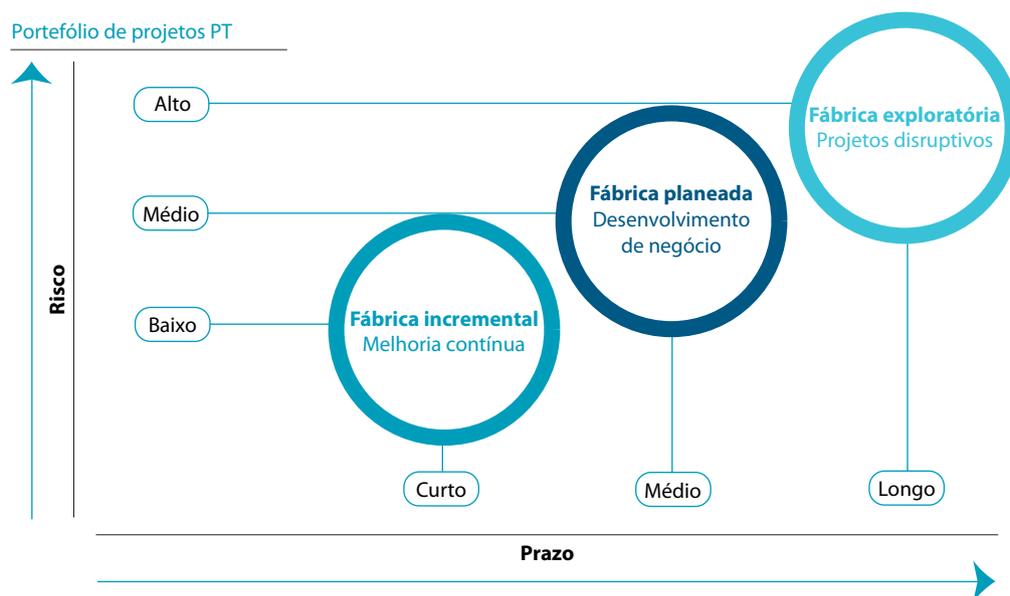
03

PERFIL ESTRATÉGICO

Enfoque na inovação e execução

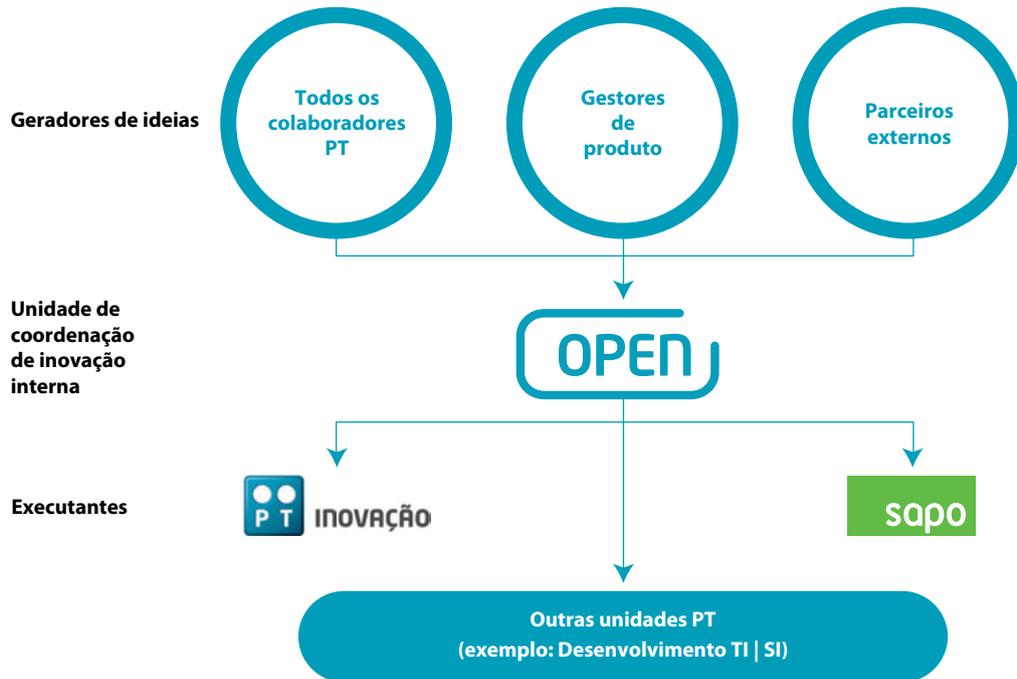
Inovação: Abordagem estruturada. Nos recentes anos, o claro enfoque na inovação tem estado no centro dos projetos e investimentos da PT, visando antecipar tendências futuras de tecnologia e de consumo, melhorando assim a capacidade da empresa de ter soluções inovadoras para o mercado. A PT desenvolveu uma abordagem estruturada para a promoção de uma cultura de inovação em toda a empresa com o objetivo de estabelecer um portefólio equilibrado de projetos. A PT está constantemente a rever a sua alocação de capital, pessoal e difusão do conhecimento na organização em 3 horizontes temporais e níveis de risco: (1) inovação incremental (negócios de rotina, baixo risco e otimizações de curto-prazo); (2) inovação planeada (desenvolvimentos de negócio a médio prazo e desenvolvimentos de risco médio), e (3) inovação exploratória (projetos estruturais, de longo-prazo e, por isso, de risco mais elevado).

Abordagem estruturada para a inovação



Ecossistema forte parceria. Para desenvolver uma estratégia go-to-market vencedora e reduzir os riscos de investimento, a abordagem de inovação da PT aproveitará a rede de parcerias com as principais instituições, líderes em todo o mundo e uma referência nas suas respetivas áreas, no estrangeiro e em Portugal. Essas parcerias, que combinam várias competências e conhecimentos necessários para a inovação, são classificadas da seguinte forma: (1) parcerias tecnológicas para o desenvolvimento de novas soluções e serviços e para fornecer tecnologia de última geração aos seus clientes, (2) parcerias com universidades e instituições de I&D, visando a partilha de boas práticas e assegurar a colaboração conjunta em inovação e I&D para responder às necessidades do negócio e fechar a lacuna entre a indústria e os centros de conhecimento, e (3) cooperação com start-ups, fornecendo uma infinidade de serviços para ajudar os jovens empresários a transformar ideias em negócios sustentáveis.

Unidade dedicada para garantir o envolvimento de toda a organização



Execução: Redes de nova geração. A PT está e irá continuar a estar na liderança da implementação da rede de fibra em Portugal e na Europa, tendo já 1,6 milhões de casas passadas com FTTH, 46% da população e aproximadamente 74% do PIB, colocando assim Portugal como um dos países europeus com melhor cobertura de FTTH (com cerca de 40% unidades habitacionais), uma iniciativa reconhecida, em 2011, pelo FTTH Council Europe como o melhor “Deployment and Operation of FTTH networks”. A PT pretende alavancar no seu investimento em FTTH não apenas para fornecer serviços de dados e vídeo avançados de alta velocidade aos seus clientes empresariais e residenciais, mas também para ligar as estações base móveis com fibra, de maneira a proporcionar velocidades mais altas de download e upload aos clientes de dados (cerca de 93% dos sites estão já ligados com fibra e 100% dos sites com 4G-LTE utilizam tecnologia IP/Ethernet). De facto os serviços 4G-LTE foram lançados em março de 2012 com a rede 4G-LTE disponível para 20% da população em Portugal desde o início. A PT aumentou a sua cobertura para 90% da população no final de 2012. Por fim, a PT também alavanca a maior rede WiFi em Portugal, com mais de 300 mil hotspots em todo o país, permitindo um offload automático da rede móvel para a rede fixa, o que melhora a mobilidade do cliente através de uma autenticação automática e transferência entre hotspots.

04

INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO			
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75		
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85		
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS	101		
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109		
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		
		A. INOVAÇÃO INCREMENTAL	55
		1. Mercado de Ideias	55
		2. OPEN Awards	56
		3. Desafios para o exterior	56
		B. INOVAÇÃO PLANEADA	57
		1. Produtos e serviços	57
		2. Infraestrutura tecnológica	64
		3. Eficiência operacional	66
		C. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA	66
		1. Inovação exploratória impulsionada por unidades internas	67
		2. Ecossistema de parcerias em investigação e desenvolvimento	68
		3. Propriedade Intelectual	70
		4. Inovação em operações internacionais	71

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Em 2013, a Portugal Telecom foi identificada como líder Português no investimento em inovação pelo estudo da Comissão Europeia “The 2013 EU Industrial R&D Investment Scoreboard”. Durante 2013, a PT investiu 130 milhões de euros em I&D, representando 4,5% das receitas. Este valor de investimento representa uma ligeira redução face ao ano de 2012, evolução que está alinhada com a estratégia global de consolidação dos investimentos dos anos anteriores, no sentido de desenvolver todo o potencial das apostas em redes e infraestruturas de nova geração.

Esta aposta contínua em inovação tem-se revelado fundamental para reforçar a liderança e competitividade da empresa nos vários segmentos e mercados em que atua. Como resposta à alteração dos hábitos dos consumidores, a empresa orientou a sua oferta no sentido da convergência, mobilidade e virtualização de conteúdos e serviços. Adicionalmente, e alinhado com o posicionamento da PT, as novas ofertas também apostam na eficiência, na sustentabilidade e na redução da pegada ambiental.

A cultura inovadora da Portugal Telecom materializa-se no Programa OPEN. Este programa é transversal a toda a organização e baseia-se numa metodologia de gestão da inovação que garante a diversificada alocação de capital, o controlo e monitorização de resultados e a participação de todos os colaboradores e parceiros. Segundo este modelo, a inovação está organizada em três horizontes temporais: (1) Inovação Incremental – melhorias contínuas, de curto-prazo; (2) Inovação Planeada – promoção de inovação de médio-prazo, com o estabelecimento de um roadmap tecnológico e de oferta comercial, e (3) Inovação Exploratória – análise / perspetiva do setor das telecomunicações no longo-prazo, com avaliação de tendências tecnológicas e comportamentais.

Das várias iniciativas de IDI realizadas nos vários horizontes temporais, em 2013 há a destacar:

Infraestrutura Tecnológica

- Inauguração de um dos maiores Data Centre do Mundo, que é já uma referência na área da sustentabilidade, eficiência energética e segurança. Este investimento antecipa as necessidades de fiabilidade e segurança no alojamento e processamento de dados de pessoas e empresas, necessidade comprovada com o crescimento acentuado de clientes cloud.

Soluções para o mercado de consumo

- M₄O foi a primeira oferta convergente, em quadruple-play em Portugal, tendo somado sucessos ao longo de 2013, entre a melhor marca, melhor serviço, melhor oferta;
- Lançamento das gravações automáticas (em multiplataforma), uma aplicação que mudou a forma como os portugueses veem TV, alargando exponencialmente os conteúdos à disposição dos clientes MEO através da disponibilização, numa lógica on demand, dos últimos 7 dias de emissão em mais de 80 canais.

Soluções para o mercado empresarial

- Reforçada a aposta no desenvolvimento de soluções cloud da Portugal Telecom, as quais ganharam uma nova força e novas possibilidades com a infraestrutura tecnológica do Data Centre da Portugal Telecom na Covilhã;
- Crescente oferta Machine-to-Machine PT, agregando os diferentes serviços, funcionalidades e soluções de M2M da PT, as quais permitem a comunicação célere e automatizada entre diferentes equipamentos, aumentando assim a eficiência operacional, controlo e integração nas empresas;

- Evolução da solução Medigraf, a solução de telemedicina da PT, disponibilizada em modelo software-as-a-service, através da internet e suportada nas soluções cloud da PT, permitindo a prestação de cuidados de saúde à distância, a realização de consultas e diagnósticos, partilha de exames, visualização e manipulação de imagens médicas, com integração de diferentes dispositivos médicos;
- Adicionalmente, a PT reafirmou a sua aposta na eficiência e excelência operacional, desenvolvendo ao longo do ano de 2013 vários projetos e iniciativas com impacto relevante no relacionamento com o cliente e na gestão de recursos. Neste ano, destacam-se o lançamento da área de cliente empresarial (www.cliente.ptempresas.pt), um marco de inovação no segmento Empresarial, que reforçou o enfoque da Portugal Telecom na qualidade do serviço prestado e na simplificação da experiência de utilização que proporciona aos seus clientes, bem como a evolução do projeto CRM ONE que, na continuidade do processo de implementação faseada da solução de CRM única para as empresas do grupo PT do território nacional (PT Comunicações) e MEO (anteriormente designada TMN), estendeu esta solução ao negócio móvel. Todos os segmentos passaram assim a estar suportados numa única plataforma que garante o tratamento consistente, coerente e único dos clientes da PT.

A. INOVAÇÃO INCREMENTAL

1. Mercado de Ideias

De forma a explorar o potencial inovador de todos colaboradores, a Portugal Telecom desafia-os numa lógica diária a contribuir com ideias que aportem melhorias contínuas operacionais aos produtos e serviços da empresa, bem como aos métodos de trabalho, de relacionamento com cliente e de interação com a sociedade.

Através do Mercado de Ideias, uma plataforma online aberta a todos os colaboradores, são lançados desafios de forma a recolher as sugestões da organização aos principais reptos da Gestão. No Mercado, as ideias são debatidas e votadas, com o objetivo de selecionar as de maior potencial (wisdom of crowds). As ideias aprovadas e que sejam consideradas pelas áreas responsáveis como mais-valias são implementadas e os seus autores premiados e reconhecidos nos meios de comunicação interna.

Desde o lançamento do Mercado de Ideias em 2009, registaram-se na plataforma mais de 9.500 colaboradores da empresa, contribuindo com 8.456 ideias.

Em 2013, foram validadas 1.440 ideias, dando origem à implementação de 34 ações de inovação, tendo sido as principais áreas contempladas (em percentagem do total de projetos implementados e em fase final de implementação) as seguintes:

- Melhoria da experiência do cliente (15%);
- Produtos e serviços (12%);
- Nova cultura e comportamentos organizacionais (35%);
- Redução de custos (38%).

Para além dos desafios lançados a toda a organização, em 2013 o Mercado de Ideias foi também utilizado para endereçar dois desafios a equipas específicas:

- Colaboradores da Região Autónoma da Madeira tiveram a oportunidade de responder ao desafio exclusivo “Como potenciar o M₄O na Madeira?”, com o objetivo de promover a adesão dos habitantes desta região à oferta convergente para os negócios fixo e móvel lançada no início deste ano;
- Colaboradores da Direção de Operações de Cliente e Infraestrutura (DOI), no âmbito do Programa de Intercâmbio DOI – iniciativa que promove a partilha de conhecimento assente no intercâmbio de funções

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

entre colaboradores desta direção – puderam participar num desafio específico do Mercado, de forma a registarem as potenciais melhorias identificadas no decorrer do seu intercâmbio.

2. OPEN Awards

Os OPEN Awards funcionam como um mecanismo de seleção e reconhecimento público dos projetos que mais se destacaram durante o ano pelo seu cariz inovador e resultados positivos.

A escolha dos vencedores é feita com base numa votação geral de todos os colaboradores e numa votação específica por parte da Comissão Executiva. Os vencedores são comunicados e o seu trabalho é reconhecido publicamente no maior evento corporativo do ano.

Em 2013, os projetos vencedores foram:

- Categoria de Eficácia e Eficiência Organizacional - Centro logístico PT
Este projeto consistiu na centralização das operações de logísticas da PT (tanto para a rede fixa como para a rede móvel) num único website físico, potenciando a eficiência da cadeia logística, a capacidade e flexibilidade de resposta ao negócio, a obtenção de sinergias e a convergência;
- Categoria de Experiência do Cliente - Gravações Automáticas do MEO
Criação de uma plataforma e adaptação da rede para permitir ao cliente MEO o acesso a conteúdos gravados automaticamente, até 7 dias, para 80 canais, em multiplataforma;
- Categoria de Produtos e Serviços – M₄O
Oferta convergente para os negócios fixo e móvel, que agrega sob uma única oferta, com uma única fatura e um único serviço de apoio ao cliente todos os serviços. Foi o primeiro serviço quadruple-play em Portugal;
- Categoria Redes e Sistemas - CRM ONE Móvel
Alargamento da plataforma CRM ONE já existente ao segmento móvel, dando origem a uma plataforma convergente que possui toda a informação dos clientes de todos os segmentos de negócio da PT;
- Categoria de Sustentabilidade - Khan Academy
Neste projeto, a Fundação PT fez a adaptação e tradução dos conteúdos de matemática da Khan Academy para português, tornando-os acessíveis a todos os estudantes interessados em melhorar a sua performance académica.

3. Desafios para o exterior

O Talento com Fibra é uma iniciativa da Portugal Telecom que desafia a inovação e o empreendedorismo junto da camada universitária e que premeia os autores das melhores ideias. Em 2013, foi lançado o repto Desafio Mar, com o objetivo de recolher propostas para o desenvolvimento de novas tecnologias, de novos produtos e serviços que se materializem em novos negócios para a criação de empresas relacionadas com a Economia do Mar.

O Desafio Mar reconhece a vocação marítima de Portugal e a importância de inovar neste setor estratégico. Utilizando a plataforma de crowd wisdom já usada internamente pela PT no Mercado de Ideias, o Desafio foi lançado em parceria com a Estrutura de Missão para a Extensão da Plataforma Continental (EMEPC) tutelada pela Secretaria de Estado do Mar e contou ainda com o apoio da Sociedade de Advogados Vieira de Almeida & Associados e PricewaterhouseCoopers.

Foram escolhidos 4 vencedores nesta edição, que integraram o programa PT de apoio a Start-ups, BlueStart:

- Na categoria Entretenimento, Desporto, Turismo e Cultura: CrowdSurf App e Quacopter Rescuer;
- Na categoria Novos Usos e Recursos do Mar: Isolamento de micro organismos com potencial biotecnológico para fins farmacêuticos ou outros;
- Na categoria Pesca, Aquicultura e Indústria: Maternidade de Ostras.

B. INOVAÇÃO PLANEADA

A Portugal Telecom mantém um enfoque permanente no lançamento de soluções inovadoras orientadas para a satisfação plena das necessidades dos seus clientes, as quais são planeadas, revistas e atualizadas no roadmap de inovação. Esta visão integrada e organizada sobre as prioridades de inovação de médio prazo dos segmentos de negócio resulta do envolvimento das diferentes direções técnicas, operacionais e de negócio na análise das tendências de mercado e na priorização dos projetos-chave para a concretização dos objetivos estratégicos da Portugal Telecom.

1. Produtos e serviços

a) Soluções para o mercado de consumo

A Portugal Telecom coloca o cliente no centro da sua atuação para lhe garantir uma experiência de consumo única, focando-se para tal na excelência da inovação e execução e gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes com uma colaboração funcional entre si. No que concerne ao mercado de consumo, a Portugal Telecom definiu como principal prioridade o desenvolvimento de soluções de convergência, capazes de aumentar a quota de mercado da empresa através da simplicidade, comodidade e relação qualidade/preço.

A primeira oferta verdadeiramente convergente no mercado português: M₄O

Em 11 de janeiro de 2013 a PT lançou o M₄O, um serviço que transformou definitivamente o paradigma de telecomunicações em Portugal através da oferta integrada de televisão, internet, telefone e telemóvel. A Portugal Telecom foi, assim, a primeira operadora a lançar um serviço quadruple-play no mercado português. O MEO passou a disponibilizar o acesso a quatro tipos de serviços, dentro e fora de casa, numa só fatura e com um só ponto de contacto comercial e de apoio ao cliente fixo e móvel, tornando-se definitivamente um serviço mais económico, simples e cómodo.

Atualmente, através do M₄O, a Portugal Telecom oferece a todos os portugueses, com independência da tecnologia de ligação utilizada (FTTH – Fiber To The Home, ADSL ou satélite), poupanças imediatas e uma maior previsibilidade e segurança no controlo de custos, a par de uma experiência de consumo inigualável. O M₄O inclui comunicações gratuitas para todas as redes em Portugal e para 50 destinos internacionais, dois cartões com voz e SMS ilimitados para todas as redes móveis e fixas nacionais e 200MB de internet no telemóvel, por cartão, para além do serviço de televisão MEO e internet fixa.

Ao longo do ano de 2013, o M₄O contribuiu fortemente para o reforço do posicionamento da marca MEO, afirmando-se como a oferta que melhor responde às necessidades dos consumidores de telecomunicações em Portugal, conforme atesta o grande prémio de marketing e inovação que lhe foi atribuído: “Prémio Escolha do Consumidor – Produto do Ano – Melhor Serviço Quadruple-play em Portugal”. Desta forma, a Portugal Telecom alargou a sua liderança no triple-play ao quadruple-play e sustentou a sua diferenciação por via da introdução de soluções inovadoras no mercado, capazes de superar as expectativas dos portugueses.

Transformação da experiência de Televisão em Portugal

Passados apenas 5 anos desde o seu lançamento, o MEO foi reconhecido como o melhor serviço de conteúdos do mundo, com a atribuição do World Communication Awards - Best Content Service, afirmando-se novamente como um caso único de sucesso a nível mundial. A marca tem vindo consistentemente a reforçar a sua posição de liderança no mercado nacional e o ano de 2013 não foi exceção. Na base destes resultados figura uma estratégia sustentada em três pilares fundamentais: conteúdos exclusivos, apps e funcionalidades avançadas e experiência multiplataforma.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Conteúdos exclusivos

Durante o ano de 2013, a oferta de conteúdos exclusivos que diferencia a experiência de consumo linear de TV dos clientes MEO foi continuamente enriquecida. Neste âmbito, assumiu especial relevância o reforço de parcerias com produtores de televisão e distribuidores de conteúdos multimédia e a aposta no desenvolvimento interno de conteúdos especializados.

Foram lançados os canais exclusivos “Correio da Manhã TV”, “Big Brother” e “Secret Story”, os quais ganharam destaque absoluto na grelha de programação. A par do lançamento de canais exclusivos, foram disponibilizados, através do botão vermelho do comando MEO, conteúdos exclusivos sobre programas de referência e elevada popularidade, tais como o “Factor X”, “Big Brother”, “Secret Story” e a série “I love it”.

Adicionalmente, o MEO apostou na disponibilização reforçada de antestreias exclusivas de novelas pagas e séries da TVI, assim como no reforço de conteúdos e campanhas no Videoclube como a estreia absoluta em Portugal de um blockbuster em exclusivo no MEO.

O ano de 2013 fica também marcado pelo reforço dos conteúdos para o público infantil, consubstanciado no lançamento da Disney Movies On Demand, a primeira aplicação interativa da Disney a nível mundial, da nova área “Aprender” no MEO kids com conteúdos pedagógicos da Khan Academy. Estes conteúdos, considerados um paradigma na educação do século XXI, consistem em explicações virtuais curtas, simples e estimulantes, as quais foram produzidas originalmente em inglês e traduzidas e adaptadas para a língua portuguesa no âmbito de uma parceria entre a Fundação PT e a organização Khan Academy.

Aplicações e funcionalidades interativas avançadas

Durante o ano de 2013, o MEO investiu fortemente no desenvolvimento de aplicações e funcionalidades avançadas, diferenciadoras do serviço MEO e que resultaram no crescimento exponencial do consumo não linear de TV.

De destacar o lançamento das gravações automáticas (em multiplataforma), uma aplicação que mudou a forma como os portugueses veem TV, alargando exponencialmente os conteúdos à disposição dos clientes MEO através da disponibilização, numa lógica On Demand, dos últimos 7 dias de emissão em mais de 80 canais. O MEO passou ainda a disponibilizar uma funcionalidade de pesquisa e content discovery, a qual se tornou absolutamente crítica perante o exponencial aumento dos conteúdos oferecidos.

Adicionalmente, o desenvolvimento das potencialidades associadas ao botão vermelho extravasou o âmbito dos conteúdos exclusivos, já mencionados anteriormente. Foram lançadas funcionalidades únicas de interação sobre a emissão, tais como a votação de tarifa única, as emissões alternativas ao linear e a possibilidade de interação direta com o programa em tempo real. Já no botão azul, o MEO também reforçou as aplicações existentes, nomeadamente, com a disponibilização de mais rádios (Mediacapital e RTP), a melhoria do desempenho dos jogos e a oferta de novas aplicações úteis, a par das apps de conteúdo infantil, como o Disney Movies On Demand já anteriormente referidas.

O ano de 2013, foi um ano de maior enfoque em projetos estruturantes que visam a redução de custos e maior eficiência operacional, tendo sido desenvolvidos inúmeros projetos dos quais se destaca o motor de criação de aplicações que permite a montagem de apps praticamente num dia, com o qual foram criados mais de 25 spots publicitários interativos.

O ano de 2013 fica ainda marcado pela aposta no t-commerce, tendo sido criados, para o efeito, templates de “loja” que permitirão uma massificação simplificada ao longo do ano de 2014. Ao SAPO Voucher juntaram-se duas novas lojas (Telepizza e noMenu), as quais geraram em menos de 3 meses mais de 100 mil visitas únicas.

Este foi também um ano dedicado à exploração do second screen complementar à experiência interativa MEO (i.e., companion apps). Foi lançada a primeira companion app MEO sobre emissão com o “Factor X” para iOS e Android (smartphone e tablet), a qual disponibiliza conteúdos extra, emissão alternativa em direto e funcionalidades de interação com a TV, designadamente, a participação em direto nas galas, atirando serpentinas ou outros elementos gráficos à TV em direto. Em parceria com a start-up Muzzley, a Portugal Telecom lançou também o MEO Drawzz, um jogo social em rede no qual os desenhos feitos por um utilizador num smartphone ou tablet são renderizados na TV, para que os restantes jogadores possam adivinhar a palavra correspondente.

Experiência multiplataforma – consumo de TV em outros equipamentos

Durante o ano de 2013, o MEO reforçou a sua estratégia de distribuição de conteúdos multiplataforma, alcançando um crescimento muito expressivo do MEO fora da TV em termos de parque instalado, número de ecrãs, sistemas operativos e funcionalidades.

O MEO lançou o primeiro produto de TV em OTT (over-the-top) puro, permitindo a qualquer pessoa em Portugal aceder ao MEO VideoClube através de diferentes equipamentos, entre os quais connected TVs, PCs, tablets, smartphones e consolas de jogos. Para o efeito, a Portugal Telecom estabeleceu importantes parcerias estratégicas com a Samsung e a Sony. O MEO passou ainda a disponibilizar bundles de canais premium multi-device, associando assim a receita do negócio OTT ao serviço core.

Após ter sido a primeira operadora mundial com uma solução para Windows Phone 7, a Portugal Telecom afirmou, este ano, a presença do MEO em todos os ecrãs e sistemas operativos através da disponibilização do MEO também em Windows Phone 8.

Este ano ficou ainda marcado pelo lançamento do novo website MEO, o qual registou mais de 2,5 milhões de visitantes únicos neste período. A nova imagem e funcionalidades do website MEO permitiram reafirmar e reforçar o posicionamento da marca junto dos seus clientes, assegurando simultaneamente uma experiência de utilização única nesta plataforma de acesso.

A recordar ainda que, através da aplicação MEO GO!, todos os clientes podem aceder à experiência MEO em múltiplos ecrãs (tablet, smartphone ou computador), dentro e fora de casa, a partir de uma ligação de rede fixa ou móvel. Atualmente, o MEO GO! permite ver mais de 70 canais em direto, alugar e ver filmes do MEO VideoClube, aceder à grelha de programação dos canais, pesquisar programas e agendar gravações ou alertas. Adicionalmente, esta aplicação móvel oferece aos clientes MEO funcionalidades únicas a nível mundial, nomeadamente a visualização de gravações automáticas no PC, o controlo da TV através de gestos, a partilha de conteúdos através de redes sociais e a possibilidade de visualizar conteúdos alojados em equipamentos móveis na TV através da funcionalidade Play-to-TV.

Durante o ano de 2013, o MEO GO! foi nomeado pela ACEPI (Associação do Comércio Eletrónico e da Publicidade Interativa) o melhor projeto de comércio eletrónico e de marketing digital, na categoria de site/app mobile. Internacionalmente, o MEO GO! foi finalista de três dos mais prestigiados prémios internacionais de entretenimento e telecomunicações: CSI Awards/IBC - TOP 6 Best TV Everywhere/multi-screen vídeo a nível mundial; Tabby Awards - TOP 3 Best Entertainment a nível mundial; e World Communication Awards - Best Consumer Service.

Atualmente, mais de 600 mil pessoas veem televisão fora de casa com o MEO GO! e esta é já a terceira aplicação mais procurada em ambiente Android em Portugal. Estes resultados confirmam o reconhecimento que tem sido atribuído a esta aplicação móvel, confirmando a aposta e pioneirismo da Portugal Telecom no desenvolvimento de soluções multiplataforma.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

MEO para todos

Em 2012, tirando partido do investimento realizado em infraestrutura de alojamento de dados, foi lançado um serviço de personal cloud, a CloudPT. Na sua fase inicial de lançamento e mediante convite, a CloudPT ofereceu 16 GB de alojamento de ficheiros aos utilizadores registados. Durante o ano de 2013, em linha com a estratégia da Portugal Telecom, foi lançada a evolução deste produto, a MEO Cloud, agora disponível para todos os clientes.

Desta forma, a PT disponibiliza, a qualquer pessoa, um serviço de alojamento e sincronização de ficheiros seguro, simples e versátil. Além da oferta de 16 GB, o rebranding introduziu novas aplicações, entre as quais um website renovado e outras melhorias que reforçam a aposta em serviços cloud, a qual tem o seu ponto alto no investimento no novo Data Centre. A MEO Cloud encontra-se disponível através de um website (<https://meocloud.pt>) e de aplicações específicas para PC (Windows, Mac e Linux) e para equipamentos móveis (iOS, Android e Windows Phone). A Portugal Telecom acredita que a adoção de serviços cloud por parte do consumidor residencial é um importante motor da adoção de ofertas cloud mais sofisticadas e com outro tipo de funcionalidades, fornecidas por outros membros da família Cloud.

Em 2013, o MEO lançou uma importante inovação que permitiu à Portugal Telecom massificar a sua oferta de WiFi fora de casa, de modo a ir ao encontro das necessidades dos clientes e manter-se na vanguarda da oferta de internet. A solução consiste na transformação das ligações de internet domésticas em hotspots da comunidade WiFi PT. Desta forma, os clientes MEO Fibra partilham os seus recursos livres com outros utilizadores, mantendo a qualidade, segurança e privacidade da sua rede doméstica.

Soluções móveis

O ano de 2013 volta a demonstrar que a Portugal Telecom continua a apresentar uma oferta inovadora e diversificada de equipamentos móveis, fruto de desenvolvimento interno e de parcerias com os principais fabricantes. Durante este ano, foi reforçada a estratégia de massificação da adoção de smartphones, nomeadamente através da disponibilização de smartphones Android de marca MEO. Por outro lado, a Portugal Telecom também se demarcou pela oferta alargada de smartphones e tablets topo de gama, com ligação móvel à internet através da rede 4G-LTE.

Por forma a potenciar a adoção de equipamentos móveis, com enfoque na utilização de smartphones, foi reforçado o programa Sou Smart nas lojas MEO. Neste âmbito, foram expandidos os postos de atendimento com especialistas em smartphones e dados móveis, os quais apoiam os clientes na configuração dos seus telefones e esclarecem dúvidas de utilização que possibilitam aos utilizadores a exploração máxima das potencialidades dos seus equipamentos de última geração.

A Portugal Telecom também inovou por via da simplificação no que concerne aos tarifários de comunicação, afirmando assim a sua competitividade e capacidade de adaptar a oferta às necessidades dos clientes. Foi ainda no primeiro trimestre de 2013 que a MEO (anteriormente denominada TMN) apresentou uma oferta integrada de comunicações ilimitadas, combinando as componentes de comunicação para todas as redes, internet e smartphones, numa campanha em larga escala de reposicionamento da sua oferta Unlimited.

Atenta à evolução das necessidades e perfis de utilização dos mais jovens, a Portugal Telecom reforçou a oferta para o segmento sub 25. Assim, o tarifário "Moche" passou a incluir o tráfego para as app de comunicação mais populares (Skype, Viber, WhatsApp, BBM, Facetime, Facebook, Messenger e iMessage).

Foram ainda desenvolvidas outras soluções móveis, das quais se destacam:

- **True-Kare:** alargamento da oferta direcionada ao segmento sénior através da disponibilização de um telemóvel que se associa a um portal online para oferecer um conjunto de funcionalidades que colocam a tecnologia ao serviço da qualidade de vida da população sénior e das suas famílias. O True-Kare T999 é um

telemóvel composto por teclas de grandes dimensões que permite através do seu portal online registar dados de saúde, medicação e consultas, personalizar os menus do telemóvel, inserir alertas, localizar o telemóvel através da internet, entre outros.

- **MEO Wallet:** rebranding, expansão e alargamento de funcionalidades do serviço de pagamentos móveis em fase de piloto com todos os colaboradores da Portugal Telecom. Durante o ano de 2013, concretizou-se o lançamento pré-comercial da MEO Wallet para pagamentos presenciais através de PoS (points-of-sale) nos estabelecimentos comerciais. A MEO Wallet é uma plataforma de pagamentos eletrónicos, que permite que qualquer cliente faça pagamentos na web, mobile e TV, de forma rápida, fácil e segura. Além de poder pagar com MEO Wallet, o cliente pode transferir dinheiro entre wallets, retirar dinheiro para a conta bancária, solicitar dinheiro, consultar movimentos, entre outras funcionalidades. Em 2013, a MEO Wallet passou ainda a integrar uma solução de punch cards desmaterializados no telemóvel, permitindo assim acumular e redimir carimbos.
- **Mobile Parking:** serviço que permite a realização, por parte dos consumidores, do pagamento do estacionamento através do telemóvel. Este serviço foi inicialmente implementado no Município de Sintra, tendo sido alargado, durante o ano de 2013, a seis novos municípios: Águeda, Bragança, Coimbra, Évora, Fátima e Vieira do Minho.

b) Soluções para o mercado empresarial

Aumentar a produtividade, ser mais eficiente e melhorar a satisfação dos clientes são, a par da redução de custos e da segurança, necessidades que as empresas identificam como cruciais para o seu crescimento e competitividade. Por esta razão, a proposta de valor da Portugal Telecom para o mercado empresarial está assente em atributos como solidez, segurança, qualidade e proximidade, os quais estão presentes em todas as soluções que constituem o portefólio da oferta para este segmento de clientes.

Serviços e soluções TI/SI

Durante o ano de 2013 a PT reforçou a sua presença estratégica enquanto entidade promotora de soluções de cloud que potenciam a eficiência e produtividade dos seus clientes empresariais. Estas soluções ganharam uma nova força e novas possibilidades com a nova infraestrutura tecnológica do Data Centre da Portugal Telecom na Covilhã.

As soluções cloud da Portugal Telecom são customizadas de acordo com as necessidades dos clientes empresariais, possibilitando uma redução significativa dos seus custos totais, uma vez que são comercializadas em modelo pay-as-you-grow, potenciando assim reduções de custos com TIs.

As soluções cloud da Portugal Telecom garantem às empresas elevada comodidade e simplicidade, uma vez que a utilização e gestão controlada dos recursos e serviços são realizados em modo de self-service, através da internet ou de uma rede privada, em qualquer altura e em qualquer lugar. De destacar ainda o facto de as soluções cloud estarem cada vez mais adaptadas e acessíveis a pequenas e médias empresas (PME). De facto, a segurança e as funcionalidades oferecidas pelas soluções cloud da Portugal Telecom, resultam numa oferta particularmente adequada à realidade do segmento das PMEs.

Tal como referido anteriormente, a crescente aposta nas soluções cloud da Portugal Telecom também se materializou na expansão deste portefólio, através do lançamento dos serviços de videovigilância-as-a-service, suportada na cloud para processamento e armazenamento de imagens, bem como de novas soluções de software-as-a-service (Sugar CRM, EmBlue, Groobix, Libreoffice, Opinator e Teambox). A Portugal Telecom lançou ainda uma oferta própria de comunicações unificadas com integração de ofertas VoIP e colaboração, a SmartUC PT.

Por tudo isto, as soluções cloud da Portugal Telecom foram distinguidas durante o ano de 2013 a nível nacional e internacional, respetivamente, com a premiação da oferta de servidores privados e a atribuição do prémio

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Best Cloud Service Product pela EuroCloud Europe Awards, reconhecendo-se assim a abordagem inovadora da Portugal Telecom ao mercado de TI/SI.

Em 2013, assumiu também especial relevância o facto da Portugal Telecom ter sido novamente distinguida como Cloud and Managed Services Master Partner da Cisco. Esta certificação abrangeu os serviços Managed Unified Communications, MPLS VPN, Metro Ethernet, IP Trunking e, conforme mencionado anteriormente, os Servidores Privados. Desta forma, a Portugal Telecom mantém-se como o único parceiro Cisco em Portugal a receber este reconhecimento. Esta recertificação reforça o reconhecimento da Cisco no elevado nível de investimento, conhecimento, inovação e pioneirismo demonstrados pela Portugal Telecom no desenvolvimento de serviços inovadores suportados em ambiente de cloud computing que promovem a competitividade e a sustentabilidade das organizações. A Cisco reafirma, desta forma, o forte compromisso da Portugal Telecom na promoção da inovação tecnológica das organizações portuguesas, bem como a sua capacidade para disponibilizar soluções baseadas em tecnologia Cisco assentes nas melhores práticas do mercado, que proporcionam aos clientes empresariais a melhor experiência e a garantia de evolução constante dos níveis de serviço prestados.

Na relação com o cliente, o lançamento da área de cliente empresarial (www.cliente.ptempresas.pt) é um marco de inovação neste segmento, o qual reforça o enfoque da Portugal Telecom na qualidade do serviço prestado e na simplificação da experiência de utilização que proporciona aos seus clientes. A aprendizagem acumulada ao longo dos últimos anos nos segmentos de negócio pessoal e residencial (mercado de consumo) permite que estas transformações se realizem com elevado sucesso. Ainda no que concerne ao relacionamento da Portugal Telecom com as empresas portuguesas, é de relevar a parceria que foi estabelecida com o Jornal de Negócios para a criação de um espaço online de perguntas e respostas sobre temáticas relevantes para o mercado de PME e Empresas em Nome Individual (ENI). A visão jornalística e imparcial do Jornal de Negócios, aliada ao know-how tecnológico da Portugal Telecom, possibilitam uma dinâmica de excelência, neste canal online privilegiado e criado exclusivamente para comunicar as tendências do mercado e as ofertas mais relevantes e estratégicas ao mercado empresarial.

Em 2013, a Portugal Telecom encetou uma importante aposta na oferta de soluções de gestão de centros de relacionamento para clientes externos, para a qual se fizeram esforços notáveis de otimização de sinergias entre as empresas PT Contact e PT PRO. Desta forma, a PT Contact redefiniu o seu modelo de endereçamento de clientes externos ao Grupo, incluindo no seu portefólio de oferta soluções de outsourcing, entre as quais merecem especial destaque as soluções de BPO (Business Process Outsourcing) desenvolvidas pela PT PRO. Registou-se, assim, uma notável evolução dos serviços de gestão documental e das soluções de e-learning da oferta de BPO.

Soluções setoriais

Saúde

Durante o ano de 2013, a Portugal Telecom reforçou a sua presença no setor da Saúde, tendo apostado no desenvolvimento de soluções inovadoras para implementação em importantes players nacionais e internacionais. O lançamento da nova versão da solução de telemedicina Medigraf é um cabal exemplo desta aposta. O Medigraf é uma plataforma de telemedicina de nova geração disponibilizada em modelo software-as-a-service, através da internet e suportada nas soluções cloud da PT, que permite a prestação de cuidados de saúde à distância, nomeadamente através da realização de consultas e diagnósticos, da partilha de exames e da visualização e manipulação de imagens médicas. O Medigraf pode ser utilizado em qualquer computador ou tablet com ligação à internet e permite ainda a comunicação simultânea entre vários profissionais.

Em 2013, o Medigraf alargou os seus horizontes geográficos e atualmente já está, por exemplo, a ser utilizado entre médicos portugueses e pacientes são-tomenses, assegurando uma poupança de milhares de euros em evacuações. O Medigraf esteve em destaque na conferência internacional IEEE Healthcom 2013,

que se realizou pela primeira vez em Portugal e juntou especialistas de todo o mundo em torno do tema das Tecnologias de Informação e Comunicação na área da saúde (e-Health Networking Applications and Services). De salientar ainda que a solução Medigraf resultou na distinção da Portugal Telecom com o prémio “Broadband: Changing Lives Award”. Este galardão reconhece a capacidade de inovação aplicada à melhoria da qualidade de vida das pessoas.

Em 2013 deu-se ainda continuidade ao desenvolvimento do Sistema Integrado de Gestão da Doença Crónica (SIGDC). Esta solução informática garante uma visão integrada para a gestão de patologias crónicas, tais como asma, doença coronária e diabetes, através da informação de diferentes prestadores de cuidados de saúde, prevenindo fatores de risco através da monitorização contínua e potenciando a racionalização de custos por enfoque na medicina preventiva.

Durante este ano, a Portugal Telecom iniciou o desenvolvimento de uma oferta de telemonitorização de dados biométricos, tais como tensão arterial, temperatura, glicémia e peso, intitulada Smarthealth. Esta solução poderá ser associada ao SIGDC, garantindo uma oferta integrada aos doentes crónicos que necessitam de monitorização constante, bem como de soluções de gestão inteligente de casas, por forma a providenciar a monitorização permanente do agregado familiar. A possibilidade de visualização no MEO faz parte dos desenvolvimentos em curso para esta solução.

No que respeita ao projeto Tele-R, integrado pela PT em 2012 no âmbito de uma candidatura ao programa de financiamento nacional QREN, é de destacar que foram concluídos com sucesso os primeiros testes de protótipo. Recorde-se que o projeto Tele-R visa o desenvolvimento de uma plataforma web de apoio à reabilitação cognitiva assente nas teorias de serious games, contemplando os clusters de reabilitação, reeducação e reintegração.

Retalho

Durante o ano de 2013, a Portugal Telecom também reforçou a sua presença no setor do Retalho, através do desenvolvimento de soluções customizadas para este segmento de clientes empresariais. Neste contexto, é de assinalar o lançamento comercial de uma solução de e-commerce end-to-end pioneira em Portugal. Através desta solução de e-commerce, a Portugal Telecom fornece, para além da plataforma tecnológica, serviços associados de gestão, desenvolvimento e manutenção da mesma. Entre estes últimos, encontram-se as soluções de angariação de comerciantes, de interação com o cliente final via funcionalidades de atendimento online e realtime framework e de gestão de encomendas. Esta plataforma encontra-se já em utilização por parte de um dos maiores gestores nacionais de centros comerciais, tendo assim sido comprovado o sucesso desta nova oferta, a qual, com base num trabalho de inovação e sofisticação contínuas, se espera que venha a prosperar nos próximos anos.

Por outro lado, foram desenvolvidas soluções de georreferenciação indoor que evidenciam a aposta da Portugal Telecom em location-based services, visando-se assim o lançamento de ofertas robustas que deem resposta a uma tendência de mercado latente. Foram testadas soluções inovadoras que permitem monitorizar de forma anónima, em tempo real e com elevada precisão, tempos e rotas de deslocação de pessoas. Desta forma, este serviço de publicidade contextualizada disponibiliza às empresas um canal direto de contacto com o seu público-alvo, devidamente caracterizado e geolocalizado, assegurando ao consumidor final o controlo total sobre a forma e momento de contacto. A Portugal Telecom garante assim um posicionamento de relevo no negócio da publicidade mobile.

Ainda em 2013, a par dos desenvolvimentos internos que suportaram a integração na MEO Wallet de punch cards, foi iniciado o desenvolvimento de uma solução abrangente de loyalty para todos os retalhistas. Esta solução é centrada na oferta de funcionalidades de suporte à fidelização de clientes, as quais são desenvolvidas através da recolha, tratamento e análise de informação recolhida nos equipamentos de pagamento existentes nos pontos de venda.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

Educação

Em 2013, a Portugal Telecom continuou a reforçar o seu apoio na área da Educação através da aposta no desenvolvimento de soluções que aumentam a qualidade do sistema de ensino nacional, designadamente, por via da melhoria da comunicação entre stakeholders (escolas, estudantes e encarregados de educação). Neste sentido, foi dada continuidade ao desenvolvimento da plataforma SAPO Campus (<http://campus.sapo.pt>), a qual resulta de uma parceria com a Universidade de Aveiro.

Esta plataforma oferece aos estabelecimentos de ensino um meio simples e seguro de acesso e partilha de conteúdos escolares entre a comunidade de ensino. No último ano, as funcionalidades da plataforma foram reforçadas e amplamente melhoradas, tendo sido também assegurada a integração com a MEO Cloud. Atualmente o SAPO Campus conta com mais de 4.000 utilizadores registados em 100 espaços criados, dos quais 50 são instituições de ensino de todos os níveis escolares, desde jardins de infância a escolas de ensino superior.

Machine-to-Machine

Lançada na Technology and Innovation Conference, a oferta M2M PT agrega os diferentes serviços, funcionalidades e soluções de Machine-to-Machine (M2M) da PT, as quais permitem a comunicação célere e automatizada entre diferentes equipamentos, aumentando assim a eficiência operacional, controlo e integração das organizações. Em 2013, a PT consolidou a sua oferta M2M PT, proporcionando soluções por vertical de negócio, customizadas de acordo com as necessidades dos clientes. Os serviços M2M PT dividem-se em 3 grupos:

- **Conetividade:** permite provisionar, gerir, supervisionar e configurar em tempo real os meios de comunicação, fixos ou móveis, que interligam os diversos equipamentos, de forma simples e expedita.
- **Monitorização:** faculta uma interação contínua e remota dos dados dos ativos (tais como os consumos, o estado de utilização, as horas de trabalho, entre outros). Esta informação é disposta em tempo real num portal web sob a forma de relatórios, gráficos e alarmística personalizáveis e de simples interpretação. Por exemplo, é possível fazer a telecontagem de água, gás ou eletricidade com alta precisão e baixo custo (sem necessidade de ir localmente aos contadores extrair periodicamente a informação).
- **Localização:** assegura a georreferenciação dos ativos, em tempo real, e a interação com os serviços de gestão do cliente de forma adequada e ajustada às especificidades de cada negócio. Estes ativos podem ser veículos automóveis, máquinas, contentores, entre outros.

A oferta SmartM2M PT afirmou a sua presença no mercado, quer pela conquista de novos clientes, quer pela nova oferta disponibilizada aos clientes atuais. De realçar pilotos em novos verticais como é o caso da Telemetria de Águas, em curso com a Câmara de Ponta Delgada, bem como o lançamento comercial do serviço de Conetividade Gerida que permitiu posicionar a PT como player de referência no mercado de soluções de conetividade M2M.

O SmartM2MPT aproveita as competências únicas da PT para integrar comunicações, sistemas de informação e equipamento eletrónico, permitindo não só endereçar todos os setores de atividade como responder de forma personalizada às necessidades específicas dos clientes.

Em abril de 2013, espelhando a qualidade na comunicação em meios digitais interativos, o site SmartM2MPT foi distinguido com a Menção Honrosa nos Prémios de Design da Meios & Publicidade.

2. Infraestrutura Tecnológica

Todos os serviços desenvolvidos e comercializados pela Portugal Telecom estão suportados por infraestruturas de vanguarda que potenciam uma melhor qualidade no acesso a estes serviços e, conseqüentemente, uma experiência de utilização rica e diferenciadora. Desta forma, e alinhado com o cumprimento dos objetivos estratégicos para o ano de 2013, a Portugal Telecom reforçou o seu investimento na melhoria da sua infraestrutura tecnológica.

a) Infraestrutura de rede

Na rede fixa, a Portugal Telecom reforçou o seu investimento na rede de fibra ótica (FTTH), expandindo os seus serviços no segmento residencial.

Na rede móvel, foi dada continuidade ao roll-out da tecnologia 4G-LTE como a principal aposta da empresa no que diz respeito a investimento em infraestrutura de vanguarda. A Portugal Telecom atingiu, no fim de dezembro de 2013, níveis de cobertura de cerca de 93% da população do território nacional, sendo a rede 4G da MEO (anteriormente denominada TMN) uma referência em termos de qualidade. Por forma a reforçar a capacidade de dados móveis e a melhoria da qualidade de rede, a Portugal Telecom garantiu a cobertura a 94% das estações base móveis com fibra, todas com ligação em IP. Adicionalmente, a MEO (anteriormente denominada TMN) testou com sucesso a nova tecnologia LTE Advanced, obtendo débitos de pico de 300 Mbps, sendo igualmente participante ativa nos estudos para a rede móvel de 5ª geração (5G). A rede 3G também foi alvo de desenvolvimentos, com a introdução generalizada de voz HD (voz de alta definição), a qual permitiu uma melhoria significativa da experiência de utilização.

Por último, foram dados passos importantes no que diz respeito à convergência e otimização das redes fixas e móveis, dos quais se destacam:

- Gestão unificada de todas as redes com evolução para all-IP;
- Plataformas de serviço transversais e integradas;
- Acesso unificado dos clientes aos seus serviços de forma seamless usando rede fixa, móvel e WiFi;
- Expansão das ligações a 100 Gbps nos principais nós da rede, tecnologia na qual a Portugal Telecom foi um dos operadores pioneiros;
- Conclusão do processo de adaptação do protocolo IPv6 na rede de transporte;
- Estabelecimento de parcerias e MoU com fabricantes de referência para a validação de soluções para a virtualização de redes com base nas tecnologias Networks Function Virtualization (NFV) e Software Defined Network (SDN).

b) Data Centre

A Portugal Telecom dispõe da maior rede nacional de Data Centres, em dimensão, abrangência geográfica e qualidade, fatores que dão permanente resposta às necessidades de redundância, segurança, disponibilidade e fiabilidade das empresas nacionais e internacionais.

Desde 23 de setembro de 2013, com a inauguração do Data Centre na Covilhã, que a rede é composta por 7 Data Centres localizados em Lisboa, Porto, Açores, Madeira e Covilhã, numa infraestrutura de resiliência e robustez ímpares.

A Portugal Telecom deu um importante passo para a concretização dos seus objetivos estratégicos com a inauguração do Data Centre na Covilhã, um dos maiores, mais eficientes e ecológicos do mundo. Depois de cinco anos de transformação cultural, tecnológica e de modelo de negócio, a inauguração do Data Centre é um dos acontecimentos mais importantes de 2013 para a Portugal Telecom. Contudo, este representa sobretudo um ponto de partida, mais do que de chegada, por constituir a infraestrutura de base para a oferta de soluções de ponta que melhor sirvam as necessidades das pessoas e das empresas, a nível nacional e internacional. De facto, o Data Centre assinala também um marco na transformação da Portugal Telecom num operador global.

A Portugal Telecom ambiciona que o sucesso deste investimento se traduza numa crescente confiança dos seus clientes, mas também num impulso para a tecnologia portuguesa e para o crescimento das soluções cloud em Portugal. Neste sentido, apostou-se na parceria com a Universidade da Beira Interior e na atração de start-ups e empresas tecnológicas, por forma a construir um ecossistema de desenvolvimento tecnológico que concretize o Data Centre enquanto projeto agregador de indústria.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O Data Centre da Covilhã ocupa uma área total de 75.500 m² e implica um aumento, na rede de Data Centres da PT, do espaço de salas TI de 14.000 m² para 26.000 m², do número de servidores de 6 mil para 56 mil e da capacidade de armazenamento de 3 para 33 Pbytes. O novo Data Centre está ligado à rede backbone da PT (100 Gbps), possibilitando a exportação de capacidade de armazenamento de dados e de serviços tecnológicos para o estrangeiro. Este projeto representa um forte contributo da Portugal Telecom para o desenvolvimento económico de Portugal e vai continuar a permitir a criação de centenas de postos de trabalho diretos e indiretos. Do ponto de vista da sustentabilidade e eficiência energética, o Data Centre regista poupanças de 144 mil toneladas de CO₂ e de 40% no consumo de energia, para além de contemplar a utilização de sistemas de refrigeração ambientalmente responsáveis (free cooling) durante 99% do ano e o aproveitamento de energia solar.

Perante um contexto de exponencial crescimento da utilização de dados, a Portugal Telecom tem agora todos os meios tecnológicos para responder àquilo que os clientes procuram: cobertura, velocidade, fiabilidade e segurança.

3. Eficiência operacional

A Portugal Telecom reafirmou a sua aposta na eficiência e excelência operacional, desenvolvendo ao longo do ano de 2013 vários projetos e iniciativas com impacto relevante nos processos de negócio, na gestão dos recursos da empresa e na relação com o cliente. Deste vasto conjunto, destacam-se os seguintes:

- **Projeto CRM ONE (móvel):** na continuidade do processo de implementação faseada da solução de CRM única para as empresas do Grupo PT do território nacional (PT Comunicações e MEO (anteriormente denominada TMN), a qual permitiu desde 2009 alcançar melhorias notáveis a vários níveis (por exemplo, ao nível de qualidade do serviço, eficiência operacional nas relações estabelecidas com clientes, enfoque comercial dos colaboradores, capacidades das equipas de vendas e harmonia dos processos de negócio), este ano fica marcado pela extensão do projeto ao negócio móvel. Todos os segmentos passaram assim a estar suportados numa só plataforma que garante o tratamento consistente, coerente e único dos clientes da Portugal Telecom.
- **Centro logístico PT:** centralização das operações logísticas da empresa (incluindo negócio fixo e móvel) num único sítio físico, potenciando assim a eficiência da cadeia logística, a capacidade e flexibilidade de resposta ao negócio, a obtenção de sinergias e a implementação end-to-end da convergência.
- **SIGO (Sistema Integrado de Gestão de Operações) – integração PTP:** a integração do SIGO nas empresas do Grupo PT do território nacional possibilitou a gestão conjunta das operações das redes fixa e móvel através da unificação e otimização de processos e recursos. O SIGO é um produto que incorpora componentes para gestão de avarias, manutenções preventivas, manutenções evolutivas e fornecedores.
- **LoBo Connect:** criação de uma linha de contacto direta entre as lojas PT/agentes e os serviços de back office (BO) para melhorar o atendimento presencial. Esta solução de chat interno permite aos lojistas solicitarem apoio (técnico e não técnico) às equipas de BO permitindo assim uma resolução imediata do assunto perante o cliente final.
- **Time Compression:** redução dos tempos de entrega de propostas de venda e de implementação das mesmas a clientes do segmento empresarial.
- **Clever Use:** racionalização da utilização de edifícios com vista à redução significativa de custos operacionais (por exemplo, limpeza, energia, água, manutenção, vigilância humana).

C. INOVAÇÃO EXPLORATÓRIA

Para garantir a sustentabilidade da sua liderança no longo prazo, a Portugal Telecom faz parte de um ecossistema de inovação, contando com equipas internas dedicadas à inovação exploratória e também

com uma miríade de parceiros, entre fornecedores, universidades e institutos de investigação, que ajudam a produzir soluções de vanguarda.

1. Inovação exploratória impulsionada por unidades internas

Internamente, a inovação exploratória é desenvolvida sobretudo por duas grandes áreas: a PT Inovação e o SAPO. A PT Inovação dedica-se maioritariamente à otimização da infraestrutura tecnológica, plataformas OSS/BSS e tecnologias para o desenvolvimento de aplicações e serviços. O SAPO foca-se no desenvolvimento e integração de software e aplicações multiplataforma.

Num sector de investimento intensivo como é o das telecomunicações e sendo o risco associado a inovação de longo prazo alto, a Portugal Telecom suporta alguns dos seus projetos mais arrojados em vários programas de financiamento, tanto nacionais como internacionais. Em 2013, a Portugal Telecom continuou a garantir a participação de sucesso em programas como o QREN, a nível nacional, o CIP e o FP7, ambos da Comissão Europeia, com projetos em áreas diversas de vanguarda.

a) PT Inovação

Ao longo de 2013, a PT Inovação estruturou a sua atividade de inovação exploratória em torno do seguinte conjunto de temas estratégicos: Identity Management and Privacy, 4G-LTE and Wireless Green, cloud Services, cloud Networking, Internet of Things, Personalization and Context Awareness, Interaction and Augmented Reality, Monitoring and Intelligent Connectivity e Evolved Optical Framework.

A inovação exploratória efetuada pela PT Inovação é maioritariamente suportada num modelo de partilha de risco com entidades externas - Open Innovation, nomeadamente com instituições do sistema científico nacional, os programas internacionais de investigação e desenvolvimento e os programas nacionais de apoio à Inovação.

Atividade de I&D em colaboração internacional

Em 2013 a atividade de I&D da PT Inovação em colaboração internacional manteve a estruturação em torno das duas linhas base de intervenção:

- 1) projetos promovidos pela União Europeia no âmbito dos seus "Programas Quadro" (FP7 e CIP);
- 2) envolvimento no programa EUREKA.

A participação em projetos ICT (Information and Communications Technologies) do 7º Programa Quadro concentra a maioria do esforço da PT Inovação neste tipo de atividade de pesquisa e inovação em consórcio, num total de 19 projetos. Os projetos em curso cruzam 2 grandes linhas de pesquisa principais, de acordo com o programa de trabalhos FP7 ICT, nomeadamente:

- Redes do Futuro;
- Internet dos Serviços cloud e Segurança.

b) SAPO

O SAPO assume um papel cada vez mais importante no desenvolvimento de soluções inovadoras, potenciando assim o fornecimento de produtos e serviços pioneiros no mercado, e estendendo esta filosofia a toda a empresa. Nos últimos anos, as atividades de I&D do SAPO têm sido focadas em novas soluções multidevice e multiplataforma, na geração de comunidades online, na criação e partilha de conteúdos e no desenvolvimento das plataformas de publicidade online.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O SAPO tem gradualmente integrado um número crescente de projetos de I&D de colaboração internacional. No âmbito dos programas FP7 e CIP, o SAPO liderou a participação em vários projetos, incluindo:

- **Vconnect** - desenvolvimento de uma solução sofisticada de videoconferência para redes sociais com aplicação de uso no SAPO Campus, realizado em parceria com a British Telecom, Fraunhofer Institute IIS e Eurescom;
- **AppsForEurope** - criação de ferramentas que permitam transformar Apps alicerçadas em dados abertos em negócios viáveis através da pesquisa de talento em concursos de programação e incubação de conceitos inovadores, realizado em parceria com a Europeia, Open Knowledge Foundation e Waag Society e com ligação direta a marcas PT/SAPO como Codebits, Codebits Labs e BlueStart;
- **LeanBigData** - desenvolvimento de uma arquitetura ultra-escalável, ultra-eficiente de big data analytics integrada, realizado em parceria com o INESC-ID e com ligação direta a componentes fundamentais do negócio do SAPO, como o SAPO Broker, SAPO AdServer e Analytics.

2. Ecosistema de parcerias em investigação e desenvolvimento

O sistema de inovação exploratória da Portugal Telecom enquadra-se numa rede de parcerias, onde se contam empresas e instituições nacionais e internacionais de referência. É nesta colaboração que a Portugal Telecom consegue garantir o acesso a tecnologia e soluções de vanguarda.

As parcerias que a Portugal Telecom estabelece permitem reunir em torno de um só objetivo as várias competências necessárias para chegar a uma solução inovadora. Nesse sentido, é possível identificar vários tipos de parcerias:

- a) parcerias com fornecedores tecnológicos;
- b) parcerias com universidades e com institutos de investigação;
- c) cooperação com start-ups.

a) Parcerias com fornecedores tecnológicos

De forma a proporcionar aos seus clientes as tecnologias mais avançadas, a Portugal Telecom estabelece várias parcerias com empresas nacionais e internacionais líderes de mercado.

Em 2013, a PT e a Cisco desenvolveram em conjunto soluções inovadoras na área das SmartCities (Smart+Connected) que estão em implementação em vários mercados da Europa, África e América Latina. Entre essas soluções encontram-se Smart Work Centres, Smart+Connected City WiFi e Connected Transportation, Sports and Entertainment.

Com a Huawei, a Portugal Telecom conseguiu otimizar a sua rede LTE e atingir débitos inéditos de 300 Mbps.

A Microsoft continua a ser um parceiro de excelência da Portugal Telecom. No último ano, as duas empresas desenvolveram o Microsoft Cloud OS, uma solução integrada de Data Centres que permite às empresas portuguesas que possuam tecnologia Windows Services e System Centre expandirem o seu data centre para as soluções cloud da PT. Esta oferta permite ainda adicionar servidores virtuais, capacidade de armazenamento, soluções de disaster recovery e outros recursos de forma simples e eficiente, melhorando a produtividade das empresas.

b) Parcerias com universidades e institutos de investigação

O investimento que a Portugal Telecom realiza em IDI tem uma componente significativa alicerçada na relação estratégica que a empresa mantém com as universidades e institutos de investigação nacionais e

internacionais, com as quais desenvolve projetos em várias áreas. Estes projetos visam colmatar as necessidades do negócio, bem como uma aproximação da indústria aos centros do conhecimento, potenciando a inovação em novos produtos, serviços e processos.

A nível nacional, a Portugal Telecom tem investido em projetos tecnológicos exploratórios em colaboração com as Universidades de Aveiro, Porto, Coimbra, Minho, Beira Interior e Trás-os-Montes e Alto-Douro. No ano de 2013, o caso de sucesso da parceria da PT Inovação com a Universidade de Aveiro foi agraciado com o prémio Casos Exemplares de Cooperação Universidade-Empresa, pela COTEC.

Para além das universidades, a Portugal Telecom também dinamiza projetos deste tipo através de institutos de investigação nacionais de referência. A PT Inovação é associada fundadora do Instituto de Telecomunicações (IT), participa na sua direção e na gestão do Pólo Tecnológico de Aveiro, onde mantém um grupo de investigação residente nas áreas de interesse para a PT, como network optimization, cloud services e web e social media.

A Portugal Telecom mantém ainda colaborações regulares com o Instituto Pedro Nunes de Coimbra, com o INESC-Porto e INESC-Coimbra, no domínio das infraestruturas de rede (ótica e rádio), da cloud, dos serviços e aplicações Context Awareness, suporte a futuros ambientes de Multimédia IP e algoritmos de otimização e securização de redes de alto débito.

No âmbito da colaboração de I&D com universidades, a PT alargou o conceito SAPO Labs de colaboração com instituições académicas nas áreas de conteúdos e serviços de internet, integrando um consórcio responsável por implementar um programa doutoral na área de inteligência artificial para jogos financiado pelo EPSRC (Engineering Physical Sciences Research Council, Reino Unido), envolvendo as universidades de York, Sussex e Londres. Nesse contexto, através de projetos bilaterais com cada uma dessas universidades e estágios de curta duração de alunos dessas instituições, prevê-se a criação de um conjunto de sinergias tecnológicas e consolidação de valências que permitirão à PT, através do SAPO, estar na linha da frente nas áreas de jogos inteligentes e de gamification.

Para além de projetos tecnológicos, a Portugal Telecom celebrou adicionalmente um protocolo de colaboração com o IADE-U – Instituto de Arte, Design e Empresa com o objetivo de criar um canal aberto de inovação onde possam ser desenvolvidos projetos de melhoria da oferta PT e exploração de novas soluções.

c) Cooperação com Start-ups

Em 2013 a Portugal Telecom lançou um programa de apoio a Start-ups, o BlueStart (<http://bluestart.pt/>). Este programa pretende ajudar jovens empreendedores nacionais a transformar as suas ideias em negócios, disponibilizando uma equipa de mentores polivalente, ferramentas gratuitas, descontos em serviços PT Negócios e ainda a alavancagem internacional proporcionada pela vasta rede de contactos, roadshows e eventos da PT.

Start-ups que pretendam testar um protótipo, um produto ou serviço, um modelo de negócio ou simplesmente expandir-se podem candidatar-se ao programa BlueStart. Os projetos selecionados estão alinhados com a estratégia de inovação da PT, estimulando-se assim o trabalho em rede, de modo a acelerar-se o esforço de inovação.

O programa consiste em três fases:

1. Fresh Start;
2. Fast Growing;
3. High Flying.

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A fase Fresh Start, destinada a projetos embrionários, inclui a oferta de um Kit Startup, constituído por um conjunto de ferramentas úteis ao início de um negócio, nomeadamente: contas MEO Cloud, servidores públicos virtuais, ferramentas de colaboração e presença web (domínio, caixas de e-mail, sharepoint), hosting de bases de dados, acesso a APIs e web services proprietários PT, equipamentos de teste (IOS e Android), além de condições vantajosas nos serviços de telecomunicações da PT. Aos participantes desta fase, a PT oferece ainda espaço físico para coworking equipado com infraestruturas de suporte, apoio técnico, através de um mentor tecnológico nomeado para acompanhar regularmente os projetos contribuindo com ideias, experiência, know-how e contactos com áreas estratégicas da PT e ainda presença em workshops e outros eventos nacionais e internacionais.

Em 2013, a Portugal Telecom apoiou dez projetos nesta fase, sendo a maioria (sete) provenientes do Codebits Labs.

Na fase de Fast Growing, que se destina a Start-ups já com produtos no mercado, as empresas do programa contam com apoio operacional sob forma de consultoria especializada nas áreas jurídicas e de contabilidade, mentoring, através da nomeação de um mentor com experiência num determinado mercado alvo, e acesso a um conjunto de pilotos, para que testem os conceitos e abordagens técnicas e comerciais das empresas apoiadas, isto além dos benefícios da fase anterior.

Nesta fase, em 2013, a Portugal Telecom contou com nove empresas.

Outras nove empresas encontram-se em fase High Flying, destinada a Start-ups interessadas em integrar os seus serviços na oferta da Portugal Telecom com vista ao endereçamento do mercado global. Esta fase garante a divulgação do projeto em Portugal e no estrangeiro através dos canais próprios da Portugal Telecom ou de alguns dos seus parceiros neste programa. Nesta última fase de incubação, as start-ups contam também com apoio na construção de pontes com alguns dos principais parceiros operacionais e financeiros da Portugal Telecom, além dos benefícios das 2 fases anteriores.

Adicionalmente a Portugal Telecom foi júri em concursos de ideias como o ArriscaC (organizado pela Universidade de Coimbra) e o Desafio Mar (organizado pela Portugal Telecom em parceria com a Secretaria de Estado do Mar).

3. Propriedade Intelectual

Em termos de Propriedade Intelectual, no ano de 2013, foram concedidas três patentes nacionais em nome do grupo PT:

- Pedido de Patente de Invenção Nacional No. 105.235, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A., NATIONAL CENTRE FOR SCIENTIFIC RESEARCH “DEMOKRITOS” e UNIVERSITY OF AEGEAN:
“Managing Link Layer Resources for Media Independent”
Data da concessão: 15/05/2013
- Pedido de Patente de Invenção Nacional No. 105.765, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A. e da UNIVERSIDADE DE AVEIRO:
“Método de Equalização Não-Linear do Canal Ótico no Domínio da Frequência”
Data da concessão: 02/09/2013
- Pedido de Patente de Invenção Nacional No. 105.392, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A. e da UNIVERSIDADE DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO:
“Sistema de informação para atendimento ao público”

A Portugal Telecom efetuou ainda os seguintes pedidos de patente:

- Pedido de Patente Internacional No. PCT/PT2013/000007, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A. "Method and apparatus for allowing channels to be changed"
Data do pedido: 08/02/2013
- Pedido de Patente Japonesa No. 2013-523120 – este pedido corresponde à entrada na fase nacional no Japão do Pedido de Patente Internacional No. PCT/PT2011/000026, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A., NATIONAL CENTRE FOR SCIENTIFIC RESEARCH "DEMOKRITOS" e UNIVERSITY OF AEGEAN. "Managing link layer resources for media independent handover"
Data do pedido: 04/02/2013
- Pedido de Patente norte-americana No. 13/814143 – este pedido corresponde à entrada na fase nacional nos E.U.A. do Pedido de Patente Internacional No. PCT/PT2011/000026, em nome da PORTUGAL TELECOM INOVAÇÃO, S.A., NATIONAL CENTRE FOR SCIENTIFIC RESEARCH "DEMOKRITOS" e UNIVERSITY OF AEGEAN. "Managing link layer resources for media independent handover"
Data do pedido: 11/06/2013

4. Inovação em operações internacionais

A PT Inovação tem sido a principal disseminadora da cultura de inovação nos vários continentes, com polos tecnológicos em vários países africanos e também no Brasil, transferindo assim as mais inovadoras soluções para dentro e fora do Grupo Portugal Telecom.

Nas operações internacionais, destacam-se as seguintes iniciativas inovadoras:

- **Oi (Brasil):** a Oi mantém práticas de inovação muito semelhantes à PT (replicação do modelo de fábricas de inovação do OPEN na INOVA Oi), pelo que a interação entre as duas empresas nessa área tem sido muito frutífera.
- **Unitel (Angola):** continuando a estratégia de levar as redes de nova geração (fibra) a todo o território angolano, a Unitel continuou o seu projeto de expansão e reforço da rede nas várias províncias. O portal SAPO consolidou o seu sucesso no mercado angolano em 2013, tendo atingido as 5 milhões de visualizações, num crescimento de mais de 700% desde o seu início, há cinco anos atrás. Somou a este êxito o selo de Superbrand angolana. Nos planos de tarifas de comunicações, a Unitel introduziu o controlo e distribuição de saldo entre cartões (Plano Boss), numa resposta às novas necessidades do mercado.
- **MTC (Namíbia):** 2013 marcou mais um avanço tecnológico na rede da MTC, com o roll-out de fibra ótica em todo o território, em parceria com a rede elétrica nacional. O swap da rede de rádio continuou a ser realizado de forma acelerada e a rede 4G-LTE foi expandida para oito novas cidades, conseguindo assim servir cerca de 40% da população, reforçando assim a sua liderança da oferta desta tecnologia. Para apoiar este crescimento, foi construído um novo Data Centre, com tecnologia de ponta e ainda renovados os sistemas de informação da MTC (Projeto MTC XXI). Para garantir a resiliência do serviço, a MTC desenvolveu um novo projeto de business continuity and disaster recovery, que duplica as principais componentes móveis para serviços de voz e dados. Dando prioridade ao apoio ao cliente, a MTC abriu o seu primeiro Customer Support Centre, uma loja focada em apoiar o cliente na utilização de serviços de dados, vendas, reparações, entre outros serviços. Ao nível dos tarifários, a MTC teve necessidade de se ajustar à evolução da sua rede, introduzindo um tarifário 4G-LTE pré-pago, novos data bundles e serviços de dados com partilha de tráfego entre vários utilizadores (Smartshare). Para facilitar o carregamento de telefones e também o pagamento de contas, foram introduzidas as vending machines de telecomunicações.
- **CVT (Cabo Verde):** com uma operação bastante madura, a CVT apoia e fomenta os negócios locais, tendo introduzido em 2013 a Caixa de Negócios (PingWin), um pacote que combina os serviços de telecomunicações integrados pela CVMultimédia e a plataforma de software de gestão PingWin. A Caixa

04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

de Negócios possibilita uma gestão de negócio virada para a análise de rentabilidade, faturação, cobrança, controle de stock e gestão de compras e fornecedores.

- Numa vertente de aumento da satisfação do cliente, e aumento da base de clientes e receita, foi também lançada a ACM -Active Campaign Manager, uma ferramenta de gestão dinâmica das campanhas de móveis, permitindo diferenciar as promoções de acordo com o perfil de consumo de cada cliente.

O consumidor individual também viu a sua oferta alargada, com a abertura de oito novas lojas e a introdução do primeiro tarifário nacional de tráfego ilimitado de internet (“Zap Net Sem Limites”), do primeiro tarifário tribal, dedicado aos mais jovens (Tarifário “POWA SWAG Total”), primeira oferta internacional móvel com pacotes de minutos, dedicado às comunicações com a vasta comunidade emigrada e a primeira oferta fixa de tráfego nacional ilimitado de voz, em off peak. Também a oferta televisiva foi robustecida com o lançamento de novos canais de televisão – oferta de conteúdos desportivos com a “A’Bola TV”, “Benfica TV” e “Sport TV África”, complementado por um serviço de informação sobre resultados de jogos de futebol das ligas portuguesa, espanhola e inglesa. Foi ainda lançado o Zap Yes, um novo pacote de televisão com price entry point ajustado ao segmento low end. Foi ainda lançado um serviço exclusivo dedicado ao segmento infantil (familiar), onde na compra do telemóvel Q9 Kids, especialmente concebido para as crianças, e ativada a adesão ao serviço Grilo Kids, a criança ganha 20 minutos diários durante 30 dias para falar com os pais. Para facilitar e promover o acesso ao tráfego de dados, foi ainda produzido o DiBorla Domingão, um opt in que permite unlimited on net ao domingo por apenas 100 ECV (0,9€).

O atendimento ao cliente foi melhorado com a alteração do modelo de sourcing e o reforço do atendimento telefónico, tendo conseguido significativas melhorias na qualidade de serviço.

No que se refere à gestão desta operação, várias iniciativas inovadoras foram levadas a cabo para melhorar a eficiência organizacional e implementar as melhores práticas internacionais. Nesse sentido, foi criado um modelo de collections centralizado e um departamento de revenue assurance, com a missão de controlar o crédito e a receita, respetivamente. Com vista à redução do churn, foi também implementado um modelo de retenção e winback de clientes.

Acompanhando as tendências internacionais de vanguarda, a CVT começou a trabalhar na convergência dos seus serviços e produtos, com a criação de uma equipa que faz o acompanhamento semanal deste processo.

Na área do apoio à comunidade, a CVT lançou em 2013 o primeiro ciclo de festivais de música com branding CVMóvel (CVMóvel ao Vivo e Festival de Verão CVMóvel).

- **CST (São Tomé e Príncipe):** 2013 marca o lançamento da oferta de fibra ótica em São Tomé e Príncipe e a continuada extensão da rede 3G, que contribuiu para a multiplicação das velocidades de internet em todo o território. Sempre com uma abordagem sustentável, este alargamento de rede contou, como em anos anteriores, com o fornecimento de energias renováveis (solar e eólica) às estações remotas. Na oferta comercial, foi introduzida pela primeira vez a Banda Larga Móvel (BLM) pré-paga e o serviço de recarga de telemóveis por multibanco.

Na área de responsabilidade social, a CST continuou a inovar, tendo estabelecido um acordo com o Estado São-Tomense, comprometendo-se a promover o acesso às novas tecnologias de informação através da instalação de ADSL nas escolas com um desconto de 75% e da entrega de computadores usados e reciclados a escolas mais carenciadas. Este acordo contempla ainda o Programa Liga CST Escolas, um projeto de apoio financeiro e de consultoria para promoção do desporto e ainda o projeto governamental Connect In, um programa que visa a inclusão digital através da instalação de telecentros dedicados à promoção das novas tecnologias de informação e comunicação junto dos mais jovens.

Em conjunto com o Instituto Marquês de Valle Flôr, a CST compromete-se também a desenvolver a geração digital São-Tomense e, através das novas tecnologias, promover a educação e melhoria dos serviços de saúde pública.

- **TT (Timor-Leste):** Timor é um desafio geográfico à instalação de uma rede eficiente de telecomunicações. A Portugal Telecom abraçou este desafio e em 2013 iniciou a construção da rede metropolitana de Díli em fibra ótica, continuou a expansão da cobertura 3G em todo o território (ampliação de 43% no número de BTS) e o upgrade de rede de backbone.

A rede de distribuição foi completamente renovada através da angariação de pequenos agentes e expansão da rede para locais mais remotos. Esta rede de pequenos distribuidores permitiu a centenas de pessoas terem uma nova fonte de rendimento, essencial à sua sobrevivência e das suas famílias e permite que os serviços da TT cheguem a um maior número de pessoas. Ainda na reestruturação da rede de distribuição, foram remodeladas e construídas um total de 18 lojas em todo o território e a Timor Telecom passou a estar presente em todos os distritos, com as lojas mais modernas e rede mais capilar do país.

O serviço a cliente também foi alvo de ações inovadoras, com a expansão da rede de centros comunitários de internet e com a total reorganização do call centre, que passou a funcionar segundo as melhores práticas internacionais. O novo call centre passou a estar dotado de IVR, gravação de chamadas, foi dada formação aos operadores e chefias, os operadores organizados por serviços e definidos objetivos globais e individuais. Em apenas 6 meses, a taxa de atendimento aumentou de 38% para 90% e a satisfação dos clientes atingiu valores inéditos. Com mais de 100 trabalhadores, o call centre da Timor Telecom é agora um elemento central da satisfação do cliente.

Além do call centre, a Timor Telecom inovou o serviço ao cliente ao introduzir a área de cliente online e a fatura online.

A oferta foi reforçada com o lançamento do serviço de carregamento eletrónico ("Pulsa Lais") em todo o país. Foi ainda introduzido no mercado o primeiro tarifário tribal de Timor-Leste ("Diak"), direcionado à população mais jovem e com especial enfoque na internet e redes sociais, o primeiro tarifário de taxação ao segundo ("Viva").

Na oferta de valor acrescentado, foi com grande sucesso que o mercado timorense aderiu ao Telebola, um questionário sobre futebol por telemóvel, ao serviço noticioso e ainda ao serviço de resultados desportivos, ambos por SMS. Entre os mais jovens, o serviço Facebook através de SMS foi um lançamento com êxito retumbante.

Num compromisso social com o país, a Timor Telecom patrocina a seleção nacional de futebol de Timor-Leste.

05

ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53		
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS			
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85		
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101		
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109		
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		
		DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	76
		Receitas operacionais consolidadas	76
		Custos operacionais consolidados	77
		EBITDA	78
		Resultado líquido	79
		CAPEX	80
		Cash-flow	81
		Dívida líquida consolidada	81
		Responsabilidades com benefícios de reforma	82
		Capital próprio	83
		Demonstração da posição financeira consolidada	84

05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾

(milhões de euros)

	2013	2012	Δ13/12
Receitas operacionais	2.911,2	3.079,0	(5,4%)
Portugal ⁽²⁾	2.559,6	2.700,5	(5,2%)
Residencial	721,1	711,7	1,3%
Pessoal	655,2	688,1	(4,8%)
Empresas	790,8	896,0	(11,7%)
Oferta grossista, outros e eliminações	392,5	404,7	(3,0%)
Outros e eliminações	351,6	378,5	(7,1%)
Custos operacionais⁽³⁾	1.748,8	1.788,9	(2,2%)
Custos com pessoal	399,3	413,6	(3,5%)
Custos diretos dos serviços prestados	458,8	457,4	0,3%
Custos comerciais	310,0	318,6	(2,7%)
Outros custos operacionais	580,7	599,3	(3,1%)
EBITDA⁽⁴⁾	1.162,4	1.290,1	(9,9%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	40,5	57,5	(29,7%)
Amortizações	726,3	765,3	(5,1%)
Resultado operacional⁽⁵⁾	395,6	467,3	(15,3%)
Outros custos (receitas)	50,3	(24,5)	n.s.
Custos com o prog. de redução de efetivos, líquidos	127,1	2,4	n.s.
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	(3,4)	(3,5)	(3,2%)
Outros custos (ganhos) líquidos	(73,4)	(23,4)	213,6%
Resultado antes de resultados fin. e impostos	345,4	491,8	(29,8%)
Custos (ganhos) financeiros	(104,6)	56,1	n.s.
Juros suportados (obtidos) líquidos	257,4	213,0	20,8%
Perdas (ganhos) em emp. associadas e joint-ventures	(440,6)	(207,3)	112,6%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	78,6	50,3	56,1%
Resultado antes de impostos	450,0	435,7	3,3%
Imposto sobre o rendimento	(62,0)	(125,6)	(50,6%)
Resultado antes de interesses não controladores	388,0	310,1	25,1%
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(57,0)	(84,3)	(32,4%)
Resultado líquido consolidado	331,0	225,8	46,6%

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ As operações de telecomunicações em Portugal incluem a rede fixa e o MEO, anteriormente denominado TMN. | ⁽³⁾ Custos operacionais = custos com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. | ⁽⁴⁾ EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. | ⁽⁵⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

As demonstrações financeiras consolidadas da PT são preparadas de acordo com as IFRS adoptadas pela União Europeia, em que a adoção da IFRS 11 é obrigatória apenas a partir de 1 de janeiro de 2014, sendo, no entanto, permitida a adoção antecipada. De acordo com a IFRS 11, a consolidação proporcional de entidades controladas conjuntamente é proibida e é necessário consolidar pelo método de equivalência patrimonial. A PT decidiu antecipar a adoção da IFRS 11, uma vez que a aplicação desta norma é obrigatória a partir de 1 de janeiro de 2013 para efeitos de reporte na Bolsa de Valores de Nova Iorque, NYSE. Os impactos da adoção antecipada desta norma consistem em registar as suas joint-ventures, Oi, a Contax e os seus acionistas controladores, pelo método de equivalência patrimonial, aplicável a todos os períodos apresentados nestas demonstrações financeiras. Adicionalmente, em 2013 entrou em vigor a IAS 19 "Benefícios a Empregados" (mais detalhes na Nota 4 das Demonstrações Financeiras).

Receitas operacionais consolidadas

Em 2013, as receitas operacionais consolidadas diminuíram 168 milhões de euros para 2.911 milhões de euros (-5,4% face a 2012). Este desempenho é explicado pela diminuição nas receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal (141 milhões de euros) e pela menor contribuição dos outros negócios internacionais, nomeadamente da MTC, devido a efeitos cambiais negativos, e da Timor Telecom.

Em 2013, as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 5,2% face a 2012 para 2.560 milhões de euros, enquanto as receitas de serviço diminuíram 5,9% no mesmo período, tendo melhorado robustamente a tendência trimestral ao compararmos o 4T13 (-3,8% face ao 4T12) com o 3T13 (-5,8% face ao 3T12), o 2T13 (-7,0% face ao 2T12) e o 1T13 (-6,7% face ao 1T12). O desempenho das receitas continuou a ser impactado por dinâmicas ao nível de concorrência e de preço e pelo cenário macroeconómico. Neste contexto, em 2013, a PT apresentou um crescimento contínuo no segmento Residencial, assim como também apresentou uma melhoria das tendências no segmento Pessoal. O consumo privado em Portugal diminuiu 2,2% no 3T13, enquanto o segmento de Consumo da PT, que inclui os segmentos Residencial e Pessoal, apresentou receitas estáveis no 4T13, superando o mercado. Este desempenho prova o sucesso da oferta da PT, nomeadamente do M₄O, que está a ganhar tração no mercado, tendo atingido 1,7 milhões de RGUs em fevereiro de 2014. O segmento Empresas está a ser penalizado pelas dinâmicas competitivas que estão a impactar as dinâmicas de preço, nomeadamente nos serviços móveis, apesar da melhoria notável do desempenho das pequenas e médias empresas no 4T13, impulsionado pelo negócio de rede fixa. As receitas do segmento Grossista, outros e eliminações diminuíram 3,0% em 2013 face a 2012, para 393 milhões de euros, refletindo menores acessos e receitas de capacidade e uma diminuição de 10 milhões de euros no negócio das listas telefónicas (-27,9% face a 2012), refletindo tendências seculares.

As outras receitas, incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 27 milhões de euros em 2013 (-7,1% em 2013 face a 2012), para 352 milhões de euros, refletindo efeitos cambiais negativos (40 milhões de euros). Excluindo este efeito, as outras receitas teriam aumentado 13 milhões de euros, devido, principalmente à maior contribuição da MTC, explicada sobretudo por maiores receitas de retalho de voz e por um aumento significativo nos serviços de dados, parcialmente compensada por um menor contributo da Timor Telecom (8 milhões de euros) no seguimento da entrada de dois novos concorrentes no mercado.

Assumindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, as receitas operacionais totais teriam ascendido a 5.988 milhões de euros em 2013, diminuindo 9,3% face a 2012, e com a Oi a representar 2.660 milhões de euros. Neste contexto, a contribuição dos ativos internacionais para as receitas operacionais teria sido de 56,5% em 2013, com o Brasil a representar 51,3%, o que compara com 58,4% e 53,3% em 2012, respetivamente, no seguimento do impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro.

Custos operacionais consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os custos operacionais consolidados, excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações, diminuíram 40 milhões de euros (-2,2%) para 1.749 milhões de euros em 2013, face a 1.789 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente uma diminuição nos negócios em África (11 milhões de euros) e nos negócios de telecomunicações em Portugal (31 milhões de euros), esta última explicada por uma redução nos custos com o pessoal, refletindo um rigoroso controlo de custos e uma redução das remunerações em horário extraordinário, uma diminuição nas despesas com serviços de terceiros e com manutenção e reparação em resultado de uma política de contenção de custos por parte da Portugal Telecom, e uma redução nos custos dos produtos vendidos, efeitos que mais do que compensaram o aumento nos custos diretos, refletindo principalmente maiores custos de programação, em linha com o crescimento de clientes e investimento sustentado na diferenciação da oferta de conteúdos MEO e um aumento nos custos com marketing e publicidade em resultado de uma intensificação da atividades comerciais no decurso da implementação do M₄O.

Os custos com pessoal diminuíram 14 milhões de euros (-3,5%) para 399 milhões de euros em 2013, face a 414 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente uma redução nos negócios de telecomunicações em Portugal (9 milhões de euros), devido a menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em

05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

resultado do plano de reestruturação implementado no segundo trimestre de 2013. Os custos com pessoal representaram 13,7% das receitas operacionais consolidadas em 2013.

Os custos diretos aumentaram 1 milhão de euros em 2013 (+0,3%) para 459 milhões de euros em 2013, face a 457 milhões de euros em 2012, refletindo essencialmente um maior contributo dos negócios de telecomunicações em Portugal, resultado essencialmente de um aumento nos custos de programação, em linha com o crescimento sustentado do número de clientes e o investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO, e custos mais elevados associados à prestação de serviços de soluções de TI/SI e serviços de outsourcing, como resultado do aumento de peso destes serviços na receita. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma redução nos custos de tráfego no negócio móvel, explicados pelo impacto da redução nas MTR reguladas e pela diminuição nos serviços prestados, e também menores custos relacionados com o negócio das listas telefónicas. Os custos diretos representaram 15,8% das receitas operacionais consolidadas em 2013.

Os custos comerciais, os quais incluem custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade, diminuíram (2,7%) 9 milhões de euros para 310 milhões de euros em 2013 face a 319 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente uma redução das empresas de suporte ao negócio em Portugal, refletindo o enfoque na eficiência e controlo de custos. A maior contribuição nos negócios de telecomunicações em Portugal é explicada por maiores despesas com marketing e publicidade em resultado de uma intensificação da atividades comerciais no decurso da implementação do M₄O, parcialmente compensada por menores custos das mercadorias vendidas devido a uma menor subsídição e um menor custo médio por aparelho. Os custos comerciais representaram 10,6% das receitas operacionais consolidadas nos 2013.

Os outros custos operacionais, os quais incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indiretos e provisões, diminuíram 19 milhões de euros (-3,1%) para 581 milhões de euros em 2013, face a 599 milhões de euros em 2012, refletindo essencialmente, uma diminuição nos negócios de telecomunicações em Portugal, refletindo essencialmente, uma diminuição nas despesas com serviços de terceiros e com manutenção e reparação, em resultado dos benefícios da implementação da rede FTTH da Portugal Telecom e da rede e 4G-LTE e de um extenso programa de transformação de filed force, e de uma diminuição nas outras despesas.

EBITDA

Em 2013, o EBITDA consolidado diminuiu 128 milhões de euros (-9,9% face a 2012) para 1.162 milhões de euros, comparando com 1.290 milhões de euros em 2012, devido essencialmente: (1) à diminuição no EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal (110 milhões de euros, -9,1% face a 2012), refletindo principalmente menores receitas (141 milhões de euros), como explicado anteriormente, e (2) à diminuição de 20,1% face a 2012 (18 milhões de euros) no EBITDA dos outros negócios, refletindo a desvalorização do Dólar namibiano e outros efeitos cambiais negativos (19 milhões de euros). Excluindo o efeito cambial, o EBITDA nos outros negócios ter-se-ia mantido relativamente estável em 89 milhões de euros, uma vez que a maior contribuição da MTC foi compensada por menores contribuições da Timor Telecom e CVT. Adicionalmente, excluindo o impacto das variações cambiais face ao Euro, o EBITDA consolidado teria diminuído 8,4% em 2013 face a 2012.

EBITDA por segmento de negócio^{(1) (2)} (milhões de euros)

	2013	2012	Δ13/12
Portugal	1.091,0	1.200,7	(9,1%)
Outros	71,3	89,3	(20,1%)
EBITDA	1.162,4	1.290,1	(9,9%)
Margem EBITDA (%) ⁽³⁾	39,9	41,9	(2,0pp)

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ EBITDA = Resultado Operacional + Custos com benefícios de reforma + Desvalorização e amortizações. | ⁽³⁾ Margem EBITDA = EBITDA / Receitas Operacionais.

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 1.091 milhões de euros em 2013 (-9,1% face a 2012), equivalente a uma margem de 42,6%, tendo melhorado significativamente a tendência trimestral quando comparando o 4T13 (-5,8% face ao 4T12) com o 3T13 (-9,1% face ao 3T12), o 2T13 (-9,7% face ao 2T12) e o 1T13 (-11,7% face ao 1T12). O desempenho do EBITDA resultou da diminuição nas receitas de serviço (149 milhões de euros), as quais têm uma maior alavancagem operacional, e também de novos serviços com menores margens no segmento Empresas. Com efeito, num contexto em que as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 150 milhões de euros, o EBITDA diminuiu apenas 110 milhões de euros, refletindo o enfoque contínuo na redução de custos e na rentabilidade das operações. O desempenho do EBITDA em Portugal foi também penalizado pela contínua diminuição no negócio das listas telefónicas.

Assumindo a consolidação proporcional da Oi e a Contax, como consolidadas proporcionalmente, o EBITDA teria ascendido a 2.122 milhões de euros em 2013, diminuindo 6,5% face a 2012, com a Oi a representar 896 milhões de euros. Neste contexto, os negócios internacionais teriam representado 52,1% do EBITDA consolidado da PT em 2013, com o Brasil a representar 45,1% do EBITDA nesse período, face a 50,4% e 43,0% em 2012, respetivamente.

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram de 58 milhões de euros em 2012 para 40 milhões de euros em 2013, refletindo a redução nas taxas de desconto realizada no final de 2012, o que levou à diminuição do custo financeiro líquido em 2013.

As amortizações ascenderam a 726 milhões de euros em 2013, comparado com 765 milhões de euros em 2012, uma redução que reflete menores amortizações no negócio de telecomunicações em Portugal (34 milhões de euros), explicada pela diminuição no CAPEX ocorrida nos últimos anos, face aos investimentos realizados nos anos anteriores em tecnologias de futuro e redes de nova geração, nomeadamente em FTTH e cobertura 4G-LTE.

Os custos com o programa de redução de efetivos ascenderam a 127 milhões de euros em 2013, refletindo principalmente um programa de aproximadamente 400 colaboradores implementado no 2T13.

As mais valias líquidas na alienação de imobilizado ascenderam a 3 milhões de euros em 2013, valor estável face a 2012.

Os outros ganhos líquidos situaram-se nos 73 milhões de euros em 2013, face a 23 milhões de euros em 2012. Em 2013, esta rubrica inclui: (1) um ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais reconhecidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi em 2011, por um valor inferior aquele inicialmente registado; (2) um ganho relacionado com o contrato de concessão da rede fixa, e (3) o reconhecimento de provisões e ajustamentos de forma a ajustar o valor contabilístico de certos ativos aos seus valores recuperáveis. Em 2012, esta rubrica inclui um ganho relativo à compensação líquida por custos de anos anteriores suportados pela PT com as obrigações do serviço universal, nos termos do contrato de concessão, líquido de provisões e ajustamentos registados de forma a ajustar o valor contabilístico de certos ativos aos seus valores recuperáveis.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 257 milhões de euros em 2013, comparado com 213 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente o aumento no custo médio da dívida líquida (40 milhões de euros), de 4,4% em 2012 para 5,3% em 2013, em resultado de um menor retorno das aplicações e também, em menor grau, de um aumento no custo da dívida bruta de 4,5% em 2012 para 4,8% em 2013.

Os ganhos em empresas associadas e joint-ventures, que incluem a participação da PT nos ganhos das empresas associadas e também de joint-ventures que são agora registadas pelo método de equivalência

05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

patrimonial, no seguimento da adoção da norma IFRS 11, ascenderam a 441 milhões de euros em 2013, incluindo um ganho de 310 milhões de euros relativo à venda do investimento na CTM. Ajustando por este impacto e pela participação da PT nos ganhos da CTM em 2012 (26 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas e joint-ventures teriam ascendido a 130 milhões de euros em 2013, uma diminuição face a 181 milhões de euros em 2012, devido principalmente a: (1) menores ganhos da Oi, uma vez que os maiores custos com amortizações e juros suportados mais do que compensaram o ganho registado relacionado com a venda do seu negócio de cabo submarino, e (2) um menor contributo dos ativos africanos registados pelo método de equivalência patrimonial devido a alterações fiscais e a efeitos cambiais em 2013, uma vez que, do ponto de vista operacional, as empresas associadas continuam a apresentar um desempenho positivo.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 50 milhões de euros em 2012 para 79 milhões de euros em 2013, refletindo principalmente: (1) maiores perdas cambiais líquidas (20 milhões de euros) devido, principalmente, ao impacto da desvalorização do Dólar americano face ao Euro, e (2) maiores despesas financeiras líquidas, relativas maioritariamente a determinados serviços bancários.

O imposto sobre o rendimento diminuiu para 62 milhões de euros em 2013, face a 126 milhões de euros em 2012, devido a menores resultados antes de imposto na generalidade dos negócios, que refletem maiores custos com redução de efetivos e com juros líquidos suportados, o que mais do que compensou o impacto negativo de 32 milhões de euros resultante da alteração da taxa de imposto em Portugal pelo Estado, de 25% para 23%, a partir de 2014, em que certos ativos de impostos diferidos foram recalculados com a nova taxa.

Os lucros atribuíveis a interesses não controladores ascenderam a 57 milhões de euros em 2013 e a 84 milhões de euros em 2012. A redução de 27 milhões de euros reflete menores lucros atribuíveis a interesses não controladores: (1) dos negócios em África (21 milhões de euros), devido, principalmente, a efeitos fiscais e cambiais, e (2) da Timor Telecom (5 milhões de euros).

O resultado líquido ascendeu a 331 milhões de euros em 2013, comparando com 226 milhões de euros em 2012. O aumento é explicado, principalmente, por: (1) o ganho registado relativo à venda da participação na CTM; (2) menores amortizações nos negócios em Portugal, e (3) maiores ganhos não recorrentes. Estes efeitos foram parcialmente compensados por: (1) um menor EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal; (2) custos relativos a um programa de redução de efetivos de aproximadamente 400 colaboradores; (3) maiores juros líquidos suportados nos negócios em Portugal, devido a um aumento no custo da dívida e a um menor retorno das aplicações, e (4) uma redução na participação da PT nos ganhos das empresas associadas e joint-ventures.

CAPEX

O CAPEX ascendeu a 589 milhões de euros em 2013, equivalente a 20,2% das receitas, face a 661 milhões de euros em 2012. Esta diminuição é explicada por uma menor contribuição dos negócios de telecomunicações em Portugal (66 milhões de euros), a qual ascendeu a 490 milhões de euros em 2013, refletindo: (1) um menor CAPEX de cliente, explicado por menores custos unitários de equipamento e um menor churn nos serviços de TV por subscrição e banda larga, e (2) menor CAPEX de infraestrutura e tecnologia, em resultado dos elevados investimentos realizados nos últimos anos, quer na rede FTTH como na rede 4G-LTE. A expectativa é de que o CAPEX dos negócios de telecomunicações em Portugal seja mais relacionado com a procura, tendo em conta os recentes investimentos na modernização das redes e em tecnologia, e que em 2014 seja abaixo dos 400 milhões de euros. O CAPEX dos outros negócios diminuiu 6,3% em 2013 face a 2012, para 99 milhões de euros, refletindo principalmente o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro (8 milhões de euros).

CAPEX por segmento de negócio⁽¹⁾

(milhões de euros)

	2013	2012	Δ13/12
Portugal	490,0	555,5	(11,8%)
Outros	99,1	105,7	(6,3%)
CAPEX total	589,0	661,2	(10,9%)
CAPEX em % das receitas operacionais	20,2	21,5	(1,2pp)

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras.

Cash-flow

Em 2013, o cash-flow operacional ascendeu a 508 milhões de euros, comparado com 577 milhões de euros em 2012. Esta diminuição no cash-flow operacional (69 milhões de euros), é explicada pela diminuição no EBITDA menos CAPEX (56 milhões de euros), sobretudo dos negócios de telecomunicações em Portugal, e por um maior investimento em fundo de maneiio (16 milhões de euros).

Em 2013, o free cash-flow ascendeu a 376 milhões de euros, enquanto em 2012 ascendeu a 251 milhões de euros, refletindo, principalmente, o recebimento relativo à venda da CTM, no valor de 336 milhões de euros. Este efeito foi parcialmente compensado por: (1) um menor cash-flow operacional (69 milhões de euros), como referido acima, e (2) menores dividendos recebidos das empresas afiliadas (150 milhões de euros), relacionados maioritariamente com os dividendos recebidos da Unitel em 2012 (50 milhões de euros), e menores dividendos recebidos da Oi em 2013 (98 milhões de euros), refletindo os 3 mil milhões de reais brasileiros de dividendos pagos pela Oi em 2012 (2 mil milhões de reais brasileiros relativos ao ano de 2011 e 1.000 milhões de reais brasileiros em avanço sobre os resultados de 2012) face a 1,5 mil milhões de reais brasileiros pagos em 2013 (os restantes 1.000 milhões relativos ao ano de 2012 e 500 milhões de reais brasileiros em avanço sobre os resultados de 2013).

Free cash-flow⁽¹⁾

(milhões de euros)

	2013	2012	Δ13/12
EBITDA menos CAPEX	573,3	628,9	(8,8%)
Itens não monetários	25,8	23,3	11,0%
Varição do fundo de maneiio	(91,1)	(75,1)	21,3%
Cash-flow operacional	508,1	577,0	(11,9%)
Juros	(230,3)	(236,6)	(2,7%)
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos ⁽²⁾	(20,6)	(26,7)	(22,6%)
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(158,6)	(160,5)	(1,2%)
Impostos sobre o rendimento	(60,9)	(54,9)	10,9%
Dividends received	114,7	265,1	(56,7%)
Venda da CTM	335,7	0,0	n.s.
Outros movimentos	(112,5)	(112,8)	(0,2%)
Free cash-flow	375,5	250,6	49,8%

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ Em 2013 e 2012, esta rubrica inclui pagamentos relacionados com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português no montante de 21,8 milhões de euros e 25,5 milhões de euros, respetivamente.

Dívida líquida consolidada

A dívida líquida consolidada, ajustada pelos créditos fiscais não utilizados, relacionados com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.619 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, tendo-se mantido estável face a 4.620 milhões de euros em 30 de setembro de 2013. A dívida líquida consolidada ascendeu a 4.798 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, o que compara

05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

com 4.760 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, um aumento de 38 milhões de euros que reflete, principalmente os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (285 milhões de euros) e pelas subsidiárias da PT a interesses não controladores (32 milhões de euros) e também um efeito cambial negativo resultante da desvalorização de determinadas moedas face ao Euro (75 milhões de euros), nomeadamente o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro em caixa e equivalentes nas empresas controladoras brasileiras que detinham os investimentos diretamente na Oi e Contax. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo free cash-flow positivo gerado no período (376 milhões de euros).

Variação da dívida líquida⁽¹⁾

(milhões de euros)

	2013	2012
Dívida líquida (balanço inicial)	4.760,3	4.294,0
Free cash-flow (a subtrair)	375,5	250,6
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	75,0	0,0
Dividendos pagos pela PT	284,7	569,3
Outros ⁽²⁾	53,6	147,7
Dívida líquida (balanço final)	4.798,1	4.760,3
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair) ⁽³⁾	178,9	194,5
Dívida líquida ajustada (balanço final)	4.619,1	4.565,8
Variação da dívida líquida	37,7	466,4
Variação da dívida líquida (%)	0,8%	10,9%

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ Esta rubrica inclui principalmente o pagamento relativo à licença 4G-LTE em Portugal no 1T12 e os dividendos pagos pelas participadas da PT a acionistas não controladores.

⁽³⁾ A dívida líquida encontra-se ajustada pelos créditos fiscais, ainda não utilizados, decorrentes dos montantes pagos ao Estado português em dezembro de 2011 e 2012 no âmbito da transferência das obrigações não financiadas dos planos de pensões. No âmbito da combinação de negócios da PT com a Oi, a manutenção dos prejuízos fiscais do RETGS está dependente de aprovação nos termos da legislação fiscal aplicável.

Em 31 de dezembro de 2013, a dívida bruta consolidada ascendia a 7.371 milhões de euros, dos quais 79,8% era de médio e longo prazo, refletindo o efeito das obrigações de 1.000 milhões de euros com maturidade em 2020, emitidas no 2T13, e 81,6% vencia juros a taxas fixas. O valor de disponibilidades acrescido do montante disponível em linhas de papel comercial e linhas de crédito, totalizou 3.257 milhões de euros no final de dezembro de 2013, dos quais 683 milhões de euros correspondem a linhas de crédito e papel comercial não utilizadas.

Em 2013, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 5,3%, comparado com 4,4% em 2012, refletindo um menor retorno das aplicações de tesouraria e também um custo mais elevado da dívida bruta, o qual se situou em 4,8% em 2013 e 4,5% em 2012. O aumento da dívida bruta é explicado, principalmente, pelas emissões de obrigações em julho e outubro de 2012, com juros à taxa anual de 6,25% e 5,875%, respetivamente. A maturidade da dívida líquida da PT era de 5,5 anos em 31 de dezembro de 2013, beneficiando das obrigações de 1.000 milhões de euros, a 7 anos, emitidas em maio de 2013, e do reembolso em abril de 2013 das obrigações de 1.000 milhões de euros, emitidas em abril de 2009.

Responsabilidades com benefícios de reforma

Em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 494 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 386 milhões de euros, face a 503 milhões de euros e 399 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 852 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e de 730 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente diretamente pela PT aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, o total das responsabilidades não

financiadas brutas dos negócios em Portugal ascendia a 959 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 739 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Responsabilidades com benefícios de reforma⁽¹⁾ (milhões de euros)

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Responsabilidades com pensões	117,2	127,3
Responsabilidades com cuidados de saúde	376,5	375,4
Resp. projetadas com benefícios de reforma (PBO)	493,7	502,7
Valor de mercado dos fundos	(386,3)	(399,4)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	107,4	103,3
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	851,7	730,4
Responsabilidades não financiadas brutas	959,0	833,7
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	738,5	625,3

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas⁽¹⁾ (milhões de euros)

	2013	2012
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	833,7	911,9
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽²⁾	18,7	35,2
Custos com o programa de redução de efetivos	127,1	2,4
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões	(1,3)	(1,2)
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(158,6)	(160,5)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos	139,5	45,9
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	959,0	833,7

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ Em 2013 e 2012, esta rubrica exclui os custos com o serviço dos empregados ativos que tinham direito a pensões de reforma no âmbito dos planos transferidos para o Estado Português, nos montantes de 21,8 milhões de euros e 22,3 milhões de euros, respetivamente.

O valor total das responsabilidades não financiadas brutas aumentou 125 milhões de euros para 959 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, principalmente em resultado dos custos com o programa de redução de efetivos (127 milhões de euros), custos com benefícios de reforma (19 milhões de euros) e perdas atuariais líquidas (139 milhões de euros) registadas no período, explicadas maioritariamente pelo aumento de um ano na idade legal da reforma, efeitos que mais do que compensaram os pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados no montante de 159 milhões de euros em 2013.

Capital próprio

Em 31 de dezembro de 2013, o capital próprio excluindo interesses não controladores ascendia a 1.641 milhões de euros, representando uma diminuição de 663 milhões de euros em 2013, face a 2.305 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. Esta diminuição é explicada, principalmente, por: (1) ajustamentos de conversão cambial negativos gerados no período (601 milhões de euros), relacionados principalmente com o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro; (2) dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (278 milhões de euros), e (3) perdas atuariais líquidas registadas no período (118 milhões de euros, líquidas de efeito fiscal). Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido de 331 milhões de euros gerado no período.

05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)⁽¹⁾

(milhões de euros)

	2013
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	2.304,6
Resultado líquido	331,0
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(601,1)
Dividendos pagos pela PT	(277,9)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(118,0)
Outros	2,8
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	1.641,3
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores	(663,3)
Varição no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(28,8%)

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios dos Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras.

Demonstração da posição financeira consolidada

O total do ativo diminuiu para 12,0 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, face a 12,8 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, refletindo o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro nos investimentos da PT na Oi e na Contax (0,5 mil milhões de euros) e o pagamento de dividendos pela PT aos seus acionistas no 2T13 (0,28 mil milhões de euros). O total do passivo situou-se em 10,2 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, comparado com 10,3 mil milhões de euros em 31 de dezembro de 2012.

Demonstração da posição financeira consolidada⁽¹⁾

(milhões de euros)

	31 dezembro 2013	31 dezembro 2012
Disponibilidades e títulos negociáveis	2.573,1	2.614,8
Contas a receber	1.170,7	1.196,7
Existências	85,9	104,9
Investimentos financeiros	2.941,8	3.399,6
Ativos intangíveis	1.098,3	1.183,2
Ativos tangíveis	3.438,5	3.578,9
Ativos com planos de benefícios de reforma	1,8	1,6
Outros ativos	80,2	126,6
Impostos diferidos e custos diferidos	630,1	622,8
Total do ativo	12.020,4	12.829,1
Contas a pagar	587,7	682,0
Dívida bruta	7.371,1	7.375,1
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	960,9	835,4
Outros passivos	742,7	861,8
Impostos diferidos e proveitos diferidos	491,1	537,5
Total do passivo	10.153,6	10.291,8
Capital, excluindo interesses não controladores	1.641,3	2.304,6
Interesses não controladores	225,5	232,7
Total do capital próprio	1.866,8	2.537,3
Total do capital próprio e do passivo	12.020,4	12.829,1

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção do IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras.

06

EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53		
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75		
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS			
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS	101		
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109		
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		
		NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL	86
		Residencial	87
		Pessoal	89
		Empresas	90
		Desempenho financeiro consolidado em Portugal	91
		NEGÓCIOS INTERNACIONAIS	94
		Oi	94

NEGÓCIOS DE TELECOMUNICAÇÕES EM PORTUGAL

Em 27 janeiro de 2014, o MEO tornou-se a marca única da PT para o segmento de consumo (segmento Residencial e Mobilidade). Todos os serviços prestados pela TMN são agora fornecidos sob a marca MEO. Ao concretizar esta transformação, a PT teve em consideração as tendências de consumo dos seus clientes bem como a sua estratégia para a área de consumo, incluindo os segmentos residencial e pessoal, que consiste no investimento em convergência fixo-móvel e na convergência de serviços, nomeadamente voz, banda larga e TV. No segmento empresarial, seguindo também uma lógica de convergência, a PT passou a abordar o mercado sob a marca PT Empresas, agregando os serviços até então prestados pela PT Negócios e PT Prime. Este novo posicionamento convergente incorpora a estratégia de inovação e tecnologia da PT que tem como objetivo melhorar a vida dos seus clientes através da sua capacidade impar de integrar diferentes tecnologias, equipamentos e serviços convergentes. Adicionalmente, a unificação das marcas permitirá à Portugal Telecom continuar a promover a eficiência e aumentar a rentabilidade dos seus ativos.

A PT investiu em quatro áreas principais para se preparar para a convergência, nomeadamente: (1) rede de última geração, com gestão integrada da rede fixo-móvel; (2) armazenamento e processamento, com a inauguração de um dos data centres mais eficientes do mundo e a criação de parcerias para oferecerem as melhores soluções de cloud; (3) pontos de contato do cliente, com a integração das lojas fixas e móveis no âmbito de um conceito único e com um software de CRM único com uma visão a 360º dos clientes, e (4) aplicações multiplataforma, para melhorar a experiência dos clientes.

Dados operacionais | Portugal

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.158	5.052	2,1%
PSTN/RDIS	2.549	2.604	(2,1%)
Clientes de banda larga	1.294	1.225	5,6%
Clientes de TV	1.315	1.223	7,5%
Clientes móveis ('000)	7.896	7.598	3,9%
Pós-pagos	2.925	2.469	18,5%
Pré-pagos	4.971	5.129	(3,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	105	257	(59,1%)
PSTN/RDIS	(55)	(43)	(27,6%)
Clientes de banda larga	69	119	(42,1%)
Clientes de TV	91	181	(49,6%)
Clientes móveis ('000)	298	154	93,3%
Pós-pagos	456	91	n.s.
Pré-pagos	(158)	63	n.s.
Dados em % das receitas de serviço (%)	36,5	32,6	3,9pp

Em 2013, os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um crescimento estável da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 2,1% face a 2012 para 5.158 mil (com adições líquidas de 105 mil em 2013), e os clientes móveis a aumentarem 3,9% face a 2012 para 7.896 mil (298 mil em 2013, impulsionadas por 456 mil adições líquidas de clientes pós-pago), sustentado no sucesso das ofertas da PT, nomeadamente do M₄O, que continua a ganhar tração no mercado, tendo atingido 1,7 milhões de RGUs em fevereiro de 2014.

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, com a base de clientes de TV por subscrição a aumentar 7,5% em 2013 face a 2012 para 1.315 mil (91 mil adições líquidas em 2013), confirmando o contínuo sucesso do MEO no mercado português, mesmo num contexto económico adverso e num mercado com elevada penetração de TV por subscrição. Os clientes triple-play da PT (voz, banda larga e TV por subscrição) foram responsáveis por 119 mil adições líquidas em 2013, atingindo 952 mil clientes em 2013 (um aumento de 14,3% face ao ano anterior).

Em 2013, os clientes móveis beneficiaram do desempenho dos clientes pós-pago, que aumentaram 18,5% face a 2012 para 2.925 mil clientes (456 mil adições líquidas em 2013), beneficiando do lançamento da oferta convergente M₄O, que está a levar a uma migração da base de clientes móveis de pré-pago para pós-pago, e do crescimento dos planos tarifários “Unlimited” (+11,8% em 2013 face a 2012). Os planos tarifários “Moche” também continuaram a apresentar uma tendência de crescimento sólida (+18,0 % em 2013 face a 2012 para 1.926 mil clientes).

Residencial

Em 2013, os acessos de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) do segmento Residencial aumentaram 1,3% face a 2012, atingindo 3.892 mil, com os acessos de TV por subscrição e de banda larga a representarem já 57,2% do total de acessos de retalho em 31 de dezembro de 2013. Em 2013, as adições líquidas de retalho atingiram 51 mil clientes, em resultado: (1) do crescimento do serviço de TV por subscrição, responsável por 44 mil adições líquidas, e (2) das 34 mil adições líquidas da banda larga fixa, sustentadas no crescimento contínuo das ofertas triple-play e quadruple-play. O MEO, o serviço de TV por subscrição da PT, atingiu 1.179 mil clientes (+3,8% face a 2012), enquanto a banda larga fixa atingiu 1.049 mil clientes. Os clientes únicos do segmento Residencial atingiram 1.842 mil, enquanto os clientes triple-play atingiram 839 mil (+9,1% em 2013 face a 2012) e já representavam 45,6% dos clientes residenciais da PT, aumentando a sua liderança neste mercado. O crescimento contínuo e sustentado das ofertas triple-play e quadruple-play levaram a um ARPU estável em 31,7 euros e ao aumento dos RGUs por cliente único de 2,04 em 2012 para 2,11 em 2013, apesar de uma menor contribuição dos outros serviços de valor acrescentado.

Em 11 janeiro de 2013, em linha com a estratégia para o segmento Residencial e Pessoal de apostar na convergência fixo-móvel e de serviços, já referido anteriormente, a PT apresentou a sua primeira oferta quadruple-play: o M₄O, uma oferta fixo-móvel verdadeiramente convergente que inclui TV, banda larga, voz fixa e móvel. O M₄O oferece 120 canais, velocidade de até 100 Mbps (24 Mbps de velocidade para clientes ADSL 2+), voz ilimitada e dois a quatro cartões SIM, incluindo chamadas e SMS ilimitadas para todas as redes fixas e móveis nacionais, suportada nas redes 3G e 4G-LTE da PT. Em julho, o M₄O foi disponibilizado também em satélite, o que permitiu à PT alargar a sua oferta convergente para a totalidade do país. O M₄O Satélite oferece o mesmo pacote, com a única diferença na oferta de canais. A PT lançou ainda um novo pacote com o nome de M₃O que permite ao cliente escolher as mesmas funcionalidades que o M₄O Satélite mas sem o acesso à internet e por menos 15 euros mensais.

Dados operacionais | Segmento Residencial

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.892	3.841	1,3%
PSTN/RDIS	1.665	1.692	(1,6%)
Clientes de banda larga	1.049	1.015	3,3%
Clientes de TV	1.179	1.135	3,8%
Clientes únicos	1.842	1.881	(2,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	51	284	(82,2%)
PSTN/RDIS	(27)	18	(252,2%)
Clientes de banda larga	34	104	(67,4%)
Clientes de TV	44	162	(73,1%)
ARPU (euros)	31,7	31,6	0,3%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	66,0	63,4	2,5pp

O M₄O permite uma experiência de cliente única refletida: (1) na faturação, através de uma fatura e valor único para toda a família, permitindo um total controlo de custos; (2) no self-care, com um portal online de self-care integrado para todos os produtos e serviços; (3) no CRM, permitindo uma visão integrada do cliente,

06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

e (4) nas vendas, permitindo aos clientes da PT uma experiência integrada online e nas lojas. A oferta M₄O permite às famílias terem acesso a mais serviços e de qualidade superior, com uma mensalidade de 79,99 euros, incluindo dois cartões SIM, com voz e SMS ilimitados para todas as redes fixas e móveis e 200MB de acesso à internet. Até dois cartões SIM adicionais podem ser incluídos com uma mensalidade de 7,5 euros por cartão. Já em abril de 2013, a PT lançou dois novos pacotes de internet, um com 200MB de tráfego (IT Light) por 2,99 euros mensais e outro com 5GB (IT Ultra) por 19,99 euros mensais. Em simultâneo, a PT reposicionou as suas ofertas de TI existentes, oferecendo uma economia adicional até 55%: o IT Super que oferece 500MB de tráfego por 4,99 mensais e o IT Super Plus que oferece 1GB de tráfego por 7,99 mensais.

Durante 2013, a PT continuou a consolidar a liderança do MEO em termos de inovação, diferenciação de conteúdos e experiência do cliente. Relativamente ao MEO GO!, o serviço over-the-top que permite o acesso a mais de 60 canais, Video On Demand e gravações em smartphones, tablets e PC através de WiFi e redes móveis, é importante destacar o lançamento da nova aplicação MEO GO! para tablets Android e iPad, para Windows 8 e a renovação do website do MEO GO!. O MEO continuou a inovar e a reforçar a sua oferta de conteúdos, através: (1) do lançamento do CM TV, “Correio da Manhã TV”, em parceria com a Cofina, proprietária de vários jornais e revistas em Portugal, incluindo o tablóide mais lido em Portugal, “Correio da Manhã”; (2) o lançamento da KBS World canal HD, e (3) várias promoções nos conteúdos existentes, nomeadamente a campanha que oferecia duas mensalidades gratuitas da Globo Premium. Foram também disponibilizados novos conteúdos no MEO Kids. Adicionalmente, a PT continuou a concentrar-se na intensificação das parcerias com os fornecedores de conteúdos, focada na colaboração recíproca de forma a melhorar a sua qualidade e na renegociação dos acordos existentes, com o objetivo de adaptar ainda mais a estrutura de custos de conteúdos ao ambiente macro, permitindo uma redução dos seus custos. Em abril de 2013, o MEO lançou, em conjunto com a TVI, um canal português free-to-air líder, um canal interativo inteiramente dedicado ao novo programa “Big Brother VIP”, permitindo o acesso à casa do Big Brother 24 horas por dia e acompanhar tudo o que acontece entre os concorrentes do reality show mais assistido do mundo. O canal “Big Brother VIP” situou-se no quarto lugar do ranking de audiências do mês de abril. No 3T13, o MEO lançou duas novas aplicações interativas sobre o botão vermelho para canais lineares, desenvolvendo aplicações para os programas de TV de maior sucesso em Portugal: (1) “Factor X”, desenvolvida em parceria com a SIC, e (2) “I love it”, uma série juvenil, desenvolvida em parceria com a TVI. Ainda no 3T13, aproveitando a quarta edição do programa Casa dos Segredos, o conhecido reality show da TVI, o MEO lançou o canal exclusivo “Casa dos Segredos” no final de setembro de 2013, no seguimento do sucesso dos programas anteriores, emitindo em direto 24 horas por dia o programa, com uma aplicação interativa que permite aos clientes selecionar a câmara através da qual pretendem seguir os concorrentes e com conteúdos exclusivos.

As campanhas de marketing continuam a beneficiar de uma elevada notoriedade no mercado de televisão português. No 3T13, o MEO lançou uma nova campanha, “Mundo MEO”, com o objetivo de reforçar a sua posição no mercado como uma marca inovadora. Esta campanha descreve as principais funcionalidades do MEO: (1) MEO Kanal; (2) MEO Karaoke; (3) gravação PVR; (4) aplicações interativas, e (5) MEO Music.

As receitas de serviço do segmento Residencial atingiram 721 milhões de euros em 2013, um aumento de 1,3% face a 2012. As receitas de serviço continuaram a desacelerar devido: (1) ao aumento da concorrência, nomeadamente em termos de preço; (2) à já elevada taxa de penetração de TV por subscrição, e (3) à alteração dos ganhos de quota de mercado, que passaram a ser por aumento do mercado de pay-TV nos segmentos sensíveis ao preço, apesar das adições líquidas. Este desempenho foi alcançado num contexto de elevado sucesso da oferta triple-play do MEO e do M₄O, resultando no aumento de RGUs por cliente único. Em resultado do aumento da penetração das ofertas triple-play e quadruple-play, o peso dos serviços não-voz nas receitas de serviço do segmento Residencial atingiu 66,0% em 2013 (+2,5pp face a 2012) e o peso das receitas de tarifas fixas atingiu 89,1% (+1,8pp face a 2012).

Pessoal

Em 2013, o número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e de banda larga, continuou a demonstrar um forte desempenho, aumentando 5,1% face a 2012 para 6.330 mil clientes. Em 2013, os clientes móveis do segmento Pessoal registaram 306 mil adições líquidas alavancadas pelo sólido desempenho dos clientes pós-pagos (440 mil adições líquidas em 2013). Este desempenho é sustentado pelo forte sucesso comercial do M₄O, que está a impulsionar a transformação do mercado móvel português através da introdução da convergência, o que permite uma diferenciação adicional das ofertas comerciais e ao mesmo tempo altera o enfoque do pré-pago para o pós-pago. De facto, de acordo com a Anacom, no 3T13 a PT ganhou quota de mercado pelo quarto trimestre consecutivo (+2,4pp), ao contrário da concorrência. Os resultados obtidos mostram um crescimento sólido e contínuo dos RGUs fixos e móveis. Em fevereiro de 2014, o total de RGUs associados ao serviço M₄O atingiu 1,7 milhões. A oferta M₄O está a provar que atrai novos clientes, uma vez que 58% subscreve dois SIM cards, 22% subscreve três e 29% quatro. Os clientes pré-pagos registaram 133 mil desligamentos líquidos em 2013, não obstante o sucesso comercial dos tarifários “Moche”, no seguimento do novo posicionamento implementado em 2012.

Dados operacionais | Segmento Pessoal

	2013	2012	Δ13/12
Clientes móveis ('000)	6.330	6.024	5,1%
Pós-pagos	1.533	1.093	40,2%
Pré-pagos	4.797	4.931	(2,7%)
Adições líquidas ('000)	306	92	233,2%
Pós-pagos	440	30	n.s.
Pré-pagos	(133)	62	n.s.
MOU (minutos)	98	93	5,4%
ARPU (euros)	7,6	8,7	(12,5%)
Cliente	7,1	8,0	(10,9%)
Interligação	0,5	0,7	(30,5%)
SARC (euros)	24,6	27,9	(11,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	35,8	33,2	2,6pp

A estratégia da PT para o segmento Pessoal está ancorada nas ofertas de dados móveis, suportada por uma rede de elevada qualidade, que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para fazer face à necessidade, cada vez maior, de largura de banda por parte dos clientes, e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. A PT tem a melhor cobertura de rede 4G-LTE, que abrange 93% da população, e permite velocidades até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. As ofertas comerciais da MEO, anteriormente denominada MEO, incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos pós-pago de maior valor e, no segmento pré-pago, para evitar a migração para planos tarifários de menor valor, através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta distinta de smartphones, alavancada num portefólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para utilizar em mobilidade (TV móvel – MEO GO!; aluguer de músicas – MEO Music; aplicação de navegação – MEO Drive, e MEO Cloud, que oferece 16Gb de espaço de armazenamento grátis), e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150Mbps de velocidade, em 4G-LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a rede líder do mercado. A oferta WiFi da PT inclui a autenticação automática do cliente, suportada no cartão SIM (EAP-SIM), com configuração padrão do terminal ou over-the-air, e transferência automática de tráfego 3G / 4G-LTE para WiFi sempre que o equipamento tem cobertura WiFi. Desta forma, o serviço WiFi é um claro complemento da cobertura 3G e 4G-LTE no tráfego de dados, aumentando assim a mobilidade e a satisfação do cliente e, em último caso, a sua fidelidade.

06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Em janeiro de 2013, o serviço 4G-LTE multi-SIM da MEO, anteriormente denominada TMN, que permite aos clientes partilhar o plafond de internet entre o smartphone, o tablet e o PC foi eleito o produto do ano na categoria de planos tarifários móveis. Este prémio é o resultado de um inquérito independente, realizado aos consumidores, no setor de bens de consumo. Em março de 2013, na sequência do lançamento da oferta quadruple-play do MEO, a MEO, anteriormente denominada TMN, reposicionou os seus planos tarifários “Unlimited” e lançou uma campanha comercial com o objetivo de reforçar a competitividade dos planos tarifários pós-pago destinados aos consumidores que pretendem utilizar os seus smartphones sem limitações de serviços de voz e dados. Os novos tarifários “Unlimited” oferecem serviços de voz e SMS ilimitados para todas as redes nacionais, até 5GB de internet, acesso ilimitado à rede WiFi da PT, 16GB de armazenamento de dados na MEO Cloud e acesso gratuito ao “MEO Music”, o serviço de streaming de música da PT. Os tarifários “Unlimited” abrangem diferentes perfis de utilização de internet: desde o “Unlimited S” que, ao preço de 15,9 euros mensais, oferece 200MB por mês até ao “Unlimited XL”, ao preço de 69,9 euros mensais, e que oferece 5GB por mês. A MEO, anteriormente denominada TMN, continuou a fortalecer o seu portefólio de smartphones, com o objetivo de diversificar os sistemas operacionais e oferecer uma ampla gama de equipamentos para responder à procura do cliente.

Em 2013, as receitas de cliente do segmento Pessoal diminuíram 6,6% face a 2012, para 524 milhões de euros, revelando uma melhoria trimestral: 4T13 (-4,5% face ao 4T12), 3T13 (-5,6% face ao 3T12), 2T13 (-7,4% face ao 2T12), 1T13 (-8,6% face ao 1T12) e 4T12 (-9,1% face ao 4T11), apesar da dinâmica concorrencial desafiante. Esta melhoria sequencial foi conseguida num contexto de: (1) crescimento de clientes com tarifa fixa e aumento do peso destas receitas de cliente (38,5%, +8,2pp face a 2012), sustentados pelo desempenho do M₄O e dos planos tarifários “Unlimited”, e (2) aumento das receitas de dados, explicado pelo aumento da penetração de smartphones e das receitas de “internetnotelemóvel”. A diminuição nas receitas de cliente refletiu recargas mais baixas e voláteis, em resultado de condições económicas difíceis, a concorrência nos preços e a migração para tarifários mais baratos. As receitas de interligação diminuíram 27,1% no 4T13 face a 2012, para 35 milhões de euros, contribuindo para a diminuição de 8,2% nas receitas de serviço (4T13: -4,5% face ao 4T12; 3T13: -6,7% face ao 3T12; 2T13: -10,0% face ao 2T12 e 1T13: -11,4% face ao 1T12). De facto, o efeito das MTRs, que diminuíram ao longo de 2012 de 3,5 cêntimos de euro para 1,27 cêntimos de euro em 31 de dezembro de 2012, está a diminuir e a contribuir para uma melhoria das receitas de interligação durante 2013 (-0,8% no 4T13 face ao 4T12, -20,6% no 3T13 face ao 3T12 e -37,9% no 2T13 face ao 2T12). O ARPU do segmento Pessoal diminuiu 12,5% em 2013 face a 2012 para 7,6 euros, melhorando no 4T13 (-10,7% face a 4T12) quando comparado com o 3T13 (-12,5% face ao 3T12). O ARPU de cliente foi de 7,1 euros (-10,9% face a 2012). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 35,8% em 2013 (+2,6pp face a 2012), refletindo o sólido desempenho dos serviços de dados móvel “internetnotelemóvel”.

Empresas

O segmento Empresas (segmento B2B – business to business) inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, média e pequena dimensão. Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de receitas para além da conectividade e serviços históricos de voz, aproveitando as oportunidades no setor das TIC, incluindo serviços cloud, de outsourcing e de BPO, sustentado em soluções avançadas para empresas e em investimentos em data centres de desempenho superior e redes FTTH e 4G-LTE, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e à virtualização.

No 2T13, a PT reposicionou a sua oferta M₄O, disponível para as pequenas e médias empresas, em termos de preço e disponibilizando mais canais de TV. Este reposicionamento incluiu o reposicionamento do portefólio de TI, estendendo os planos tarifários existentes e criando novos, de forma a ter uma oferta mais abrangente. No 3T13, a PT lançou o M₃O Fibra, ADSL e Satélite, disponível para as pequenas e médias empresas, com TV

por subscrição e voz fixa e móvel, para os clientes que não pretendem banda larga fixa. Para os clientes M₄O, a PT lançou também no 3T13, uma nova opção ilimitada com condições especiais para o terceiro e quarto cartão SIM, em conjunto com as já existentes para o primeiro e segundo.

Em 2013, a pressão competitiva deteriorou-se levando a uma queda ainda mais significativa dos preços, mais visível na voz móvel. Apesar deste contexto competitivo e das condições económicas adversas, as receitas fixas das pequenas e médias empresas aumentaram pelo segundo trimestre consecutivo no 4T13, compensando parcialmente a queda das receitas móveis, tendo a PT continuado a ganhar momentum operacional neste segmento, mantendo uma posição de liderança em todos os serviços: voz (fixa e móvel), banda larga (fixa e móvel) e TV. No que respeita às grandes empresas, a PT desenvolveu várias iniciativas chave no 4T13 de forma a continuar a transformação do negócio, tais como reforço da sua estratégia de TI/SI/Cloud, com parcerias e contratos iniciais estabelecidos com clientes chave e simplificação da oferta e revisão dos processos de venda das soluções VoIP/Comunicações Unificadas. A PT vai aproveitar o seu novo Data Centre para sustentar uma oferta diferenciada de cloud computing para as empresas, em estreita cooperação com os seus parceiros da indústria, de modo a cristalizar os benefícios da consolidação, virtualização e uniformização para os clientes.

Dados operacionais | Segmento Empresas

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.077	1.019	5,8%
PSTN/RDIS	701	725	(3,3%)
Clientes de banda larga	242	207	16,9%
Clientes de TV	134	86	54,9%
RGU de retalho por acesso	1,54	1,41	9,3%
Clientes móveis ('000)	1.516	1.514	0,2%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	59	(68)	186,0%
PSTN/RDIS	(24)	(101)	76,6%
Clientes de banda larga	35	15	137,6%
Clientes de TV	47	18	158,7%
Clientes móveis ('000)	2	69	(96,6%)
ARPU (euros)	21,3	23,8	(10,7%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	54,4	50,3	4,1pp

As receitas operacionais do segmento Empresas diminuíram 11,7% em 2013 face a 2012, para 791 milhões de euros, penalizadas pelas grandes empresas, nomeadamente: (1) pelas iniciativas por parte da administração pública relacionadas com elevado corte de custos e redução significativa nos investimentos em novos projetos em 2013; (2) pelas iniciativas de redução de custos das grandes empresas, mais visíveis em certos setores, tais como banca e serviços financeiros e setor farmacêutico, e (3) pela intensa concorrência de preços nos vários segmentos, sobretudo no móvel. É importante destacar que as receitas das pequenas e médias empresas melhoraram a tendência no 4T13, quando comparada com os trimestres anteriores, tendo as receitas fixas crescido pelo segundo trimestre consecutivo compensando parcialmente a queda das receitas móveis. Não obstante o cenário económico, a PT manteve uma sólida liderança, tanto em grandes empresas, como nas PMEs, alavancada nos seus produtos e serviços diferenciadores para ambos os segmentos de mercado, como acima referido, e alavancada no seu Data Centre. Em 2013, os serviços não-voz representaram 54,4% das receitas de retalho do segmento Empresas, aumentando 4,1pp face ao mesmo período do ano anterior.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Em 2013, receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuíram 141 milhões de euros (-5,2% face a 2012) para 2.560 milhões de euros, refletindo maioritariamente a queda de receita no segmento Empresas (105 milhões de euros, -11,7% face a 2012), uma vez que o segmento continua a ser penalizado

06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

por pressão nos preços e pela situação económica, e também pelo segmento Pessoal (33 milhões de euros, -4,8% em 2013 face a 2012). As receitas do segmento Residencial aumentaram 1,3% em 2013 face a 2012 para 721 milhões de euros, continuando a revelar crescimento sustentado por adições líquidas positivas devido à oferta diferenciada da PT, não obstante uma já elevada taxa de penetração de TV por subscrição, aumento da concorrência, nomeadamente em termos de preço, e alteração dos ganhos de quota de mercado, que passaram a ser por aumento do mercado de pay-TV nos segmentos sensíveis ao preço. Em 2013, as receitas do segmento Pessoal diminuíram 4,8% face a 2012 para 655 milhões de euros, melhorando a tendência trimestral ao longo do ano, impulsionadas pelas vendas e por uma contínua melhoria da tendência das receitas de serviços, que diminuíram 8,2% face a 2012 para 559 milhões de euros. As receitas grossistas, de outros negócios e eliminações diminuíram 3,0% face a 2012 para os 393 milhões de euros, incluindo uma diminuição de 9,7 milhões de euros no negócio das listas telefónicas (-27,9% face ao ano anterior), refletindo a tendência secular e num contexto de aumento de popularidade das alternativas online.

Informação financeira | Op. de telecomunicações portuguesas⁽¹⁾ (milhões de euros)

	2013	2012	Δ13/12
Receitas operacionais	2.559,6	2.700,5	(5,2%)
Residencial	721,1	711,7	1,3%
Receitas de serviço	711,3	700,1	1,6%
Vendas e outras receitas	9,9	11,5	(14,3%)
Pessoal	655,2	688,1	(4,8%)
Receitas de serviço	559,4	609,3	(8,2%)
Receitas de cliente	524,5	561,4	(6,6%)
Receitas de interligação	34,9	47,9	(27,1%)
Vendas e outras receitas	95,8	78,8	21,5%
Empresas	790,8	896,0	(11,7%)
Oferta grossista, outros e eliminações	392,5	404,7	(3,0%)
Custos operacionais	1.468,6	1.499,8	(2,1%)
Custos com pessoal	232,7	241,8	(3,7%)
Custos diretos dos serviços prestados	458,5	457,1	0,3%
Custos comerciais	294,3	292,2	0,7%
Outros custos operacionais	483,0	508,7	(5,1%)
EBITDA⁽²⁾	1.091,0	1.200,7	(9,1%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	40,3	57,4	(29,8%)
Amortizações	647,0	681,2	(5,0%)
Resultado operacional⁽³⁾	403,8	462,2	(12,6%)
Margem EBITDA ⁽⁴⁾	42,6%	44,5%	(1,8pp)
CAPEX	490,0	555,5	(11,8%)
CAPEX em % das receitas operacionais	19,1%	20,6%	(1,4pp)
EBITDA menos CAPEX	601,1	645,3	(6,9%)

⁽¹⁾ Os valores de 2012 foram ajustados de forma a refletir os impactos decorrentes da adoção da IFRS 11 Joint Arrangements e da versão revista da IAS 19 Benefícios a Empregados, conforme explicado na Nota 4 das Demonstrações Financeiras. | ⁽²⁾ EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. | ⁽³⁾ Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

⁽⁴⁾ Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

Em 2013, as receitas em Portugal foram penalizadas também por movimentos de regulação adversos (49 milhões de euros), incluindo menores MTRs e FTRs (30 milhões de euros) e roaming (7 milhão de euros). Em outubro de 2013, a receita de interligação doméstica, por minuto, para chamadas terminadas na rede fixa da PT diminuiu cerca de 72%, passando de 0,40 cêntimos de euro para 0,11 cêntimos de euro, contribuindo para um impacto negativo nas receitas (2,3 milhões de euros). Excluindo todos os efeitos relacionados com a regulação, as receitas teriam diminuído 3,4% em 2013 face a 2012.

Embora o desempenho das receitas continue a ser impactado por uma dinâmica competitiva e por um ambiente de preços agressivo, pode observar-se uma melhoria das tendências no segmento Pessoal e uma desaceleração na receita de serviço do segmento Residencial. O consumo privado em Portugal diminuiu 2,2% no 3T13, enquanto as receitas do segmento de consumo da PT, que incluem os segmentos Residencial e

Pessoal, permaneceu estável no 4T13 (-1,7% em 2013 face a 2012). Este desempenho foi alcançado num cenário de forte dinâmica comercial nos vários canais de venda.

Em 2013, os custos operacionais excluindo amortizações e depreciações e PRBs diminuíram 2,1% face a 2012 (31 milhões de euros), para 1.469 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 3,7% face a 2012, para 233 milhões de euros, devido a maiores níveis de eficiência em certos processos internos e a menores custos associados ao plano de reestruturação implementado no 2T13. Em 2013, os custos diretos permaneceram estáveis face a 2012, para 458 milhões de euros, refletindo principalmente: (1) menores custos associados ao tráfego de dados, e (2) menores custos com as listas telefónicas, compensadas por custos de programação mais elevados (+4,4% em 2013 face a 2012) devido ao crescimento sustentado da base de clientes e ao investimento na diferenciação da oferta de conteúdos do MEO. Apesar deste investimento, os custos de programação por cliente diminuíram 5,4% em 2013 face a 2012. Os custos comerciais aumentaram 0,7% em 2013 face a 2012, para 294 milhões de euros, refletindo o aumento do esforço das atividades comerciais devido ao lançamento e implementação no mercado da nova oferta convergente M₄O, não obstante menores custos com serviços prestados (-1,5% face a 2012) devido a menores subsídios e menor custo médio dos equipamentos. Este desempenho dos custos comerciais foi alcançada apesar o aumento do esforço das atividades comerciais devido ao lançamento e implementação no mercado da nova oferta convergente M₄O, que já conta com 1,7 milhões de RGUs em fevereiro de 2014. As outras despesas operacionais diminuíram 5,1% em 2013 face a 2012 para 483 milhões de euros, devido a um enfoque rígido em controlo de custos e rentabilidade e também devido a uma maior produtividade nas atividades de manutenção, explicada pela implementação de redes de nova geração (FTTH). Os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G-LTE e da transformação no programa operacional continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de infraestrutura.

Em 2013, o EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 1.091 milhões de euros (-9,1% face a 2012), com uma margem de 42,6% (-1,8pp face a 2012). O desempenho do EBITDA refletiu, principalmente, a diminuição das receitas de serviço (149 milhões de euros), que têm uma maior alavancagem operacional. Com efeito, as receitas de serviço menos os custos diretos diminuíram 150 milhões de euros, enquanto o EBITDA diminuiu 110 milhões de euros, em resultado de menores custos operacionais que resultam de medidas de contexto mas também do facto de que as novas tecnologias são mais eficientes em termos de custos.

O CAPEX dos negócios de telecomunicações em Portugal diminuiu 11,8% em 2013 face a 2012, para 490 milhões de euros, equivalente a 19,1% das receitas (-1,4pp face a 2012), não obstante os investimentos realizados em 2013 na implementação do Data Centre na Covilhã, inaugurada em 23 de setembro de 2013. Este desempenho é explicado por um menor CAPEX de infraestrutura e tecnologia em resultado do forte investimento realizado nos últimos anos, nas redes de FTTH e 4G-LTE. Em 2013, o investimento dos negócios de telecomunicações em Portugal foi direcionado, principalmente, para: (1) CAPEX de tecnologia e infra-estrutura (199 milhões de euros, -25,1% face a 2012); (2) CAPEX de cliente, que ascendeu a 159 milhões de euros (-12,0% face a 2012), e (3) investimentos em projetos de TI/SI, o que representou 23% do CAPEX total em 2013. Estes investimentos passaram traduziram-se numa clara liderança da PT na cobertura em FTTH e 4G-LTE em Portugal, onde a PT já cobre 1,6 milhões de casas com FTTH e cerca de 93% da população com 4G-LTE, o que permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. Em 2013, o EBITDA menos CAPEX diminuiu 6,9% face a 2012, para 601 milhões de euros.

A expectativa é de que o CAPEX dos negócios de telecomunicações em Portugal seja mais relacionado com a procura, tendo em conta os recentes investimentos na modernização das redes e em tecnologia, e que em 2014 seja abaixo dos 400 milhões de euros.

NEGÓCIOS INTERNACIONAIS

Oi

Em 2013, as unidades geradoras de receita (RGUs) da Oi ascenderam a 74.466 mil, um aumento de 0,2% face a 2012, incluindo: (1) 17.837 mil RGUs residenciais (-2,7% face a 2012); (2) 47.727 mil clientes móveis do segmento Mobilidade Pessoal, que aumentou 3,1% face a 2012, e (3) 8.246 mil RGUs do segmento Empresas, uma diminuição de 8,1% face a 2012. Num contexto macroeconómico menos atrativo e tendo em consideração o enfoque da empresa na disciplina financeira, a Oi adotou uma estratégia de negócio mais conservadora, ajustando as políticas de crédito e revisitando os processos de venda de forma a assegurar o aumento da rentabilidade. Esta alteração tem como objetivo melhorar a qualidade da base de clientes, reduzindo os níveis de cobrança duvidosa e aumentando a fidelização de clientes.

Em 2013, a Oi continuou focada na qualidade da base de clientes, incluindo redução da cobrança duvidosa e desligamentos, através de uma estratégia comercial mais conservadora, de modo a aumentar a rentabilidade do segmento Residencial. Os clientes de banda larga fixa e de TV por subscrição continuaram a apresentar um crescimento sustentado, tendo aumentado 3,1% face ao 4T12, para 5.258 mil clientes e 9,5% face a 2012, para 829 mil, respetivamente, enquanto as linhas fixas diminuíram 5,8% face a 2012, para 11,750 mil clientes, refletindo o objetivo da Oi de melhorar a qualidade da sua base de clientes. Este desempenho continua a confirmar a inversão da tendência histórica da rede fixa, uma vez que o número de desligamentos continua sob controlo. Durante 2013, a Oi continuou a implementar iniciativas focadas em vendas cruzadas, pacotes e retenção, ao mesmo tempo que adequa a sua oferta a cada segmento de mercado. Neste contexto, o esforço de vendas está agora concentrado em vender banda larga e TV por subscrição a clientes de voz fixa e em promover a convergência fixo-móvel. Esta estratégia nacional é complementada com um enfoque local e regional, com campanhas e promoções diferenciadas, com o objetivo de aumentar a competitividade da Oi regionalmente e aproveitando oportunidades de crescimento locais. Adicionalmente, a Oi aumentou a sua capacidade de reter os clientes através de investimentos na expansão da capilaridade e aumento de cobertura da sua rede de banda larga. Como resultado destes esforços, a velocidade média da banda larga da base de clientes residenciais da Oi foi de 3,8 Mbps no 4T13, o que compara com 3,2 Mbps no 4T12 (+18,8% face ao 4T12), refletindo que 39% (+8pp face ao 4T12) dos clientes de banda larga da Oi têm velocidades acima dos 5Mbps e aproximadamente 18% tem já velocidades acima dos 10Mbps.

Em 2013, os clientes de TV por subscrição atingiram 829 mil (+9,5% face a 2012). A desaceleração sequencial do aumento de clientes de TV por subscrição reflete, principalmente, uma estratégia de negócio mais conservadora, como referido acima, alinhada com o compromisso da Oi em vender com qualidade em todos os segmentos de cliente e com a decisão de relançar a Oi TV em 2014, após a implementação de uma nova plataforma sobre o satélite SES-6, que impactou o crescimento de clientes. As iniciativas adotadas neste segmento incluem uma política de crédito mais restrita, menores ofertas comerciais e limpeza da base de clientes. A base de clientes de TV por subscrição da Oi representa agora 7,0% das linhas fixas (+1,0pp face a 2012), refletindo a contínua implementação de um importante nível de retenção e upselling no segmento Residencial. Com efeito, a oferta de TV por subscrição da Oi tem pacotes de entrada com canais HD a preços competitivos, aumentando assim o seu potencial de penetração na sua base de clientes fixos. Adicionalmente, a oferta inclui serviços interativos, entre outras funcionalidades, que permitem, cada vez mais, aumentar o ARPU do segmento. O satélite SES-6, alugado pela Oi para aumentar a sua capacidade DTH e crescer no DTH a médio e longo prazo, permitirá não só melhorar a qualidade de sinal e de cobertura mas também a expansão da oferta de TV por subscrição da Oi, permitindo o reforço do seu alinhamento de canais e a inclusão de novos serviços interativos e pay-per-view.

Em 31 de dezembro de 2013, a Oi tinha 6.911 milhões de clientes com mais do que um serviço subscrito, equivalente a 58% da base de clientes residencial (+4,7pp comparando com 31 de dezembro de 2012).

Dados operacionais | Oi

	2013	2012	Δ13/12
Residencial RGUs ('000)	17.837	18.337	(2,7%)
Linhas fixas	11.750	12.478	(5,8%)
Clientes de Banda larga fixa	5.258	5.102	3,1%
Clientes de TV por subscrição	829	757	9,5%
Mobilidade Pessoal RGUs ('000)	47.727	46.305	3,1%
Clientes pré-pago	41.019	39.832	3,0%
Clientes pós-pago + Oi controle	6.708	6.472	3,6%
Empresas	8.246	8.971	(8,1%)
Linhas fixas	5.105	5.422	(5,8%)
Clientes de Banda larga	630	594	6,1%
Clientes móveis	2.511	2.955	(15,0%)
Outros	655	727	(9,9%)
RGUs ('000)	74.466	74.339	0,2%

Em 2013, as receitas do segmento Residencial da Oi aumentaram 3,3% face a 2012, para 10.303 milhões de reais brasileiros, continuando a demonstrar uma forte melhoria devido ao contributo positivo das ofertas triple-play e quadruple-play, que compensaram a pressão tradicional na voz fixa. O upselling também contribuiu positivamente para a receita, tanto em termos de banda larga, sustentada nas melhorias da rede realizadas, como em termos de TV por subscrição, oferecendo pacotes mais completos e canais premium extras. Este desempenho, em conjunto com a redução significativa do churn das linhas fixas, é explicado pelo sucesso da estratégia da Oi em oferecer serviços e iniciativas convergentes para aumentar a rentabilidade e a fidelidade dos clientes.

No segmento Mobilidade Pessoal, os clientes móveis da Oi ascenderam a 47.727 mil (+3,1% face a 2012) com adições líquidas de 1.422 mil em 2013. Em 2013, a Oi atingiu 6.708 mil clientes pós-pago (+3,6% face a 2012) no segmento de Mobilidade Pessoal, representando 14,1% da base de clientes do segmento de Mobilidade Pessoal no fim de 2013 (14,0% em 2012). A base de clientes pós-pago manteve-se estável no 4T13 quando comparada com o 3T13, uma vez que a Oi está a tornar-se mais restrita nas suas vendas e na subsidiação de equipamentos e está mais concentrada na qualidade das vendas e na redução do churn. Estas iniciativas refletem uma envolvente macroeconómica menos dinâmica e um enfoque renovado em disciplina financeira e em atingir um crescimento sustentável e em rentabilizar a base de pós-pago.

Em 2013, os clientes pré-pago ascenderam a 41.019 mil, um aumento de 3,0% face a 2012. Tendo em consideração o enfoque da Oi em disciplina financeira e cash-flow, o segmento de pré-pago é estrategicamente relevante devido às suas características intrínsecas, tais como: (1) escala; (2) custos de aquisição de cliente relativamente baixos; (3) sem custos de faturação ou cobrança; (4) sem tema de cobrança duvidosa, e (5) impacto favorável no fundo de maneo. Neste contexto, e em linha com o enfoque da Oi na estimulação da utilização de voz e dados, o volume bruto de carregamentos atingiu um nível recorde em dezembro, superior ao aumento de 3% da base de clientes pré-pago. O valor de carregamento médio no 4T13 foi o mais elevado desde 2010, tendo aumentado 5,6% face ao 4T12. A Oi implementou, no trimestre, uma plataforma de gestão de campanhas ativa, que tinha lançado como piloto no 2T13, que permite customisar campanhas para os clientes pré-pago e Oi Controle através do envio de mensagens personalizadas e em tempo real, de forma a estimular carregamentos e a compra de serviços adicionais, com base nos perfis e contexto dos clientes, tornando assim as ofertas mais relevantes. A Oi está ainda a reforçar a sua presença nos canais de retalho e a expandir a sua rede de distribuição de cartões SIM e de pontos de venda de carregamentos, oferecendo assim uma maior conveniência aos seus clientes.

06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS

Em 2013, as receitas do segmento Mobilidade Pessoal da Oi ascenderam a 9.290 milhões de reais brasileiros, tendo aumentado 2,1% face a 2012, num contexto de menores MTRs. As receitas de serviços (cliente) da Oi aumentaram 5,3%, para 6.609 milhões de reais brasileiros, refletindo um forte desempenho dos serviços de dados e de valor acrescentado, explicado pelas iniciativas desenvolvidas para aumentar a penetração de dados na base de clientes e pela contínua expansão da rede 3G e também pelas ofertas prépagas renovadas, levando a um crescimento contínuo do volume médio dos carregamentos.

Os clientes do segmento Empresas da Oi ascenderam a 8.246 mil em 2013 (-8,1% face a 2012), refletindo o enfoque na qualidade das vendas e limpeza da base de clientes. A diminuição da base de clientes foi consequência, maioritariamente, da estratégia da Oi em concentrar-se na rentabilidade, incluindo uma política mais racional na subsídio de equipamentos, assim como a reavaliação dos processos de venda de forma a conseguir uma maior qualidade no mix de clientes. Assim sendo, as receitas do segmento Empresas da Oi diminuiram 0,6% face a 2012 para 8.455 milhões de reais brasileiros.

A estratégia da Oi é a de capturar as sinergias com a PT e retirar vantagem da sua experiência em cloud computing de forma a fornecer serviços mais completos, procurando soluções que trazem escala e disponibilidade, assim como redução de custos. No trimestre anterior, a Oi lançou a segunda fase dos seus serviços de cloud computing, desenhados para os clientes Empresas, reforçando a oferta inovadora em tecnologia para os clientes da Oi com contrato de prestação de serviços. As novas soluções irão operar sobre a rede internacional de data centres da PT e Oi, incluindo o recentemente inaugurado na Covilhã, um dos maiores e mais eficientes no mundo.

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 50.238 mil (+2,0% face a 2012), com 979 mil adições líquidas em 2013. Em 2013, a Oi concentrou-se em iniciativas de aumento de rentabilidade para os segmentos pré-pago e Oi controle, tais como a continuação da política de limpeza da base de clientes e iniciativas de marketing direto customizadas e, para o segmento pós-pago, no compromisso com uma maior qualidade das vendas.

Receitas consolidadas pro-forma⁽¹⁾ | Oi

(milhões de reais brasileiros, 100%)

	2013	2012	Δ13/12
Residencial	10.303	9.974	3,3%
Mobilidade pessoal	9.290	9.102	2,1%
Serviços	6.609	6.276	5,3%
Uso de rede	2.147	2.337	(8,1%)
Material de revenda	535	489	9,4%
Empresas	8.455	8.510	(0,6%)
Outros serviços	375	556	(32,6%)
Receita líquida pro-forma	28.422	28.142	1,0%

⁽¹⁾ Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. No seguimento da adoção antecipada da IFRS 11, nas demonstrações financeiras consolidadas da PT, a participação na Oi foi registada pelo método de equivalência patrimonial. Não obstante, a equipa de gestão da PT continua a analisar este segmento de negócio.

Em 2013, as receitas líquidas consolidadas pro-forma da Oi, como reportadas pela Oi, aumentaram 1,0% face a 2012, para 28.422 milhões de reais brasileiros, refletindo: (1) menores MTRs; (2) menor tráfego no segmento Empresas, e (3) o enfoque na rentabilidade e proteção da posição financeira da Oi. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo desempenho positivo da TV por subscrição e banda larga fixa no segmento Residencial.

Em 2013, o EBITDA, como reportado pela Oi, ascendeu a 9.583 milhões de reais brasileiros, com uma margem EBITDA de 33,7%. Este desempenho foi impactado por uma receita não recorrente, no 4T13, no valor de cerca de 1,5 mil milhões de reais brasileiros, relacionada com a venda da GlobeNet. Excluindo o impacto deste efeito não recorrente, o EBITDA no 4T13 teria aumentado sequencialmente em 1,7% face ao 3T13, refletindo

os primeiros resultados do enfoque da Oi em disciplina de custos e eficiência operacional. O desempenho do EBITDA refletiu, maioritariamente: (1) uma melhoria de 42,9% nas provisões para cobrança duvidosa em 2013 face a 2012, impulsionada favoravelmente pelas iniciativas para melhorar a qualidade das vendas, o processo de cobrança e exigências de crédito mais rigorosas, e (2) menores custos de interligação, que em 2013 ascenderam a 3.966 milhões de reais brasileiros (-10,1% face a 2012), refletindo menores MTRs e os acordos assinados com outros operadores. Adicionalmente, no 4T13, a Oi registou um ganho associado com a reversão de contingências laborais no montante de 115 milhões de reais brasileiros, dos quais 74 milhões de reais brasileiros são relativos a anos anteriores. Este ganho foi compensado por efeitos não recorrentes incluindo provisões relativas a abates de imobilizado.

Demonstração dos resultados pro-forma⁽¹⁾ | Oi

(milhões de reais brasileiros, 100%)

	2013	2012	Δ13/12
Receita líquida pro-forma	28.422	28.142	1,0%
Custos operacionais pro-forma	18.839	19.269	(2,2%)
Interligação	3.966	4.414	(10,1%)
Custos com pessoal	2.453	2.016	21,7%
Materiais	221	156	41,7%
Custo das mercadorias vendidas	515	542	(5,0%)
Serviços de terceiros	8.394	8.236	1,9%
Publicidade e propaganda	539	475	13,5%
Aluguers e seguros	2.067	1.813	14,0%
Provisão para cobrança duvidosa	850	595	42,9%
Outras desp. (rec.) operac.	(165)	1.021	(116,2%)
EBITDA pro-forma	9.583	8.873	8,0%
Margem EBITDA	33,7%	31,5%	2,2pp

⁽¹⁾ Os resultados pro-forma referem-se aos números da antiga TNL como se as incorporações tivessem ocorrido em 1 de janeiro de 2012. No seguimento da adoção antecipada da IFRS 11, nas demonstrações financeiras consolidadas da PT, a participação na Oi foi registada pelo método de equivalência patrimonial. Não obstante, a equipa de gestão da PT continua a analisar este segmento de negócio.

Em 2013, o CAPEX ascendeu a 6.250 milhões de reais brasileiros (-4,8% face a 2012), refletindo, principalmente, os investimentos passados nas redes móvel e de banda larga, assim como o enfoque da Oi em melhorar a alocação dos investimentos realizados. Em resultado, em 2013, o EBITDA menos CAPEX atingiu 3.333 milhões de reais brasileiros, tendo aumentado 44,3% face a 2012. A dívida líquida ascendeu a 30.416 milhões de reais brasileiros no final de 2013 (21,3% face a 2012).

07

RECURSOS HUMANOS



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

07 RECURSOS HUMANOS

Dados de colaboradores

Número de colaboradores	2013	2012	Δ13/12	Δ13/12%
Portugal	11.073	11.359	(286)	-2,5%
Telecomunicações	7.526	7.637	(111)	-1,5%
Outros negócios	3.547	3.722	(175)	-4,7%
Negócios internacionais	1.656	1.567	89	5,7%
Colaboradores do Grupo	12.729	12.857	(128)	-1,0%
Custo médio anual por colaborador (Euro)				
Portugal	32.251	33.648		(4,2%)
Telecomunicações	30.394	31.913		(4,8%)
Negócios internacionais	22.593	23.954		(5,7%)
Grupo	31.045	33.262		(6,7%)

Em 31 dezembro de 2013, o número de colaboradores da PT diminuiu 1,0% face a 2012, para 12.729, dos quais 87% estavam nos negócios em Portugal.

Em 2013, no negócio de telecomunicações em Portugal, o número de colaboradores diminuiu 2,5% face a 2012, para 11.073, em resultado do programa de redução de efetivos, que compreendeu cerca de 400 colaboradores, implementado no 2T13, apesar da retenção de jovens talentos (estagiários), equipas operacionais e comerciais.

Com o objetivo de renovação dos seus colaboradores, a PT tem um processo de recrutamento estruturado para jovens talentos - Estagiários - os melhores alunos das melhores universidades portuguesas – e equipas operacionais e comerciais.

Em 2013, foram integrados 80 alunos no programa de Trainees e 100 colaboradores nas equipas operacionais e técnicas. Este é um programa de dois anos que envolve cerca de 50 departamentos da empresa e tem um acompanhamento muito próximo da Comissão Executiva.

Focalizando-se nos talentos internos, a PT implementou a segunda edição do Programa de Gestão de Talento, mantendo as duas perspetivas de avaliação:

- Desenvolvimento de futuros líderes;
- Retenção de know-how específico.

Esta segunda edição inclui mais de 500 colaboradores de alto potencial, de diferentes categorias na carreira. As ações de desenvolvimento serão definidas e implementadas durante 2014.

Relativamente ao desenvolvimento de competências de liderança, durante 2013 a PT deu seguimento ao programa de formação para diretores de segunda e terceira linha, tendo por base a experiência de anos anteriores. Esta iniciativa envolveu 60 colaboradores com responsabilidades importantes dentro do grupo e o principal objetivo foi fortalecer a cultura da equipa sobre temas como a liderança, a inovação e a mudança.

Em 2013, o custo médio anual por colaborador no grupo PT e nos negócios em Portugal diminuiu 6,7% e 4,2% face a 2012, respetivamente, devido a menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal em resultado do plano de reestruturação implementado no segundo trimestre de 2013.

08

PT NO MERCADO DE CAPITAIS



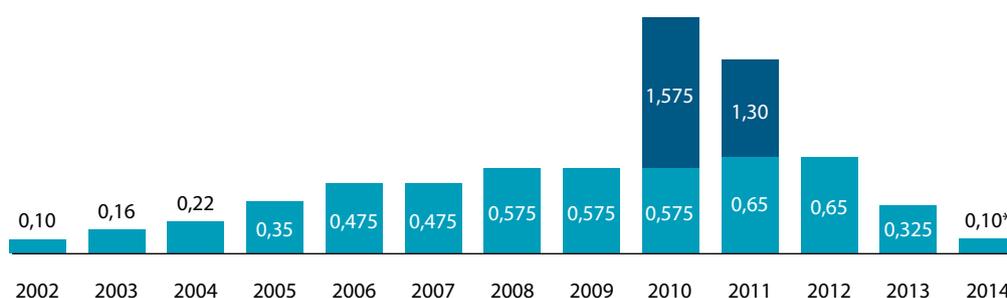
MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53		
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75		
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85		
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS			
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109		
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		
		REMUNERAÇÃO ACIONISTA	102
		ESTRUTURA ACIONISTA	103
		PERFORMANCE BOLSISTA	103
		DESEMPENHO OBRIGACIONISTA	106
		Rating	106
		Obrigações	106
		ATIVIDADES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES	107

REMUNERAÇÃO ACIONISTA

Em 2013, a PT distribuiu 285 milhões de euros aos acionistas, relativo ao ano fiscal de 2012, correspondente a um dividendo no montante de 32,5 cêntimos de euro por ação, pago aos acionistas em 17 de maio de 2013.

Dividendos anuais por ação | Dividendo pagos

■ ordinário ■ excecional Euro



* Sujeito à aprovação da Assembleia Geral Anual de Acionistas

Em 14 de agosto de 2013, a PT anunciou que o seu Conselho de Administração aprovou a alteração da sua política de remuneração acionista para os anos fiscais de 2013 e 2014, que consistirá a partir desta data exclusivamente em um dividendo em dinheiro de 0,10 euros por ação, pago anualmente. O Conselho de Administração mantém-se confiante quanto à geração de cash-flow da Empresa. Simultaneamente, à luz do ambiente macroeconómico atual, das condições dos mercados financeiros e da necessidade de continuar a investir no desenvolvimento dos seus negócios, o Conselho de Administração decidiu reforçar a prudência da sua estratégia financeira.

Em 31 de dezembro de 2013 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 41.409.495 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps na PT SGPS, S.A., e (2) 20.769.495 ações próprias detidas através da participação de 23,2% nas 89.651.205 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2013, o número total de ações em circulação da PT era 855.103.005. O total de ações emitidas era 896.512.500.

ESTRUTURA ACIONISTA

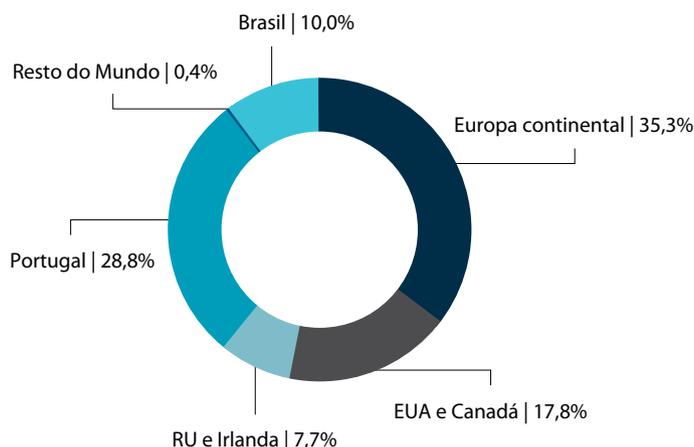
No final de 2013, as participações dos acionistas qualificados representavam mais de 53% do capital social da PT, conforme se segue:

Participações qualificadas

Data da informação	Entidades	Nº de Ações	% do capital	% dos direitos de voto
10 jul 12	RS Holding, SGPS, S.A.	90.111.159	10,05%	10,05%
31 dez 13	Grupo Espírito Santo	90.056.485	10,05%	10,05%
31 mar 12	Telemar Norte Leste, S.A.	89.651.205	10,00%	10,00%
06 fev 12	Norges Bank	44.442.888	4,96%	4,96%
12 jan 12	UBS AG ⁽¹⁾	42.024.498	4,69%	4,69%
31 dez 10	Grupo Visabeira	23.642.885	2,64%	2,64%
07 dez 09	BlackRock Inc.	21.025.118	2,35%	2,35%
03 fev 10	Controlinveste Comunicações	20.419.325	2,28%	2,28%
12 jun 13	Pictet Asset Management	18.246.357	2,04%	2,04%
26 out 12	Ontario Teachers' Pension Plan Board	18.000.000	2,01%	2,01%
21 mai 13	Bestinver	17.981.057	2,01%	2,01%

⁽¹⁾ A 10 de fevereiro de 2014, a PT divulgou ainda que a 30 de janeiro de 2014, a UBS AG passou a deter uma participação qualificada correspondente a um total de 45.958.433 ações da PT, representativas de 5,13% do capital social e correspondentes direito de voto. Nesse mesmo dia, a PT divulgou ainda que a 31 de janeiro de 2014, passou a ser imputável à UBS AG uma participação qualificada correspondente a um total de ações 43.648.928 da PT, representativas de 4,87% do capital social e correspondentes direito de voto.

A PT tem uma estrutura acionista diversificada, com cerca de dois terços do seu capital social detido por acionistas estrangeiros, essencialmente repartidos entre a Europa e América do Norte (EUA e Canadá), que representam 35,3% e 17,8%, respetivamente da base acionista. O mercado português representa cerca de 28,8% da base acionista.

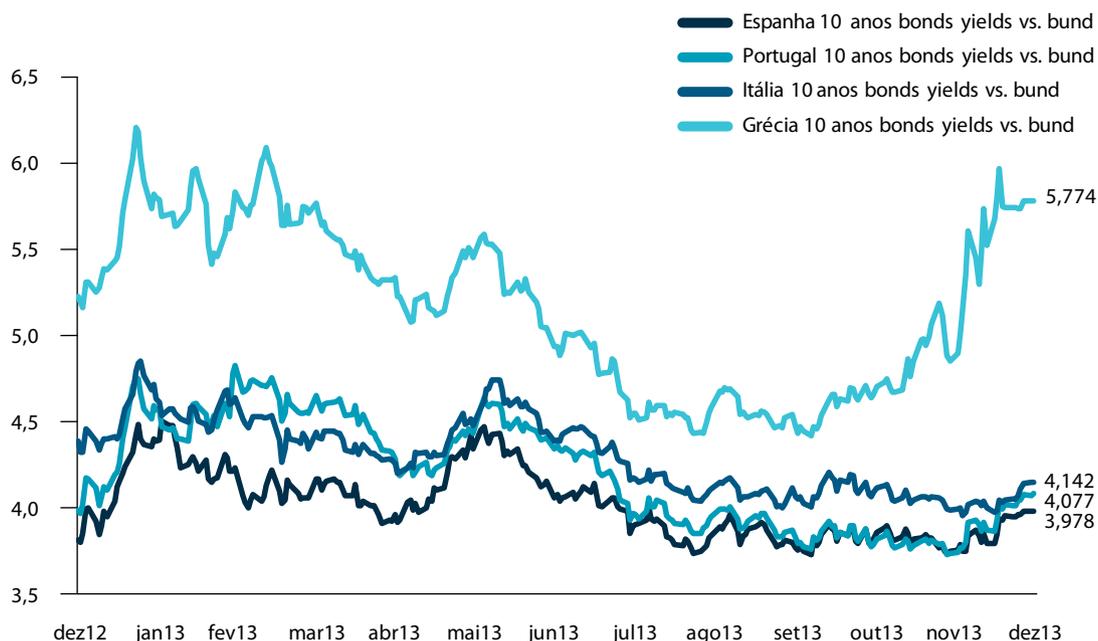


PERFORMANCE BOLSISTA

Em 2013, a crise financeira continuou a ser visível no desempenho dos mercados financeiros. O crescimento económico global permanece fraco e ainda há um certo grau de incerteza. A economia mundial continuou a desacelerar, enquanto as economias emergentes enfrentam um abrandamento do crescimento e condições financeiras mais rigorosas. As economias centrais da Europa mostraram alguns sinais de recuperação embora os países periféricos ainda estejam a debater-se com a crise.

08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS

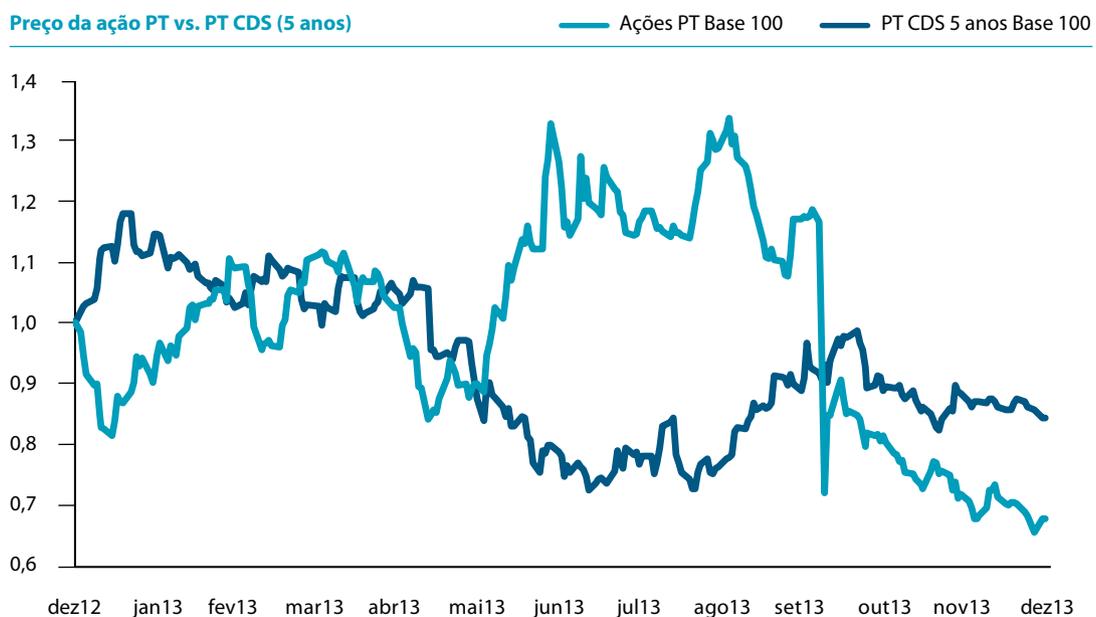
Yields das obrigações soberanas | Economias selecionadas



Fonte: Bloomberg

O primeiro semestre de 2013 foi caracterizado por uma elevada volatilidade do mercado, pressionando as ações da PT e a evolução CDS, mostrando uma melhoria no segundo semestre do ano. Neste período, as condições do mercado financeiro melhoraram e foi visível a recuperação económica na Zona Euro, com algumas economias a sair da recessão, refletindo-se também na performance da PT.

Preço da ação PT vs. PT CDS (5 anos)

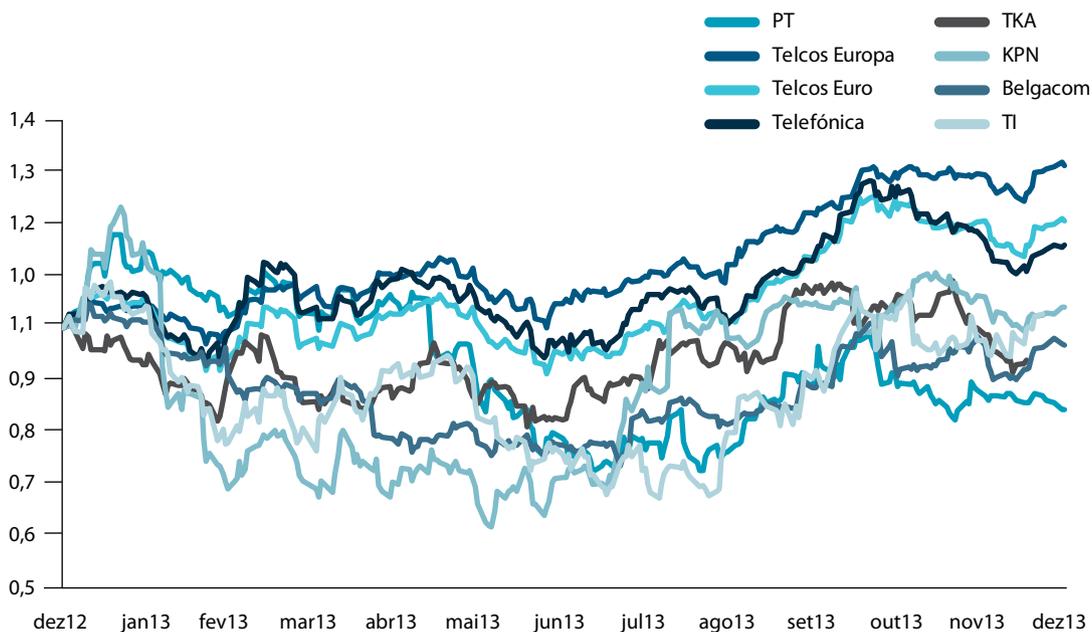


Fonte: Bloomberg

Em 2013, as ações da PT variaram entre um mínimo de 2,573 euros e um máximo de 4,462 euros, fechando o ano em 3,16 euros. A PT negociou cerca de 1.414 milhões de ações em 2013, equivalente a uma média diária de 5,5 milhões de ações.

Em 2013, os ADRs da PT encerraram o ano a 4,32 dólares americanos, negociando em média aproximadamente 370 mil ADRs por dia na Bolsa de Nova York. No final de 2013, o número de ADRs em circulação ascendia a 33,6 milhões.

Desempenho em 2013

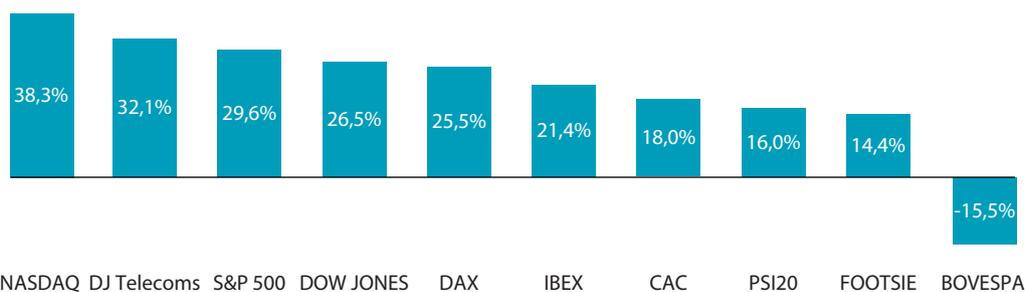


Fonte: Bloomberg

Em 2013, entre os principais mercados financeiros, o NASDAQ registou o melhor desempenho (+38,3%), seguido pelo DJ Telecoms (+32,1%) e pelo S&P 500 (+29,6%). O PSI-20 registou um aumento de 16,0%, um dos piores desempenhos na Europa, refletindo a crise financeira e a debilidade da economia portuguesa.

Desempenho dos principais índices bolsistas em 2013

(%)



Fonte: Bloomberg

DESEMPENHO OBRIGACIONISTA

Em 2013, a PT manteve uma sólida liquidez, evidenciada pelo valor significativo das disponibilidades, perfil da dívida (com uma maturidade média de aproximadamente 5,5 anos a 31 de dezembro de 2013), a que acresce a flexibilidade adicional proporcionada pelas disponibilidades em linhas de crédito e de papel comercial com tomada firme.

Rating

Em 15 de agosto de 2013, a Fitch anunciou a descida da notação de risco de longo prazo da PT de BBB para BBB-, com outlook negativo. Em 11 de fevereiro de 2013, a notação de risco de longo prazo da PT foi objeto de descida pela S&P de BB+ para BB, com outlook negativo. Em 2013, a Moody's manteve a notação de risco de longo prazo da PT em Ba2, com outlook negativo.

No início de outubro de 2013, logo após o anúncio da intenção de combinar os negócios da Portugal Telecom e da Oi, assegurando um ranking pari passu entre todos os credores do novo grupo:

- Em 4 de outubro de 2013, a S&P colocou o rating da PT em CreditWatch Developing, indicando a intenção de melhorar a notação de risco de longo prazo da PT no caso da fusão entre PT e Oi se concretizar;
- Em 3 de outubro de 2013, a Moody's colocou o rating da PT em revisão para upgrade, considerando os benefícios para a PT que resultarão da combinação em termos de sinergias, maior diversificação internacional e maior solidez financeira, bem como a mitigação da exposição da PT ao risco soberano e macroeconómico doméstico;
- Em 3 de outubro de 2013, a Fitch confirmou o rating e outlook da PT que, na classificação desta agência, é idêntico ao da Oi;
- No passado dia 10 de fevereiro de 2014, a S&P e a Moody's reiteraram os entendimentos indicados acima, logo após o anúncio do processo de consent solicitation da PT em 7 de fevereiro de 2014.

Obrigações

Em 30 de abril de 2013 e 7 de agosto de 2013, a Portugal Telecom International Finance BV reembolsou as notes de 1.000 milhões de euros emitidas em abril de 2009 e as notes de 50 milhões de euros emitidas em agosto de 2008, respetivamente.

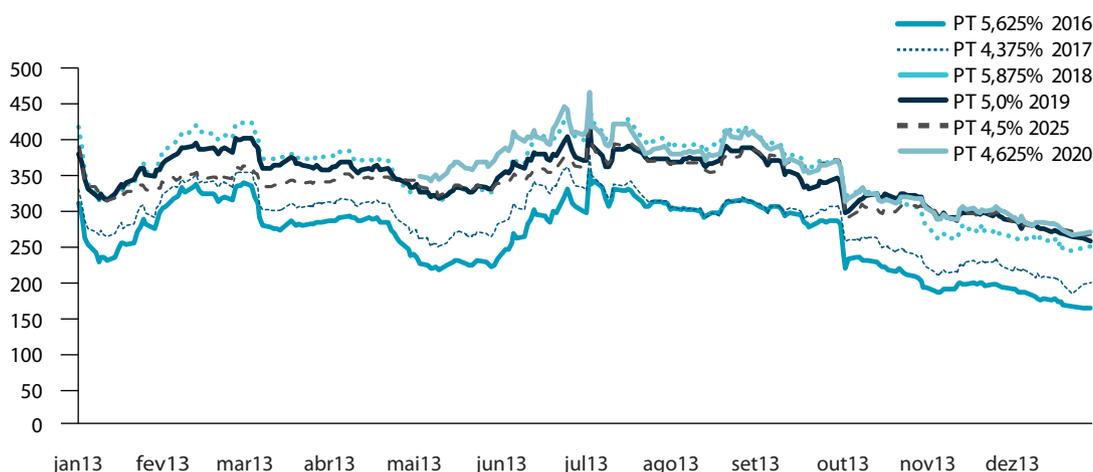
Em 10 de maio de 2013, a PT, através da sua subsidiária Portugal Telecom International Finance BV, emitiu notes no âmbito do Programa de EMTN, no montante de 1.000 milhões de euros, com maturidade de 7 anos e taxa anual de cupão de 4,625%.

Em 2013, a evolução dos spreads das Eurobonds da PT foi essencialmente influenciada por dois fatores:

- i) a perceção do mercado quanto ao risco de crédito soberano de Portugal e à situação financeira e política da Zona Euro, que afetou a perceção do risco de crédito das empresas, em especial daquelas que estão expostas a países com dificuldades financeiras;
- ii) a reação do mercado, por um lado, ao anúncio em 2 de outubro da intenção de fusão entre a PT e a Oi e, por outro lado, aos comentários emitidos pelas agências de rating que se seguiram, com consequente impacto favorável na perceção sobre o risco de crédito da PT.

Spreads das Obrigações da PT

(pontos base)



Fonte: Bloomberg

Até 2 de outubro de 2013, os spreads das obrigações da PT oscilaram significativamente, mas sem uma tendência definida, influenciados fundamentalmente pela percepção do mercado quanto ao risco de crédito soberano de Portugal. A data do anúncio da intenção de fusão entre a PT e a Oi marcou o início de uma tendência de descida continuada dos spreads, que fecharam o ano em valores mínimos ou muito próximos dos mínimos do ano.

Dado que o valor da opção de conversão incluída nas obrigações permutáveis por ações da PT, emitidas em agosto de 2007, se manteve aproximadamente nulo em 2013 e as obrigações se aproximam do vencimento (em 28 de agosto de 2014), o seu preço de mercado não sofreu oscilações significativas, variando entre 101% e 103%.

Em 7 de fevereiro de 2014, a PT anunciou o início de um processo de consent solicitation, relativo à solicitação de consentimentos a conferir pelos titulares das suas Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 (emitidas no montante de 400 milhões de euros a 6,25% ao ano com maturidade em 2016 ao abrigo do programa Euro Medium Term Note, bem como das Exchangeable Bonds emitidas, no montante de 750 milhões de euros a 4,125% ao ano com maturidade em 2014, pela Portugal Telecom International Finance B.V., no âmbito do processo de combinação de negócios entre a PT e a Oi.

ATIVIDADES DE RELAÇÃO COM INVESTIDORES

A PT tem como política fornecer informação clara e transparente, numa base regular, aos seus acionistas e a outros membros da comunidade financeira internacional.

Durante o ano de 2013, a PT participou em diversos eventos com investidores, nomeadamente roadshows, apresentações a analistas e investidores, reuniões e conference calls, bem como conferências para investidores na Europa e nos E.U.A..

A PT participou em doze conferências com investidores e roadshows, incluindo eventos direcionados para investimento de responsabilidade social. Adicionalmente, a PT realizou mais de 250 reuniões e conference calls com analistas e investidores.

09

PRINCIPAIS EVENTOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53		
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75		
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85		
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITAIS	101		
09 PRINCIPAIS EVENTOS			
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133		
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227		
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231		
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235		
18 GLOSSÁRIO	239		
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243		
20 INDICADORES-CHAVE	245		
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		
		EVENTOS DE 2013	110
		Remuneração acionista	110
		Órgãos sociais	110
		Dívida	110
		MEO	110
		Data Centre	110
		CTM	111
		Oi	111
		Comissão Europeia	111
		EVENTOS SUBSEQUENTES	112
		MEO	112
		Dívida	112

09

PRINCIPAIS EVENTOS

EVENTOS DE 2013

Remuneração acionista

19 abril 13 | Na Assembleia Geral Anual ocorrida em 19 de abril de 2013, os acionistas da PT aprovaram a aplicação do resultado líquido do exercício de 2012, no montante de 230.495.402,78 euros, e de reservas no valor de 60.871.159,72 euros constantes na rubrica de resultados transitados, nos seguintes termos:

- Pagamento aos acionistas de um montante global de 291.366.562,50 euros, correspondendo a 0,325 euros por ação relativamente ao número total de ações emitidas. O montante de 0,325 euros por ação acima referido foi pago aos acionistas no dia 17 de maio de 2013.

14 agosto 13 | A PT anunciou que, no dia 13 de agosto de 2013, o seu Conselho de Administração aprovou a alteração da sua política de remuneração acionista para os anos fiscais de 2013 e 2014, que consistirá a partir desta data exclusivamente em um dividendo em dinheiro de 0,10 euros por ação, pago anualmente.

Órgãos sociais

4 junho 13 | Zeinal Bava assumiu a Presidência Executiva da Oi e Henrique Granadeiro acumulou os cargos de Presidente do Conselho de Administração e de Presidente da Comissão Executiva da PT.

25 outubro 13 | A PT anunciou que João Nuno de Oliveira Jorge Palma e José Pedro Cabral dos Santos renunciaram aos respetivos cargos de membro não Executivo do Conselho de Administração da PT.

Dívida

11 fevereiro 13 | A S&P anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT, diminuindo o rating de longo prazo de BB+ para BB, com outlook negativo, e mantendo o rating de curto prazo em B.

30 abril 13 | A PT anunciou a emissão com sucesso de uma Eurobond no montante de 1.000 milhões de euros com uma maturidade de 7 anos, através da sua subsidiária detida a 100%, PT International Finance BV. O cupão da emissão foi de 4,625%.

16 agosto 13 | A Fitch anunciou a revisão do rating de crédito atribuído à PT e o da PT International Finance B.V. (PTIF), diminuindo o rating de longo prazo de BBB para BBB-. O outlook manteve-se negativo.

MEO

11 janeiro 13 | A PT apresentou o novo MEO, o qual inclui o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço quadruple-play, verdadeiramente convergente fixo-móvel incluindo TV, internet, telefone e telemóvel: o M₄O.

Data Centre

23 setembro 13 | A PT anunciou a inauguração de seu Data Centre na Covilhã. O Data Centre da PT é um dos maiores, mais eficientes e ecológicos data centres do mundo. O Data Centre da PT, que ocupa uma área total

de 75.500 metros quadrados, é modular, composto por quatro blocos e tem capacidade de até 12.000 metros quadrados de espaço de IT.

CTM

13 janeiro 13 | A PT anunciou ter celebrado um acordo definitivo para a venda da sua participação minoritária detida na Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM), que representa 28% do capital da CTM, à Citic Telecom International Holdings Limited (CITIC Telecom).

21 junho 13 | A PT anunciou a conclusão da venda da sua participação minoritária detida na Companhia de Telecomunicações de Macau, S.A.R.L. (CTM), que representa 28% do capital da CTM, à Citic Telecom International Holdings Limited. Com esta conclusão, a Portugal Telecom recebeu um encaixe total de 443,0 milhões de dólares americanos incluindo o montante de 411,6 milhões de dólares americanos, conforme anunciado em 13 de janeiro de 2013, e ainda um valor adicional de 31,4 milhões de dólares americanos representando a proporção atribuível à PT na posição de caixa líquida da CTM e certos ajustes de fundo de maneio.

Oi

27 janeiro 13 | A PT informou que no âmbito da sua parceria estratégica e do acordo de cooperação anunciado em Julho de 2010, a PT, a Oi S.A. e os acionistas controladores da Oi S.A. analisam regularmente propostas que possam contribuir para uma melhoria operacional e do modelo de governo da Oi, de forma a extrair sinergias adicionais, particularmente nas áreas de engenharia, rede, tecnologia, inovação e serviços. Contrariamente às recentes especulações dos jornais, não existem planos que contemplem a compra de controlo ou a realização de uma oferta pela Oi por parte da PT.

2 outubro 13 | A PT, a Oi S.A., a AG Telecom Participações S.A., a LF Tel S.A. e respetivas holdings anunciaram a assinatura a esta data de um acordo de intenções (Memorando de Entendimentos), o qual define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a PT, a Oi e as Holdings da Oi (tal como definido abaixo) com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada (CorpCo). A operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder gerido por Zeinal Bava como CEO.

Comissão Europeia

23 janeiro 13 | A PT tomou conhecimento de que a Comissão Europeia adotou uma decisão condenando a empresa, conjuntamente com a Telefónica, S.A. (Telefónica), por alegada violação do artigo 101 do Tratado sobre o Funcionamento da União Europeia, traduzida num suposto compromisso de não concorrência com incidência no mercado ibérico incluído no acordo de 28 de julho de 2010 relativo à aquisição pela Telefónica da participação da PT na operadora brasileira Vivo. À PT foi aplicada uma coima de 12.290.000 de euros.

A referida decisão encerrou uma investigação iniciada em janeiro de 2011 na qual a Comissão teve oportunidade de analisar o relacionamento entre ambas as empresas desde 1996, não tendo aparentemente encontrado outras razões de crítica.

Até à data, a PT não tinha sido formalmente notificada da decisão da Comissão Europeia. Não obstante, a PT considera a sanção tornada pública injustificada e inadequada a qualquer eventual desvalor da sua conduta.

09 PRINCIPAIS EVENTOS

A PT ponderará a interposição de recurso de anulação para o Tribunal de Justiça da União Europeia logo que tenha a oportunidade de analisar o teor integral da referida decisão e dos seus fundamentos.

EVENTOS SUBSEQUENTES

MEO

27 janeiro 14 | A PT anunciou que os serviços prestados pela marca TMN passaram a ser prestados sob a marca MEO, tendo a TMN realizado uma alteração da sua denominação social para Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. Ao concretizar esta alteração, a PT tem presente as tendências de consumo dos seus clientes, bem como a sua estratégia para a área de consumo, incluindo os segmentos residencial e pessoal, que consiste na aposta na convergência fixo-móvel e de serviços, voz, internet e TV. O sucesso da estratégia de convergência sob a marca MEO – em apenas um ano mais de 1,5 milhões de serviços foram contratados - permite que a marca TMN evolua para MEO numa perspetiva de simplicidade e enfoque no cliente.

Também numa lógica de convergência, no setor empresarial, a PT passa a endereçar o mercado sob a marca PT Empresas, que agrega os serviços até aqui prestados pela PT Negócios e PT Prime.

Dívida

7 fevereiro 14 | A PT informou que disponibilizou, o memorando de consent solicitation relativo à solicitação de consentimentos a conferir pelos titulares das suas Obrigações PT Taxa Fixa 2012/2016 (emitidas no montante de 400 milhões de euros a 6,25% ao ano com maturidade em 2016 ao abrigo do programa Euro Medium Term Note, bem como das Exchangeable Bonds emitidas, no montante de 750 milhões de euros a 4,125% ao ano com maturidade em 2014, pela Portugal Telecom International Finance B.V. O consent solicitation está a ser realizado devido à transação entre a PT e a Oi, anunciada a 2 de outubro de 2013.

10

PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07 RECURSOS HUMANOS	99
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18 GLOSSÁRIO	239
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20 INDICADORES-CHAVE	245
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

A PT definiu como compromisso prioritário a implementação de mecanismos de avaliação e gestão de riscos que possam afetar as suas operações e a execução do plano, e objetivos estratégicos definidos pelo Conselho de Administração. Estes mecanismos assentam num modelo de gestão de risco integrada e transversal, que entre outros, procura assegurar a implementação de boas práticas de Corporate Governance e a transparência na comunicação com o mercado e os Acionistas.

Como abordagem estruturada e sistematizada, a gestão de risco está integrada com o processo de planeamento estratégico e de gestão operacional da Sociedade, dependendo do compromisso de todos os colaboradores na adoção da gestão de risco como parte integrante das suas funções, designadamente na identificação, reporte e implementação de medidas e comportamentos de mitigação dos riscos.

A Gestão de Riscos é promovida pela Comissão Executiva em articulação com as equipas de gestão dos vários negócios, a nível nacional e internacional, de forma a identificar, avaliar e gerir as incertezas, ameaças e oportunidades que possam afetar a prossecução do plano e objetivos estratégicos. Importa igualmente referir que todo este processo é acompanhado e supervisionado pela Comissão de Auditoria, órgão de fiscalização autónomo composto por Administradores não Executivos independentes.

Decorrentes do processo de gestão dos riscos que possam afetar adversamente a atividade da PT destacam-se os seguintes:

Riscos Relevantes

Riscos da Envolvente	Regulação	<p>A PT está sujeita ao risco de ocorrerem alterações regulatórias ou ações das entidades reguladoras nacionais, comunitárias ou internacionais que possam originar pressões competitivas crescentes e afetar a sua capacidade para conduzir eficazmente o seu negócio.</p> <p>A gestão do risco de regulação está entregue à Direção de Regulação, que deverá estar a par de novas regulações aplicáveis ao setor com impacto para a PT, sendo a estratégia de gestão de cada fonte de risco articulada com as diversas áreas operacionais.</p> <p>No âmbito do acompanhamento dos vários riscos e oportunidades relacionados com a regulação, realçamos os seguintes temas: (i) redes de nova geração; (ii) segurança das redes e comunicações; (iii) ofertas retalhistas e tarifários; (iv) ofertas de referência grossistas; (v) serviço universal; (vi) espectro radioelétrico; (vii) mercados relevantes de banda larga; (viii) regulamento de roaming; (ix) dividendo digital; (x) cloud computing; e (xi) Lei do Cinema.</p> <p>Para maior detalhe sobre aspetos regulatórios que poderão impactar a atividade da PT, consultar capítulo sobre Enquadramento Regulatório no Relatório e Contas.</p>
	Concorrência	<p>Existe a possibilidade de uma redução das receitas da PT em virtude do aumento da concorrência por parte de outros operadores ou de novos protagonistas no mercado, nomeadamente através de: (i) desenvolvimento de novos produtos e serviços convergentes; (ii) políticas de marketing e vendas agressivas; (iii) introdução de melhorias na qualidade dos produtos ou serviços; (iv) aumento da produtividade e redução de custos; (v) fusão e consolidação de operadores; e (vi) reconfiguração da cadeia de valor do ponto de vista do cliente.</p> <p>Operações em Portugal</p> <p>No mercado Português, a PT irá continuar a ser uma empresa orientada para o cliente, focada na inovação e execução, gerindo o seu negócio através de segmentos de clientes:</p> <p>1) Residencial: A PT tem alavancado na capacidade das suas redes de nova geração de forma a fornecer uma experiência de TV diferenciada e sofisticada, com uma estratégia assente em conteúdos exclusivos e multiscreen passíveis de aceder no PC, TV e smartphones. O MEO, serviço de televisão por subscrição da PT, oferece uma experiência de cliente diferenciada através de: (1) uma</p>

Riscos Relevantes

Riscos da Envolvente	Concorrência
	<p>experiência não linear com video on demand, pause e restart-TV, (2) um ecossistema completo para aplicações na televisão (Facebook, jogos, música, Kids e Sapo); (3) funcionalidades interativas que adicionam profundidade sobre os canais e conteúdos; e (4) conteúdos gerados pelo utilizador como o MEO Kanal, um serviço de criação de canais que foi pioneiro no efeito rede na televisão. A diferenciação do MEO não é limitada aos clientes de fibra, dado que a PT também investiu num serviço premium de satélite, com o atual serviço de DTH a ter na sua oferta oito canais HD, gravação digital, video on demand e aplicações interativas. O desempenho do segmento Residencial tem sido assente no sucesso da oferta triple-play, que atingiu a liderança de quota de mercado suportada pela sua proposta de valor diferenciada.</p> <p>Em 11 janeiro de 2013, a PT lançou o novo MEO, com o reposicionamento da marca e o lançamento do primeiro serviço quadruple-play, verdadeiramente convergente fixo-móvel, incluindo TV, internet, telefone e telemóvel – o M₄O. Este serviço permite à PT continuar a trajetória de inovação e reforçar a sua liderança em todos os segmentos, permitindo corresponder à cada vez maior necessidade dos indivíduos para comunicações e serviços de dados sem barreiras e em múltiplos equipamentos e localizações.</p> <p>O M₄O permite uma experiência de cliente única, refletida: (1) na faturação, através de uma fatura e valor único para toda a família, permitindo um total controlo de custos; (2) no self care, com portal online de self care integrado para todos os produtos e serviços; (3) no CRM, permitindo uma visão integrada do cliente; e (4) nas vendas, permitindo aos cliente da PT um experiência integrada online e nas lojas.</p> <p>2) Pessoal: a estratégia da PT para o segmento pessoal está ancorada: (a) no M₄O, que está a impulsionar a transformação do mercado móvel Português através da introdução da convergência, o que permite uma diferenciação adicional das ofertas comerciais e ao mesmo tempo altera o enfoque do pré-pago para o pós-pago; e (b) nas ofertas de dados móveis, suportadas por uma rede de elevada qualidade, que oferece a melhor cobertura e uma elevada capacidade para fazer face à necessidade, cada vez maior, de largura de banda por parte dos clientes, e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. A PT tem a melhor cobertura de rede 4G-LTE, que abrange 93% da população, e permite velocidades de até 150 Mbps. A PT está a testar o LTE-Advanced e já alcançou velocidades de 300 Mbps, preparando a evolução da oferta 4G-LTE. As ofertas comerciais incluem: (1) planos tarifários de voz e dados, desenhados para integrar planos ilimitados, direcionados aos segmentos pós-pago de maior valor e, no segmento pré-pago, para evitar a migração para planos tarifários de menor valor, através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta distinta de smartphones, alavancada num portefólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para utilizar em mobilidade (TV móvel – MEO GO!; aluguer de músicas – MEO Music; aplicação de navegação – MEO Drive, e MEO Cloud); e (3) ofertas de banda larga móvel competitivas de até 150 Mbps de velocidade, em 4G-LTE, e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT.</p> <p>Em janeiro de 2014, com o objetivo de assegurar maior eficácia e eficiência das suas operações, no contexto de convergência de serviços, procedeu-se a uma reestruturação orgânica, tendo centralizado os segmentos Pessoal e Residencial num único segmento de consumo.</p> <p>3) Empresas: Neste segmento, a PT pretende aumentar a sua base de clientes para mais do que a conectividade e serviços históricos de voz, aproveitando as oportunidades no sector das TIC, incluindo serviços cloud, de outsourcing e de BPO, sustentado em soluções avançadas para empresas e em investimentos em centro de dados de desempenho superior (designadamente no Data Centre da Covilhã), de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e virtualização.</p> <p>Para as pequenas e médias empresas, a PT reposicionou a sua oferta M₄O, em termos de preço e disponibilizando mais canais de TV. Este reposicionamento incluiu alteração do portefólio de TI, estendendo os planos tarifários existentes e criando novos, de forma a ter uma oferta mais abrangente.</p>

10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Riscos Relevantes

Riscos da Envolvente	Concorrência	<p>No 3T13, a PT lançou o M₃O Fibra, ADSL e Satélite, disponível para as pequenas e médias empresas, com TV por subscrição e voz fixa e móvel, para os clientes que não pretendem banda larga fixa.</p> <p>No que respeita às grandes empresas, a PT simplificou a sua oferta comercial de serviços de gestão, descontinuando alguns serviços e padronizando a sua oferta nas várias áreas, WAN, LAN/WAN e voz.</p> <p>Operações internacionais</p> <p>A nível internacional, a PT continuará focada no desempenho operacional dos seus ativos e na partilha das melhores práticas em todos os seus negócios. Ao reforçar a excelência operacional e comercial em todas as operações, promovendo a partilha das melhores práticas em todos os seus negócios, a PT terá capacidade de aproveitar plenamente o potencial de cada operação, tendo em conta o estado de desenvolvimento do mercado em todos os segmentos, bem como a sua posição competitiva.</p>
	Inovação	<p>Face ao histórico de mudanças tecnológicas rápidas, a PT está sujeita ao risco de não alavancar os avanços e desenvolvimentos tecnológicos no seu modelo de negócio, com vista à obtenção ou manutenção de vantagens competitivas. A aposta em inovação continua a ser uma prioridade para a PT dado o seu papel-chave na prossecução de um crescimento sustentado, em particular num contexto económico difícil, que obriga a uma maior competitividade na oferta de produtos e serviços e, simultaneamente, a uma maior eficiência no seu desenvolvimento e entrega ao mercado.</p> <p>Nesse sentido, a inovação tem estado no centro dos projetos e investimentos da PT, visando antecipar tendências futuras de tecnologia e de consumo, melhorando a capacidade da empresa de ter soluções inovadoras para o mercado. A PT desenvolveu uma abordagem estruturada para a promoção de uma cultura de inovação em toda a empresa com o objetivo de estabelecer um portefólio equilibrado de projetos. A PT está constantemente a rever a sua alocação de capital, pessoal e difusão de conhecimento na organização em 3 horizontes temporais e níveis de risco: (1) inovação incremental (negócios de rotina, baixo risco e otimizações de curto prazo); (2) inovação planeada (desenvolvimentos de negócio de médio prazo e desenvolvimentos de risco médio); e (3) inovação exploratória (projetos estruturais, de longo prazo e, por isso, de risco mais elevado). Para desenvolver uma estratégia vencedora de mercado e reduzir os riscos de investimento, a PT trabalha com uma ampla rede de parceiros em empresas de tecnologia de ponta, em Portugal e no estrangeiro.</p> <p>Para maior detalhe sobre as iniciativas e ações desenvolvidas neste âmbito, consultar capítulo sobre Investigação e Desenvolvimento do Relatório e Contas.</p>
	Envolvente económica	<p>A crise financeira internacional poderá prolongar a recessão ao nível da economia portuguesa e mundial e atrasar a retoma, o que poderá ter um impacto ao nível da procura de produtos e serviços e, consequentemente, ao nível da performance operacional e financeira da PT. Nesse sentido, a gestão monitoriza de forma contínua os impactos ao nível da performance operacional e financeira da PT.</p> <p>A equipa de gestão atua proativamente na identificação de ameaças e oportunidades ao nível da indústria, setor e geografias onde está presente, de modo a diversificar o portefólio de ativos e, consequentemente, assegurar crescimento e rentabilidade do negócio.</p>
Riscos Financeiros	Cambial	<p>Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com os investimentos da PT na Oi e na Contax no Brasil, na Unitel e em outras operações estrangeiras, e com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde a empresa opera. Eventuais variações cambiais ocorridas nas moedas desses países face ao Euro afetam a conversão dos resultados atribuídos à PT e, deste modo, os resultados e situação patrimonial da PT.</p>

Riscos Relevantes

Riscos Financeiros

Cambial

Os riscos relacionados com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional das empresas do Grupo estavam relacionados essencialmente com a dívida denominada em moeda estrangeira contratada pela Oi e as suas subsidiárias.

A Sociedade não tem como política fazer a cobertura do valor do investimento financeiro; no entanto, a Comissão Executiva pondera a realização da cobertura do fluxo financeiro de dividendos ou outros rendimentos de capital, entre o momento da atribuição e o seu efetivo recebimento.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas.

Taxas de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados e obtidos com dívida e aplicações financeiras a taxas de juro variáveis. A Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na Zona Euro e no Brasil.

A dívida consolidada proforma do Grupo está exposta basicamente às seguintes taxas: (1) Euribor, aplicável a determinados financiamentos obtidos na Zona Euro; (2) TJLP, uma taxa de juro de longo-prazo definida pelo Conselho Monetário Nacional do Brasil; (3) IPCA, o Índice de Preços do Consumidor publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística; (4) CDI, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em reais brasileiros; e (5) Libor, uma taxa de juro interbancária para dívida denominada em dólares americanos. Com o propósito de reduzir o impacto deste risco, o Grupo contratou swaps de taxa de juro, de modo a converter a dívida de taxa variável em dívida de taxa fixa.

Salienta-se que a dívida da Oi encontra-se através do método da equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Portugal Telecom.

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas.

A PT contrata um conjunto de instrumentos financeiros derivados, com o intuito de minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de câmbio. A contratação de instrumentos financeiros é efetuada após a análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes neste mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva e implicam o acompanhamento periódico da evolução dos mercados financeiros e das posições detidas pela Empresa. O valor de mercado (fair value) destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, essencialmente com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras dos diferentes cenários.

Relativamente aos instrumentos financeiros da Oi, os quais representam a maioria do total de instrumentos financeiros do Grupo, a Comissão Executiva da Oi acorda anualmente com o Conselho de Administração a Diretriz de Risco a ser seguida, a qual é equivalente ao pior impacto esperado do resultado financeiro sobre o lucro líquido do Grupo Oi, com 95% de confiança. De modo a assegurar a gestão do risco financeiro de acordo com os objetivos definidos, a Oi pode contratar instrumentos financeiros de cobertura, incluindo operações de derivados de cobertura como swaps, forwards e opções. A Oi e as suas subsidiárias não utilizam instrumentos financeiros derivados para quaisquer outros fins.

Salienta-se que os instrumentos financeiros da Oi encontram-se registados pelo método de equivalência patrimonial nas Demonstrações Financeiras da Portugal Telecom.

Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco e dos instrumentos financeiros, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas.

Crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A PT está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão

10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS

Riscos Relevantes

Riscos Financeiros	Crédito	<p>é: (i) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e antiguidade do saldo a receber de cada cliente; (ii) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (iii) realizar a análise de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (iv) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado.</p> <p>Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da PT é de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas, tendo em consideração o respetivo rating de crédito.</p> <p>Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom tem dividendos a receber da Unitel no montante de 206 milhões de euros relativos aos exercícios fiscais de 2012 e 2011, tendo o último recebimento de dividendos ocorrido em novembro de 2012. Para alguns dos montantes em dívida a Unitel encontra-se a aguardar autorização do Banco Central de Angola para pagamento e para outros montantes devidos já foi obtida a referida autorização, mas a Portugal Telecom ainda não os recebeu.</p> <p>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas.</p>
	Liquidez	<p>Estes riscos podem ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e financiamento, para investimento, para remuneração acionista e reembolso de dívida.</p> <p>De modo a mitigar o risco, a PT procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais. Adicionalmente, a estrutura de capital da PT é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno acionista. O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital, considerando os riscos associados a cada uma das classes de capital.</p> <p>Para detalhe sobre níveis de exposição a este risco, consultar as Notas às Demonstrações Financeiras do Relatório e Contas.</p>
Riscos das Operações	Capacidade da infraestrutura	<p>A capacidade e disponibilidade das infraestruturas de rede são aspetos fundamentais para que o Grupo PT assegure a continuidade das operações críticas, em termos de prestação de serviço ao cliente, dentro de parâmetros de qualidade elevados, com vista não só à satisfação dos nossos clientes, como também ao cumprimento de requisitos regulatórios. Nesse sentido, o Grupo PT tem dado bastante ênfase à gestão deste risco, não só ao nível da disponibilidade da infraestrutura, bem como no aumento da capacidade da mesma, de modo a suportar novas ofertas de produtos e serviços aos seus clientes. Adicionalmente, o facto de possuir infraestruturas de rede que se encontram localizadas em domínio público aumenta a exposição do Grupo PT à ocorrência de avarias e incidentes.</p> <p>Neste âmbito, são realizadas as seguintes ações de acompanhamento e mitigação do risco, incluindo:</p> <ul style="list-style-type: none">• Securitização da rede core de telecomunicações;• Elaboração de diagnósticos de risco para as várias plataformas tecnológicas, identificando dependências e pontos únicos de falha;• Definição de planos de reposição de serviços e reparação de avarias;• Implementação de sistemas e processos para assegurar os níveis de QoS (Quality of Service) e QoE (Quality of End user Experience) definidos;• Investimento em redes de nova geração e ações de manutenção preventiva;• Investimento em sistemas de informação de suporte à atividade das equipas técnicas;• Investimento em data centre de modo a assegurar a resiliência e capacidade da infraestrutura.

Riscos Relevantes

Riscos das Operações	Capacidade da infraestrutura	<p>Neste âmbito, destacamos o reforço da resiliência dos processos e operações que suportam os serviços core do Grupo PT, face a incidentes e desastres, coordenado pelo Gabinete de Continuidade de Negócio, atuando a dois níveis:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Prevenção: preparação da resposta para reduzir o impacto de incidentes nos processos críticos que suportam os serviços; • Resposta e Recuperação: suportado por planos de continuidade de negócio e Disaster Recovery para acelerar a recuperação dos processos críticos.
	Parcerias estratégicas	<p>A estratégia de crescimento a nível nacional e internacional está assente num conjunto de alianças e parcerias que afetam de modo positivo a capacidade de competir da Sociedade. A Comissão Executiva da PT e as restantes empresas participadas têm assumido um papel central na gestão deste risco, potenciando as oportunidades existentes.</p> <p>Estas alianças não se encontram limitadas a uma única área, e incluem como parceiros: (i) fornecedores de tecnologia; (ii) fornecedores associados à construção de infraestrutura; (iii) especialistas em I&D; (iv) fornecedores de equipamentos terminais; e (v) fornecedores de conteúdos, entre outros.</p>
	Ambiental	<p>A prossecução de uma adequada política ambiental tem sido uma preocupação da PT, de modo a diminuir a exposição da sociedade a danos ambientais que se podem consubstanciar na: (i) responsabilidade para com terceiros por danos materiais causados; e (ii) responsabilidades perante governos ou terceiros pelo custo de remoção de resíduos, acrescido de eventuais indemnizações.</p> <p>Neste âmbito, o Grupo PT tem reforçado os princípios e ações de gestão ambiental, garantindo a certificação dos sistemas associados de acordo com a norma ISO 14001. As políticas e sistemas de gestão ambiental incidem nas seguintes áreas de intervenção: (i) consumos de recursos; (ii) produção e encaminhamento de resíduos; (iii) emissões atmosféricas; (iv) ruído e campos eletromagnéticos; (v) modelo sustentável de seleção e contratação de fornecedores, e (vi) campanhas de sensibilização e formação.</p> <p>De realçar igualmente que os modelos de gestão são alvo de auditorias periódicas internas e externas sendo também efetuada uma avaliação contínua dos impactos e melhorias a implementar.</p>
	Obtenção e retenção de talento	<p>A capacidade da empresa obter e reter talento é um vetor essencial para a prossecução dos seus objetivos estratégicos, sobretudo num contexto competitivo em que a PT atua tanto a nível nacional como internacional. Nesse sentido, a Sociedade tem dado particular atenção à gestão deste risco, a cargo da Direção de Recursos Humanos, que atua:</p> <ul style="list-style-type: none"> • No recrutamento de novos colaboradores com o perfil e conhecimentos necessários para assegurar as competências estratégicas necessárias ao desenvolvimento presente e futuro do Grupo PT; • Na identificação dos elementos-chave do Grupo PT para, depois, implementar estratégias de retenção adequadas aos segmentos que definiu para a sua gestão.

No contexto da operação de fusão PT e da Oi em curso, em 2014, após a conclusão da referida transação irá proceder-se a uma reavaliação profunda dos riscos que afetem as operações da empresa.

Informação adicional sobre o Sistema de Controlo Interno e Gestão de Risco encontra-se disponível no Relatório do Governo da Sociedade que é parte integrante deste Relatório e Contas Anual.

11

PERSPETIVAS FUTURAS



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

11

PERSPETIVAS FUTURAS

A PT continuará a ser uma empresa orientada para o crescimento, com o objetivo de explorar ao máximo o potencial do seu portefólio de ativos, tirando vantagem das oportunidades futuras e existentes no mercado das telecomunicações, multimédia, cloud e serviços de TI. A PT pretende continuar a aproveitar as oportunidades de convergência, no seguimento do lançamento da sua oferta quadruple-play em janeiro de 2013, ao integrar serviços de dados e voz com novos e sofisticados serviços multimédia e de TI, apoiado no investimento da PT em redes de nova geração, nomeadamente FTTH e 4G-LTE, e em soluções de cloud computing. Em 2013, a PT e a Oi anunciaram a combinação dos seus negócios. Esta fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a PT e a Oi, estabelecida em 2010, e irá consolidar a posição de ambas as empresas, como operador líder nos países de língua portuguesa, liderando em todos os mercados em que opera. A combinação dos dois grupos pretende alcançar economias de escala significativas, maximizar sinergias operacionais e criar valor para os seus acionistas, clientes e colaboradores.

Após a reestruturação do seu negócio em Portugal em segmentos de clientes, a PT irá continuar a concentrar o seu esforço no desenvolvimento fixo-móvel, em produtos convergentes de TI-telecoms, cloud e multimédia e em ofertas de serviços integrados, com o objetivo de adquirir novos clientes, aumentar a fidelização, aumentar a quota de mercado e o share-of-wallet. No segmento de consumo, a PT irá manter o foco no aumento da sua oferta quadruple-play, já com tração no mercado, concluindo a transformação da oferta do segmento residencial, com o objetivo de transformar a oferta de telefone fixo em oferta convergente e, no segmento pessoal, mudando o enfoque do segmento pré-pago para o pós-pago no mercado móvel português. As ofertas convergentes são mais competitivas e mais resistente a condições económicas adversas devido às suas características distintas e diferenciadoras, personalizadas para responder às necessidades dos clientes. Adicionalmente, no segmento pessoal, a PT irá continuar a contribuir para aumentar a penetração dos smartphones, para desenvolver novos serviços e planos de preços, e diferenciar ainda mais a sua oferta móvel, beneficiando na implementação do 4G-LTE no mercado português.

No segmento empresas, a PT irá continuar a fornecer soluções avançadas one-stop-shop de TI / SI com foco em BPO e na comercialização de soluções machine-to-machine, suportadas por soluções de tecnologia de ponta para empresas alavancadas no novo Data Centre da Covilhã, de forma a dar resposta à procura de serviços com maior banda e virtualização. Estas ofertas alavancam no investimento da PT em soluções FTTH e 4G-LTE e cloud computing, permitindo a oferta de serviços baseados em cloud, em parceria com fornecedores de software e hardware. Adicionalmente, a PT irá continuar a investir na inovação e na investigação e desenvolvimento com o objetivo de melhorar os seus serviços com novas e diferenciadoras funcionalidades, personalizáveis, com conteúdos feitos à medida para ir ao encontro das necessidades do cliente. A PT irá continuar a alavancar nas suas parcerias com fornecedores de maneira a reduzir o time-to-market e a diferenciar, ainda mais, a sua proposta de valor para os seus clientes. A PT irá continuar a investir para desenvolver ainda mais plataformas e redes core mais eficientes, tanto na rede fixa como na rede móvel, com o objetivo de oferecer maior banda aos seus clientes e serviços cloud. Adicionalmente, a PT irá continuar a pautar a sua estrutura de custos pelo aumento de produtividade e engenharia de processos de negócio.

A PT irá continuar a oferecer aos seus acionistas um perfil com menos risco e com melhor perfil de crescimento. Após a fusão da PT e da Oi, acima mencionada, a empresa resultante irá operar em mercados estratégicos e beneficiará das perspetivas favoráveis de crescimento no Brasil, tais como a evolução demográfica favorável do Brasil, as perspetivas de crescimento económico e o aumento do potencial de penetração de serviços de telecomunicações, e da maturidade das operações em Portugal, preparadas para a retoma económica. A combinação de Negócios irá potenciar a implementação de iniciativas estratégicas atualmente em curso, nas quais a PT e a Oi têm partilhado a sua experiência e know-how em áreas, tais como o desenvolvimento de produtos, apoio ao cliente, engenharia, operações e tecnologias da informação. Adicionalmente, a PT pretende explorar o seu portefólio nos mercados africanos, tirando o máximo partido da sua experiência e das suas parcerias. A PT irá continuar a promover a partilha das melhores práticas entre todos os seus ativos,

com o objetivo de assegurar uma posição competitiva sustentável em todos os mercados, beneficiando da escala em termos de acesso a tecnologia e inovação.

A PT irá continuar a operar num ambiente bastante concorrencial e regulado, que colocará riscos e ameaças aos negócios existentes, colocando a rentabilidade dos seus ativos sob pressão, incluindo ofertas agressivas dos principais concorrentes e a descida acentuada das taxas de terminação móveis, bem como a queda dos preços do roaming. A PT irá também continuar a operar num contexto de fragilidade económica na Europa, embora melhorando, a um ritmo lento, em particular em Portugal, que irá continuar sob o programa de ajustamento negociado com a Troika e credores internacionais até meados de 2014.

A PT irá continuar a contribuir para o desenvolvimento da sociedade de informação, para promover a info-inclusão de todos os cidadãos dos países onde tem as suas operações. A PT tem, também, o objetivo de ser uma referência em termos de sustentabilidade e irá continuar a investir no desenvolvimento de um modelo de negócio sustentável, implementando políticas e desenvolvendo práticas com o objetivo de respeitar a sociedade e o ambiente no seu todo.

12

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07 RECURSOS HUMANOS	99
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18 GLOSSÁRIO	239
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20 INDICADORES-CHAVE	245
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

12

DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Portugal Telecom, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio do conselho de Administração e/ou da Comissão Executiva, consoante aplicável, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal das contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Lisboa, 18 de fevereiro de 2014

Henrique Granadeiro

Presidente do Conselho de Administração e
Presidente Executivo

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista

Administrador Executivo

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Administrador não Executivo

Carlos Alves Duarte

Administrador Executivo

Fernando Magalhães Portella

Administrador não Executivo

Francisco Teixeira Pereira Soares

Administrador não Executivo

Gerald Stephen McGowan

Administrador não Executivo

João Manuel de Mello Franco

Administrador não Executivo

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

Administrador não Executivo

José Guilherme Xavier de Basto

Administrador não Executivo

Luís Pacheco de Melo

Administrador Executivo

Manuel Rosa da Silva

Administrador Executivo

Maria Helena Nazaré

Administrador não Executivo

Mário João de Matos Gomes

Administrador não Executivo

Milton Almicar Silva Vargas

Administrador não Executivo

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

Administrador não Executivo

Otávio Marques de Azevedo

Administrador não Executivo

Paulo José Lopes Varela

Administrador não Executivo

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão

Administrador Executivo

Rafael Luís Mora Funes

Administrador não Executivo

Shakhaf Wine

Administrador Executivo

13

ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07 RECURSOS HUMANOS	99
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18 GLOSSÁRIO	239
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20 INDICADORES-CHAVE	245
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

13

ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS

De acordo com o regulamento do Conselho de Administração, este órgão reafirmou o compromisso de conferir aos seus membros não Executivos uma efetiva capacidade de acompanhar, avaliar e supervisionar a gestão executiva da Sociedade.

Durante o ano de 2013, os Administradores não Executivos da PT puderam desenvolver as suas funções de forma efetiva e sem que se tenham deparado com constrangimentos de qualquer índole. Neste sentido, destacam-se as seguintes atividades:

- Para além do exercício das respetivas competências não delegadas na Comissão Executiva, os Administradores não Executivos da PT desempenharam a sua função de supervisão da atuação da gestão executiva, nos termos e para os efeitos do disposto no n.º 8 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais e no regulamento do Conselho de Administração. Com efeito, ao abrigo daquelas regras, a delegação de poderes na Comissão Executiva não exclui o dever legal de vigilância geral dos Administradores não Executivos;
- Tal como previsto no regulamento do Conselho de Administração, os Administradores não Executivos da PT exerceram, ainda, a sua função de supervisão no seio da Comissão de Governo Societário e da Comissão de Avaliação, cujas atividades realizadas em 2013 se encontram descritas no ponto 21 da Parte I do Relatório de Governo da Sociedade;
- O efetivo exercício das suas funções pelos Administradores não Executivos da PT foi também potenciado (i) pelo número significativo de administradores independentes presentes no Conselho e (ii) pelo papel assumido pelo Senior Independent Director designado pelo Conselho de Administração, Eng.º João de Mello Franco, em virtude da atual cumulação de funções de Chairman / CEO pelo Dr. Henrique Granadeiro.

Com efeito, o Conselho de Administração da PT inclui 7 administradores independentes, correspondendo a metade dos Administradores não Executivos e a um terço do conjunto dos membros do Conselho, com uma presença relevante nas comissões internas do Conselho e com uma participação assídua e ativa nas reuniões deste órgão.

Adicionalmente, a referida cumulação dos cargos de Chairman / CEO em nada prejudicou o desempenho efetivo de funções pelos membros não Executivos do Conselho, tendo aliás se revelado manifestamente adequada ao momento atual da vida da empresa, pelas seguintes razões:

- A concentração destes cargos num único titular coaduna-se plenamente com o eficiente e rigoroso desempenho de funções pelos membros do órgão de administração no período em curso de negociação e implementação de um processo tendente à projetada combinação de negócios da Portugal Telecom e da Oi;
- O atual modelo de governo mantém a separação de poderes entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva, em particular em resultado das funções desempenhadas pelo administrador não Executivo, nomeado pelo Conselho de Administração nos termos do respetivo regulamento como Senior Independent Director, para levar a cabo as seguintes funções:
 - Acompanhar e consultar a Comissão Executiva sobre o desempenho das competências nesta delegadas;
 - Contribuir para o efetivo desempenho das respetivas funções e competências por parte dos Administradores não Executivos e das comissões especializadas do Conselho e assegurar os mecanismos necessários para que estes recebam atempadamente a informação que julguem adequada à tomada de decisões de forma independente e esclarecida;
 - Presidir à Comissão de Avaliação;
 - Coordenar a realização de reuniões ad hoc entre os membros não Executivos do Conselho.

- Ao longo de 2013, o Conselho manteve um conjunto de práticas e mecanismos destinados a facilitar a tomada de decisão informada e independente pelos Administradores não Executivos, incluindo, designadamente, as seguintes:
 - Apresentações detalhadas realizadas pela Comissão Executiva, nas reuniões do Conselho de Administração, dos aspetos considerados relevantes da atividade desenvolvida, facultando aos Administradores não Executivos as informações adicionais solicitadas e potenciando um debate aprofundado e profícuo sobre a atividade da empresa (em especial, relativamente a decisões estratégicas);
 - Obtenção, conjunta ou isoladamente, por parte dos Administradores não Executivos, de informação necessária ou conveniente ao exercício das suas funções, permitindo-se, deste modo, que a resposta seja prestada em tempo útil e de forma adequada;
 - Sem prejuízo dos casos de reconhecida urgência, a convocação das reuniões do Conselho de Administração é feita com uma antecedência mínima de 5 dias e a ordem de trabalhos e documentação de suporte às deliberações são disponibilizadas com uma antecedência mínima de 3 dias;
 - Presença assídua e ativa dos Administradores não Executivos nas reuniões do Conselho de Administração, tendo sido realizado um número alargado de reuniões deste órgão (15 reuniões durante o ano de 2013), assim como reuniões informais e apresentações com os Administradores não Executivos, destinadas ao esclarecimento e discussão sobre temas específicos relacionados com a informação financeira e os negócios da Sociedade.

Para além destas atividades, importa referir que, tendo a Sociedade escolhido o modelo anglo-saxónico, o seu órgão de fiscalização é uma Comissão de Auditoria constituída exclusivamente por Administradores não Executivos, que, no exercício das suas funções legais, estatutárias e regulamentares melhor descritas no Relatório de Governo da Sociedade, apresenta o resultado da sua atividade em relatórios e pareceres autónomos, entre os quais o relatório de atividade fiscalizadora e os pareceres sobre o relatório e contas, individuais e consolidados, emitidos em cada ano.

14

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08		
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13		
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29		
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41		
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53		
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75		
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85		
07 RECURSOS HUMANOS	99		
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101		
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109		
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113		
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121		
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125		
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129		
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS		RESULTADOS	134
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227	RENDIMENTOS INTEGRAL	135
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231	POSIÇÃO FINANCEIRA	136
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	235	ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	137
18 GLOSSÁRIO	239	FLUXOS DE CAIXA	138
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243	NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	139
20 INDICADORES-CHAVE	245	ANEXOS	224
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249		

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(euros)

	Notas	2013	2012 Reexpresso (Nota 4)
RECEITAS			
Prestações de serviços	6	2.736.475.000	2.897.903.518
Vendas	6	131.116.168	140.535.973
Outras receitas	6	43.591.728	40.520.473
	6	2.911.182.896	3.078.959.964
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)			
Custos com o pessoal	8	399.282.587	413.625.772
Custos diretos dos serviços prestados	9	458.795.641	457.394.347
Custo das mercadorias vendidas	10	134.801.746	138.098.682
Marketing e publicidade		68.487.812	72.162.740
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	11	619.296.236	640.593.782
Impostos indiretos	13	42.304.690	43.762.487
Provisões e ajustamentos	42	25.828.265	23.267.253
Amortizações e depreciações	36 e 37	726.275.626	765.258.046
Custos com benefícios de reforma	14	40.462.686	57.540.318
Custos com redução de efetivos	14	127.052.643	2.366.806
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos	37	(3.356.327)	(3.467.847)
Outros ganhos líquidos	15	(73.441.554)	(23.419.701)
		2.565.790.051	2.587.182.685
Resultado antes de resultados financeiros e impostos		345.392.845	491.777.279
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS			
Juros suportados, líquidos	16	257.423.261	213.014.581
Perdas com variações cambiais, líquidas	17	21.919.104	1.841.496
Perdas em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas	18	2.014.467	3.921.932
Perdas em empreendimentos conjuntos	30	2.185.679	3.011.998
Ganhos em empresas associadas, líquidos	33	(442.783.587)	(210.273.584)
Outras despesas financeiras, líquidas	19	54.635.427	44.565.085
		(104.605.649)	56.081.508
Resultado antes de impostos		449.998.494	435.695.771
Imposto sobre o rendimento	20	62.021.888	125.608.091
RESULTADO LÍQUIDO		387.976.606	310.087.680
Atribuível a interesses não controladores	21	56.995.651	84.283.899
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	23	330.980.955	225.803.781
Resultado líquido por ação			
Básico	23	0,39	0,26
Diluído	23	0,39	0,26

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO RENDIMENTO INTEGRAL

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(euros)

	Notas	2013	2012 Reexpresso (Nota 4)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		387.976.606	310.087.680
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio			
Itens que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Ajustamentos de conversão cambial			
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(630.656.625)	(385.130.195)
Transferências para resultados (ii)		3.129.234	-
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros			
Variações no justo valor	45	2.539.935	102.225
Transferências para resultados	45	-	4.038.000
Efeito fiscal	20	507.925	(1.035.056)
Participação em montantes reconhecidos por empreendimentos conjuntos (iii)		(9.908.933)	13.661.159
Itens que não irão ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Benefícios de reforma			
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	14	(139.474.542)	(45.933.886)
Efeito fiscal (iv)	20	21.431.258	11.492.585
Participação em montantes reconhecidos por empreendimentos conjuntos (iii)		4.884.395	(6.317.483)
Outros ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos		(26.348.144)	(32.571.125)
Total dos ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio		(773.895.497)	(441.693.776)
Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio			
Alteração no imposto diferido passivo relativo à reavaliação de ativos (v)	20	12.879.404	-
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital próprio		(761.016.093)	(441.693.776)
Total do rendimento (despesa) integral		(373.039.487)	(131.606.096)
Atribuível a interesses não controladores		25.599.439	70.614.464
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		(398.638.926)	(202.220.560)

(i) As perdas registadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro nos investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax. | (ii) Em 2013, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na CTM que foi reclassificado para a demonstração dos resultados (Nota 32.a) na sequência da conclusão da alienação deste investimento em junho de 2013. | (iii) A participação nos ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio por empreendimentos conjuntos incluem essencialmente variações cambiais relacionadas com as operações da Contax no estrangeiro, instrumentos derivados de cobertura da Oi e ganhos (perdas) atuariais relacionados com os planos de benefícios de reforma da Oi. | (iv) Esta rubrica reflete essencialmente o impacto do efeito fiscal sobre ganhos (perdas) atuariais líquidas registadas em cada ano e, em 2013, inclui o impacto da remensuração de impostos diferidos ativos, decorrentes da alteração da taxa de imposto aplicável, que ascendeu a 21 milhões de euros. | (v) Em 2013, esta rubrica corresponde ao impacto resultante da redução na taxa de imposto aplicável sobre os impostos diferidos passivos relacionados com as reservas de reavaliação.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

31 de dezembro de 2013 e 2012 e 1 de janeiro de 2012

(euros)

	Notas	2013	31 Dez 2012 Reexpresso (Nota 4)	1 Jan 2012 Reexpresso (Nota 4)
ATIVO				
Ativo corrente				
Caixa e equivalentes de caixa		1.658.950.514	1.988.797.138	3.642.079.676
Investimentos de curto prazo	24	914.128.757	625.997.788	462.806.301
Contas a receber - clientes	25	762.936.473	796.790.630	888.800.306
Contas a receber - outros	26	406.451.496	397.056.981	226.727.272
Existências	27	85.872.948	104.925.533	115.347.376
Impostos a recuperar	28	70.932.459	71.629.843	87.205.987
Custos diferidos	29	65.244.104	62.414.088	39.467.694
Outros ativos correntes	31	3.985.415	2.926.270	40.707.903
Ativos não correntes detidos para venda	32	4.653.741	51.940.968	-
Total do ativo corrente		3.973.155.907	4.102.479.239	5.503.142.515
Ativo não corrente				
Contas a receber - clientes		204.316	380.879	1.225.001
Contas a receber - outros	26	1.080.306	2.432.547	4.290.984
Impostos a recuperar	28	24.739	59.313	326.239
Investimentos em empreendimentos conjuntos	30	2.408.246.860	2.980.060.567	3.509.603.960
Investimentos em empresas associadas	33	511.316.161	406.817.985	532.530.147
Outros investimentos	34	22.243.652	12.720.059	15.324.110
Goodwill	35	380.616.265	425.675.169	352.990.011
Ativos intangíveis	36	717.703.676	757.526.560	800.718.667
Ativos tangíveis	37	3.438.479.384	3.578.871.446	3.656.108.668
Benefícios de reforma	14	1.834.000	1.632.840	1.688.553
Ativos por impostos diferidos	20	564.894.918	560.400.812	590.489.107
Outros ativos não correntes	31	594.998	-	95.849.636
Total do ativo não corrente		8.047.239.275	8.726.578.177	9.561.145.083
Total do ativo		12.020.395.182	12.829.057.416	15.064.287.598
PASSIVO				
Passivo corrente				
Dívida de curto prazo	38	1.491.976.460	1.395.699.063	2.690.899.319
Contas a pagar	39	568.270.540	659.908.233	882.095.341
Acréscimos de custos	40	534.656.119	489.532.644	561.381.969
Proveitos diferidos	41	246.784.244	266.570.421	236.031.949
Impostos a pagar	28	80.107.942	81.917.507	74.240.148
Provisões	42	88.789.844	97.209.264	91.664.743
Outros passivos correntes	43	13.980.981	3.926.327	228.480.987
Total do passivo corrente		3.024.566.130	2.994.763.459	4.764.794.456
Passivo não corrente				
Dívida de médio e longo prazo	38	5.879.161.433	5.979.435.957	5.707.953.809
Contas a pagar	39	19.470.144	22.085.671	28.052.659
Impostos a pagar		-	-	3.598.785
Provisões	42	2.271.075	2.996.530	9.853.141
Benefícios de reforma	14	960.880.069	835.367.127	913.620.691
Passivos por impostos diferidos	20	243.824.693	270.391.146	276.706.861
Outros passivos não correntes	43	23.406.523	186.760.584	296.834.408
Total do passivo não corrente		7.129.013.937	7.297.037.015	7.236.620.354
Total do passivo		10.153.580.067	10.291.800.474	12.001.414.810
CAPITAL PRÓPRIO				
Capital social	44	26.895.375	26.895.375	26.895.375
Ações próprias	44	(337.520.916)	(337.520.916)	(326.382.864)
Reserva legal	44	6.773.139	6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias	44	6.970.320	6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação	44	516.587.428	524.724.045	556.543.594
Outras reservas e resultados acumulados	44	1.421.614.031	2.076.740.633	2.569.843.252
Capital próprio excluindo interesses não controladores		1.641.319.377	2.304.582.596	2.840.642.816
Interesses não controladores	21	225.495.738	232.674.346	222.229.972
Total do capital próprio		1.866.815.115	2.537.256.942	3.062.872.788
Total do capital próprio e do passivo		12.020.395.182	12.829.057.416	15.064.287.598

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(euros)

	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 1 de janeiro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	556.543.594	2.569.843.252	2.840.642.816	222.229.972	3.062.872.788
Dividendos (Notas 22 e 44.5)	-	-	-	-	-	(371.937.439)	(371.937.439)	(47.345.090)	(419.282.529)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(12.825.000)	(12.825.000)
Reestruturação societária na Oi (Notas 1 e 44)	-	12.060.381	-	-	-	49.235.831	61.296.212	-	61.296.212
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 44.2)	-	(23.198.433)	-	-	-	-	(23.198.433)	-	(23.198.433)
Realização de reserva de reavaliação (Nota 44.5)	-	-	-	-	(31.819.549)	31.819.549	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(428.024.341)	(428.024.341)	(13.669.435)	(441.693.776)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	225.803.781	225.803.781	84.283.899	310.087.680
Saldo em 31 de dezembro de 2012 (reexpresso)	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	524.724.045	2.076.740.633	2.304.582.596	232.674.346	2.537.256.942
Dividendos (Notas 22 e 44.5)	-	-	-	-	-	(277.884.293)	(277.884.293)	(31.985.263)	(309.869.556)
Aquisições, alienações e aumentos/reduções de capital	-	-	-	-	-	-	-	(792.784)	(792.784)
Reestruturação societária na Contax (Nota 1)	-	-	-	-	-	13.260.000	13.260.000	-	13.260.000
Realização de reserva de reavaliação (Nota 44.5)	-	-	-	-	(21.016.021)	21.016.021	-	-	-
Remensuração do imposto diferido passivo relativo à reserva de reavaliação de ativos (Nota 20)	-	-	-	-	12.879.404	-	12.879.404	-	12.879.404
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(742.499.285)	(742.499.285)	(31.396.212)	(773.895.497)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	330.980.955	330.980.955	56.995.651	387.976.606
Saldo em 31 de dezembro de 2013	26.895.375	(337.520.916)	6.773.139	6.970.320	516.587.428	1.421.614.031	1.641.319.377	225.495.738	1.866.815.115

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012

(euros)

	Notas	2013	2012 Reexpresso (Nota 4)
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		3.317.859.907	3.781.524.619
Pagamentos a fornecedores		(1.547.741.993)	(1.792.929.476)
Pagamentos ao pessoal		(448.235.543)	(444.284.849)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento		(61.007.316)	(54.997.207)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	14	(181.646.357)	(187.184.528)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	47.a	(225.555.115)	(240.298.575)
Fluxos das atividades operacionais (1)		853.673.583	1.061.829.984
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	47.b	39.451.083	385.487.978
Investimentos financeiros	47.c	336.548.455	2.555.061
Ativos tangíveis e intangíveis		8.136.535	7.102.778
Juros e proveitos similares	47.d	143.376.851	150.709.606
Dividendos	47.e	115.956.229	265.217.545
Outras atividades de investimento		156.025	5.185.392
		643.625.178	816.258.360
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	47.b	(356.112.504)	(546.672.629)
Investimentos financeiros		(10.660.527)	(1.640.383)
Ativos tangíveis e intangíveis		(624.451.539)	(841.286.639)
Outras atividades de investimento		(16.520.760)	(1.658.574)
		(1.007.745.330)	(1.391.258.225)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(364.120.152)	(574.999.865)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	47.f	1.458.330.206	4.706.666.429
Subsídios		1.671.740	4.478.027
Outras atividades de financiamento		27.922	-
		1.460.029.868	4.711.144.456
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	47.f	(1.498.930.243)	(5.755.368.526)
Juros e custos similares	47.d	(409.619.877)	(451.477.856)
Dividendos	47.g	(316.148.213)	(604.124.170)
Outras atividades de financiamento		-	(13.070.493)
		(2.224.698.333)	(6.824.041.045)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(764.668.465)	(2.112.896.589)
Caixa e seus equivalentes no início do período		1.988.797.138	3.642.079.676
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(275.115.034)	(1.626.066.470)
Efeito das diferenças de câmbio		(54.731.590)	(27.216.068)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	47.h	1.658.950.514	1.988.797.138

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

a) Empresa-mãe

A Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Portugal Telecom) e as suas empresas participadas (Grupo, Grupo Portugal Telecom ou Empresa) operam essencialmente nos setores de telecomunicações e multimédia, em Portugal, no Brasil e em outros países de África e da Ásia.

A Portugal Telecom foi constituída em 23 de junho de 1994 nos termos do Decreto-Lei n.º 122/94, por fusão das empresas Telecom Portugal, S.A., Telefones de Lisboa e Porto (TLP), S.A. (TLP) e Teledifusora de Portugal, S.A. (TDP), com referência a 1 de janeiro de 1994. Em resultado do processo de privatização iniciado em 1 de junho de 1995 e terminado em 4 de dezembro de 2000, o capital da Portugal Telecom é detido maioritariamente por acionistas privados. Em 12 de dezembro de 2000, a Portugal Telecom, S.A. alterou a sua denominação social para Portugal Telecom, SGPS, S.A., tendo modificado o seu objeto social para sociedade gestora de participações sociais.

As ações e ADRs da Portugal Telecom encontram-se cotadas na Euronext Stock Exchange e na NYSE – New York Stock Exchange.

b) Atividade

Portugal

Em Portugal, a prestação do serviço fixo de telefone é efetuada pela PT Comunicações, S.A. (PT Comunicações), no âmbito do Contrato de Concessão do Serviço Público de Telecomunicações celebrado em 20 de março de 1995, de acordo com o Decreto-Lei n.º 40/95, por um período inicial de 30 anos, sujeito a renovações subsequentes por períodos de 15 anos. Este contrato foi modificado de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros de 11 de dezembro de 2002, que incorpora o Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, em resultado da PT Comunicações ter celebrado com o Estado Português um contrato de compra e venda da Rede Básica de Telecomunicações e Telex (Rede Básica). A PT Comunicações presta igualmente serviços de televisão por subscrição, através das plataformas de IPTV, FTTH e DTH, serviços de internet a clientes residenciais e a pequenas e médias empresas e serviços de transmissão de dados e de internet a grandes clientes.

Os serviços de telecomunicações móveis são prestados pela Meo – Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A. (Meo, S.A.), anteriormente denominada TMN – Telecomunicações Móveis Nacionais, S.A., através do sistema global de comunicações móveis (GSM), cuja licença foi concedida pelo Estado Português em 1992 por um período inicial de 15 anos e renovada em 2007 até 16 de março de 2022, e do sistema de telecomunicações móveis universais (UMTS), cuja licença foi obtida em 19 de dezembro de 2000 por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos. Em dezembro de 2011, a Meo, S.A. adquiriu a licença móvel de quarta geração (licença 4G), através da qual presta serviços desde 2012 através da tecnologia Long Term Evolution (LTE), a qual representa uma evolução da tecnologia GSM, que permite níveis mais elevados de largura de banda e velocidade. Esta licença foi concedida por um período inicial de 15 anos, renovável por um período adicional de 15 anos.

Em janeiro de 2013, a Portugal Telecom lançou o primeiro serviço quadruple-play, através da marca M4O, o que representa uma convergência do serviço fixo-móvel incluindo serviços de televisão, internet, telefone fixo e telemóvel.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Brasil

No Brasil, desde março de 2011, a Portugal Telecom presta serviços de telecomunicações através da Oi, S.A. e suas subsidiárias (Grupo Oi) e presta serviços corporativos e de contact centre através da Contax, S.A. (Contax) e das suas subsidiárias.

A Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de número de clientes ativos. Estes serviços são prestados através das seguintes subsidiárias:

- A Oi, S.A. (antiga Brasil Telecom) presta serviços fixos de telecomunicações na Região II do Brasil;
- A Telemar Norte Leste (100% detida pela Oi, S.A.) presta serviços fixos de telecomunicações na Região I do Brasil;
- A TNL PCS, S.A. (100% detida pela Telemar Norte Leste) presta serviços móveis de telecomunicações nas Regiões I e III do Brasil;
- A 14 Brasil Telecom Celular, S.A. (100% detida pela Oi, S.A.) presta serviços móveis de telecomunicações na Região II do Brasil;
- Outras empresas holding e instrumentais prestam serviços de gestão de rede, serviços de gestão de tráfego, serviços financeiros, serviços relacionados com sistemas de pagamento e de crédito e serviços de call centre e telemarketing.

Em março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar Norte Leste (Telemar) por um montante total de 8.256 milhões de reais brasileiros, equivalente a 3.647 milhões de euros, através (1) da subscrição de aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011 pela Telemar Participações, S.A. (Telemar Participações), o atual acionista controlador do Grupo Oi, pela Tele Norte Leste Participações, S.A. (TNL), a empresa-mãe do Grupo Oi àquela data, e pela Telemar, e (2) da aquisição de uma participação de 35% na AG Telecom Participações, S.A. (AG) e na LF Tel, S.A. (LF), os dois principais acionistas da Telemar Participações. Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado em 28 de julho de 2010 entre a Portugal Telecom, a AG e a LF, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

O objetivo da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores práticas, obter economias de escala, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito desta parceria estratégica, estava prevista a aquisição pela Oi de até 10% do capital social da Portugal Telecom. Até 31 de dezembro de 2012, a Oi adquiriu 89.651.205 ações da Portugal Telecom, representativas de 10,0% do capital social. A participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 159 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012 (Nota 44.2).

Os termos dos acordos de acionistas celebrados entre a Portugal Telecom, a AG e a LF contêm mecanismos de votação unânime pelos seus representantes no Conselho de Administração da Telemar Participações, no que concerne a decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas que afetam a atividade do Grupo Oi. Consequentemente, de acordo com os termos da IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos (IFRS 11), a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar Participações e que esta empresa é portanto uma entidade controlada conjuntamente. Como resultado, após a adoção antecipada da IFRS 11 (Nota 4), que exige que os empreendimentos conjuntos sejam contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, a Portugal Telecom aplicou esse método nas demonstrações financeiras consolidadas para reconhecer o seu investimento na Telemar Participações, e, consequentemente, também o aplicou para reconhecer os investimentos detidos diretamente no Grupo Oi, na AG e na LF. As disposições transitórias da IFRS 11 requerem a aplicação retrospectiva, o que resultou na reexpressão das demonstrações financeiras da Portugal Telecom do ano de 2012, conforme explicado na Nota 4.

A Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em contact centres no Brasil. Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação direta (16,2%) e indireta (25,8% através da AG e da LF) de 42,0% na CTX por um montante de 181 milhões de reais brasileiros, equivalente a 80 milhões de euros, resultando numa participação indireta de 14,1% na Contax, a qual é controlada pela CTX. Em conformidade com os princípios da IFRS 11, a CTX é considerada um empreendimento conjunto.

O último passo da operação de aquisição da Contax consistiu na aquisição da Dedic/GPTI (o prestador de Business Process Outsourcing da Portugal Telecom) pela Contax, que foi concluído em 1 de julho de 2011, em resultado dos Conselhos de Administração e da Assembleia de Acionistas da Dedic, da CTX e da Contax terem aprovado as transações necessárias à conclusão desta operação. Em resultado destas transações, a participação direta e indireta da Portugal Telecom na CTX e na Contax aumentou de 42,0% para 44,0% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI passou a ser uma subsidiária integral da Contax e, consequentemente, deixou de ser consolidada pelo método integral, passando a estar reconhecida pelo método de equivalência patrimonial a partir de 1 de julho de 2011, juntamente com a Contax.

Com a adoção antecipada da IFRS 11 (Nota 4), a Portugal Telecom aplicou o método da equivalência patrimonial para o reconhecimento dos seus investimentos na CTX e na Contax. Conforme mencionado anteriormente, a IFRS 11 requer aplicação retrospectiva, o que resultou na reexpressão das demonstrações financeiras da Portugal Telecom do ano 2012, conforme explicado na Nota 4.

Em abril de 2011, dando seguimento à sua estratégia de internacionalização, a Contax concluiu a aquisição de 100% da Allus Global BPO Centre (Allus) pelo montante de 245 milhões de reais brasileiros. Consequentemente, os resultados da Contax, os quais são registados pelo método de equivalência patrimonial na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, incluem os resultados da Allus desde 1 de maio de 2011. A Allus é uma das maiores empresas prestadoras de serviços de contact centre na América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Perú, e atividades comerciais nos Estados Unidos da América e Espanha. Com esta aquisição, a Contax deu um importante passo para se tornar num dos mais completos prestadores globais de BPO (Business Process Outsourcing), dedicado a apoiar os seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

Em 27 de fevereiro de 2012, as Assembleias Gerais de acionistas da TNL, Telemar, Coari Participações (Coari) e Brasil Telecom S.A. (Brasil Telecom) aprovaram uma reorganização societária do Grupo Oi (a reorganização societária), no seguimento da qual a anterior estrutura societária composta pela TNL, Telemar, Coari e Brasil Telecom foi integrada na Brasil Telecom, a qual foi redenominada Oi, S.A. e passou a ser a única empresa do grupo cotada nos mercados de capitais do Brasil e dos Estados Unidos da América. Esta reorganização societária consistiu:

- Na incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
- Na fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir e tornando-se a Telemar subsidiária integral da Brasil Telecom;
- Na fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir;
- Numa bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, foram resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de reais brasileiros, situação que foi refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas transações, a Brasil Telecom reconheceu em 2011 este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de reais brasileiros a pagar ao seu anterior acionista controlador Coari Participações (49,3%), o qual era integralmente detido pela Telemar, e 762 milhões de reais brasileiros a pagar aos seus anteriores acionistas não controladores.

Em 9 de abril de 2012, no âmbito da reorganização societária acima explicada, a Oi pagou um montante total de 2,0 mil milhões de reais brasileiros relativamente ao exercício dos direitos de recesso pelos acionistas que o solicitaram. Também em 9 de abril de 2012, no âmbito da bonificação em ações resgatáveis da Brasil Telecom acima mencionada, a Oi, S.A. pagou aos seus anteriores acionistas não controladores antes das fusões um montante total de 762 milhões de reais brasileiros.

Após a conclusão da reorganização societária, a participação da Portugal Telecom no capital da Oi, S.A. era detida através de: (1) uma participação de 17,70% detida pela Telemar Participações, a qual se manteve como acionista controlador do Grupo Oi, com 56,43% dos direitos de voto da Oi, S.A.; (2) uma participação de 15,54% detida pela Portugal Telecom através da sua subsidiária integral Bratel Brasil, S.A.; e (3) duas participações de 4,54% detidas pela AG Telecom Participações, S.A. e pela LF Tel, S.A.. Consequentemente, a nova participação efetiva detida pela Portugal Telecom no Grupo Oi, o qual inclui atualmente 100% da Telemar e da Brasil Telecom e antes da reorganização incluía 100% da Telemar e 49,3% da Brasil Telecom, diminuiu da participação direta e indireta de 25,31% anteriormente detida na Telemar para uma participação direta e indireta de 23,25% na Oi, S.A. após a reorganização societária do Grupo Oi. A participação direta e indireta da Portugal Telecom na Telemar Participações (25,62%)

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

não sofreram qualquer alteração em resultado deste processo, a qual continua a ser classificada como empreendimento conjunto, reconhecida pelo método de equivalência patrimonial, conforme referido acima.

No âmbito da reorganização societária acima mencionada, a Portugal Telecom registou um ganho diretamente no capital próprio (antes de interesses não controladores) no montante de 61 milhões de euros, o qual reflete (1) um ganho de 252 milhões de euros correspondentes à redução no valor contabilístico dos interesses não controladores, explicado essencialmente por uma maior diferença entre o justo valor e o valor contabilístico da Telemar, em comparação com essa mesma diferença aplicável à Brasil Telecom, e (2) uma perda de 191 milhões de euros correspondente ao montante pago pela Oi de 2,0 mil milhões de reais brasileiros relativamente ao exercício dos direitos de recesso (211 milhões de euros), líquido do efeito em interesses não controladores (19 milhões de euros). Este ganho líquido de 61.296.212 euros inclui um montante de 12.060.381 euros reconhecido na rubrica “Ações próprias” (Nota 44.2) e um montante de 49.235.831 euros reconhecido na rubrica “Outras reservas e resultados acumulados” (Nota 44.5). Tendo em conta que esta reestruturação não envolveu a aquisição ou perda de controlo por qualquer das empresas envolvidas, uma vez que a Telemar Participações se manteve como acionista controlador e a Portugal Telecom manteve a sua posição de controlo conjunto sobre o Grupo Oi, esta transação foi reconhecida como uma transação de capital, com a redução nos interesses não controladores a ser registada como um ganho diretamente no capital próprio.

Em 2 de abril de 2013, a Contax concluiu uma reorganização societária no âmbito da sua migração para o Nível 2 de Governança Corporativa da Bovespa (Bolsa de Valores de São Paulo). O Nível 2 é um segmento de listagem destinado à negociação de ações emitidas por empresas que voluntariamente adotam práticas de governança corporativa específicas e comprometer-se à divulgação de informações adicionais para além dos níveis mínimos exigidos pela legislação brasileira. Sob esta reorganização societária, os acionistas da CTX, incluindo a Portugal Telecom, receberam um prémio em ações de 25% das ações ordinárias detidas na data da transação tendo a Contax absorvido o endividamento total da CTX. A Portugal Telecom aumentou a percentagem de participação na Contax, de 19,5% para 21,1%, em resultado desta reorganização. Como essa reestruturação resultou apenas numa troca de interesses entre controladores e não controladores nas demonstrações financeiras consolidadas da Contax, e como esta transação não alterou a participação da Portugal Telecom na CTX Participações (44,4%), o ganho decorrente desta transação no montante de Euro 13.260.000 foi reconhecido diretamente no capital próprio.

Em 1 de outubro de 2013, a Portugal Telecom, a Oi, a AG, a LF, a Bratel Brasil, a Pasa Participações S.A. (Pasa), a EDSP 75 Participações S.A. (EDSP 75) (que, juntamente com Telemar Participações são definidas como Holdings da Oi), o Banco Espírito Santo (BES) e a Nivalis Holding B.V. (Ongoing) assinaram a esta data um acordo de intenções (Memorando de Entendimentos), o qual define os princípios essenciais para uma proposta de fusão entre a PT, a Oi e as Holdings da Oi (tal como definido abaixo) com vista a constituírem uma única e integrada sociedade cotada brasileira (CorpCo). A operação de fusão é uma consequência natural da aliança industrial entre a Portugal Telecom e a Oi estabelecida em 2010, criando um operador de telecomunicações líder. De acordo com o referido acordo, esta reorganização societária envolve as seguintes etapas:

- A Oi propõe-se a realizar um aumento de capital no montante mínimo de 7,0 mil milhões de reais brasileiros (2,3 mil milhões de euros), e com um objetivo de 8,0 mil milhões de reais brasileiros (2,7 mil milhões de euros), com a finalidade de melhorar a flexibilidade do balanço da CorpCo; os acionistas da Telemar Participações e de um veículo de investimento gerido pelo Banco BTG Pactual S.A. (BTG Pactual) subscreverão aproximadamente 2,0 mil milhões de reais brasileiros (0,7 mil milhões de euros) do aumento de capital em dinheiro;
- Condicionado ao aumento de capital em dinheiro acima referido, a Portugal Telecom irá subscrever um aumento de capital em espécie na Oi no montante de aproximadamente 6,1 mil milhões de reais brasileiros (2,0 mil milhões de euros), a ser realizado integralmente através da contribuição de todas as ações detidas direta ou indiretamente pela Portugal Telecom nas entidades que detêm (i) todos os seus ativos operacionais, excluindo aqueles detidos direta ou indiretamente na Oi e Contax, e (ii) os respetivos passivos à data da contribuição; estes ativos líquidos irão ser sujeitos a uma avaliação por uma entidade independente, cujo relatório será submetido a uma Assembleia Extraordinária de Acionistas da Oi;
- A Portugal Telecom irá subscrever 4,8 mil milhões de reais brasileiros de debentures convertíveis em ações da AG e LF, montante que será utilizado pela AG e LF para reembolsar a sua dívida e subscrever debentures convertíveis a serem emitidas pela Telemar Participações, a qual por sua vez também utilizará esse montante para reembolsar a sua dívida;
- A Portugal Telecom irá trocar as suas participações na CTX e na Contax por ações a serem emitidas pela AG e LF, as quais a esta data irão deter apenas ações da Oi e Telemar Participações;

- Fusões da Bratel Brasil (subsidiária da Portugal Telecom que detém o investimento na Oi), AG e LF na Telemar Participações;
- Incorporação das ações da Oi na Telemar Participações, com a finalidade de a Oi se tornar subsidiária integral da Telemar Participações;
- Fusão da Portugal Telecom na Telemar Participações, com a Telemar Participações a ser a empresa sobrevivente; à data da fusão, estima-se que a Portugal Telecom não terá quaisquer outros ativos ou passivos materiais com exceção do investimento na Oi.

África

Em África, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados através da Africatel Holding BV (Africatel). O Grupo presta serviços em Angola, principalmente através da empresa associada Unitel, e na Namíbia, em Moçambique, Cabo Verde e São Tomé, entre outros países, principalmente através das suas empresas subsidiárias Mobile Telecommunications Limited (MTC), LTM – Listas Telefónicas de Moçambique (LTM), Cabo Verde Telecom e CST – Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL (CST).

Ásia

Na Ásia, o Grupo presta serviços fixos, móveis e outros serviços de telecomunicações relacionados essencialmente através da Timor Telecom.

Em 20 de junho de 2013, na sequência do acordo preliminar de 13 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um acordo definitivo para a alienação da sua participação de 28% no capital da CTM à Citic Telecom International Holdings Limited (CITIC Telecom), no montante total de 443,0 milhões de dólares, aproximadamente 335,7 milhões de euros (Nota 32.a). A CITIC Telecom e Portugal Telecom também assinaram um acordo de aliança estratégica em determinadas áreas de colaboração no setor de telecomunicações e na identificação de oportunidades de investimento em TIC, a fim de criar valor para os seus respetivos acionistas. Nos termos do presente acordo de aliança estratégica, CITIC Telecom irá selecionar Portugal Telecom como fornecedor estratégico de serviços de TIC do Grupo CITIC Telecom.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para emissão em 18 de fevereiro de 2014.

As demonstrações financeiras consolidadas são apresentadas em Euro, por esta ser a moeda funcional da Portugal Telecom e de uma parte significativa das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas denominadas em moeda estrangeira foram convertidas para euros de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 3.q.

As demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas pela União Europeia, incluindo todas as interpretações do International Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC) que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2013, aprovadas pela União Europeia (UE). Não foram identificadas diferenças entre as IFRS adotadas pela União Europeia e aplicadas pela Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2013 e as IFRS publicadas pelo International Accounting Standards Board em vigor à mesma data.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos reportados, bem como os proveitos e custos relativos aos períodos reportados (Nota 3).

a) Princípios de consolidação

Empresas controladas (Anexo I)

A Portugal Telecom consolidou integralmente as demonstrações financeiras de todas as empresas controladas. Considera-se existir controlo quando o Grupo está exposto, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes do seu envolvimento com a empresa participada e tem a capacidade de afetar esses mesmos retornos através do poder que exerce sobre essa empresa. Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades constituídas com um fim específico, ainda que não possua a maioria dos direitos de voto, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral.

A participação de terceiros no capital próprio e no resultado líquido das empresas incluídas na consolidação é apresentada separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira e na Demonstração Consolidada dos Resultados, respetivamente, na rubrica “Interesses não controladores” (Nota 21).

Os ativos, passivos e passivos contingentes de uma subsidiária são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como goodwill. Nos casos em que o custo de aquisição seja inferior ao justo valor dos ativos líquidos identificados, a diferença apurada é registada como ganho na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício. Os interesses de acionistas não controladores são apresentados pela respetiva proporção do justo valor dos ativos e passivos identificados.

Os resultados das empresas subsidiárias adquiridas ou vendidas durante o período estão incluídos na Demonstração Consolidada dos Resultados desde a data da sua aquisição ou até à data da sua alienação, respetivamente.

As transações e saldos entre empresas controladas são eliminados no processo de consolidação. As mais-valias decorrentes das transações entre empresas do Grupo são igualmente anuladas, no processo de consolidação.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas controladas, tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empreendimentos conjuntos

A classificação dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos é determinada com base na existência de acordos parassociais que demonstrem claramente a existência de controlo conjunto. De acordo com a IFRS 11, os investimentos em empreendimentos conjuntos são reconhecidos pelo método de equivalência patrimonial.

Os ativos, passivos e passivos contingentes de empreendimentos conjuntos resultantes da aquisição de participações em outras sociedades, são mensurados pelo valor justo na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é incluído no valor contabilístico do investimento.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras dos empreendimentos conjuntos tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

Empresas associadas (Anexo II)

Uma empresa associada é uma entidade na qual o Grupo exerce influência significativa, por ter o poder de participar nas decisões relativas às suas políticas financeiras e operacionais, mas não detém controlo ou controlo conjunto sobre essas políticas.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se registados pelo método da equivalência patrimonial, ajustado, quando aplicável, para respeitar as políticas contabilísticas da Portugal Telecom. De acordo com este método, as participações financeiras em empresas associadas são reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ao custo e são ajustadas

periodicamente pelo valor correspondente à participação nos resultados líquidos das mesmas, por contrapartida de resultados financeiros na rubrica “Ganhos em empresas participadas, líquidos” (Nota 33), e pelo valor correspondente à participação nas outras alterações no capital próprio dessas mesmas empresas associadas, por contrapartida de ganhos e perdas registados diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Adicionalmente, as participações financeiras poderão igualmente ser ajustadas pelo reconhecimento de perdas por imparidade.

As perdas em empresas associadas em excesso ao investimento nessas entidades não são reconhecidas, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos de cobrir essas perdas.

Os dividendos atribuídos pelas empresas associadas são registados como uma diminuição do respetivo valor dos investimentos financeiros, no momento em que são atribuídos.

Goodwill

O goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária, na respetiva data de aquisição, em conformidade com o estabelecido na IFRS 3 Concentrações Empresariais (IFRS 3). Atendendo à exceção prevista na IFRS 1 Primeira Adoção das IFRS, o Grupo aplicou as disposições da IFRS 3 apenas às aquisições ocorridas posteriormente a 1 de janeiro de 2004. Os valores de goodwill correspondentes a aquisições anteriores a 1 de janeiro de 2004 foram mantidos com base no valor contabilístico dessas operações, sendo sujeitos anualmente a testes de imparidade desde aquela data.

O goodwill relativo a investimentos em empresas sedeadas no estrangeiro encontra-se registado na moeda de reporte dessas filiais, sendo convertido para euros à taxa de câmbio em vigor na data da demonstração da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica “Ajustamentos de conversão cambial”.

O goodwill relativo a empresas subsidiárias é incluído na rubrica “Goodwill” (Nota 35), não sendo amortizado, mas sujeito a testes anuais de imparidade ou sempre que ocorram indícios de uma eventual perda de valor. Qualquer perda por imparidade é registada de imediato como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados do período e não é suscetível de reversão posterior. O goodwill relativo a empreendimentos conjuntos e empresas associadas é classificado juntamente com os respetivos investimentos financeiros nas rubricas “Investimentos em empreendimentos conjuntos” (Nota 30) e “Investimentos em empresas associadas” (Nota 33). Estes investimentos são também sujeitos a testes de imparidade.

Na alienação de uma empresa controlada, de um empreendimento conjunto ou de uma empresa associada, o goodwill correspondente é incluído na determinação da mais ou menos-valia.

b) Alterações ocorridas no Grupo

Exceto quanto à alienação do investimento na CTM concluída em junho de 2013 (Nota 32.a) não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, JULGAMENTOS E ESTIMATIVAS

Principais políticas contabilísticas

a) Classificação da Demonstração Consolidada da Posição Financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira são classificados como correntes. Os passivos são também classificados como correntes quando são liquidados a menos de um ano, ou quando não existe um direito incondicional de diferir a sua liquidação para um período de, pelo menos, 12 meses após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

b) Existências

As existências encontram-se valorizadas ao custo médio de aquisição. As existências são ajustadas por motivos de obsolescência tecnológica ou baixa rotação.

c) Ativos tangíveis

A Portugal Telecom utiliza o modelo de reavaliação para mensurar os imóveis e a rede de condutas, uma vez que entende que este método reflete de uma melhor forma o valor económico destas classes de ativos, tendo em conta a natureza dos ativos reavaliados, os quais não estão sujeitos a obsolescência tecnológica. O incremento de valor dos ativos tangíveis resultante destas reservas de reavaliação, não distribuíveis, está a ser amortizado de acordo com o critério utilizado na amortização dos bens reavaliados. A Portugal Telecom adotou uma política de revisão do montante reavaliado de três em três anos, ou sempre que indícios de uma desvalorização material destes ativos sejam identificados.

Os restantes ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido de amortizações acumuladas, subsídios ao investimento e perdas por imparidade, quando aplicável. O custo de aquisição inclui: (1) o preço de compra do ativo; (2) as despesas diretamente imputáveis à compra; e (3) os custos estimados de desmantelamento, remoção dos ativos e requalificação do local (Notas 3.g e 43). Decorrente da exceção prevista na IFRS 1, as reavaliações efetuadas aos ativos tangíveis em exercícios anteriores a 1 de janeiro de 2004, de acordo com os índices de atualização monetária previstos na legislação portuguesa, foram mantidas, designando-se esse valor reavaliado como valor de custo para efeitos da IFRS.

A amortização dos ativos tangíveis, deduzidos do seu valor residual, é realizada de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante a vida útil dos ativos, a qual é determinada em função da utilidade esperada. O período de amortização dos ativos tangíveis é revisto anualmente e ajustado sempre que necessário de modo a refletir as vidas úteis estimadas. As taxas de amortização usadas correspondem, em média, às seguintes vidas úteis estimadas:

	Anos
Edifícios e outras construções	3 - 50
Equipamento básico	
Instalações e equipamento de rede	7 - 40
Rede de condutas	40
Equipamento terminal	3 - 10
Cabos submarinos	15 - 20
Estações, equipamento e instalações de satélites	5 - 7
Outros equipamentos de telecomunicações	4 - 10
Outro equipamento básico	4 - 20
Equipamento de transporte	4 - 8
Ferramentas e utensílios	4 - 8
Equipamento administrativo	3 - 10
Outros ativos tangíveis	4 - 8

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, bem como as perdas por imparidade, são reconhecidas como uma dedução ao valor do ativo respetivo por contrapartida de resultados do período. Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo, quando incorridos. Os custos significativos incorridos com renovações ou melhorias significativas nos ativos tangíveis são capitalizados e amortizados no correspondente período estimado de recuperação desses investimentos, quando os mesmos possam ser mensurados de uma forma fiável.

Os ganhos e perdas nas alienações de ativos tangíveis, determinados pela diferença entre o valor de venda e o respetivo valor contabilístico, são contabilizados em resultados na rubrica “Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos”.

d) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e das perdas por imparidade, quando aplicável. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

Os ativos intangíveis incluem basicamente a aquisição da Rede Básica detida pela PT Comunicações, licenças detidas pela Meo, S.A., e licenças de utilização de software.

Os ativos intangíveis são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir do início do mês em que se encontram disponíveis para utilização, durante o período estimado de vida útil ou, se inferior, o período dos contratos (incluindo os períodos de renovação adicionais se aplicável), como segue:

Propriedade da rede básica detida pela PT Comunicações	Período da concessão (até 2025)
Licenças e concessões de telecomunicações:	
- Licença UMTS detida pela MEO	Período da licença com período de renovação (até 2030)
- Licença LTE detida pela MEO	Período da licença com período de renovação (até 2041)
Direitos de aquisição de capacidade de satélite	Período do contrato (até 2015)
Licenças de utilização de software	3 - 6 anos
Outros ativos intangíveis	3 - 8 anos

O período de renovação das licenças depende basicamente das empresas cumprirem determinados objetivos e obrigações pré-definidos nos acordos através dos quais essas licenças foram inicialmente atribuídas.

e) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento, incluídas na rubrica “Outros investimentos” (Nota 34), compreendem essencialmente imóveis e terrenos detidos para auferir rendimento e/ou valorização do capital, ou ambos, e não para utilização no decurso da atividade corrente dos negócios (exploração, serviços prestados ou vendas).

As propriedades de investimento são registadas ao custo de aquisição acrescido das despesas de compra e registo de propriedade, deduzidos de amortizações acumuladas (método de quotas constantes) e de perdas por imparidade acumuladas, quando aplicável. Os custos incorridos (manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades), a par dos rendimentos e rendas obtidos com propriedades de investimento, são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se referem.

As propriedades de investimento são amortizadas durante o período de vida expectável pelo método de quotas constantes (Nota 3.c).

f) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

As empresas do Grupo efetuam testes de imparidade dos seus ativos tangíveis e intangíveis sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de tal não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício a que se refere.

Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização) caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na Demonstração Consolidada dos Resultados.

Os ativos tangíveis registados de acordo com o modelo de reavaliação são periodicamente mensurados. Qualquer perda por imparidade nestes ativos é reconhecida como uma diminuição à reserva de reavaliação reconhecida inicialmente no capital próprio. As perdas por imparidade superiores no montante da reserva de reavaliação inicial são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados.

g) Provisões, passivos e passivos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente resultante de eventos passados, sendo provável que na liquidação dessa obrigação seja necessário um dispêndio de recursos internos e o montante da referida obrigação possa ser estimado com razoabilidade. Quando alguma destas condições não é preenchida, o Grupo procede à divulgação dos eventos como passivo contingente, a menos que a probabilidade de uma saída de recursos seja remota.

As provisões para reestruturação apenas são reconhecidas quando o Grupo tem um plano detalhado e formalizado para a reestruturação e após terem sido comunicados esses factos às entidades envolvidas.

As provisões são atualizadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, considerando a melhor estimativa obtida pelos órgãos de gestão.

As obrigações para os custos de desmantelamento, remoção de ativos e restauração do local são reconhecidas a partir do mês em que os bens começam a ser utilizados e se for possível estimar a respetiva obrigação com fiabilidade (Notas 3.c e 43). O montante da obrigação reconhecida corresponde ao respetivo valor presente, sendo a atualização financeira registada em resultados como custo financeiro na rubrica “Juros suportados, líquidos”.

h) Responsabilidades com complementos de pensão

No âmbito dos planos de benefícios definidos, a PT Comunicações e a PT Sistemas de Informação, S.A. (PT SI) são responsáveis por pagar complementos de pensão a alguns dos seus empregados. Para financiar estas obrigações, foram constituídos vários fundos pela PT Comunicações (Nota 14.1.1).

A fim de estimar as suas responsabilidades com os planos de benefícios definidos acima mencionados, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”. O Grupo regista os ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos, quando incorridos, na rubrica “Custos com redução de efetivos”.

As responsabilidades reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor atual das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos dos fundos.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

As contribuições efetuadas no âmbito dos planos de contribuição definida são registadas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados na data em que as mesmas são devidas. De acordo com estes planos, no caso de o fundo não ter ativos suficientes para pagar a todos os empregados os benefícios relacionados com os serviços prestados no ano corrente e em anos anteriores, o patrocinador não tem a obrigação legal ou construtiva de fazer contribuições adicionais.

i) Responsabilidades com cuidados de saúde

A PT Comunicações e a PT SI têm o compromisso de conceder a alguns dos seus empregados, bem como aos respetivos familiares elegíveis, cuidados de saúde a prestar após a idade da reforma, os quais configuram um plano de benefícios definidos. Este Plano de Saúde é gerido pela Portugal Telecom – Associação de Cuidados de Saúde (PT ACS), tendo em 2004 sido constituído um fundo autónomo para financiar estas responsabilidades (Nota 14.1.2), gerido pela PT Prestações – Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (PT Prestações).

A fim de estimar as suas responsabilidades com o pagamento dos referidos cuidados de saúde após a data de reforma, o Grupo obtém periodicamente cálculos atuariais das responsabilidades, determinadas de acordo com o “Método da Unidade de Crédito Projetada”. O Grupo regista os ganhos e perdas atuariais diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, nomeadamente os resultantes de alterações nos pressupostos atuariais e de diferenças entre os dados reais e esses mesmos pressupostos atuariais.

As alterações aos planos relativas a reduções ou aumentos de benefícios concedidos aos empregados são registadas como ganhos e perdas com serviços passados na rubrica “Custos com benefícios de reforma”. Os ganhos obtidos com a liquidação de um plano são reconhecidos quando incorridos na rubrica “Custos com redução de efetivos”.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As responsabilidades com cuidados de saúde reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira representam o valor presente das obrigações com os planos de benefícios definidos, deduzido do justo valor dos ativos do fundo constituído.

Os planos que apresentam um excesso de financiamento são registados como um ativo quando há uma autorização expressa para a sua compensação com as contribuições patronais futuras, ou se o reembolso desse excedente financeiro é expressamente autorizado ou permitido.

j) Pré-reforma e suspensões do contrato de trabalho

No âmbito dos programas de pré-reforma ou suspensão do contrato de trabalho, é reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira um passivo correspondente ao valor presente dos salários a pagar até à idade da reforma. O respetivo custo é registado na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica “Custos com redução de efetivos” (Nota 14.1.3).

k) Subsídios

Os subsídios governamentais concedidos pelo Estado Português e pela União Europeia são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe uma garantia razoável que irão ser recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração para formação de colaboradores são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados de acordo com os custos correspondentes incorridos. Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos, são deduzidos ao valor dos respetivos ativos (Nota 3.c).

l) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira quando o Grupo se torna parte na respetiva relação contratual.

i) Contas a receber (Notas 25 e 26)

Contas a receber, empréstimos atribuídos e outras contas a receber que tenham pagamentos fixos ou definidos e que não se encontrem cotados em mercados ativos são classificados como valores a receber ou empréstimos atribuídos.

As contas a receber não têm implícitos juros, sendo apresentadas pelo respetivo valor nominal, deduzidas de perdas de realização estimadas, calculadas essencialmente com base (a) na antiguidade do saldo a receber e (b) no perfil de crédito do devedor específico.

ii) Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são classificados de acordo com a substância contratual da transação e com a definição do passivo financeiro e instrumento de capital próprio. Os instrumentos de capital próprio são contratos que evidenciam um interesse residual nos ativos do Grupo após dedução dos passivos.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelas empresas do Grupo são registados pelo valor recebido, líquido de custos de emissão.

As obrigações convertíveis emitidas pela Portugal Telecom foram reconhecidas inicialmente em duas componentes: (i) o valor atual da dívida, estimado com base em taxas de juro de mercado para empréstimos não convertíveis com características semelhantes, reconhecido no passivo; e (ii) o valor de mercado da opção de conversão da obrigação em ações, por parte do detentor da obrigação, reconhecido diretamente no capital próprio. À data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, o passivo é registado pelo seu custo amortizado.

iii) Empréstimos bancários (Nota 38)

Os empréstimos bancários são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido das respetivas despesas com a emissão desses empréstimos. Os juros e outros encargos financeiros, calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, bem como prémios pagos antecipadamente, são contabilizados de acordo com o princípio de especialização dos exercícios.

iv) Contas a pagar (Nota 39)

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, que é substancialmente equivalente ao seu justo valor.

v) Instrumentos financeiros derivados e contabilidade de cobertura (Nota 45)

As atividades do Grupo estão essencialmente expostas a riscos financeiros decorrentes de variações nas taxas de câmbio e nas taxas de juro. O Grupo tem como política recorrer a instrumentos financeiros derivados com o objetivo de efetuar cobertura daqueles riscos financeiros, sujeitos a análise económica detalhada e aprovação por parte da Comissão Executiva.

Os instrumentos financeiros derivados são inicialmente mensurados ao seu justo valor na data de contratação, sendo reavaliados subsequentemente pelo respetivo justo valor na data de cada Demonstração Consolidada da Posição Financeira.

A designação de um instrumento financeiro derivado como sendo um instrumento de cobertura obedece às disposições do IAS 39. Atualmente, para efeitos contabilísticos, a Portugal Telecom classifica os seus instrumentos financeiros derivados como de cobertura de justo valor e de fluxos de caixa.

As variações no justo valor dos instrumentos derivados designados como de cobertura de justo valor, bem como as alterações no justo valor do ativo ou passivo sujeito àquele risco, são reconhecidas como resultado financeiro do exercício.

As variações no justo valor dos instrumentos financeiros derivados designados como cobertura de fluxos de caixa são registadas diretamente no capital próprio, na sua componente efetiva, e em resultados financeiros, na sua componente não efetiva. Os valores registados no capital próprio são transferidos para resultados financeiros no período em que o item coberto tiver igualmente efeito em resultados.

Os instrumentos financeiros derivados que, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão de risco do Grupo, não cumpram todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, são classificados como “derivados detidos para negociação” e as respetivas variações no justo valor são registadas na Demonstração Consolidada dos Resultados do exercício em que ocorrem.

vi) Ações próprias (Nota 44)

As ações próprias são contabilizadas pelo seu valor de aquisição como uma redução do capital próprio na rubrica “Ações próprias”, e os ganhos ou perdas inerentes à sua alienação são registados em “Resultados acumulados”.

Os equity swaps sobre ações próprias que incluam uma opção de exercício físico executável pela Portugal Telecom, são reconhecidos como um passivo financeiro por contrapartida da redução de capital próprio, e registados de forma similar a uma aquisição de ações próprias, na data de celebração do contrato.

As ações da Portugal Telecom adquiridas por alguma das suas empresas afiliadas são reconhecidas em ações próprias ao custo de aquisição de acordo com a percentagem de participação da Empresa na entidade que adquiriu essas ações.

vii) Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo (Nota 24)

Os montantes incluídos na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outros, vencíveis em ou a menos de três meses e que possam ser imediatamente mobilizáveis e com risco insignificante de alteração de valor. A rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” inclui também depósitos de clientes e outras entidades que ainda não foram compensados. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de “Caixa e equivalentes de caixa” compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica de “Dívida de curto prazo”, quando aplicável.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os investimentos de curto prazo compreendem investimentos efetuados com o objetivo de gerar rendimento, razão pela qual não foram classificados como equivalentes de caixa.

viii) Operações de Qualified Technological Equipment

O Grupo celebrou em exercícios anteriores operações de Qualified Technological Equipment (QTE), pelas quais alienou a determinados investidores um conjunto de equipamentos de telecomunicações. Em simultâneo, esses investidores celebraram contratos de locação dos equipamentos com entidades constituídas especificamente para o efeito, as quais celebraram com o Grupo contratos de venda condicional dos mesmos equipamentos. O Grupo mantém legalmente a posse dos equipamentos envolvidos.

Estas operações configuram um sale and lease-back, pelo que os equipamentos continuavam registados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira. As empresas constituídas no âmbito destas operações foram consolidadas integralmente nas demonstrações financeiras, dado o Grupo ter obtido a maioria dos benefícios económicos gerados por estas entidades no decorrer das suas atividades e, conseqüentemente, ter estado exposto ao risco resultante das atividades dessas entidades. Assim, a Portugal Telecom registou um ativo corrente e não corrente pelo montante da venda do equipamento e um passivo corrente e não corrente pelo montante das rendas vincendas.

m) Trabalhos para a própria empresa

Os custos internos (materiais, mão de obra e transportes) incorridos na produção de ativos tangíveis são objeto de capitalização apenas quando sejam preenchidos os seguintes requisitos:

- Os ativos tangíveis desenvolvidos são identificáveis;
- Existe forte probabilidade de que os ativos tangíveis venham a gerar benefícios económicos futuros;
- Os custos de desenvolvimento são mensuráveis de forma fiável.

A contrapartida na Demonstração Consolidada dos Resultados é registada através da redução dos correspondentes custos operacionais, não sendo reconhecidas quaisquer margens geradas internamente. Quando não são preenchidas as condições acima descritas, os custos incorridos são contabilizados na Demonstração Consolidada dos Resultados como custos do exercício em que ocorrem.

Os custos incorridos na fase de pesquisa são reconhecidos em resultados como custo, no período em que ocorrem.

n) Locações (a empresa como locatária)

Os contratos de locação são classificados como locações financeiras se, através deles, forem transferidos para o locatário substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse dos ativos correspondentes. Os restantes contratos de locação são classificados como locações operacionais (Nota 12). A classificação das locações é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades para com o locador, são contabilizados pelo método financeiro, de acordo com o plano financeiro contratual (Nota 38). Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as amortizações dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados do período a que respeitam.

Nas locações consideradas como operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na Demonstração Consolidada dos Resultados numa base linear durante o período do contrato de locação (Nota 12).

o) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do período é reconhecido de acordo com o preconizado pela IAS 12 Impostos sobre o Rendimento (IAS 12), sendo composto por imposto corrente e imposto diferido.

A Portugal Telecom encontra-se abrangida pelo regime de tributação pelo lucro consolidado (atualmente designado por regime

especial de tributação dos grupos de sociedades), o qual abrange todas as empresas em que a Portugal Telecom participa, direta ou indiretamente, em pelo menos 90% do respetivo capital social e que, simultaneamente, sejam residentes em Portugal e tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC). As restantes empresas participadas, não abrangidas pelo regime especial de tributação do Grupo Portugal Telecom, são tributadas individualmente, com base nas respetivas matérias coletáveis e nas taxas de imposto aplicáveis.

Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do período, para além do imposto corrente é ainda considerado o efeito do imposto diferido, calculado com base na diferença entre o valor contabilístico dos ativos e passivos em determinado momento e o correspondente valor para efeitos fiscais.

Os passivos por impostos diferidos são geralmente reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis, e os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada uma revisão desses ativos por impostos diferidos, sendo os mesmos reduzidos sempre que deixe de ser provável a sua utilização futura.

O montante de imposto a incluir, quer no imposto corrente, quer no imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos diretamente no capital próprio, é registado diretamente nestas mesmas rubricas. Deste modo, o impacto de alterações na taxa de imposto também é reconhecido no resultado líquido, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente ao capital próprio, caso em que esse impacto também é reconhecido diretamente no capital próprio.

p) Rédito

As receitas da atividade de telecomunicações fixas são registadas pelo seu valor bruto no momento da prestação do serviço e faturadas numa base mensal ao longo do mês. Os valores não faturados a clientes ou não faturados por outros operadores, mas vencidos ou incorridos à data das demonstrações financeiras consolidadas, são registados com base em estimativas. As diferenças entre os valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

A repartição de receitas dos serviços de telecomunicações internacionais é efetuada com base nos registos de tráfego do país de origem e nas taxas de repartição fixadas mediante acordos celebrados com os vários operadores de telecomunicações. Compete ao operador de origem do tráfego a apresentação do crédito ao operador do país de destino e, se aplicável, aos operadores dos países de trânsito.

As receitas de aluguer de equipamento terminal são registadas como locação operacional no período a que respeitam, como receitas operacionais.

As receitas dos serviços de Internet Service Provider (ISP) resultam fundamentalmente de assinaturas mensais. Estas receitas são reconhecidas no período em que o serviço é prestado.

As receitas dos serviços de televisão por subscrição e de telecomunicações móveis resultam essencialmente de e são reconhecidas como segue:

Natureza da receita	Rubrica	Momento do Reconhecimento
Assinatura mensal pela utilização do serviço	Prestação de serviços	No momento da prestação do serviço
Aluguer de equipamento	Prestação de serviços	No período do aluguer
Utilização da rede	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Tráfego de interligação	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Roaming	Prestação de serviços	No mês da prestação do serviço
Cartões pré-pagos	Prestação de serviços	No momento da prestação do serviço
Banda larga móvel	Prestação de serviços	No momento da prestação do serviço
Equipamentos terminais e acessórios	Vendas de mercadorias	No momento da venda
Penalidades impostas aos clientes	Outras receitas	No momento do recebimento

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As receitas provenientes da venda de produtos ou serviços compostos são imputadas a cada um dos seus componentes de acordo com o seu respetivo valor de mercado e reconhecidas separadamente, de acordo com os critérios definidos para cada um desses componentes.

O Grupo opera programas de fidelização para alguns dos seus clientes, ao abrigo dos quais, em função do consumo, os clientes têm direito a pontos de fidelização que podem ser trocados por equipamentos, acessórios e descontos em subseqüentes aquisições de serviços de telecomunicações. A Portugal Telecom contabiliza estas transações como transações contendo múltiplos elementos, pelo que o montante recebido inicialmente é alocado entre a receita relativa ao tráfego consumido e os pontos que o cliente obteve. Desta forma, a receita diferida é reconhecida quando os pontos são consumidos ou perdem a validade.

q) Saldos e transações em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio da data da transação. Na data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, é efetuada a atualização cambial de ativos e passivos, aplicando a taxa de fecho. As diferenças cambiais daí resultantes são reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados do período em que foram determinadas. As variações cambiais geradas em itens não monetários, incluindo o goodwill, e em itens monetários que constituam extensão do investimento e cujo reembolso não seja previsível num futuro próximo, são reconhecidos diretamente no capital próprio na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", sendo apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A conversão para euros de demonstrações financeiras de empresas participadas denominadas em moeda estrangeira é efetuada considerando as seguintes taxas de câmbio:

- Taxa de câmbio vigente à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, para a conversão dos ativos e passivos;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão das rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados;
- Taxa de câmbio média do período, para a conversão dos fluxos de caixa (nos casos em que essa taxa de câmbio se aproxime da taxa real, sendo que para os restantes fluxos de caixa é utilizada a taxa de câmbio da data das operações);
- Taxa de câmbio histórica, para a conversão das rubricas do capital próprio.

As diferenças de câmbio originadas na conversão são incluídas no capital próprio, na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial", e são apresentadas na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. De acordo com a IAS 21, quando ocorre uma redução do investimento da Portugal Telecom numa entidade estrangeira, através da venda ou reembolso de capital, o efeito acumulado dos ajustamentos de conversão cambial é transferido para a Demonstração Consolidada de Resultados, de forma proporcional à redução ocorrida no investimento.

O Grupo optou por utilizar a exceção prevista na IFRS 1, transferindo o montante relativo a variações cambiais acumuladas até à data da transição, contabilizado na rubrica de "Ajustamentos de conversão cambial" em 1 de janeiro de 2004, para a rubrica de "Resultados transitados". A partir de 1 de janeiro de 2004, o Grupo começou a registar diretamente no capital próprio as variações cambiais permitidas pelas IFRS, passando as variações cambiais geradas após a data de transição a ser reconhecidas na Demonstração Consolidada dos Resultados apenas na data da alienação dos respetivos investimentos financeiros ou quando se verifica o reembolso do investimento efetuado.

r) Encargos financeiros com empréstimos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como custo quando incorridos. O Grupo não capitaliza os encargos financeiros, ainda que relacionados com empréstimos incorridos na aquisição, construção ou produção de um ativo, nos casos em que o período de construção dos ativos tangíveis e intangíveis é relativamente curto.

s) Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

A Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa é preparada de acordo com a IAS 7, através do método direto. O Grupo classifica na rubrica "Caixa e equivalentes de caixa" os investimentos vencíveis a menos de três meses e para os quais o risco de alteração de valor é

insignificante. Para efeitos da Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira na rubrica “Dívida de curto prazo”.

Os fluxos de caixa são classificados na Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa, dependendo da sua natureza, em (1) atividades operacionais; (2) atividades de investimento; e (3) atividades de financiamento. As atividades operacionais englobam essencialmente os recebimentos de clientes, e os pagamentos a fornecedores, ao pessoal, de benefícios de reforma, de imposto sobre o rendimento e de impostos indiretos líquidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, aquisições e alienações de investimentos financeiros, dividendos recebidos de empresas associadas e recebimentos e pagamentos decorrentes da compra e venda de ativos imobilizados. Os fluxos de caixa relacionados com as atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos, pagamentos relacionados com juros e despesas relacionadas, a aquisição de ações próprias e pagamentos de dividendos.

t) Eventos subsequentes (Nota 50)

Os eventos ocorridos após a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira que afetem o valor dos ativos e passivos existentes à data da referida demonstração são considerados na preparação das demonstrações financeiras do período. Esses eventos, se significativos, são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas.

Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as IFRS, o Conselho de Administração da Portugal Telecom utiliza estimativas e pressupostos que afetam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes reportados. As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência de eventos passados e noutros fatores, incluindo expectativas relativas a eventos futuros considerados prováveis face às circunstâncias em que as estimativas são baseadas ou resultado de uma informação ou experiência adquirida. As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas são como segue:

a) Benefícios de reforma – O valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma é calculado com base em metodologias atuariais, as quais utilizam determinados pressupostos atuariais. Quaisquer alterações desses pressupostos terão impacto no valor contabilístico das responsabilidades. Os principais pressupostos atuariais utilizados no cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma estão descritos na Nota 14. A Empresa tem como política rever periodicamente os principais pressupostos atuariais, caso o seu impacto seja material nas demonstrações financeiras.

b) Análise de imparidade do goodwill – A Portugal Telecom testa anualmente o goodwill com o objetivo de verificar se o mesmo está em imparidade. Os valores recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados com base na metodologia do valor em uso. A utilização deste método requer a estimativa de fluxos de caixa futuros provenientes das operações de cada unidade geradora de caixa, a escolha de uma taxa de crescimento para extrapolar as projeções de fluxos de caixa esperados e a estimativa de uma taxa de desconto apropriada para cada unidade geradora de caixa. Os principais pressupostos utilizados na análise de imparidade do goodwill estão descritos na Nota 35.

c) Valorização e vida útil de ativos intangíveis e tangíveis – A Portugal Telecom utiliza diversos pressupostos na estimativa dos fluxos de caixa futuros provenientes dos ativos intangíveis adquiridos como parte de processos de aquisição de empresas, entre os quais a estimativa de receitas futuras, taxas de desconto e vida útil dos referidos ativos. A Portugal Telecom também utilizou estimativas para determinar a vida útil dos seus ativos tangíveis (Nota 3.c).

d) Reconhecimento de provisões e ajustamentos – A Portugal Telecom é parte em diversos processos judiciais em curso para os quais, com base na opinião dos seus advogados, efetuou um julgamento para determinar o reconhecimento de eventual provisão para fazer face a essas contingências (Nota 49). Os ajustamentos para contas a receber são calculados essencialmente com base na antiguidade das contas a receber, o perfil de risco dos clientes e a situação financeira dos mesmos. As estimativas relacionadas com os ajustamentos para contas a receber diferem de negócio para negócio.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

e) Determinação do valor de mercado dos instrumentos financeiros – A Portugal Telecom escolhe o método de avaliação que considera apropriado para os instrumentos financeiros não cotados num mercado ativo com base no seu melhor conhecimento do mercado e dos ativos, aplicando as técnicas de avaliação usualmente utilizadas no mercado e usando pressupostos com base em taxas de mercado. Os instrumentos financeiros para os quais não existem valores cotados em mercados ativos encontram-se divulgados na Nota 45.3.

f) Determinação do valor de mercado dos ativos reavaliados – A Portugal Telecom utiliza o modelo da reavaliação para mensurar o valor contabilístico de determinadas classes de ativos tangíveis. Para determinar o valor reavaliado desses ativos, a Empresa utilizou o método do custo de reposição no caso da rede de condutas e o valor de mercado no caso dos imóveis. Estes métodos implicaram a utilização de determinados pressupostos relativos ao custo de construção das condutas e de indicadores específicos relacionados com o mercado imobiliário, conforme explicado em maior detalhe na Nota 37.

g) Impostos diferidos – O Grupo reconhece e liquida o imposto sobre o rendimento com base nos resultados das operações apurados de acordo com a legislação societária local, considerando os preceitos da legislação fiscal, os quais são significativamente diferentes dos valores calculados de acordo com as IFRS. De acordo com a IAS 12, a empresa reconhece os ativos e passivos por impostos diferidos com base na diferença existente entre o valor contabilístico e as bases fiscais dos ativos e passivos. A Empresa analisa periodicamente a recuperabilidade dos ativos por impostos diferidos e reconhece uma perda por imparidade sempre que seja provável que esses ativos não sejam realizáveis, com base em informação histórica sobre o lucro tributável, na projeção do lucro tributável futuro e no tempo estimado de reversão das diferenças temporais. Estes cálculos requerem o uso de estimativas e pressupostos, sendo que a aplicação de diferentes estimativas e pressupostos poderia resultar no reconhecimento de uma provisão para redução do valor recuperável de todo ou parte significativa dos ativos por impostos diferidos.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas, no entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. Conforme disposto na IAS 8, alterações a estas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas, são corrigidas em resultados de forma prospectiva.

4. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS E ESTIMATIVAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a Empresa adotou as seguintes normas ou normas revistas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e aprovadas pela UE, dos quais apenas a IFRS 11 “Empreendimentos Conjuntos” e a IAS 19 “Benefícios dos Empregados” tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações à IFRS 7 “Divulgações - Compensação de instrumentos financeiros”, as quais exigem divulgações adicionais em relação à compensação de ativos e passivos financeiros;
- IFRS 10 “Demonstrações Financeiras Consolidadas”, emitida em maio de 2011, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma disponibiliza igualmente orientações para determinar a existência de controlo. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 “Consolidação – Entidades com Finalidade Especial” e na IAS 27 “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais”;
- IFRS 11 “Empreendimentos Conjuntos” emitida maio de 2011, a qual classifica os acordos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como empreendimentos conjuntos (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nos empreendimentos conjuntos, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma substitui a IAS 31 “Interesses em Empreendimentos Conjuntos” e a SIC 13 “Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Ventures”. Com a adoção desta nova norma, a Portugal Telecom deixou de consolidar proporcionalmente os seus investimentos em empreendimentos conjuntos, nomeadamente a Oi e a Contax. Os impactos da adoção desta norma encontram-se detalhados mais adiante nesta nota;
- IFRS 12 “Divulgação de Participações em Outras Entidades” emitida em maio de 2011, a qual é aplicável a entidades com

participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas, e vem estabelecer os objetivos de divulgação e especificar o nível mínimo de informações a divulgar pela entidade para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras;

- Alterações às normas IAS 27 “Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais” e IAS 28 “Investimentos em Associadas” emitidas em maio de 2011, as quais decorrem das novas normas acima referidas que foram emitidas na mesma data;
- IFRS 13 “Mensuração a Valor de Mercado” emitida em maio de 2011, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado de acordo com as IFRS. O valor de mercado é definido como o “preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração”;
- Alterações à IAS 1 “Apresentação de Demonstrações Financeiras” emitidas em junho de 2011, as quais vêm requerer divulgações adicionais sob os itens que compõem a Demonstração do Rendimento Integral para que estes itens sejam agrupados em duas categorias: (1) itens que posteriormente não são reclassificados para o resultado líquido; e (2) itens posteriormente reclassificáveis para o resultado líquido;
- Alterações à IAS 19 “Benefícios aos Empregados” emitidas em junho de 2011, as quais incluem essencialmente: (1) a eliminação da opção do reconhecimento diferido dos ganhos e perdas atuariais, conhecido como o “método de corredor”, o que se traduz no reconhecimento obrigatório dos ganhos e perdas atuariais diretamente na demonstração consolidada do rendimento integral; esta alteração não produziu qualquer efeito nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom uma vez que a política contabilística da Empresa já estava em consonância com o tratamento obrigatório incluído na norma revista; (2) a alteração na forma de cálculo do retorno esperado dos ativos do plano, o qual passa a ser efetuado com base nas taxas de desconto utilizadas para calcular o valor presente das responsabilidades com benefícios de reforma, em vez da taxa esperada de retorno de longo prazo dos ativos dos planos, previamente estimada; o impacto desta alteração nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom resultou num menor retorno esperado sobre os ativos (agora apresentado numa base líquida como custo financeiro líquido) e, conseqüentemente, num aumento dos custos com benefícios de reforma, uma vez que as taxas de desconto utilizadas pela Empresa eram inferiores à taxa de retorno de longo prazo, anteriormente estimada em 6%; (3) o reconhecimento imediato e obrigatório dos ganhos ou perdas com serviços passados, em resultado do qual com a adoção desta norma revista a Portugal Telecom reconheceu os ganhos com serviços passados que tinha diferido anteriormente ao abrigo da versão anterior da IAS 19, com efeitos desde 1 de janeiro de 2012; (4) a simplificação da apresentação das alterações nos ativos e passivos resultantes de planos de benefícios definidos, incluindo remensurações a serem apresentadas na Demonstração do Rendimento Integral, separando-as das alterações que podem ser vistas como o resultado das operações do dia-a-dia da empresa; e (5) a introdução de novos requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos, prestando melhor informação acerca das características desses planos e dos riscos a que as entidades estão expostas quando participam nos mesmos. Os impactos da adoção desta norma encontram-se detalhados mais adiante nesta nota.

O IASB emitiu as seguintes normas, normas revistas ou interpretações que ainda não foram adotadas pela União Europeia e cuja data de adoção obrigatória definida pelo IASB ocorre, na maioria dos casos, apenas em exercícios subsequentes:

- Alterações à IAS 32 “Instrumentos Financeiros: Apresentação” emitidas em dezembro de 2011, as quais vêm definir os requisitos de divulgação relativamente à compensação de ativos e passivos financeiros. Estas alterações à IAS 32 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e a Portugal Telecom não estima qualquer impacto material decorrente da adoção desta norma revista;
- IFRS 9 “Instrumentos Financeiros” emitida em novembro de 2009, a qual introduz novos requisitos para a classificação e mensuração de ativos financeiros. Subseqüentemente, em outubro de 2010, a IFRS 9 foi alterada de modo a incluir os requisitos para a classificação e mensuração de passivos financeiros e para o desreconhecimento dos mesmos. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2015;
- Alterações à IAS 36 “Imparidade de Ativos” emitidas em maio de 2013, as quais clarificam que as divulgações exigidas relativas a informação sobre o valor recuperável de ativos sobre os quais foi reconhecida uma perda por imparidade é aplicável apenas em situações em que esse valor recuperável é baseado no justo valor deduzido de custos de venda. Estas alterações à IAS 36 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e a Portugal Telecom não estima qualquer impacto material decorrente da adoção desta norma revista;

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- IFRIC 21 emitida em maio de 2013, a qual fornece uma orientação sobre quando se deve reconhecer um passivo decorrente de taxas fiscais impostas pelo governo, aplicável quer a taxas reconhecidas de acordo com a IAS 37 “Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes” como também a situações em que o momento e o montante da taxa são certos;
- Alterações à IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração” emitidas em junho de 2013, as quais preveem algumas exceções à obrigatoriedade de terminar a contabilidade de cobertura quando um instrumento financeiro é reformulado para uma contraparte central ou uma entidade atuando na mesma capacidade e em circunstâncias idênticas. Estas alterações à IAS 39 são aplicáveis para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 e a Portugal Telecom não estima qualquer impacto material decorrente da adoção desta norma revista.

A Portugal Telecom adotou antecipadamente o conjunto de 5 normas emitidas pelo IASB em maio de 2011 (IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e versões revistas da IAS 27 e IAS 28), embora a sua aplicação na UE fosse obrigatória apenas a partir de 1 de janeiro de 2014. A Empresa divulga as suas demonstrações financeiras consolidadas também na Bolsa de New York, onde a adoção destas normas é obrigatória desde 1 de janeiro de 2013. Consequentemente, de modo a evitar a existência de dois conjuntos de demonstrações financeiras e garantir a comparabilidade e transparência da informação em ambas as bolsas de valores onde a Portugal Telecom está cotada, a Empresa decidiu proceder à adoção antecipada das normas acima referidas, nomeadamente a IFRS 11 que teve um impacto material nas suas demonstrações financeiras consolidadas. Os impactos da adoção da IFRS 11 consistiram em reconhecer os investimentos em empreendimentos conjuntos pelo método da equivalência patrimonial, aplicável fundamentalmente à Oi, Contax e seus acionistas controladores, os quais anteriormente à adoção desta norma eram consolidados pelo método proporcional, conforme opção permitida pela IAS 31. Informação financeira resumida relativamente aos investimentos em empreendimentos conjuntos encontra-se divulgada na Nota 30.

Em resultado da adoção da versão revista da IAS 19 e da adoção da IFRS 11, foram efetuadas as seguintes alterações às Demonstrações Consolidadas da Posição Financeira em 31 de dezembro e 1 de janeiro de 2012 anteriormente reportadas e às Demonstrações Consolidadas dos Resultados e dos Fluxos de Caixa anteriormente reportadas para o exercício findo a 31 de dezembro de 2012:

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 31 de dezembro de 2012

(euros)

	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Adoção da versão revista da IAS 19	Adoção da IFRS 11	Demonstração reexpressa
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	2.507.099.156	-	(518.302.018)	1.988.797.138
Investimentos de curto prazo	880.194.809	-	(254.197.021)	625.997.788
Contas a receber	2.012.119.483	-	(815.458.446)	1.196.661.037
Impostos a recuperar	476.146.140	-	(404.456.984)	71.689.156
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	2.980.060.568	2.980.060.568
Investimentos em empresas participadas	408.274.726	-	(1.456.742)	406.817.984
Goodwill	1.449.387.000	-	(1.023.711.831)	425.675.169
Ativos intangíveis	3.640.126.087	-	(2.882.599.527)	757.526.560
Ativos tangíveis	6.018.873.354	-	(2.440.001.908)	3.578.871.446
Ativos por impostos diferidos	1.184.140.639	(3.738.674)	(620.001.153)	560.400.812
Depósitos judiciais	1.150.273.677	-	(1.150.273.677)	-
Outros ativos	369.107.946	-	(132.548.188)	236.559.758
Total do ativo	20.095.743.017	(3.738.674)	(7.262.946.927)	12.829.057.416
Passivo				
Dívida bruta	11.098.505.875	-	(3.723.370.855)	7.375.135.020
Contas a pagar	1.263.243.056	-	(581.249.152)	681.993.904
Acréscimos de custos	792.816.394	-	(303.283.750)	489.532.644
Proveitos diferidos	337.279.573	-	(70.709.152)	266.570.421
Impostos a pagar	758.263.890	-	(676.346.383)	81.917.507
Provisões	781.899.784	-	(681.693.990)	100.205.794
Benefícios de reforma	932.835.606	(14.954.706)	(82.513.773)	835.367.127
Passivos por impostos diferidos	922.009.795	-	(651.618.649)	270.391.146
Outros passivos	354.844.730	-	(164.157.819)	190.686.911
Total do passivo	17.241.698.703	(14.954.706)	(6.934.943.523)	10.291.800.474
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.293.366.564	11.216.032	-	2.304.582.596
Interesses não-controladores	560.677.750	-	(328.003.404)	232.674.346
Total do capital próprio	2.854.044.314	11.216.032	(328.003.404)	2.537.256.942
Total do capital próprio e do passivo	20.095.743.017	(3.738.674)	(7.262.946.927)	12.829.057.416

DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
CONSOLIDADAS

14

Demonstração Consolidada da Posição Financeira em 1 de janeiro de 2012

(euros)

	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Adoção da versão revista da IAS 19	Adoção da IFRS 11	Demonstração reexpressa
Ativo				
Caixa e equivalentes de caixa	4.930.012.396	-	(1.287.932.720)	3.642.079.676
Investimentos de curto prazo	738.112.198	-	(275.305.897)	462.806.301
Contas a receber	1.936.291.149	-	(815.247.586)	1.121.043.563
Impostos a recuperar	430.907.392	-	(343.375.166)	87.532.226
Investimentos em empreendimentos conjuntos	-	-	3.509.603.960	3.509.603.960
Investimentos em empresas participadas	533.444.415	-	(914.268)	532.530.147
Goodwill	1.503.189.189	-	(1.150.199.178)	352.990.011
Ativos intangíveis	4.126.609.728	-	(3.325.891.061)	800.718.667
Ativos tangíveis	6.228.622.568	-	(2.572.513.900)	3.656.108.668
Ativos por impostos diferidos	1.247.784.040	(4.191.011)	(653.103.922)	590.489.107
Depósitos judiciais	1.084.083.163	-	(1.084.083.163)	-
Outros ativos	417.335.203	-	(108.949.931)	308.385.272
Total do ativo	23.176.391.441	(4.191.011)	(8.107.912.832)	15.064.287.598
Passivo				
Dívida bruta	12.280.958.636	-	(3.882.105.508)	8.398.853.128
Contas a pagar	1.446.195.757	-	(536.047.757)	910.148.000
Acréscimos de custos	922.779.134	-	(361.397.165)	561.381.969
Proveitos diferidos	299.352.137	-	(63.320.188)	236.031.949
Impostos a pagar	726.151.702	-	(648.312.769)	77.838.933
Provisões	941.008.144	-	(839.490.260)	101.517.884
Benefícios de reforma	1.004.065.628	(16.764.043)	(73.680.894)	913.620.691
Passivos por impostos diferidos	1.052.457.228	-	(775.750.367)	276.706.861
Outros passivos	761.250.318	-	(235.934.923)	525.315.395
Total do passivo	19.434.218.684	(16.764.043)	(7.416.039.831)	12.001.414.810
Capital próprio excluindo interesses não-controladores	2.828.069.784	12.573.032	-	2.840.642.816
Interesses não-controladores	914.102.973	-	(691.873.001)	222.229.972
Total do capital próprio	3.742.172.757	12.573.032	(691.873.001)	3.062.872.788
Total do capital próprio e do passivo	23.176.391.441	(4.191.011)	(8.107.912.832)	15.064.287.598

Demonstração Consolidada dos Resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012

(euros)

	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Adoção da versão revista da IAS 19	Adoção da IFRS 11	Demonstração reexpressa
Receitas totais	6.598.804.838	-	(3.519.844.874)	3.078.959.964
Custos, perdas e (ganhos)				
Custos com o pessoal	1.102.367.005	-	(688.741.233)	413.625.772
Custos diretos dos serviços prestados	1.092.366.255	-	(634.971.908)	457.394.347
Custo das mercadorias vendidas	183.068.741	-	(44.970.059)	138.098.682
Marketing e publicidade	124.445.803	-	(52.283.063)	72.162.740
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	1.475.205.400	-	(834.611.618)	640.593.782
Impostos indiretos	247.031.379	-	(203.268.892)	43.762.487
Provisões e ajustamentos	105.578.423	-	(82.311.170)	23.267.253
Amortizações e depreciações	1.390.645.957	-	(625.387.911)	765.258.046
Custos com benefícios de reforma	58.309.755	5.669.380	(6.438.817)	57.540.318
Custos com redução de efetivos	2.077.178	289.628	-	2.366.806
Outros custos operacionais, líquidos	(41.443.071)	-	14.555.523	(26.887.548)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	859.152.013	(5.959.008)	(361.415.726)	491.777.279
Juros suportados, líquidos	498.835.624	-	(285.821.043)	213.014.581
Ganhos em entidades controladas conjuntamente, líquidos	-	-	3.011.998	3.011.998
Ganhos em empresas participadas, líquidos	(209.674.551)	-	(599.033)	(210.273.584)
Outras despesas financeiras, líquidas	96.768.761	-	(46.440.248)	50.328.513
Imposto sobre o rendimento	147.604.824	(1.489.753)	(20.506.980)	125.608.091
Resultado líquido	325.617.355	(4.469.255)	(11.060.420)	310.087.680
Atribuível a interesses não-controladores	95.344.319	-	(11.060.420)	84.283.899
Atribuível a accionistas da Portugal Telecom	230.273.036	(4.469.255)	-	225.803.781
Resultado líquido por ação atribuível a accionistas da Portugal Telecom				
Básico	0,27	(0,01)	-	0,26
Diluído	0,27	(0,01)	-	0,26

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa do exercício findo em dezembro de 2012

(euros)

	Demonstração antes dos efeitos da reexpressão	Adoção da IFRS 11	Demonstração reexpressa
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes	8.346.301.510	(4.564.776.891)	3.781.524.619
Pagamentos a fornecedores	(3.579.536.743)	1.786.607.267	(1.792.929.476)
Pagamentos ao pessoal	(1.111.039.110)	666.754.261	(444.284.849)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(155.766.302)	100.769.095	(54.997.207)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	(197.666.333)	10.481.805	(187.184.528)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(1.728.169.403)	1.487.870.828	(240.298.575)
Fluxos das atividades operacionais (1)	1.574.123.619	(512.293.635)	1.061.829.984
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aplicações financeiras de curto prazo	(140.048.426)	(21.136.225)	(161.184.651)
Juros e proveitos similares	217.115.072	(66.405.466)	150.709.606
Dividendos	76.279.817	188.937.728	265.217.545
Investimentos financeiros	(2.621.633)	3.536.311	914.678
Ativos tangíveis e intangíveis	(1.421.602.503)	587.418.642	(834.183.861)
Outras atividades de investimento	3.562.053	(35.235)	3.526.818
Fluxos das atividades de investimento (2)	(1.267.315.620)	692.315.755	(574.999.865)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Empréstimos obtidos	5.478.403.138	(771.736.709)	4.706.666.429
Empréstimos obtidos	(6.391.633.542)	664.469.844	(5.727.163.698)
Juros e custos similares	(752.171.827)	272.489.143	(479.682.684)
Dividendos	(642.871.535)	38.747.365	(604.124.170)
Aquisição de ações próprias	(23.198.433)	23.198.433	-
Outras atividades de financiamento	(315.231.922)	306.639.456	(8.592.466)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(2.646.704.121)	533.807.532	(2.112.896.589)
Caixa e seus equivalentes no início do período	4.930.012.396	(1.287.932.720)	3.642.079.676
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	(2.339.896.122)	713.829.652	(1.626.066.470)
Efeito das diferenças de câmbio	(83.017.118)	55.801.050	(27.216.068)
Caixa e seus equivalentes no fim do período	2.507.099.156	(518.302.018)	1.988.797.138

5. COTAÇÕES UTILIZADAS PARA CONVERSÃO DE TRANSAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos e passivos expressos em moeda estrangeira foram convertidos para euros com base nas seguintes taxas de câmbio relativamente ao Euro:

Moeda	2013	2012
Coroa dinamarquesa	7,45930	7,4610
Coroa norueguesa	8,36300	7,3483
Coroa sueca	8,8591	8,5820
Dirham marroquino	11,2621	11,1526
Dobra de São Tomé e Príncipe	24.500,0	24.500,0
Dólar australiano	1,54230	1,2712
Dólar canadiano	1,46710	1,3137
Dólar namibiano	14,56600	11,1727
Dólar de Hong Kong	10,69330	10,2260
Dólar dos EUA	1,3791	1,3194
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	297,0400	292,3000
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,2276	1,2072
Iene japonês	144,7200	113,6100
Libra esterlina	0,8337	0,8161
Metical de Moçambique	41,2400	39,2400
Pataca de Macau	11,0141	10,5328
Peso argentino	8,9890	6,4879
Pula do Botsuana	12,0603	10,2717
Rand da África Sul	14,5660	11,1727
Real do Brasil	3,2576	2,7036
Xelim queniano	119,0163	113,6003
Xelim ugandês	3.479,5	3.549,2
Yuan Renmimbi da China	8,3491	8,2207

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as demonstrações dos resultados das empresas controladas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para euros com base nas seguintes taxas de câmbio médias:

Moeda	2013	2012
Dirham marroquino	11,1687	11,1061
Dólar namibiano	12,8330	10,5511
Dobra de São Tomé e Príncipe	24.500,0	24.500,0
Dólar dos EUA	1,3281	1,2848
Escudo de Cabo Verde	110,2650	110,2650
Forint húngaro	296,8700	289,2500
Franco CFA	655,9570	655,9570
Franco suíço	1,2311	1,2053
Metical de Moçambique	39,6300	36,3700
Pataca de Macau	10,6094	10,2645
Peso argentino	7,3126	5,8869
Pula do Botsuana	11,1669	9,8156
Real do Brasil	2,8685	2,5084
Xelim queniano	114,5432	109,3349
Xelim ugandês	3.442,8	3.250,3
Yuan Renmimbi da China	8,1646	8,1052

6. RECEITAS OPERACIONAIS

As receitas operacionais consolidadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Telecomunicações em Portugal (Nota 7.a)(i)	2.538.313.930	2.676.916.113
Prestações de serviços (Nota 3.p)	2.385.650.244	2.532.665.557
Vendas	113.208.254	107.428.368
Outras receitas	39.455.432	36.822.188
Outros negócios (ii)	372.868.966	402.043.851
Prestações de serviços	350.824.756	365.237.961
Vendas	17.907.914	33.107.605
Outras receitas	4.136.296	3.698.285
	2.911.182.896	3.078.959.964

(i) As informações sobre o desempenho deste segmento operacional, incluindo explicações para a evolução das receitas operacionais, estão descritas na Nota 7.a.) (ii) Em 2013, a redução na contribuição dos outros negócios para as receitas consolidadas é explicada essencialmente pelos efeitos negativos do câmbio (40 milhões de euros). Numa base constante, as outras receitas teriam aumentado em 11 milhões de euros explicada principalmente por uma maior contribuição da MTC, principalmente devido a uma maior receita de voz de retalho e um aumento significativo de serviços de dados/Internet, parcialmente compensado por uma menor contribuição da Timor.

O réditio é reconhecido de acordo com os princípios referidos na Nota 3.p). As prestações de serviços incluem receitas provenientes essencialmente de (1) serviços de telecomunicações fixas e internacionais, incluindo receitas de faturação e interligação, (2) serviços de televisão por subscrição, incluindo a assinatura mensal e o aluguer de equipamentos, (3) serviços de telecomunicações móveis, incluindo o uso de rede, tarifas de interligação, roaming, cartões pré-pagos e banda larga sem fios, e (4) publicidade em listas telefónicas. As vendas correspondem essencialmente à alienação de equipamento terminal, incluindo telefones fixos, modems, boxes de TV e equipamento terminal móvel. As outras receitas incluem principalmente receitas de publicidades nos portais, benefícios com as penalidades contratuais impostas aos clientes, aluguer de equipamentos e outras infra- estruturas e receitas resultantes de projetos de consultoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as receitas operacionais por mercado geográfico são conforme segue:

	(euros)	
	2013	2012
Portugal	2.600.729.547	2.740.511.943
Outros	310.453.349	338.448.021
	2.911.182.896	3.078.959.964

7. COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO POR SEGMENTOS DE NEGÓCIO

Os segmentos operacionais em 31 de dezembro de 2013 e 2012, com base na forma como o Conselho de Administração revê e avalia a performance dos negócios do Grupo, são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações em Portugal" inclui a rede fixa e a rede móvel.

O segmento operacional denominado "Telecomunicações no Brasil – Oi" inclui a Oi, S.A., e as suas subsidiárias. A Portugal Telecom divulga a Oi como um segmento operacional, uma vez que a gestão da Empresa revê e avalia a sua performance periodicamente, não obstante a Oi ser classificada como um empreendimento conjunto e como tal reconhecida pelo método de equivalência patrimonial.

Além dos segmentos atrás mencionados, o Grupo tem outros negócios que não cumprem individualmente ou em conjunto nenhum dos indicadores quantitativos que obriguem à divulgação como segmento de negócio reportável. Estes negócios respeitam essencialmente às seguintes empresas do Grupo: (1) Contax, que presta serviços em regime de outsourcing e de

call centre sendo contabilizada pelo método de equivalência patrimonial de acordo com a IFRS 11; (2) MTC, Cabo Verde Telecom e Timor Telecom, as quais prestam serviços de telecomunicações fixas e móveis, e (3) algumas empresas Portuguesas que prestam serviços de suporte ao negócio, nomeadamente a PT - Sistemas de Informação, Portugal Telecom Inovação, PT Pro Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados e PT Contact – Telemarketing e Serviços de Informação.

a) Telecomunicações em Portugal

A informação financeira deste segmento reportável para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
RECEITAS (i)		
Prestações de serviços - clientes externos (Nota 6)	2.385.650.244	2.532.665.557
Prestações de serviços - intragrupo	11.259.807	13.237.131
Vendas - clientes externos (Nota 6)	113.208.254	107.428.368
Vendas - intragrupo	1.827.121	1.687.799
Outras receitas - clientes externos (Nota 6)	39.455.432	36.822.188
Outras receitas - intragrupo	8.208.406	8.662.046
	2.559.609.264	2.700.503.089
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal (Nota 8)	232.725.936	241.778.227
Custos diretos dos serviços prestados (Nota 9)	458.496.422	457.091.120
Custos comerciais (ii)	294.349.511	292.158.529
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) (iii)	483.000.838	508.734.534
Amortizações (iv)	646.979.100	681.159.324
Custos com benefícios de reforma (v)	40.295.822	57.409.291
Custos com redução de efetivos (vi)	116.922.120	1.160.449
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidos	(3.500.398)	(3.525.138)
Outros custos (ganhos), líquidos (vii)	19.043.739	(23.494.632)
	2.288.313.090	2.212.471.704
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	271.296.174	488.031.385

(i) Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição das receitas por segmento de cliente é conforme segue:

	(milhões de euros)	
	2013	2012
Residencial	721	712
Pessoal	655	688
Empresas	791	896
Serviços a operadores, outros e eliminações	393	405
	2.560	2.701

A redução nas receitas é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Empresariais (105 milhões de euros), impactadas por um corte significativo de custos na administração pública e uma redução significativa nos investimentos em novos projetos ao longo do ano 2013, iniciativas de redução de custos nas grandes empresas, mais visíveis em certos sectores como banca e serviços financeiros e farmácias, e intensa concorrência ao nível de preço, essencialmente no mercado móvel; (2) uma redução nas receitas do segmento de cliente Pessoal (33 milhões de euros), em resultado de menores receitas de cliente (37 milhões de euros), as quais refletem recargas mais baixas e voláteis, em resultado de condições económicas difíceis, a concorrência nos preços e a migração para tarifários mais baratos, menores receitas de interligação (13 milhões de euros), no seguimento da redução nas Tarifas de Terminação Móvel (MTR's), compensadas parcialmente pelo aumento nas vendas (18 milhões de euros); e (3) uma redução nas receitas do segmento de cliente Wholesale e outros (12 milhões de euros), em resultado de menores receitas de tráfego e circuitos alugados e menores receitas do negócio de listas telefónicas (10 milhões de euros), em resultado da crescente popularidade de alternativas online. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residenciais (9 milhões de euros), relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportadas no sucesso das ofertas triple-play do MEO e do M4O que se traduziram num aumento da base de clientes e num aumento dos serviços não-voz, e não obstante o aumento da concorrência e uma já elevada taxa de penetração na televisão por subscrição. | (ii) Esta rubrica inclui os custos das mercadorias vendidas, comissões e despesas com marketing e publicidade. O aumento ocorrido em 2013 é explicado essencialmente pelo aumento das atividades comerciais relacionadas com o lançamento da nova oferta convergente M4O, o qual mais do que compensou menores custos das mercadorias vendidas devido a um menor custo médio por aparelho em resultado de contratos favoráveis celebrados com fornecedores chave e não obstante o aumento das vendas. | (iii) Esta rubrica inclui custos com fornecimentos e serviços externos, provisões, impostos indiretos e outros custos. A redução ocorrida em 2013 reflete um enfoque rígido em controlo de custos e rentabilidade e também uma maior produtividade nas atividades de manutenção, explicada pela implementação de redes de nova geração (FTTH). | (iv) A redução nos custos com amortizações em 2013 e 2012 está relacionada essencialmente com a diminuição dos investimentos em equipamentos de tecnologia e redes, nomeadamente FTTH e cobertura 4G-LTE. | (v) A redução nos custos com benefícios de reforma em 2013 reflete essencialmente a diminuição nas taxas de desconto aplicadas no final de 2012. | (vi) Esta rubrica corresponde a um programa de redução de efetivos, de cerca de 400 empregados, implementado no segundo trimestre de 2013. | (vii) Os outros custos em 2013, conforme mencionado na Nota 15, refletem principalmente, provisões e ajustamentos não recorrentes que foram reconhecidos de modo a ajustar determinadas ativos para os respetivos montantes recuperáveis, parcialmente compensados por um ganho relativo ao Contrato de Serviço Universal. Os outros ganhos em 2012 incluem a compensação líquida estimada a receber pela PT Comunicações do Estado Português por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio diminuíram para 490 milhões de euros em 2013, de 555 milhões de euros em 2012. Esta evolução reflete essencialmente o investimento efetuado em anos anteriores direcionado para investimentos em tecnologias de última geração, que são traduzidos numa clara liderança da Portugal Telecom em FTTH e cobertura 4G-LTE em Portugal, e não obstante os investimentos realizados em 2013 na implantação de Centro de Dados da Portugal Telecom na Covilhã, inaugurado em setembro de 2013. Em 2013, o investimento foi direcionado principalmente para: (1) investimentos em projetos de Tecnologias e Sistemas de Informação (TI/SI) que representaram 23% do total de investimentos, (2) investimentos com a aquisição de clientes que representaram 32% do total de investimentos, e (3) investimentos em tecnologia e infraestrutura que representaram 41% do total de investimentos. Os investimentos em TI / SI projetos foram focados no programa de transformação de TI que visa convergir, padronizar, integrar e simplificar os processos de negócios e de TI, possibilitando assim uma experiência de cliente verdadeiramente convergente.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de empregados afetos a este segmento era de 7.526 e 7.637, respetivamente.

b) Telecomunicações no Brasil – Oi

A informação financeira deste segmento reportável para o ano findo em 31 de dezembro de 2013 e 2012, considerando a percentagem de 25,6% de controlo conjunto detida pela Portugal Telecom, é a seguinte:

	2013	2012
(euros)		
RECEITAS		
Prestações de serviços	2.494.168.925	2.817.121.891
Vendas	44.232.742	56.920.290
Outras receitas	121.620.691	168.045.007
	2.660.022.358	3.042.087.188
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	211.399.942	248.684.844
Custos diretos dos serviços prestados	550.752.289	630.173.022
Custos comerciais	205.337.603	240.284.522
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	796.653.949	1.013.972.714
Amortizações	552.142.256	578.210.753
Custos com benefícios de reforma, líquidos	6.787.699	6.438.817
Ganhos com a alienação de ativos fixos, líquidas	(12.763.798)	(29.877.164)
Outros custos, líquidos	13.224.031	11.364.037
	2.323.533.971	2.699.251.545
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	336.488.387	342.835.643

A redução nas receita da Oi (382 milhões de euros) é explicada principalmente pelo impacto da desvalorização do real brasileiro em relação ao Euro, no montante de Euro 382 milhões. Excluindo o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro, a receita teria permanecido globalmente estável, com as reduções nas vendas e nas outras receitas operacionais a serem compensadas por um aumento nos serviços prestados, refletindo uma contribuição positiva dos serviços de banda larga e televisão por subscrição que mais do que compensaram a pressão tradicional nos serviços de voz fixa.

Excluindo o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro (48 milhões), o resultado financeiro da Oi teria aumentado 42 milhões de euros em 2013, refletindo principalmente um aumento nas receitas líquidas de serviços (35 milhões de euros), como explicado acima, e um ganho registado no âmbito da alienação da operação de cabos submarinos. Estes efeitos mais do que compensaram uma diminuição nas vendas e nas outras receitas operacionais, maiores custos com depreciações e amortizações (53 milhões de euros), refletindo o maior nível de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis incorridos em 2013 e 2012 em comparação com anos anteriores, incluindo a aquisição da licença 4G em junho de 2012, e maiores custos com serviços de terceiros, nomeadamente em despesas de manutenção e reparação e rendas e alugueres.

O investimento em ativos tangíveis e intangíveis deste segmento de negócio ascendeu a 558 milhões em 2013 e 630 milhões de euros em 2012. Excluindo o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro (82 milhões de euros), o investimento

em ativos tangíveis e intangíveis da Oi teria diminuído 4 milhões de euros para 651 milhões euros, e esses investimentos foram direcionados essencialmente para investimentos em cobertura e capacidade 3G, na implantação inicial da rede 4G-LTE e na capacidade e capilaridade das redes fixa e banda larga. Além dos investimentos acima mencionados, a Oi efetuou ainda um investimento não recorrente em junho de 2012 na aquisição de licenças de 4G por um montante total de 41 milhões de euros.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2013 e 2012, o número de empregados neste segmento foi de 10.911 e 9.412 empregados, respetivamente (considerando a participação de controlo conjunto de 25,6%).

c) Reconciliação das receitas e do resultado líquido e informação por mercado geográfico

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre as receitas dos segmentos consolidados reportáveis e o total das receitas consolidadas é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Receitas relativas aos segmentos reportados	2.559.609.264	2.700.503.089
Receitas relativas a outras operações (i)	781.517.032	838.090.731
Eliminação de receitas intragrupo	(429.943.400)	(459.633.856)
Total das receitas consolidadas	2.911.182.896	3.078.959.964

(i) Como mencionando acima, os outros negócios incluem essencialmente as empresas MTC, Cabo Verde Telecom, Timor Telecom e algumas empresas Portuguesas de suporte ao negócio, as quais são monitorizadas pela gestão numa base individual. Em 2013, a redução das receitas das outras empresas é explicada principalmente por efeitos cambiais adversos (40 milhões de euros). Excluindo os impactos da desvalorização de moedas estrangeiras face ao Euro, a redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela menor contribuição da Timor Telecom, em resultado da entrada de novos concorrentes no mercado, e de algumas empresas Portuguesas de suporte ao negócio, parcialmente compensada por uma maior contribuição da MTC, principalmente devido a maiores receitas de voz e um aumento significativo nos serviços de dados/internet.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos consolidados reportáveis e o resultado líquido consolidado é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:		
Telecomunicações em Portugal	271.296.174	488.031.385
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outros negócios (i)	74.096.671	3.745.894
Resultado antes de resultados financeiros e impostos consolidado	345.392.845	491.777.279
Ganhos (perdas) financeiros:		
Juros suportados, líquidos (Nota 16)	(257.423.261)	(213.014.581)
Perdas com variações cambiais, líquidas (Nota 17)	(21.919.104)	(1.841.496)
Perdas (ganhos) em ativos financeiros e outros investimentos, líquidas (Nota 18)	(2.014.467)	(3.921.932)
Perdas em empreendimentos conjuntos (Nota 30)	(2.185.679)	(3.011.998)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (Nota 33)	442.783.587	210.273.584
Outras despesas financeiras, líquidas (Nota 19)	(54.635.427)	(44.565.085)
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	(62.021.888)	(125.608.091)
Resultado líquido (antes de interesses não-controladores)	387.976.606	310.087.680

(i) O aumento nesta rubrica reflete essencialmente um ganho registado no segundo trimestre de 2013 decorrente da liquidação de obrigações contratuais que tinham sido assumidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi, conforme explicado na Nota 15.

O total do ativo, do passivo e dos ativos tangíveis e intangíveis por mercado geográfico em 31 de dezembro de 2013 e 2012, e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	(euros)				
	2013				
	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis (Nota 37)	Ativos intangíveis (Nota 36)	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis (ii)
Portugal	8.150.000.317	9.915.843.042	3.281.785.719	610.809.883	520.677.402
Brasil (i)	2.669.674.994	811.202	188.130	-	-
Outros	1.200.719.871	236.925.823	156.505.535	106.893.793	68.360.212
	12.020.395.182	10.153.580.067	3.438.479.384	717.703.676	589.037.614

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

(euros)

2013

	Total do ativo	Total do passivo	Ativos tangíveis (Nota 37)	Ativos intangíveis (Nota 36)	Investimento em ativos tangíveis e intangíveis (ii)
Portugal	8.373.264.796	9.881.378.570	3.409.125.065	641.287.521	571.960.811
Brasil (i)	3.218.436.786	148.067.576	287.757	-	-
Outros	1.237.355.834	262.354.328	1.69.458.624	116.239.039	89.239.535
	12.829.057.416	10.291.800.474	3.578.871.446	757.526.560	661.200.346

(i) A redução nos ativos é explicada essencialmente pelo impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro nos investimentos da Portugal Telecom em empreendimentos conjuntos, nomeadamente na Oi e na Contax. | (ii) O total dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 inclui investimentos em ativos tangíveis nos montantes de 499 milhões de euros e 575 milhões de euros (Nota 37), respetivamente, e investimentos em ativos intangíveis nos montantes de 91 milhões de euros e 87 milhões de euros (Nota 36), respetivamente.

8. CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 têm a seguinte composição:

(euros)

2013

2012

Remunerações	323.547.219	332.493.271
Encargos sociais	58.612.016	62.970.790
Cuidados de saúde com empregados no ativo	5.033.942	4.545.741
Formação	1.742.539	2.563.648
Outros	10.346.871	11.052.322
	399.282.587	413.625.772

Em 2013, a redução nesta rubrica reflete principalmente uma menor contribuição do segmento “Telecomunicações em Portugal” (9 milhões de euros - Nota 7.a), explicada por menores remunerações variáveis e em horário extraordinário, melhores níveis de eficiência em determinados processos internos e menores custos com pessoal decorrentes do plano de reestruturação implementado no segundo trimestre de 2013.

9. CUSTOS DIRETOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

(euros)

2013

2012

Custos com telecomunicações (i)	255.461.368	255.493.833
Custos de programação (ii)	128.739.648	123.391.025
Alugueres (i)	22.919.371	22.845.446
Listas telefónicas (iii)	20.978.946	26.769.455
Outros (iv)	30.696.308	28.894.588
	458.795.641	457.394.347

(i) Em 2013 e 2012, estas rubricas incluem custos relacionados com contratos de locação operacional nos montantes totais de 42.417.863 euros e 44.391.849 euros, respetivamente (Nota 12). | (ii) Esta rubrica respeita essencialmente a custos de programação incorridos pelo negócio de televisão por subscrição em Portugal, em resultado do contínuo crescimento destes serviços e não obstante a redução do custo por cliente, à medida que o serviço de TV por subscrição vai atingindo massa crítica. | (iii) A redução nesta rubrica está diretamente relacionada com o declínio no negócio de listas telefónicas. | (iv) Esta rubrica inclui principalmente custos com conteúdos móveis.

Em 2013, o aumento de 1 milhão de euros em custos diretos consolidadas reflete principalmente um aumento no negócio de telecomunicações em Portugal (1 milhão de euros - Nota 7.a), explicado pelo aumento dos custos de programação, devido ao contínuo aumento de clientes e dos investimentos em ofertas de conteúdos diferenciados do MEO, e maiores custos associados com a oferta de soluções TI/ SI e serviços de outsourcing, em resultado do aumento do peso destes serviços nas receitas, efeitos que mais do que compensaram menores custos associados ao negócio de listas telefónicas e uma redução nos custos de tráfego, explicada pelo impacto dos cortes regulamentares nas tarifas de interligação (MTR) e por menores serviços prestados.

10. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Custo das mercadorias vendidas	133.324.046	144.074.646
Aumentos nos ajustamentos para existências (Nota 42)	4.034.299	4.550.611
Reduções nos ajustamentos para existências (Nota 42)	(2.556.599)	(10.526.575)
	134.801.746	138.098.682

A redução de 3 milhões de euros nesta rubrica reflete principalmente uma menor contribuição do negócio de telecomunicações em Portugal (2 milhões de euros), devido a um menor custo médio dos aparelhos adquiridos e custos mais elevados relacionados com a alienação de set-top boxes no primeiro semestre de 2012, no seguimento do switch-off do sinal analógico para TDT.

11. FORNECIMENTOS, SERVIÇOS EXTERNOS E OUTRAS DESPESAS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Trabalhos especializados	120.387.822	127.521.287
Serviços de suporte	134.705.372	144.988.927
Comissões	106.689.544	108.310.828
Manutenção e reparação	101.259.913	88.678.609
Eletricidade	52.701.402	52.064.445
Locação operacional (Nota 12)	30.767.772	28.662.262
Outros	72.784.411	90.367.424
	619.296.236	640.593.782

Em 2012, a redução de 21 milhões de euros nesta rubrica é explicada principalmente por uma menor contribuição do negócio de telecomunicações em Portugal (26 milhões de euros - Nota 7.a), refletindo os benefícios estruturais ao nível dos custos decorrentes da implementação da rede FTTH e 4G-LTE e da transformação no programa operacional que continuam a ser visíveis através da melhoria da qualidade de serviço e de menores custos de infraestrutura, e não obstante um aumento nas despesas de manutenção e reparação registadas no primeiro trimestre de 2013 devido às condições meteorológicas adversas nesse período.

12. LOCAÇÃO OPERACIONAL

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os custos incorridos com contratos de locação operacional foram reconhecidos nas seguintes rubricas:

	(euros)	
	2013	2012
Custos diretos dos serviços prestados (Nota 9)	42.417.863	44.391.849
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas (Nota 11) (i)	30.767.772	28.662.262
	73.185.635	73.054.111

(i) Esta rubrica respeita essencialmente a custos com o aluguer de imóveis e de equipamento de transporte.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Em 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades futuras do Grupo com contratos de locação operacional não canceláveis têm a seguinte maturidade:

2014	43.374.322
2015	22.867.004
2016	18.364.066
2017	16.757.883
2018	14.685.078
2019 e anos seguintes	38.618.394
	154.666.747

13. IMPOSTOS INDIRETOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Taxas de utilização de espectro (i)	26.710.790	28.879.072
Outros	15.593.900	14.883.415
	42.304.690	43.762.487

(i) Esta rubrica inclui essencialmente taxas de utilização de espectro das operações de serviço móvel em Portugal.

14. CUSTOS COM BENEFÍCIOS DE REFORMA

14.1. Operações em Portugal

Conforme referido na Nota 3, a PT Comunicações e a PT SI patrocinam planos de benefícios definidos ao abrigo dos quais garantem o pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados e ativos, o pagamento de cuidados de saúde a empregados reformados e familiares elegíveis e o pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados até à idade da reforma.

Os estudos atuariais dos planos de benefícios definidos da Portugal Telecom relativos às operações em Portugal, com referência a 31 de dezembro de 2013, 2012 e 2011, foram elaborados com base no "Método da Unidade de Crédito Projetada" e utilizando essencialmente os seguintes pressupostos financeiros e demográficos:

	2013	2012	2011
Pressupostos financeiros			
Taxa de desconto:			
Complementos de pensões	3,00%	3,00%	4,75%
Salários de suspensos e pré-reformados	2,00%	2,00%	3,75%
Cuidados de saúde	4,00%	4,00%	4,75%
Taxa de crescimento salarial para responsabilidades com:			
Complementos de pensões e cuidados de saúde	1,75%	1,75%	1,75%
Salários de suspensos e pré-reformados (i)	0% - 1,75%	0% - 1,75%	0% - 1,75%
Taxa de crescimento das pensões	Indexado a PIB	Indexado a PIB	Indexado a PIB
Fator de sustentabilidade	Aplicável	Aplicável	Não Aplicável
Taxa de inflação	2,00%	2,00%	2,00%
Taxa de crescimento dos custos com saúde	3,00%	3,00%	3,00%
Pressupostos demográficos			
Tábuas de mortalidade para os beneficiários ativos:			
Homens	PA (90)m - ajustada	PA (90)m - ajustada	AM (92)
Mulheres	PA (90)f - ajustada	PA (90)f - ajustada	AF (92)
Tábuas de mortalidade para os beneficiários não ativos:			
Homens	PA (90)m - ajustada	PA (90)m - ajustada	PA (90)m - ajustada
Mulheres	PA (90)f - ajustada	PA (90)f - ajustada	PA (90)f - ajustada
Idade da reforma (ii)	65-66	65	65
Tabela de Invalidez (Swiss Reinsurance Company)	25%	25%	25%
Empregados ativos com cônjuges inscritos no plano	35%	35%	35%
Rotatividade dos empregados	Nula	Nula	Nula

(i) Para os salários a pagar entre 2013 e 2017, a taxa de crescimento salarial varia entre 0% e 1% em função do valor do salário. A partir de 2018, a taxa de crescimento salarial será de 1,75% para todas as situações. | (ii) Em 2013, a idade de reforma em Portugal foi alterada de 65 para 66 anos, aplicável para a maioria dos beneficiários dos planos de benefícios de reforma da Portugal Telecom, embora a idade de reforma de 65 anos ainda seja aplicável a determinados empregados.

A taxa anual de desconto das responsabilidades foi estimada com base em taxas de rendimento de longo prazo de obrigações da zona Euro de elevado rating à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, com maturidades equiparáveis às das responsabilidades com complementos de pensões, salários e cuidados de saúde (entre 4 e 15 anos).

Após a aprovação da alteração da IAS 19, a taxa de rendimento dos fundos de longo prazo é a mesma que a taxa de desconto utilizada para o cálculo das responsabilidades.

A taxa anual de crescimento salarial foi determinada de acordo com a política salarial definida pelo Grupo e o fator de sustentabilidade foi estabelecido em linha com informação do Governo Português.

Os pressupostos demográficos considerados pela Portugal Telecom têm por base as tábuas de mortalidade geralmente aceites para efeitos de valorização atuarial, sendo estas tabelas ajustadas periodicamente de modo a refletir a experiência de mortalidade ocorrida no universo fechado dos participantes nos planos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o impacto total das alterações nos pressupostos atuariais correspondeu a uma perda líquida de 101.411.000 euros e de 136.624.616 euros (Nota 14.5), respetivamente, e foi reconhecido diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O impacto de um aumento de 25bp na taxa de desconto atuarial utilizada corresponderia a uma diminuição das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, enquanto o impacto de um aumento (diminuição) de 1% na taxa de crescimento dos custos com cuidados de saúde corresponderia a um aumento (diminuição) das responsabilidades com benefícios de reforma em aproximadamente 69 milhões de euros (56 milhões de euros) em 31 de dezembro de 2013.

O impacto de um aumento (diminuição) de 1% no pressuposto atuarial da taxa de desconto levaria a um aumento (diminuição) dos custos com benefícios de reforma no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 em, aproximadamente, 8 milhões de euros, decorrente do aumento (diminuição) no custo líquido financeiro.

14.1.1. Complementos de pensões de reforma

Conforme referido na Nota 3.h, a PT Comunicações é responsável pelo pagamento de complementos de pensões de reforma a empregados reformados ou ainda no ativo. Estas responsabilidades, estimadas com base em cálculos atuariais, são como segue:

- Os reformados e empregados oriundos da Companhia Portuguesa Rádio Marconi, S.A. (Marconi, uma empresa incorporada na PT Comunicações em 2002), contratados antes de 1 de fevereiro de 1998, têm direito a receber da Caixa Marconi um complemento de pensões (Fundo Complementar Marconi). Adicionalmente, a PT Comunicações contribui para o “Fundo de Melhoria Marconi” com 1,55% dos salários pagos a esses empregados, o qual por sua vez é responsável pelo pagamento do referido complemento de pensão.;
- Os reformados e empregados oriundos dos TLP e TDP, contratados antes de 23 de junho de 1994, têm direito a receber da PT Comunicações um complemento da pensão de reforma paga pelo Regime Geral da Segurança Social;
- No momento da reforma, a PT Comunicações paga uma gratificação de valor fixo a cada empregado, em função dos seus anos de serviço e salário.

Os empregados contratados pela PT Comunicações ou por alguma das suas empresas predecessoras após as datas acima indicadas não têm direito a estes benefícios, dado que se encontram abrangidos pelo Regime Geral da Segurança Social.

Os empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações ou da Marconi, e que estavam abrangidos por algum dos planos de benefícios de reforma acima referidos, mantêm tais benefícios.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os planos da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 19.841 e 19.879 beneficiários, respetivamente, dos quais cerca de 64% e 63% já não se encontram no ativo, respetivamente.

De acordo com os estudos atuariais, as responsabilidades projetadas com complementos de pensões e o valor de mercado dos fundos de pensões em 31 de dezembro de 2013 e 2012 eram como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Valor atual das responsabilidades projetadas	117.220.407	127.330.646
Valor de mercado dos fundos	(94.660.571)	(99.529.441)
Valor atual das responsabilidades não financiadas (Nota 14.2)	22.559.836	27.801.205

Durante os exercícios de 2013 e 2012, o movimento ocorrido nas responsabilidades projetadas com complementos de pensões foi como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	127.330.646	121.564.812
Pagamentos de benefícios e contribuições		
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.3)	(812.662)	(983.643)
Benefícios pagos pelos fundos	(9.008.399)	(9.392.359)
Custos com benefícios de reforma		
Custo com o serviço do exercício	584.471	459.098
Custo financeiro do exercício	3.484.351	5.364.577
Ganho com serviços passados	(2.168.000)	-
Custos com redução de efetivos	787.000	83.981
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	(2.977.000)	10.029.807
Transferências entre planos (Nota 14.1.3)	-	204.373
Saldo final das responsabilidades projetadas	117.220.407	127.330.646

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição do valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões era como segue:

	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Ações (i)	19.300.270	20,4%	19.922.371	20,0%
Obrigações (i)	57.294.887	60,5%	60.201.161	60,5%
Imobiliário	2.314.224	2,4%	2.545.908	2,6%
Disponibilidades, contas a receber e outros ativos (ii)	15.751.190	16,6%	16.860.001	16,9%
	94.660.571	100,0%	99.529.441	100,0%

(i) Os investimentos em ações e obrigações estão cotados em mercados ativos. | (ii) Esta rubrica inclui depósitos a prazo nos montantes de 5 milhões de euros e 6 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

A Portugal Telecom está igualmente exposta ao risco de alterações no justo valor dos ativos dos fundos associados aos planos de benefícios de reforma definidos. O principal propósito da política de investimento é a manutenção do capital através de cinco princípios base: (1) diversificação; (2) imputação estratégica estável dos ativos e balanceamento disciplinado; (3) menor exposição a flutuações de moeda; (4) instrumentos especializados para cada classe de ativos; e (5) controlo de custos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos dos fundos de pensões foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial dos ativos dos fundos de pensões	99.529.441	98.480.548
Rendimento real dos fundos	3.660.130	9.341.252
Pagamento de benefícios	(9.008.399)	(9.392.359)
Contribuições efetuadas pela Empresa (Nota 14.3)	479.399	1.100.000
Saldo final dos ativos dos fundos de pensões	94.660.571	99.529.441

A composição do custo líquido com complementos de pensões nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	2013	2012
Custo com o serviço do exercício	584.471	459.098
Custo financeiro líquido	631.351	904.485
Ganhos reconhecidos no exercício	(2.168.000)	-
Custo corrente (Nota 14.4)	(952.178)	1.363.583
Custos com redução de efetivos	787.000	83.981
Custo com redução de efetivos (Nota 14.4)	787.000	83.981
Custo total com complementos de pensões	(165.178)	1.447.564

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente no capital próprio, e apresentados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento nas perdas atuariais acumuladas líquidas, foi como segue:

	2013	2012
Saldo inicial	125.874.744	120.726.097
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.5)	(1.059.000)	17.533.583
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.5):		
Relacionados com as responsabilidades (i)	(1.918.000)	(7.503.776)
Relacionados com os ativos dos fundos	(807.130)	(4.881.160)
Saldo final	122.090.614	125.874.744

(i) As diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades resultam essencialmente de informação atualizada relativa aos beneficiários.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

14.1.2. Cuidados de saúde

Conforme referido na Nota 3.i, a PT Comunicações patrocina o pagamento de cuidados de saúde aos seus empregados ativos, com suspensão de contrato, pré-reformados, reformados e aposentados, bem como aos respetivos familiares elegíveis. A prestação dos serviços de assistência médica é assegurada pela PT-ACS, a qual foi constituída com o único objetivo de proceder à gestão corrente dos Planos de Saúde.

Estes Planos de Saúde patrocinados pela PT Comunicações abrangem todos os empregados contratados pela PT Comunicações até 31 de dezembro de 2000 e os empregados contratados pela Marconi até 1 de fevereiro de 1998. Alguns empregados da PT SI que foram transferidos da PT Comunicações são igualmente cobertos por estes planos.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os Planos de Saúde da PT Comunicações e da PT SI abrangiam 25.503 e 24.011 beneficiários relativos a empregados ativos e reformados, dos quais aproximadamente 77% e 76% eram não ativos, respetivamente. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes planos abrangiam ainda 10.268 e 10.853 beneficiários que são familiares dos empregados ativos e reformados.

O financiamento dos Planos de Saúde é composto pelas contribuições definidas dos beneficiários titulares para a PT-ACS, sendo o remanescente garantido pela PT Comunicações que, em 2004, constituiu um fundo autónomo para o efeito.

Com base nos estudos atuariais, as responsabilidades projetadas com cuidados de saúde, o valor atual do fundo autónomo e os ganhos com serviços passados em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Valor atual das responsabilidades projetadas	376.483.029	375.360.964
Valor de mercado do fundo autónomo	(291.667.071)	(299.865.329)
Valor atual das responsabilidades não financiadas (Nota 14.2)	84.815.958	75.495.635

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas foi como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	375.360.964	352.564.459
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.3)	(18.864.011)	(19.000.416)
Custos com benefícios de reforma		
Custo com o serviço do exercício	3.640.669	3.051.844
Custo financeiro do exercício	14.706.407	16.358.642
Custos com redução de efetivos	1.336.000	(167.331)
Perdas atuariais, líquidas	303.000	22.553.766
Saldo final das responsabilidades projetadas	376.483.029	375.360.964

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição do justo valor do fundo autónomo afeto à cobertura de responsabilidades com cuidados de saúde era como segue:

	(euros)			
	2013		2012	
	Valor	%	Valor	%
Ações (i)	87.389.300	30,0%	75.277.597	25,1%
Obrigações (ii)	57.595.149	19,7%	88.178.641	29,4%
Disponibilidades, contas a receber e outros ativos (iii)	146.682.622	50,3%	136.409.091	45,5%
	291.667.071	100,0%	299.865.329	100,0%

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica corresponde a investimentos em ações do Banco Espírito Santo (Nota 48), as quais se encontram cotadas em mercado ativo. | (ii) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui investimentos em obrigações da Portugal Telecom (Nota 48), as quais se encontram cotadas em mercado ativo. | (iii) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui essencialmente investimentos nos fundos de capital de risco "Ongoing International Capital Markets" e "Ongoing International Private Equity" nos montantes totais de 95 milhões de euros e 104 milhões de euros, respetivamente, os quais são geridos pela Global Investment Opportunities SICAV (Nota 48). Adicionalmente, esta rubrica inclui depósitos a prazo nos montantes de 14 milhões de euros e 11 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, e contas a receber de clientes de empresas do Grupo PT no montante total de 15 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, no seguimento de um contrato de cessão de créditos celebrado com essas empresas para a transferência dos mesmos para os ativos dos fundos.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor de mercado dos ativos deste fundo foi como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial dos ativos do fundo	299.865.329	246.214.842
Rendimento real dos fundos	13.840.743	74.473.916
Reembolsos (Nota 14.3) (i)	(22.039.001)	(20.823.429)
Saldo final dos ativos do fundo	291.667.071	299.865.329

(i) Esta rubrica corresponde aos reembolsos de despesas de saúde pagas pela PT Comunicações.

A composição do custo (ganho) com cuidados de saúde nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Custo com o serviço do exercício	3.640.669	3.051.844
Custo financeiro líquido	2.711.407	5.049.982
Custo (ganho) corrente (Nota 14.4)	6.352.076	8.101.826
(Ganhos) custos com redução de efetivos	1.336.000	(167.331)
(Ganho) custo com redução de efetivos (Nota 14.4)	1.336.000	(167.331)
Custo (ganho) com cuidados de saúde	7.688.076	7.934.495

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial	247.873.029	288.484.519
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.5)	(1.116.000)	37.479.958
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais assumidos (Nota 14.5):		
Relacionadas com as responsabilidades	1.419.000	(14.926.192)
Relacionadas com os ativos do fundo	(1.845.743)	(63.165.256)
Saldo final	246.330.286	247.873.029

14.1.3. Salários

Conforme referido na Nota 3.j, a Portugal Telecom é responsável pelo pagamento de salários a empregados suspensos e pré-reformados, até à idade da reforma, em resultado de acordos entre ambas as partes. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existiam 5.330 e 5.453 empregados suspensos e pré-reformados, respetivamente.

Estas responsabilidades não estão sujeitas a qualquer requisito legal de financiamento, pelo que o pagamento mensal dos salários é efetuado diretamente pela PT Comunicações.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o movimento ocorrido no valor atual das responsabilidades projetadas é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial das responsabilidades projetadas	730.437.447	782.498.256
Benefícios pagos pela Empresa (Nota 14.3)	(157.741.098)	(159.517.770)
Custo financeiro do exercício (Nota 14.4)	13.279.281	25.737.595
Custos com redução de efetivos (Nota 14.4)	120.893.230	527.010
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos	144.801.415	81.396.729
Transferências entre planos (Nota 14.1.1)	-	(204.373)
Saldo final das responsabilidades projetadas (Nota 14.2)	851.670.275	730.437.447

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os ganhos e perdas atuariais resultam essencialmente da alteração dos pressupostos atuariais e das diferenças entre esses mesmos pressupostos e os dados reais, sendo reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral. O movimento no valor acumulado das perdas atuariais acumuladas líquidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foi como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial	164.894.205	83.497.476
Alteração de pressupostos atuariais (Nota 14.5)	103.586.000	81.611.075
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (Nota 14.5)	41.215.415	(214.346)
Saldo final	309.695.620	164.894.205

14.2. Responsabilidades com planos de benefícios de reforma

Os movimentos ocorridos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 nas responsabilidades líquidas com benefícios de reforma foram como segue:

	(euros)			
	Pensões e complementos de reforma (Nota 14.1.1)	Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	Salários de suspensos e pré-reformados (Nota 14.1.3)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2011	23.084.264	106.349.617	782.498.256	911.932.137
Transferências entre planos	204.373	-	(204.373)	-
Custo (ganho) do exercício (Nota 14.4)	1.363.583	8.101.826	25.737.595	35.203.004
Custos com redução de efetivos (Nota 14.4)	83.981	(167.331)	527.010	443.660
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.3)	(2.083.643)	1.823.013	(159.517.770)	(159.778.400)
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos (Nota 14.5)	5.148.647	(40.611.490)	81.396.729	45.933.886
Saldo em 31 de dezembro de 2012	27.801.205	75.495.635	730.437.447	833.734.287
Custo (ganho) do exercício (Nota 14.4)	(952.178)	6.352.076	13.279.281	18.679.179
Custos com redução de efetivos (Nota 14.4)	787.000	1.336.000	120.893.230	123.016.230
Pagamentos, contribuições e reembolsos (Nota 14.3)	(1.292.061)	3.174.990	(157.741.098)	(155.858.169)
Perdas (ganhos) atuariais, líquidos (Nota 14.5)	(3.784.130)	(1.542.743)	144.801.415	139.474.542
Saldo em 31 de dezembro de 2013	22.559.836	84.815.958	851.670.275	959.046.069

Alguns planos de pensões e de cuidados de saúde apresentam posições excedentárias pelo que os mesmos foram apresentados na Demonstração Consolidada da Posição Financeira separadamente dos saldos daqueles fundos com posição deficitária. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o valor líquido das responsabilidades com planos de pensões e saúde foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Planos com uma situação deficitária		
Complementos de pensões	24.393.836	29.434.045
Cuidados de saúde	84.815.958	75.495.635
Salários de pré-reformados e suspensos	851.670.275	730.437.447
	960.880.069	835.367.127
Planos com uma situação excedentária		
Pensões	(1.834.000)	(1.632.840)
	(1.834.000)	(1.632.840)
	959.046.069	833.734.287

14.3. Fluxos de caixa com planos de benefícios de reforma

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os pagamentos e contribuições respeitantes a benefícios de reforma foram como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Pensões		
Contribuições para os fundos (Nota 14.1.1)	479.399	1.100.000
Pagamentos de prémios a pré-reformados e suspensos (Nota 14.1.1)	812.662	983.643
Sub total (Nota 14.2)	1.292.061	2.083.643
Cuidados de saúde		
Reembolsos (Nota 14.1.2)	(22.039.001)	(20.823.429)
Pagamentos de despesas com cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	18.864.011	19.000.416
Sub total (Nota 14.2)	(3.174.990)	(1.823.013)
Outros pagamentos		
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos (Notas 14.1.3)	157.741.098	159.517.770
Pagamento por cessação de contrato de trabalho (Nota 14.4)	4.036.413	1.923.146
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	21.751.775	25.482.982
Total (Notas 14.3)	183.529.286	186.923.898
	181.646.357	187.184.528

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

14.4. Custos com planos de benefícios de reforma

Os custos com planos de benefícios de reforma e com redução de efetivos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Custos com benefícios de reforma		
Pensões (Notas 14.1.1 e 14.2)	(952.178)	1.363.583
Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.2)	6.352.076	8.101.826
Salários (Notas 14.1.3 e 14.2)	13.279.281	25.737.595
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (i)	21.783.507	22.337.314
	40.462.686	57.540.318
Custos com redução de efetivos		
Pensões (Notas 14.1.1 e 14.2)	787.000	83.981
Cuidados de saúde (Notas 14.1.2 e 14.2)	1.336.000	(167.331)
Salários (Notas 14.1.3 e 14.2)	120.893.230	527.010
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho (Nota 14.3)	4.036.413	1.923.146
	127.052.643	2.366.806

(i) Esta rubrica corresponde à contribuição fixa paga pela Portugal Telecom à Segurança Social relacionada com o serviço anual dos empregados ativos e suspensos que tinham direito a pensão no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa que foram transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

14.5. Perdas (ganhos) atuariais líquidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as perdas (ganhos) atuariais líquidos registados na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral foram como segue:

	2013	2012
(euros)		
Alterações nos pressupostos atuariais		
Pensões (Nota 14.1.1)	(1.059.000)	17.533.583
Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	(1.116.000)	37.479.958
Salários (Nota 14.1.3)	103.586.000	81.611.075
Sub-total	101.411.000	136.624.616
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais		
Pensões (Nota 14.1.1)	(2.725.130)	(12.384.936)
Cuidados de saúde (Nota 14.1.2)	(426.743)	(78.091.448)
Salários (Nota 14.1.3)	41.215.415	(214.346)
Sub-total	38.063.542	(90.690.730)
Total (Notas 14.2 e 44.5)	139.474.542	45.933.886

Relativamente às operações em Portugal, as perdas e ganhos atuariais líquidos decorrentes de alterações nos pressupostos atuariais estão relacionados com as alterações nos pressupostos atuariais financeiros e demográficos detalhados na Nota 14.1, conforme segue:

- As perdas atuariais reconhecidas em 2013, no montante de 101 milhões de euros, incluem essencialmente o impacto da alteração da idade de reforma de 65 para 66 anos de idade;
- As perdas atuariais reconhecidas em 2012, no montante de 137 milhões de euros, incluem essencialmente os impactos decorrentes (1) da suspensão do regime de reforma antecipada (perda de 39 milhões de euros), de forma permanente para os empregados abrangidos pelo regime da CGA ou apenas durante o período de assistência financeira a Portugal para os restantes empregados, (2) da redução nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades com complementos de pensões, cuidados de saúde e salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados (perda de 102 milhões de euros), conforme detalhado na Nota 14.1, e (3) da alteração nas tábuas de mortalidade para os beneficiários ativos.

O detalhe dos ganhos e perdas atuariais decorrentes das diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais, relativos aos planos de pensões das operações em Portugal, é como segue:

- Os ganhos atuariais reconhecidos em 2013, no montante de 38 milhões de euros, incluem (1) um ganho de 3 milhões de euros relacionado com a diferença entre a rentabilidade real (+4,5%) e a rentabilidade esperada dos ativos dos fundos calculada com base nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades projetadas, e (2) uma perda de 41 milhões de euros relativa à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades projetadas, nomeadamente, os pressupostos relacionados com as taxas de crescimento dos salários, dos custos com pensões e dos cuidados de saúde;
- Os ganhos atuariais reconhecidos em 2012, no montante de 91 milhões de euros, incluem (1) um ganho de 68 milhões de euros relacionado com a diferença entre a rentabilidade real (+25,2%) e a rentabilidade esperada dos ativos dos fundos calculada com base nas taxas de desconto utilizadas no cálculo das responsabilidades projetadas, e (2) um ganho de 23 milhões de euros relativa à diferença entre os dados reais e os pressupostos atuariais relacionados com as responsabilidades projetadas, nomeadamente, os pressupostos relacionados com as taxas de crescimento dos salários, dos custos com pensões e dos cuidados de saúde.

14.6. Outras divulgações

As tabelas abaixo apresentam o valor atual das responsabilidades projetadas, o valor de mercado dos fundos, as responsabilidades não financiadas e os ganhos e perdas atuariais líquidos. O detalhe desta informação em 31 de dezembro de 2013, 2012, 2011, 2010, e 2009, e nos exercícios findos nessas datas é como segue:

	2013	2012	2011	2010	2009
(euros)					
Valor atual das responsabilidades projetadas (i)	1.345.373.711	1.233.129.057	1.256.627.527	1.396.705.310	3.836.915.409
Valor de mercado dos fundos (i)	(386.327.642)	(399.394.770)	(344.695.390)	(448.145.688)	(2.369.524.484)
Responsabilidades não financiadas líquidas	959.046.069	833.734.287	911.932.137	948.559.622	1.467.390.925

(i) A redução registada nesta rubrica no exercício findo em 31 de dezembro de 2010 refere-se, principalmente, à transferência de determinados planos de pensões de reforma para o Estado Português.

(euros)

	2013	2012	2011	2010	2009
Alterações nos pressupostos atuariais	101.411.000	136.624.616	(19.426.453)	441.787.345	(1.660.464)
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais:					
Relacionadas com as responsabilidades projetadas	40.716.415	(22.644.314)	(6.997.663)	(67.472.319)	15.523.139
Relacionadas com os ativos dos planos	(2.652.873)	(68.046.416)	92.782.990	72.411.885	(184.120.001)
Total das perdas (ganhos) atuariais	139.474.542	45.933.886	66.358.874	446.726.911	(170.257.326)

15. OUTROS CUSTOS (GANHOS), LÍQUIDOS

Os outros ganhos líquidos ascenderam a 73 milhões de euros e 23 milhões de euros nos exercícios findos em 31 dezembro de 2013 e 2012. Em 2013, esta rubrica inclui (1) um ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais assumidas no âmbito da aquisição do investimento na Oi em 2011, por um valor inferior aquele inicialmente reconhecido no passivo, (2) um ganho relacionado com o Contrato de Concessão da Rede Fixa, e (3) o reconhecimento de provisões e ajustamentos de forma a ajustar o valor contabilístico de determinados ativos aos respetivos valores recuperáveis, incluindo uma imparidade reconhecida sobre o goodwill relacionado com o negócio das listas telefónicas (Nota 35). Em 2012, esta rubrica inclui um ganho relacionado com uma remuneração líquida estimada a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Contrato de Concessão, parcialmente compensado pelo reconhecimento de provisões e ajustamentos de forma a ajustar o valor contabilístico de determinados ativos aos respetivos valores recuperáveis.

16. JUROS SUPORTADOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica compõe-se da seguinte forma:

(euros)

	2013	2012
Juros suportados		
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	345.682.897	344.266.779
Outros	5.689.870	4.120.654
Juros obtidos		
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(90.197.912)	(126.521.456)
Outros	(3.751.594)	(8.851.396)
	257.423.261	213.014.581

O aumento nos juros suportados líquidos reflete principalmente um aumento no custo médio da dívida líquida das operações em Portugal de 4,2% em 2012 para 5,3% em 2013, devido essencialmente a um menor retorno nas aplicações financeiras e também a um aumento no custo médio da dívida bruta, explicado pelas obrigações emitidas no final de 2012.

17. PERDAS COM VARIAÇÕES CAMBIAIS, LÍQUIDAS

As perdas com variações cambiais líquidas totalizaram 22 milhões de euros em 2013, em comparação com 2 milhões de euros em 2012, refletindo principalmente o impacto da desvalorização significativa do Dólar americano face ao Euro em 2013 nos ativos líquidos denominados em dólares americanos.

18. PERDAS (GANHOS) EM ATIVOS FINANCEIROS E OUTROS INVESTIMENTOS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Instrumentos financeiros derivados (Nota 45)	1.294.128	3.838.959
Investimentos em imóveis	473.729	309.915
Outros, líquidos	246.610	(226.942)
	2.014.467	3.921.932

19. OUTROS CUSTOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Comissões e outros serviços bancários	44.255.667	39.652.204
Outros	10.379.760	4.912.881
	54.635.427	44.565.085

20. IMPOSTOS E TAXAS

Em 2013, as empresas localizadas em Portugal Continental são tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 25%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012) e de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 7,5 milhões de euros (10,0 milhões de euros em 2012), resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% para lucros tributáveis que excedam 7,5 milhões de euros.

A partir de 2014, as empresas localizadas em Portugal Continental serão tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas à taxa base de 23%, acrescida de (1) uma Derrama Municipal de até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável, e (2) uma Derrama Estadual de 3,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 1,5 milhões de euros e 7,5 milhões de euros, de 5,0% aplicável sobre o lucro tributável entre 7,5 milhões de euros e 35 milhões de euros, e de 7,0% aplicável sobre o lucro tributável que exceda 35 milhões de euros, resultando numa taxa máxima agregada de aproximadamente 31,5% para lucros tributáveis que excedam 35 milhões de euros.

A Portugal Telecom é tributada de acordo com o regime especial de tributação dos grupos de sociedades, do qual fazem parte as empresas localizadas em Portugal em que detêm, direta ou indiretamente, pelo menos 90% do seu capital e cumprem os requisitos previstos no artigo 69.º do Código do IRC. A partir de 2014, este limite de 90% irá diminuir para 75%.

De acordo com a legislação Portuguesa em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social, sendo que para as quotizações e contribuições relativas a exercícios anteriores a 2001 o prazo era de dez anos), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. No Brasil, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de cinco anos. O Conselho de Administração da Portugal Telecom, suportado nas informações dos seus assessores fiscais, entende que eventuais revisões e correções dessas declarações fiscais, bem como outras contingências de natureza fiscal, não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2013, considerando as provisões reconhecidas pela Empresa (Nota 42).

20.1. Impostos Diferidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos e passivos por impostos diferidos foram como segue:

(euros)								
	Saldo 31 dez 2012	Aumentos e reduções		Alteração de taxa de imposto (ii)		Ajustamentos de conversão cambial (ii)	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
		Resultado líquido	Outras reservas e resultados acumulados (i)	Resultado líquido	Outras reservas e resultados acumulados (i)			
Ativos por impostos diferidos								
Benefícios de reforma	282.575.908	(4.329.497)	34.979.436	(11.356.545)	(13.548.178)	-	(98.763)	288.222.361
Prejuízos fiscais reportáveis (iv)	194.508.970	32.527.726	-	(18.123.336)	-	-	-	208.913.360
Provisões e ajustamentos	69.034.645	(11.867.267)	-	(1.803.423)	-	22.326	465.786	55.852.067
Instrumentos financeiros	2.267.475	(793.571)	(634.984)	(66.779)	-	-	(4.188)	767.953
Outros	12.013.814	(488.250)	-	(725.126)	-	2.506	336.233	11.139.177
	560.400.812	15.049.141	34.344.452	(32.075.209)	(13.548.178)	24.832	699.068	564.894.918
Passivos por impostos diferidos								
Reavaliação de ativos fixos	171.526.102	(10.526.934)	-	-	(12.879.404)	-	(6.616)	148.113.148
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	1.053.237	(520.215)	-	(42.642)	-	-	1	490.381
Instrumentos financeiros	14.286.361	-	-	-	(1.142.909)	-	-	13.143.452
Outros (v)	83.525.446	357.042	-	(418.379)	-	(7.580.323)	6.193.926	82.077.712
	270.391.146	(10.690.107)	-	(461.021)	(14.022.313)	(7.580.323)	6.187.311	243.824.693
		25.739.248	34.344.452	(31.614.188)	474.135	7.605.155	(5.488.243)	

(i) Os aumentos e reduções nos ativos e passivos por impostos diferidos registados através de outras reservas e resultados acumulados refletem essencialmente o efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas reconhecidas no período, as reservas de reavaliação e as perdas registadas nos derivados de cobertura, nos montantes de 21.431.258 euros (Nota 44.5), 12.879.404 euros (Nota 44.5) e 507.925 euros. | (ii) Esta rubrica corresponde essencialmente ao impacto da diminuição na taxa de imposto aplicável em Portugal a partir de 2014, conforme mencionado acima. | (iii) Os ajustamentos de conversão cambial correspondem essencialmente ao impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro. | (iv) Esta rubrica corresponde aos prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom, os quais foram gerados em 2011, 2012 e 2013 e têm uma maturidade de 4 anos para os prejuízos gerados em 2011 e 5 anos para os prejuízos gerados em 2012 e 2013. Estes prejuízos fiscais só podem ser usados com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício. Caso a combinação de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi seja concluída (Nota 1), a manutenção destes prejuízos fiscais fica condicionada às aprovações exigidas por lei. | (v) Os outros passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 incluem principalmente o efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas, no montante de 62 milhões de euros.

(euros)							
	Saldo 31 dez 2011	Aumentos e reduções		Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2012	
		Resultado líquido	Outras reservas e resultados acumulados (i)				
Ativos por impostos diferidos							
Benefícios de reforma	405.686.262	(134.972.134)	11.492.585	-	369.195	282.575.908	
Prejuízos fiscais reportáveis (ii)	115.703.314	78.341.666	-	-	463.990	194.508.970	
Provisões e ajustamentos	55.945.658	9.272.808	-	-	3.816.179	69.034.645	
Instrumentos financeiros	4.188.083	(881.363)	(1.035.056)	-	(4.189)	2.267.475	
Outros	8.965.790	3.496.144	-	(36.682)	(411.438)	12.013.814	
	590.489.107	(44.742.879)	10.457.529	(36.682)	4.233.737	560.400.812	
Passivos por impostos diferidos							
Reavaliação de ativos fixos	182.463.945	(10.937.589)	-	-	(254)	171.526.102	
Mais-valias fiscais com tributação suspensa	1.341.723	(288.485)	-	-	(1)	1.053.237	
Instrumentos financeiros	14.286.361	-	-	-	-	14.286.361	
Outros (iii)	78.614.832	12.543.899	(2.420.197)	(625.840)	(4.587.248)	83.525.446	
	276.706.861	1.317.825	(2.420.197)	(625.840)	(4.587.503)	270.391.146	
		(46.060.704)	12.877.726	589.158	8.821.240		

(i) Os aumentos e reduções nos ativos e passivos por impostos diferidos registados através de outras reservas e resultados acumulados refletem essencialmente o efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas reconhecidas no período, no montante de 11.492.585 euros (Nota 44.5), e sobre as perdas registadas nos derivados de cobertura, no montante de 1.035.056 euros. | (ii) Esta rubrica corresponde aos prejuízos fiscais reportáveis da Portugal Telecom, os quais foram gerados em 2011 e 2012 e podem ser usados durante os 4 e 5 anos subsequentes ao ano em que foram gerados, respetivamente, com um limite de 75% da matéria coletável em cada exercício. Caso a combinação de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi seja concluída (Nota 1), a manutenção destes prejuízos fiscais fica condicionada às aprovações exigidas por lei. | (iii) Os outros passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2012 incluem principalmente o efeito fiscal sobre dividendos atribuídos e não liquidados por empresas associadas, no montante de 59 milhões de euros.

Conforme referido na Nota 3.o), os ativos por impostos diferidos apenas são reconhecidos quando exista razoável segurança de que estes poderão vir a ser utilizados na redução do resultado tributável futuro, ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável ocorrer no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A Portugal Telecom entende que os ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira são recuperáveis

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

quer através da sua utilização na redução do resultado tributável futuro, tendo por base o resultado do Grupo previsto em orçamento para o ano 2014 e projeções de resultados para os anos subsequentes ajustadas por diferenças entre os resultados contabilísticos e fiscais e por determinadas operações financeiras a realizar no futuro, como através da reversão de passivos por impostos diferidos.

20.2. Reconciliação da taxa de imposto

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a reconciliação entre a taxa nominal e a taxa efetiva de imposto é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Resultado antes de impostos	449.998.494	435.695.771
Taxa nominal de imposto	31,5%	31,5%
	141.749.526	137.244.168
Taxas de imposto diferenciadas (i)	2.680.801	(30.322.650)
Diferenças permanentes (ii)	(104.311.738)	21.883.208
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento (Nota 42)	10.140.248	15.618.146
Regularizações à estimativa de imposto de exercícios anteriores	(19.851.137)	(18.814.781)
Alteração na taxa de imposto (iii)	31.614.188	-
	62.021.888	125.608.091
Imposto sobre o rendimento		
Imposto corrente	56.146.948	79.547.387
Imposto diferido	5.874.940	46.060.704
	62.021.888	125.608.091

(i) Esta rubrica corresponde ao impacto da diferença entre a taxa de imposto aplicável em Portugal e outras taxas de imposto aplicáveis a outras empresas do Grupo, nomeadamente às operações no estrangeiro. A variação nesta rubrica reflete essencialmente menores ganhos no investimento na Unitel, cujos resultados são tributáveis a uma taxa menor do que a taxa máxima aplicável em Portugal, e prejuízos fiscais mais elevados apurados pela PT Comunicações, os quais foram tributáveis à taxa base de 25%, também inferior à taxa máxima de 31,5%. (ii) A alteração nesta rubrica é explicada essencialmente pelo impacto de maiores ganhos não tributáveis em 2013, incluindo o ganho decorrente da alienação do investimento na CTM (Nota 32.a) e o ganho resultante da liquidação de obrigações contratuais assumidas no âmbito da aquisição da Oi (Nota 15). (iii) Esta rubrica diz respeito ao impacto da alteração na taxa de imposto aplicável em Portugal a partir de 2014, conforme mencionado acima, em resultado da qual os ativos e passivos por impostos diferidos foram remensurados em conformidade.

21. INTERESSES NÃO CONTROLADORES

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, realizaram-se os seguintes movimentos nos interesses não controladores:

	(euros)						
	Saldo 31 dez 2012	Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
Africatel	103.877.972	-	26.048.702	(6.250.000)	(12.307.788)	(1.813.093)	109.555.793
MTC	63.270.388	-	22.283.773	(20.261.551)	(16.341.029)	-	48.951.581
Cabo Verde Telecom	36.373.081	-	3.708.162	(3.326.459)	-	-	36.754.784
Timor Telecom	11.202.237	(792.784)	2.691.725	-	(584.476)	18.693	12.535.395
CST	8.392.468	-	9.486	-	-	-	8.401.954
TPT	3.328.307	-	786.583	(154.000)	-	(165.048)	3.795.842
LTM	2.181.095	-	1.340.361	(1.334.025)	(134.165)	(1)	2.053.265
Kenya Postel Directories	1.260.836	-	(290.961)	(382.718)	(38.246)	82.328	631.239
Previsão	393.901	-	53.807	-	-	1.187	448.895
Outras	2.394.061	-	364.013	(276.510)	(114.574)	-	2.366.990
	232.674.346	(792.784)	56.995.651	(31.985.263)	(29.520.278)	(1.875.934)	225.495.738

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro em 2013.

(euros)

	Saldo 31 dez 2011	Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital	Resultado líquido	Dividendos	Variações cambiais (i)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2012
Africatel (ii)	83.863.847	(12.825.000)	41.562.967	-	(4.186.066)	(4.537.776)	103.877.972
MTC	66.642.692	-	22.628.517	(21.642.369)	(4.583.105)	224.653	63.270.388
Cabo Verde Telecom	41.278.588	-	7.373.541	(12.279.048)	-	-	36.373.081
Timor Telecom	12.491.211	-	7.761.368	(9.018.652)	(32.093)	403	11.202.237
CST	8.119.457	-	273.011	-	-	-	8.392.468
TPT	3.540.645	-	2.232.930	(2.305.487)	-	(139.781)	3.328.307
LTM	2.318.736	-	1.485.510	(1.343.415)	(279.736)	-	2.181.095
Kenya Postel Directories	1.373.998	-	353.478	(418.689)	(47.951)	-	1.260.836
Previsão	497.015	-	(103.160)	-	-	46	393.901
Outras	2.103.783	-	715.737	(337.430)	(56.852)	(31.177)	2.394.061
	222.229.972	(12.825.000)	84.283.899	(47.345.090)	(9.185.803)	(4.483.632)	232.674.346

(i) Os ajustamentos de conversão cambial estão essencialmente relacionados com o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro em 2012. | (ii) O movimento incluído na rubrica "Aquisições (alienações) e aumentos (reduções) de capital" está relacionado com a participação dos interesses não controladores numa redução de capital efetuada por esta empresa.

22. DIVIDENDOS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Portugal Telecom pagou dividendos no montante de 284.658.563 euros e 569.317.125 euros, respetivamente (Nota 47.g). O montante pago em 2012, aprovado pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom a 15 de dezembro de 2011, inclui 188.312.588 euros pagos em janeiro como um adiantamento sobre os lucros de 2011, e 381.004.538 euros pagos em maio.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 27 de abril de 2012, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 65 cêntimos de euro, dos quais 21,5 cêntimos de euro por ação já tinham sido pagos em 4 de janeiro de 2012 como um adiantamento sobre os lucros de 2011, conforme mencionado anteriormente, e os restantes 43,5 cêntimos por ação foram pagos em 25 de maio de 2012, no montante de 381.004.538 euros relativamente a 875.872.500 ações, o qual inclui 9.067.098 euros pagos à Telemar Norte Leste relativos à parcela das 89.651.205 ações da Portugal Telecom detidas por esta entidade, resultando num efeito líquido no capital próprio de 371.937.439 euros.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 19 de abril de 2013, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 32,5 cêntimos de euro, o qual foi pago em 17 de maio de 2013, no montante total de 284.658.562 euros relativamente a 875.872.500 ações, o qual inclui 6.774.269 euros pagos à Telemar Norte Leste relativos à parcela das 89.651.205 ações da Portugal Telecom detidas por esta entidade, resultando num efeito líquido no capital próprio de 277.884.293 euros.

Os montantes pagos acima mencionados correspondem ao dividendo unitário pago considerando as 896.512.500 ações emitidas ajustadas por 20.640.000 ações detidas através de contratos de equity swap.

23. RESULTADOS POR AÇÃO

Os resultados por ação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram calculados como segue:

(euros)			
		2013	2012
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(1)	330.980.955	225.803.781
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(2)	30.807.282	30.442.820
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(3)	361.788.237	256.246.601
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(4)	855.053.670	856.659.594
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		84.175.084	82.472.694
	(5)	939.228.754	939.132.288
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom			
Básico	(1)/(4)	0,39	0,26
Diluído	(3)/(5)	0,39	0,26

(i) O número médio de ações ordinárias em circulação foi calculado considerando 896.512.500 ações emitidas ajustadas (1) por 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de equity swap, aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) pela participação da Portugal Telecom nas suas próprias ações adquiridas pela Telemar Norte Leste em 2011 e 2012, no âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1). | (ii) Os resultados diluídos incluíam o impacto das obrigações convertíveis emitidas em agosto de 2007.

24. INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Esta rubrica consiste em aplicações financeiras de curto prazo com termos e condições previamente acordados com as instituições financeiras. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição desta rubrica é como segue:

(euros)			
		2013	2012
Títulos de dívida (i)		750.000.000	510.000.000
Debentures (iii)		161.820.445	113.628.357
Outras aplicações financeiras de curto prazo		2.308.312	2.369.431
		914.128.757	625.997.788

(i) Esta rubrica inclui essencialmente títulos de dívida emitidos pela PT Finance e pela Portugal Telecom com uma maturidade de aproximadamente 2 meses e que foram liquidados em 2014 nas datas devidas pelo respetivo valor nominal, acrescido de juros. | (ii) Em 31 de dezembro de 2013, as debentures, no montante de aproximadamente 162 milhões de euros, foram emitidas pelo Banco Santander do Brasil, S.A. e pela Dibens Leasing S.A. e foram subscritas por empresas subsidiárias da Portugal Telecom localizadas no Brasil. A maturidade destas obrigações é de aproximadamente um ano.

25. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

(euros)			
		2013	2012
Contas a receber de clientes:			
Contas a receber de clientes		878.013.992	910.670.634
Acréscimos de proveitos (i)		122.248.587	155.313.652
Sub-total		1.000.262.579	1.065.984.286
Ajustamentos a contas a receber de clientes (Nota 42)		(237.326.106)	(269.193.656)
		762.936.473	796.790.630

(i) Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica inclui proveitos ainda não faturados à Fundação das Comunicações Móveis no montante total de aproximadamente 56 milhões de euros, os quais respeitam essencialmente a 2010 e anos anteriores. O remanescente desta rubrica corresponde essencialmente a receitas registadas no ano corrente, mas que apenas serão faturadas no próximo ano.

26. CONTAS A RECEBER - OUTROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Outras contas a receber correntes:		
Contas a receber de partes relacionadas (i)	234.818.369	264.563.890
Adiantamentos a fornecedores	17.525.855	14.345.227
Juros a faturar	7.278.309	21.222.354
Outros (ii)	158.062.517	108.304.309
Sub-total	417.685.050	408.435.780
Ajustamentos a outras contas a receber correntes (Nota 42)	(11.233.554)	(11.378.799)
	406.451.496	397.056.981
Outras contas a receber não correntes:		
Outras contas a receber não correntes	1.080.306	2.432.547
	1.080.306	2.432.547

(i) Esta rubrica inclui principalmente dividendos a receber da empresa associada Unitel (Nota 48.a). | (ii) O aumento desta rubrica é explicado sobretudo pelo reconhecimento em 2013 da compensação líquida estimada a receber pela Portugal Telecom por custos suportados em anos anteriores com o serviço universal nos termos do Acordo de Concessão, conforme explicado na Nota 15.

27. EXISTÊNCIAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Mercadorias (i)	82.657.026	93.568.313
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	31.308.018	33.614.530
Produtos e trabalhos em curso	1.751.563	6.507.792
Sub-total	115.716.607	133.690.635
Ajustamento para depreciação de existências (Nota 42)	(29.843.659)	(28.765.102)
	85.872.948	104.925.533

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica inclui essencialmente equipamentos terminais móveis e telefones fixos, modems (acesso à Internet por ADSL) e TV boxes do negócio de telecomunicações em Portugal.

28. IMPOSTOS A PAGAR E A RECUPERAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os saldos destas rubricas têm a seguinte composição:

	(euros)			
	2013		2012	
	Devedor	Credor	Devedor	Credor
Impostos correntes				
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	14.869.413	41.104.614	10.100.914	33.196.210
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas	51.905.644	2.165.427	46.151.079	2.178.460
Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares	-	9.330.374	-	14.814.413
Segurança Social	-	10.828.681	-	9.886.565
Outros	296.235	2.611.168	-	497.321
	67.071.292	66.040.264	56.251.993	60.572.969
Impostos em países estrangeiros	3.861.167	14.067.678	15.377.850	21.344.538
	70.932.459	80.107.942	71.629.843	81.917.507
Impostos não correntes				
Impostos em países estrangeiros	24.739	-	59.313	-

29. CUSTOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Juros pagos antecipadamente	29.563.928	29.248.675
Despesas com publicidade e propaganda pagas antecipadamente	6.370.358	8.281.403
Custos diretos	5.841.850	7.121.253
Rendas e alugueres	6.035.233	5.794.149
Manutenção e reparação	3.290.448	3.932.889
Publicação de listas telefónicas	2.918.237	3.079.345
Outros	11.224.050	4.956.374
	65.244.104	62.414.088

30. INVESTIMENTOS EM EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Em 28 de Março de 2011, conforme referido na Nota 1, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição dos investimentos na Oi e na Contax e os acordos com os seus acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de reais brasileiros (3.728 milhões de euros). O investimento na Telemar foi realizado através da aquisição de uma participação direta na empresa e, indiretamente, através da aquisição de participações no capital social de seus acionistas controladores, enquanto o investimento na Contax foi realizado indiretamente através da aquisição de uma participação no capital social da CTX.

O Grupo Oi é líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, fornecendo atualmente estes serviços através da Oi, S.A. e das suas subsidiárias, e a Contax é uma das empresas líderes em serviços corporativos e líder em contact centres no Brasil.

Os termos dos acordos de acionistas celebrados entre a Portugal Telecom, a AG e a LF contêm mecanismos de votação unânime pelos seus representantes nos Conselhos de Administração da Oi e da Contax, no que concerne a decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas que afetam a atividade dos grupos Oi e Contax. Consequentemente, de acordo com os termos da IFRS 11, a Empresa concluiu que partilha contratualmente o controlo da Telemar Participações e da CTX Participações, pelo que estas entidades em conjunto com as suas subsidiárias são classificadas como empreendimentos conjuntos e, consequentemente, contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

30.1. Detalhe dos investimentos da Portugal Telecom em empreendimentos conjuntos

O detalhe do investimento total da Portugal Telecom na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Oi	2.013.310.333	2.488.085.654
Investimento financeiro (i)	1.254.256.430	1.573.492.521
Goodwill (ii)	759.053.903	914.593.133
Contax	54.251.514	60.077.175
Investimento financeiro	18.246.588	16.694.409
Goodwill (ii)	36.004.926	43.382.766
Telemar Participações (iii)	77.907.584	90.953.229
LF (iv)	120.551.271	157.499.710
AG (iv)	124.513.850	161.542.615
CTX	16.181.157	20.708.350
Outras	1.531.151	1.193.834
	2.408.246.860	2.980.060.567

(i) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, este investimento financeiro reflete a participação direta de 15,4% e 15,6% da Portugal Telecom nos ativos líquidos da Oi, nos montantes de 8.162 milhões de euros e 10.118 milhões de euros, respetivamente, cujo detalhe se encontra apresentado abaixo, incluindo algumas notas explicativas. A redução no valor contabilístico deste investimento durante o exercício de 2013 reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro, no montante de 256 milhões de euros, e os dividendos recebidos da Oi em março e outubro de 2013, no montante total de 86 milhões de euros (Nota 47.e), efeitos parcialmente compensados pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Oi, no montante total de 23 milhões de euros, cujo detalhe é apresentado abaixo, e pela participação da Portugal Telecom nos outros ganhos líquidos reconhecidos pela Oi diretamente no capital próprio, relacionados essencialmente com ganhos atuariais nos planos de benefícios de reforma e efeitos de cobertura em instrumentos financeiros derivados. | (ii) A variação nesta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro (163 milhões de euros). | (iii) Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 12,1% na Telemar Participações. O investimento na Telemar Participações reflete a composição dos seus ativos líquidos, incluindo (1) a participação direta de 17,7% detida na Oi, e (2) a dívida bruta no montante total de 942 milhões de euros (1.249 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012). | (iv) Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 35% tanto na AG como na LF. O investimento nestas empresas reflete a composição dos seus ativos líquidos, incluindo (1) os seus investimentos na Telemar Participações, através de uma participação direta de 19,4% cada uma, e na Oi por via de uma participação direta de 4,5% cada uma, e (2) a dívida bruta de ambas as empresas, nos montantes de 196 milhões de euros no caso da AG e 199 milhões de euros no caso da LF (249 milhões de euros e 247 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente).

Os ativos líquidos da Oi apresentados abaixo estão ajustados pelos efeitos da alocação do preço de compra dos investimentos adquiridos pela Portugal Telecom na Oi bem como por outros ajustamentos de uniformização com as políticas contabilísticas do Grupo. O detalhe dos ativos líquidos da Oi em 31 de dezembro em 2013 e 2012 é como se segue:

	(euros)	
	2013	2012
Caixa e equivalentes de caixa	762.768.814	1.632.283.721
Investimentos de curto prazo	163.210.160	921.209.009
Contas a receber correntes	3.050.513.483	2.880.155.049
Impostos a recuperar correntes	713.511.917	1.249.247.062
Depósitos judiciais correntes (i)	404.055.634	765.022.630
Goodwill	22.692.638	29.241.257
Ativos tangíveis (ii)	8.011.567.784	9.175.484.852
Ativos intangíveis (iii)	8.284.614.390	10.585.042.493
Benefícios de reforma	18.479.119	38.184.979
Impostos diferidos (iv)	1.867.025.458	2.290.228.031
Depósitos judiciais não correntes (i)	3.392.355.244	3.596.216.632
Outros	755.899.047	838.655.543
Total do activo	27.446.693.688	34.000.971.258
Dívida de curto prazo (v)	1.075.578.550	822.083.171
Contas a pagar correntes	847.752.589	1.647.774.733
Acréscimos de custos correntes	1.014.419.828	996.864.374
Impostos a pagar correntes	841.981.404	1.337.164.767
Provisões correntes (vi)	375.591.309	662.889.579
Dívida de médio e longo prazo (v)	9.062.011.675	11.035.628.461
Impostos a pagar não correntes (vii)	849.402.537	1.192.461.097
Provisões não correntes (vi)	1.348.916.630	1.877.087.797
Benefícios de reforma	197.557.853	322.084.150
Impostos diferidos (iv)	1.984.575.960	2.584.935.660
Outros (viii)	1.687.211.722	1.403.529.996
Total do passivo	19.285.000.057	23.882.503.785
Total (a)	8.161.693.631	10.118.467.473

a) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, conforme mencionado acima, a Portugal Telecom detinha uma participação direta de 15,4 e 15,6% no capital próprio da Oi de 8.162 milhões de euros e 10.118 milhões de euros, respetivamente, o que corresponde a um investimento de 1.254 milhões de euros e 1.573 milhões de euros, respetivamente.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A informação acerca das principais rubricas da demonstração da posição financeira da Oi são apresentadas abaixo.

i) Depósitos judiciais

A Oi tem diversos litígios judiciais, incluindo contingências cíveis, laborais e fiscais, para os quais, de acordo com a legislação brasileira, as empresas, em determinadas situações, devem constituir depósitos judiciais ou apresentar garantias financeiras junto das entidades judiciais responsáveis. Estes depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda foi avaliada pela Empresa quer como provável, possível ou remota, dependendo da decisão das autoridades judiciais, e geralmente vencem juros ou são atualizados pela taxa de inflação. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os depósitos judiciais apresentavam a seguinte composição:

	(milhões de euros)	
	2013	2012
Depósitos judiciais		
Cíveis	2.565	2.952
Fiscais	699	784
Laborais	532	625
	3.796	4.361
Corrente	404	765
Não corrente	3.392	3.596

ii) Ativos tangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os ativos tangíveis da Oi apresentavam a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Equipamento básico	7.094.394.959	7.997.507.842
Edifícios e outras construções	640.679.943	872.165.581
Equipamento administrativo	118.397.789	142.871.286
Terrenos e recursos naturais	61.074.369	74.442.172
Outros ativos tangíveis	97.020.724	88.497.971
	8.011.567.784	9.175.484.852

O equipamento básico refere-se essencialmente a infraestrutura e equipamento de transmissão.

iii) Ativos intangíveis

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição dos ativos intangíveis da Oi é como se segue:

	(euros)	
	2013	2012
Propriedade industrial e outros direitos	8.127.075.567	10.336.877.971
Outros ativos intangíveis	157.538.823	248.164.522
	8.284.614.390	10.585.042.493

A rubrica "Propriedade industrial e outros direitos" inclui essencialmente:

- Os montantes de 7.392 milhões de euros e 9.471 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos a licenças obtidas pelo Grupo Oi, incluindo licenças de rede móvel e concessões de rede fixa, as quais foram ajustadas a valor de mercado em resultado da alocação do preço de compra do investimento na Oi. As concessões de rede fixa são detidas pela Telemar Norte Leste e pela Oi, S.A. e amortizadas pelo período de concessão (até 2025), enquanto as licenças de rede móvel são detidas pela TNL PCS e pela Brasil Telecom Celular e amortizadas pelos períodos das licenças acrescidos de um período de renovação (até 2038);
- Os montantes de 148 milhões de euros e 320 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos ao

valor contabilístico das listas de clientes das operações móveis da Oi, as quais foram reconhecidas ao justo valor em 31 de março de 2011 em resultado da alocação do preço de compra dos investimentos adquiridos pela Portugal Telecom na Oi; estes valores são amortizados, numa base linear, com base no período médio estimado de retenção de clientes;

- Os montantes de 413 milhões de euros e 490 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos a licenças de software.

iv) Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição dos ativos e passivos por impostos diferidos da Oi é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Ativos por impostos diferidos		
Provisões e ajustamentos	844.402.014	1.193.050.021
Prejuízos fiscais reportáveis	800.360.378	815.943.927
Outros	222.263.066	281.234.083
	1.867.025.458	2.290.228.031
Passivos por impostos diferidos	1.984.575.960	2.584.935.660

Os prejuízos fiscais reportáveis do Brasil não têm maturidade, podendo apenas ser usados com um limite de 30% da matéria coletável em cada exercício.

Os passivos por impostos diferidos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 incluem essencialmente os efeitos fiscais sobre (1) ajustamentos a justo valor registados pela Oi em resultado de processos de alocação do preço de compra relativos a concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores (645 milhões de euros e 883 milhões de euros, respetivamente) e (2) os ajustamentos a justo valor registados pela Portugal Telecom no âmbito do processo de alocação do preço de compra do investimento na Oi, concluído em março de 2011 (1.339 milhões de euros e 1.675 milhões de euros, respetivamente).

v) Dívida

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as rubricas da dívida bruta têm a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Empréstimos por obrigações não convertíveis	6.260.353.736	6.659.529.100
Empréstimos bancários	4.056.511.412	4.975.487.312
Instrumentos financeiros derivados	(462.465.535)	(152.198.797)
Outros financiamentos	283.190.612	374.894.017
	10.137.590.225	11.857.711.632

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A tabela abaixo inclui informação sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de dezembro de 2013:

Emitente	Dívida	Moeda local (i)	Euro	Data de emissão	Maturidade esperada (ii)	Taxa de juro
Oi	Debentures	1.500.000.000	460.461.690	mar-13	2019	
Oi	Debentures (iii)	2.000.000.000	613.948.919	mar-12	Entre 2017 e 2020	IPCA+6,20% and CDI+0,94%
Oi	Senior Notes (iv)	3.513.900.000	1.078.677.554	fev-12	2022	5,75%
Oi	Debentures	2.350.000.000	721.389.980	dez-11	Entre 2016 e 2018	CDI+1,15%
Oi	Senior Notes	1.100.000.000	337.671.906	set-11	2016	9,75%
Oi	Debentures	1.000.000.000	306.974.460	ago-11	2017	CDI+1%
Oi	Senior Notes (v)	2.419.875.000	742.839.821	dez-10	2017	5,13%
Telemar	Senior Notes (iv)	4.186.284.765	1.285.082.504	set-10	2020	5,50%
Telemar	Debentures	2.000.000.000	613.948.919	nov-09	2014	CDI+1,2%
Telemar	Bond	332.785.071	102.156.517	abr-09	2019	9,50%
Outros financiamentos e despesas de transação			(2.798.534)			
			6.260.353.736			

(i) Os montantes estão expressos em reais brasileiros e correspondem a 100% do montante emitido. | (ii) Os empréstimos são reembolsados na data final de maturidade, exceto quando indicado em contrário. (iii) Estas obrigações foram emitidas em duas séries, uma primeira no montante de 400 milhões de reais brasileiros a vencer juros à taxa do CDI acrescida de um spread de 0,94% e uma segunda no montante de 1.600 milhões de reais brasileiros a vencer juros à taxa do IPCA acrescida de um spread de 6,20%. | (iv) Estas Senior Notes foram emitidas em dólares americanos. | (v) Estas Senior Notes foram emitidas em euros.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários obtidos pela Oi incluem essencialmente:

- Contratos de financiamento celebrados em dezembro de 2012 pelo Grupo Oi com o BNDES, no montante total de 5.417 milhões de reais brasileiros, com o objetivo de financiar investimentos entre 2012 e 2014. Em 31 de dezembro de 2013, diversas empresas do Grupo Oi estavam a utilizar o montante total de 2.860 milhões de reais brasileiros (878 milhões de euros) no âmbito destes contratos de financiamento;
- Contratos de financiamento celebrados em dezembro de 2009 por diversas empresas do Grupo Oi com o BNDES, no montante total de 4.403 milhões de reais brasileiros, com o objetivo de financiar investimentos entre 2009 e 2011. Em 2009, 2010 e 2011, as empresas do Grupo Oi utilizaram os montantes de 1.500 milhões de reais brasileiros, 1.093 milhões de reais brasileiros e 1.068 milhões de reais brasileiros, respetivamente, no âmbito dos referidos contratos de financiamento. Os juros e o capital são pagos mensalmente até dezembro de 2018. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2013 era de 1.915 milhões de reais brasileiros (588 milhões de euros);
- Um financiamento de 4.300 milhões de reais brasileiros obtidos em maio de 2008 pela Telemar junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom (agora Oi,S.A.). Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2015 até maio de 2018. No seguimento do reembolso de duas prestações em maio de 2010 e maio de 2011, no montante de 614 milhões de reais brasileiros cada uma, o montante remanescente em dívida é reembolsável em quatro prestações anuais, a começar em maio de 2015. O montante em dívida em 31 de dezembro de 2013 era de 3.071 milhões de reais brasileiros, equivalente a 943 milhões de euros.

Os instrumentos financeiros derivados correspondem essencialmente a instrumentos de cobertura de taxa de câmbio e taxa de juro, a justo valor, cujo objetivo consiste em minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de câmbio e de taxa de juro.

Os outros financiamentos incluem essencialmente certificados imobiliários indiretamente emitidos pelo Grupo Oi e adquiridos por instituições financeiras Brasileiras. Em Agosto de 2010, a Oi, S.A. e a Telemar transferiram diversos imóveis para as suas subsidiárias integrais Copart 4 Participações S.A. (Copart 4), e Copart 5 Participações S.A. (Copart 5). A Telemar e a Oi celebraram contratos de arrendamento pelos períodos de até 12 anos para o uso continuado de todos os imóveis transferidos para a Copart 4 e para a Copart 5, respetivamente. A Copart 4 e a Copart 5 cederam os valores a receber no âmbito destes contratos de locação à BSCS – Brazilian Securities Companhia de Securitização, a qual emitiu Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI), suportados nesses créditos. Os CRI foram adquiridos por instituições financeiras brasileiras, tendo a Oi recebido um montante total de 1.585 milhões de reais brasileiros. A taxa de juros líquida agregada efetiva nesta transação é de 102% do CDI. Em 31 de dezembro de 2013, o total da dívida no âmbito destes arrendamentos era de 923 milhões de reais brasileiros (283 milhões de euros).

vi) Provisões

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a natureza e o detalhe de diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo Oi, para os quais o risco de perda foi classificado como provável e que portanto estão integralmente provisionados, é como se segue:

(milhões)

		31 dez 2013		31 dez 2012	
		Euro	Reais brasileiros	Euro	Reais brasileiros
Cíveis	(i)				
Lei societária	(a)	633,2	2.062,7	863,3	2.334,0
Estimativas e multas ANATEL	(b)	320,9	1.045,5	365,2	987,3
Outras		222,7	725,5	363,4	982,4
Sub-total		1.177,0	3.833,7	1.592,0	4.303,7
Laborais	(ii)				
Horas extra	(a)	145,8	474,9	234,9	635,0
Diferenças salariais e efeitos relacionados	(b)	17,5	57,0	30,9	83,5
Condições de trabalho perigosas	(c)	39,5	128,8	63,9	172,9
Indemnizações	(d)	46,2	150,6	79,4	214,7
Estabilidade e reintegração	(e)	37,1	120,9	66,8	180,7
Complementos adicionais de reforma	(f)	23,0	75,0	36,3	98,1
Honorários de advogados e peritos	(g)	9,5	31,0	15,6	42,1
Rescisões contratuais	(h)	7,7	24,9	14,6	39,6
Outras	(i)	24,3	79,2	111,5	301,4
Sub-total		351,0	1.142,3	654,0	1.768,0
Fiscais	(iii)				
ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado)	(a)	111,0	361,5	165,7	448,1
FUNTEL	(b)	45,2	147,4	52,8	142,6
Outras		40,4	131,5	75,4	203,8
Sub-total		197,0	640,4	294,0	794,5
Total		1.725,0	5.616,3	2.540,0	6.866,3

i) Contingências cíveis

a) Lei Societária

Como sucessora da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações), empresa adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis interpostas contra essa entidade, nomeadamente diversas ações movidas por assinantes de linhas telefônicas no Estado do Rio Grande do Sul. A CRT assinou contratos de participação com os seus assinantes de telefonia fixa, no âmbito dos quais os assinantes de telefonia fixa tinham direito a receber ações da CRT, sendo o número de ações emitidas para cada assinante determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT. No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a empresa alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que tinham direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante.

Adicionalmente, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. (Telems), Telecomunicações de Goiás S.A. (Telegoiás) e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. (Telemat), operadoras adquiridas pela Brasil Telecom na privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Brasil Telecom, a Oi, S.A. (antiga Bratel Telecom) está sujeita a diversas ações cíveis com relação a programas de telefone (Programas Telefónicos Comunitários) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

A Brasil Telecom, com base em decisões proferidas nos tribunais de justiça em 2009, considera o risco de perda associado a estes processos como provável. Atualmente, as provisões para fazer face a estes processos são constituídas considerando (i) a existência de várias teses jurídicas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

No final de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme notícia divulgada no seu website, fixou critérios de indemnização a serem adotados pela Oi, S.A., em benefício dos acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indemnização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve ser calculada da seguinte forma: (i) definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respetiva integralização; (ii) após apurada

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

a referida quantidade, passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor da sua cotação na Bolsa de Valores vigente no dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las; e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária, a partir do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. No caso de existir sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Com base na informação atual, a gestão de empresa acredita que a estimativa não seria materialmente afetada em 31 de dezembro de 2013 no caso da metodologia acima referida já ter sido adotada. Entretanto é possível que alterações ocorram caso os itens mencionados acima alterem significativamente, essencialmente em relação ao preço das ações da Oi.

Em 31 de dezembro de 2013, a Oi registou provisões no montante de 2.063 milhões de reais brasileiros para fazer face aquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.334 reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012.

b) Estimativas e multas ANATEL

A Oi recebe diversas notificações da ANATEL, relativas essencialmente ao não cumprimento de metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou no Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas com erros de cobrança, pedidos por serviços de reparação em prazos determinados e pedidos de locais com acesso coletivo ou individual. Em 31 de dezembro de 2013, a Oi registou uma provisão de 1.046 milhões de reais brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 987 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012.

ii) Processos laborais

Os seguintes processos laborais relatam as principais queixas contra a Oi originadas pelo desempenho da sua atividade:

a) Horas extraordinárias – Ações judiciais referentes a pedidos de recebimento de horas extraordinárias, em virtude do número de horas trabalhadas ser alegadamente superior ao horário normal de trabalho.

b) Diferenças salariais e efeitos relacionados – Ações judiciais movidas por funcionários que alegam terem recebido uma remuneração inferior a colegas de trabalho em situação semelhante, associada a outros requisitos na legislação brasileira.

c) Condições de trabalho perigosas – Refletem, essencialmente, o resultado esperado desfavorável no que respeita a um pagamento adicional aos empregados que trabalham em condições classificadas como perigosas, principalmente próximo de instalações de alta voltagem.

d) Indemnizações – Correspondem a pedidos de reembolso ou compensação por danos sofridos enquanto trabalhador da empresa, por várias razões, tais como: acidentes de trabalho, estabilidade temporária, danos morais, devolução de descontos em folhas de pagamento, subsídios de creche e bónus de produtividade previstos no acordo coletivo de trabalho.

e) Estabilidade/Reintegração – Reclamação devido ao alegado incumprimento da condição especial do empregado, a qual proíbe a rescisão de contrato de trabalho sem justa causa.

f) Complemento de reforma adicional - Reclamações referentes a diferenças devidas no plano de previdência privada dos ex-empregados, originadas pelo êxito na integração de outras verbas salariais devidas e não consideradas inicialmente no cálculo do valor da pensão.

g) Honorários de advogados e peritos – Montantes devidos a advogados e peritos nomeados pelo tribunal, quando a prova pericial é necessária durante a fase de averiguação dos processos.

h) Rescisões contratuais – Valores devidos por reclamações decorrentes da rescisão do contrato de trabalho, tais como férias (proporcionais/vencidas), décimo terceiro salário, multa FGTS, entre outros valores que deveriam entrar em conta no cálculo do valor a indemnizar.

i) Outras contingências laborais - Incluem essencialmente reclamações de ex-empregados de empresas subcontratadas por responsabilidade subsidiária da Oi, reclamações relativas a diferenças devidas quanto ao depósito do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) do reclamante, e ainda multas fiscais decorrentes de atrasos ou não pagamento de determinadas verbas previstas no contrato de trabalho.

No segundo trimestre de 2013, a Oi reviu a metodologia utilizada para o cálculo das provisões para perdas com processos laborais de modo a incluir técnicas estatísticas em resultado da experiência acumulada ao longo dos anos relativamente a esta matéria. Esta alteração resultou numa reversão de provisões para contingências laborais no montante aproximado de 315 milhões de reais brasileiros.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor total estimado das contingências laborais contra a Oi relativamente a processos cujo risco de perda foi considerado como provável ascendia a 1.142 milhões de reais brasileiros, em comparação com 1.768 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012.

iii) Contingências fiscais

a) ICMS (Imposto sobre o valor acrescentado)

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir esses créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda de serviços.

A Oi recebeu diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores devidos de ICMS. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se alguns dos ativos adquiridos estão relacionados com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) o não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (de natureza não monetária).

Em 31 de dezembro de 2013, a Oi registou provisões no montante de 362 milhões de reais brasileiros, as quais se destinam a fazer face a estas responsabilidades para as quais o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 448 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012.

b) FUNTTEL

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que efetuar contribuições. Devido a uma alteração imposta pela ANATEL na base de cálculo das respetivas contribuições para o FUNTTEL, foi efetuado um questionamento pela Oi quanto à sua legalidade, tendo sido registada uma provisão para uma eventual contribuição adicional para este fundo. Em 31 de dezembro de 2013, a Oi registou uma provisão no montante de 147 milhões de reais brasileiros para fazer face às contribuições adicionais para o FUNTTEL, em comparação com 143 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe e a natureza dos processos judiciais e das contingências fiscais da Oi para os quais o risco de perda foi considerado como possível são como segue:

	(milhões)			
	31 dez 2013		31 dez 2012	
	Euros	Reais brasileiros	Euros	Reais brasileiros
Cíveis	318,6	1.037,9	282,5	763,7
Laborais	269,3	877,3	319,2	863,0
Fiscais	5.524,3	17.995,9	6.373,3	17.230,9
Total	6.112,2	19.911,1	6.975,0	18.857,6

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

i) Contingências cíveis

Referem-se a ações que não possuem nenhuma decisão judicial vinculada, cujos principais objetos estão associados a questionamentos em relação aos planos de expansão da rede, indenizações por danos morais e materiais, ações de cobrança, processos de licitação, entre outras. O montante total incluído na tabela acima relativamente às contingências cíveis baseia-se exclusivamente nos montantes pedidos pelos autores, os quais são normalmente superiores à realidade do processo.

ii) Contingências laborais

Estas contingências incluem essencialmente reclamações relativas a diferenças salariais, horas extra, adicional de perigosidade e responsabilidade subsidiária, a natureza dos quais se encontra descrita acima.

iii) Contingências fiscais

Em 31 de dezembro de 2013, as contingências fiscais estimadas contra a Oi e a Contax relativamente aos processos cujo risco de perda foi considerado como possível ascendiam a 17.996 milhões de reais brasileiros, em comparação com 17.231 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2012. A legislação fiscal societária no Brasil é extremamente complexa, estando a Oi envolvida atualmente em diversos processos fiscais relativamente a determinados impostos que as empresas entendem ser inconstitucionais, tendo sido apresentadas reclamações para evitar o respetivo pagamento. Estas contingências estão relacionadas essencialmente com o seguinte:

a) Imposto sobre o Valor Acrescentado (ICMS) - Autuações fiscais nos montantes de aproximadamente 5.866 milhões de reais brasileiros e 5.755 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, das quais se destacam (1) a cobrança de ICMS sobre determinadas receitas de serviços já tributadas em sede de ISS ou que não compõem a base de cálculo do ICMS, e (2) o aproveitamento de créditos sobre a aquisição de bens e outros insumos necessários à manutenção da rede.

b) Impostos Municipais - Autuações referentes a impostos lançados pelas autoridades municipais, de entre os quais se destacam aquelas relativas a aluguer de equipamentos, serviços de despertador, entre outros serviços de comunicação. Os montantes totais envolvidos são de aproximadamente 2.078 milhões de reais brasileiros e 1.787 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, os quais não estão provisionados por se entender, com base nas informações dos advogados responsáveis, que o risco de perda é possível, já que essas atividades não se enquadram na lista de incidência do ISS ou já são tributadas em sede de ICMS. Adicionalmente, fortalecendo os argumentos da defesa, o STF (Superior Tribunal Federal) decidiu no último trimestre de 2001 que o ISS não deve incidir sobre a locação de equipamentos, sendo que parte substancial dos valores atuados respeita a esta modalidade de receita.

c) INSS - Processos nos montantes de aproximadamente 1.002 milhões de reais brasileiros e 957 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relacionados, principalmente, com responsabilidade subsidiária, percentagem aplicável do Seguro de Acidente de Trabalho (SAT) e verbas passíveis de incidência de contribuição previdenciária.

d) Impostos federais - As autuações de impostos federais são relativas, principalmente, a procedimentos de compensação e de denúncia espontânea realizados, bem como de glosas efetuadas no apuramento dos impostos, nos montantes de aproximadamente 9.050 milhões de reais brasileiros e 8.761 milhões de reais brasileiros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

vii) Impostos não correntes a pagar

Os impostos a pagar não correntes referem-se a programas de pagamento parcelar de impostos federais em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social.

viii) Outros passivos

Esta rubrica inclui essencialmente dividendos a pagar, contas a pagar não correntes, nomeadamente relacionadas com licenças a pagar à Anatel, e proveitos diferidos.

30.2. Detalhe da participação da Portugal Telecom nos resultados de empreendimentos conjuntos

O detalhe da participação da Portugal Telecom nos resultados de empreendimentos conjuntos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como se segue:

	(euros)	
	2013	2012
Oi (i)	23.437.155	34.393.098
Telemar Participações (ii)	(9.832.620)	(11.345.921)
LF (ii)	(10.415.106)	(12.123.736)
AG (ii)	(9.988.842)	(14.842.982)
Contax	1.433.348	166.504
CTX	862.288	(545.314)
Outras	2.318.098	1.286.353
	(2.185.679)	(3.011.998)

(i) Em 2013 e 2012, conforme explicado acima, esta rubrica corresponde à participação 15,4% e 15,6%, respetivamente, da Portugal Telecom nos resultados da Oi, no montante de 149 milhões de euros e 225 milhões de euros, conforme explicado com mais abaixo em detalhe, incluindo algumas notas explicativas. | (ii) As perdas líquidas destas entidades reflectem essencialmente as despesas financeiras registadas pelas holdings relativamente a financiamentos obtidos.

A tabela abaixo apresenta informação detalhada sobre os resultados da Oi nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os quais foram ajustados pelos efeitos da alocação do preço de compra dos investimentos adquiridos pela Portugal Telecom na Oi, bem como por outros ajustamentos de alinhamento com as políticas contabilísticas do Grupo:

	(milhões de euros)	
	2013	2012
RECEITAS	10.383,1	11.874,5
CUSTOS, DESPESAS E PERDAS		
Custos com o pessoal	825,2	970,7
Custos diretos	2.149,8	2.459,8
Custo das mercadorias vendidas	147,3	171,5
Marketing e publicidade	185,7	192,7
Fornecimentos, serviços externos e outras despesas	2.621,4	3.460,7
Impostos indiretos	696,8	777,1
Provisões e ajustamentos	260,0	293,9
Amortizações	2.155,2	2.257,0
Custos com benefícios de reforma	26,5	25,1
Outros custos, líquidos	1,8	(72,3)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	1.313,4	1.338,2
Juros suportados, líquidos	1.006,0	850,7
Outros custos financeiros, líquidos	164,3	208,7
Resultado antes de impostos	143,1	278,9
Imposto sobre o rendimento	(8,9)	44,4
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	152,0	234,5
Resultados atribuíveis a interesses não controladores	3,0	9,6
Resultado líquido (depois de interesses não controladores)	149,0	224,9

As reduções nas principais rubricas da demonstração dos resultados apresentada acima reflectem, principalmente, o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro, o qual ao nível do resultado líquido depois de interesses não controladores ascendeu a 28 milhões de euros. Excluindo este efeito, o lucro da Oi teria diminuído 48 milhões de euros, refletindo principalmente os seguintes efeitos numa base de moeda constante:

- Maiores juros suportados, refletindo os dividendos pagos pela Oi em abril e agosto de 2012 e os montantes pagos aos acionistas não controladores em abril de 2012 no âmbito da conclusão da operação de simplificação societária do Grupo Oi;
- Maiores custos com amortizações e depreciações, refletindo o aumento nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis incorridos em 2013 e 2012 em comparação com anos anteriores, incluindo a aquisição da licença 4G em junho de 2012;
- Ganhos registados no final de 2012 no âmbito da alienação de imóveis e torres da infraestrutura de rede móvel;

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- Um aumento nos fornecimentos e serviços externos, incluindo maiores custos com manutenção e reparação devido ao aumento da base de clientes e foco em maior qualidade de serviço, e maiores custos com rendas e alugueres refletindo os acordos de locação celebrados no seguimento das alienações de imóveis e torres da rede móvel concluídas no final de 2012;
- Menores vendas e outras receitas operacionais.

Estes efeitos foram parcialmente compensados por:

- Maiores receitas provenientes de serviços prestados, refletindo uma maior contribuição dos serviços de banda larga e TV por subscrição que mais do que compensaram a pressão tradicional nos serviços de voz fixa;
- Uma mais-valia registada pela Oi em dezembro de 2013 no âmbito da alienação da sua operação de cabos submarinos pelo montante total de 1.779 milhões de reais brasileiros.

31. OUTROS ATIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2013, esta rubrica inclui depósitos judiciais, principalmente da PT Brasil, relativamente a ações judiciais cujo risco de perda é considerado como provável, possível ou remoto, com base na decisão das autoridades judiciais, e, geralmente, remunerados ou ajustados pela inflação.

Conforme explicado na Nota 3.l.viii, a Portugal Telecom, celebrou em anos anteriores, operações de QTE, ao abrigo das quais reconheceu na Demonstração Consolidada da Posição Financeira contas a receber e a pagar pelo mesmo montante, relativas à venda dos equipamentos e à locação financeira dos mesmos, respetivamente. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Empresa acordou com as outras partes envolvidas nestes acordos terminar antecipadamente as restantes operações de QTE que ainda se encontravam em aberto a 31 de dezembro de 2011, o que explica a redução nas respetivas contas a receber e a pagar. Em resultado do termo desses contratos, a Empresa não incorreu em custos significativos.

32. ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A composição dos ativos não correntes detidos para venda em 31 de dezembro de 2013 e 2012 é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Investimento na CTM	-	47.318.899
Investimento na Sportinveste Multimedia	4.653.741	4.622.069
	4.653.741	51.940.968

Estes ativos encontram-se registados ao seu valor contabilístico, o qual é menor que o seu valor de mercado deduzido de custos de transação.

a) CTM

Em 13 de janeiro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um acordo definitivo para a venda da sua participação de 28% na CTM à CITIC Telecom e, como tal, este investimento foi classificado como um ativo não corrente detido para venda em 31 de dezembro de 2012. Com a conclusão desta transação em 20 de junho de 2013, a Portugal Telecom recebeu um montante total de 335,7 milhões de euros (Notas 1 e 47.c) e reconheceu um ganho de 310,3 milhões de euros (Nota 33) que inclui: (1) um ganho de capital de 313,4 milhões de euros, correspondente à diferença entre o valor recebido e o valor contabilístico do investimento em 31 de dezembro de 2012, líquido dos dividendos recebidos durante o primeiro trimestre de 2013, no montante de 25,2 milhões de euros (Nota 47.e), e uma perda de 3,1 milhões de euros correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial negativos relacionados com este investimento, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados após a conclusão da transação.

b) Sportinveste

Em 20 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom celebrou um acordo sobre um conjunto de transações no final das quais deterá uma participação de 25% de uma joint-venture composta pelas atuais Sport TV Portugal S.A. (Sport TV), Sportinveste Multimédia SGPS, S.A. (Sportinveste Multimédia) e P.P. TV - Publicidade de Portugal e Televisão, S.A. (PPTV). A Portugal Telecom contribuirá com a sua participação de 50% na Sportinveste Multimédia e com um investimento a realizar via aumento de capital de até 21 milhões de euros. Após este conjunto de transações, a Portugal Telecom terá uma participação de 25% na Sport TV, a qual incorporará a PPTV e a Sportinveste Multimédia. Em resultado do acordo celebrado, o investimento na Sportinveste Multimédia foi classificado como ativo não corrente devido para venda em 31 de dezembro de 2012, cujo valor contabilístico ascendia a 5 milhões de euros àquela data.

A Sport TV tem como atividade principal a produção de uma das mais completas ofertas de canais de desporto a nível mundial. A PPTV dedica-se à comercialização de direitos televisivos. A Sportinveste Multimédia é uma sociedade participada em partes iguais pela Portugal Telecom e pela Sportinveste SGPS, e tem por objeto a produção e exploração de conteúdos desportivos através de quaisquer plataformas multimédia. Esta transação resultará na criação de uma joint-venture que permitirá uma melhor eficiência operacional na gestão do negócio de conteúdos desportivos em diversas plataformas de distribuição, nomeadamente TV por subscrição, redes móveis e internet, a qual beneficiará todos os operadores de mercado assim como os seus clientes. Sendo o desporto um conteúdo nuclear na sua oferta nos vários segmentos de mercado, a Portugal Telecom continuará a distribuir outros conteúdos de desporto por forma a manter uma oferta diversificada e competitiva para os seus clientes.

Este conjunto de transações societárias está sujeito à aprovação das autoridades competentes, em particular da Autoridade da Concorrência, e ao cumprimento de determinadas condições contratuais por parte dos vários intervenientes, incluindo a conclusão do refinanciamento da Sport TV após a operação.

33. INVESTIMENTOS EM EMPRESAS PARTICIPADAS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Partes de capital em empresas associadas	503.805.209	399.651.805
Empréstimos concedidos a empresas associadas e outras empresas	5.424.200	4.928.125
Partes de capital em outras empresas	2.086.752	2.238.055
	511.316.161	406.817.985

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Partes de capital em empresas associadas” tem a seguinte composição:

	2013	2012
Unitel (i)	494.307.516	392.204.435
Hungaro Digitel KFT	2.301.984	2.310.913
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (ii)	2.992.787	2.992.788
Outras empresas	7.195.710	5.136.457
	506.797.997	402.644.593
Ajustamentos a partes de capital em empresas associadas (Nota 42)	(2.992.788)	(2.992.788)
	503.805.209	399.651.805

(i) O investimento total na Unitel inclui (a) o investimento financeiro nesta empresa reconhecido de acordo com o método de equivalência patrimonial, refletindo a participação de 25% detida diretamente pela PT Ventures nesta empresa associada, nos montantes de 467.809.011 euros e 365.705.931 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, e (b) a diferença entre o preço de aquisição e o justo valor dos ativos adquiridos registada no momento da aquisição deste investimento, no montante de 26.498.505 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012. A Portugal Telecom avalia o valor recuperável deste investimento pelo menos numa base anual. O aumento no valor contabilístico deste investimento durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 é explicado essencialmente pela participação da Portugal Telecom nos resultados da Unitel (130 milhões de euros), efeito parcialmente compensado pelo impacto da desvalorização do Dólar americano face ao Euro (21 milhões de euros). (ii) Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, este investimento encontra-se integralmente ajustado.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os empréstimos concedidos a empresas associadas e outras destinam-se essencialmente a financiar as suas atividades, nomeadamente o desenvolvimento de novos negócios, e não apresentam maturidade definida. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, estes empréstimos tinham a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
INESC	888.882	2.838.821
SIRESP	1.260.909	1.513.090
Outras empresas	3.274.409	3.164.954
	5.424.200	7.516.865
Ajustamentos a empréstimos concedidos a empresas associadas e outras (Nota 42)	-	(2.588.740)
	5.424.200	4.928.125

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Partes de capital em outras empresas” tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Janela Digital	2.048.674	2.048.674
Outras empresas	2.638.300	2.855.222
Sub-total	4.686.974	4.903.896
Ajustamentos a partes de capital em empresas participadas (Nota 42)	(2.600.222)	(2.665.841)
	2.086.752	2.238.055

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica “Ganhos em empresas participadas, líquidos” tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
CTM (i)	310.302.875	26.441.001
Unitel	129.883.370	187.681.720
Sportinveste Multimédia	31.672	(2.327.625)
Páginas Amarelas	(388.320)	(4.081.405)
Outras	2.953.990	2.559.893
	442.783.587	210.273.584

(i) Em 2013, esta rubrica corresponde ao ganho registado no âmbito da alienação do investimento na CTM (Nota 32.a).

A tabela abaixo apresenta informação financeira resumida das principais empresas associadas para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013, que corresponde à informação mais recente obtida junto da Unitel, e o exercício findo em 31 de dezembro de 2012:

	(milhões de euros)					
	2013					
	Participação direta	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido
Unitel	25,00%	3.092	1.221	1.871	1.202	356

	(milhões de euros)					
	2012					
	Participação direta	Total do ativo	Total do passivo	Capital próprio	Receitas operacionais	Resultado líquido
Unitel	25,00%	2.351	888	1.463	1.590	751
CTM	28,00%	269	100	169	480	94

Para efeitos destas demonstrações financeiras consolidadas, a Portugal Telecom ajustou a informação financeira relativa ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2013 de forma a alinhar com as políticas contabilísticas do Grupo PT e a incluir a estimativa da participação da Portugal Telecom nos resultados desta empresa associada no quarto trimestre de 2013, a qual é refletida na rubrica “Ganhos em empresas associadas, líquidos”.

34. OUTROS INVESTIMENTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Propriedades de investimento, líquido de amortizações acumuladas	13.858.289	9.446.105
Outros investimentos financeiros	9.360.350	3.695.463
	23.218.639	13.141.568
Ajustamentos a propriedades de investimento (Nota 42)	(871.238)	(232.759)
Ajustamentos a outros investimentos (Nota 42)	(103.749)	(188.750)
	22.243.652	12.720.059

A rubrica “Propriedades de investimento” respeita, essencialmente, a terrenos e edifícios detidos pela PT Comunicações que não se encontram afetos à sua atividade operacional. Estes ativos encontram-se registados ao custo de aquisição deduzido de amortizações acumuladas e eventuais perdas por imparidade. A PT Comunicações efetua avaliações regulares destes imóveis.

As rendas obtidas pela Portugal Telecom provenientes destes imóveis decorrem do arrendamento destes ativos, as quais ascenderam a 7.928 euros e a 43.798 euros em 2013 e 2012, respetivamente. Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os custos de amortização ascenderam a 481.657 euros e 353.713 euros, respetivamente. As rendas obtidas deduzidas dos custos de amortização estão incluídas na rubrica “Ganhos em ativos financeiros e outros investimentos, líquidos”.

35. GOODWILL

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos no goodwill foram como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Saldo inicial	425.675.169	352.990.011
Ajustamentos de conversão cambial (i)	(13.595.904)	(3.999.456)
Perdas por imparidade (ii)	(31.463.000)	-
Transferências e outros movimentos (iii)	-	76.684.614
Saldo final	380.616.265	425.675.169

(i) Os ajustamentos de conversão cambial em 2013 e 2012 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro. | (ii) Esta rubrica diz respeito a uma perda de imparidade registada em 2013 sobre o goodwill relacionado com o negócio das listas telefónicas, devido ao declínio no mesmo à medida que novas alternativas online vão surgindo. Esta perda por imparidade foi registada na rubrica “Outros custos/ganhos líquidos”. | (iii) Esta rubrica inclui essencialmente o valor do acordo de licenciamento de software celebrado em 2012 para os negócios de telefonia fixa e listas telefónicas, em resultado da reestruturação do investimento nas Páginas Amarelas. Em 31 de dezembro de 2011, este montante estava classificado na rubrica “Investimentos em empresas participadas”.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o goodwill relacionado com empresas subsidiárias repartia-se da seguinte forma:

	(euros)	
	2013	2012
Portugal		
Telecomunicações fixas em Portugal (i)	316.246.568	347.709.568
PT Sistemas de Informação	8.956.960	8.956.960
	325.203.528	356.666.528
Outros negócios		
Telecomunicações móveis na Namíbia - MTC (ii)	48.254.464	61.850.368
Telecomunicações fixas e móveis em Cabo Verde - Cabo Verde Telecom	7.124.252	7.124.252
Outras operações internacionais	34.021	34.021
	55.412.737	69.008.641
	380.616.265	425.675.169

(i) A redução nesta rubrica reflete a perda por imparidade reconhecida sobre o goodwill relacionado com o negócio de listas telefónicas, conforme mencionado acima. | (ii) A alteração desta rubrica no exercício de 2013 reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Relativamente ao goodwill associado à unidade geradora de caixa da rede fixa em Portugal, o qual resultou da aquisição de diversas empresas, algumas das quais foram subsequentemente incorporadas, a Empresa monitoriza o goodwill a este nível, o qual é um nível inferior ao do segmento operacional ao qual ela pertence.

Para o goodwill relativo a outras unidades geradoras de caixa, a Portugal Telecom também concluiu que a participação da Empresa nos ativos líquidos desses investimentos representa o nível mais baixo de ativos que geram fluxos de caixa, uma vez que esses investimentos são totalmente independentes entre si.

O total do goodwill consolidado registado pela Portugal Telecom não é dedutível para efeitos fiscais.

Para efeitos da análise de imparidade, o goodwill foi distribuído pelas unidades geradoras de caixa. O valor recuperável foi determinado a partir do respetivo valor em uso através da metodologia dos fluxos de caixa descontados, utilizando fluxos de caixa previsionais preparados internamente para um horizonte temporal de 4 anos. As taxas de desconto aplicadas às projeções de fluxos de caixa, as quais foram determinadas tendo em consideração o risco associado a cada negócio, e as taxas de crescimento utilizadas para extrapolar as projeções de fluxos de caixa para além do horizonte temporal coberto pelas previsões preparadas internamente (valor terminal) foram as seguintes:

Pressupostos	Telecomunicações em Portugal	Outros negócios
Taxa de crescimento	1,0% - 1,5%	0,0% a 3,0% - 1,0% a 4,0%
Taxa de desconto	7,7% - 8,7%	7,1% a 10,4% - 8,1% a 12,4%

O valor recuperável de cada unidade geradora de caixa foi determinado para os valores mínimos e máximos incluídos na tabela acima e a gestão da Empresa concluiu que em 31 de dezembro de 2013 o valor contabilístico dos investimentos financeiros, incluindo goodwill, não excedia o respetivo valor recuperável.

36. ATIVOS INTANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nos ativos intangíveis foram como segue:

	Saldo 31 dez 2012	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
(euros)					
Valor de custo					
Propriedade industrial e outros direitos	1.572.026.984	69.581.617	(13.098.756)	(16.566.840)	1.611.943.005
Outros ativos intangíveis	56.613.756	787.467	(12.319)	5.252.309	62.641.213
Ativos intangíveis em curso	13.074.324	20.144.011	(174.186)	(14.589.102)	18.455.047
	1.641.715.064	90.513.095	(13.285.261)	(25.903.633)	1.693.039.265
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial e outros direitos	850.603.724	111.429.803	(7.482.786)	(21.739.418)	932.811.323
Outros ativos intangíveis	33.584.780	9.632.016	(9.065)	(683.465)	42.524.266
	884.188.504	121.061.819	(7.491.851)	(22.422.883)	975.335.589
	757.526.560	(30.548.724)	(5.793.410)	(3.480.750)	717.703.676

	Saldo 31 dez 2011	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2012
(euros)					
Valor de custo					
Propriedade industrial e outros direitos	1.506.431.263	65.582.354	(3.652.824)	3.666.191	1.572.026.984
Outros Ativos intangíveis	45.368.214	4.981.526	(19.360)	6.283.376	56.613.756
Ativos intangíveis em curso	29.430.896	16.122.366	(180.309)	(32.298.629)	13.074.324
	1.581.230.373	86.686.246	(3.852.493)	(22.349.062)	1.641.715.064
Amortizações acumuladas					
Propriedade industrial e outros direitos	756.230.978	114.096.551	(2.055.708)	(17.668.097)	850.603.724
Outros ativos intangíveis	24.280.728	9.335.559	(12.946)	(18.561)	33.584.780
	780.511.706	123.432.110	(2.068.654)	(17.686.658)	884.188.504
	800.718.667	(36.745.864)	(1.783.839)	(4.662.404)	757.526.560

36.1. Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos intangíveis é o seguinte:

	(euros)	
	2013	2012
Valor de custo		
Investimentos em ativos intangíveis (Nota 7.c)	90.513.095	86.686.246
	90.513.095	86.686.246
Amortizações acumuladas	121.061.819	123.432.110
	(30.548.724)	(36.745.864)

36.2. Outras situações relativas a ativos intangíveis

O valor líquido contabilístico da rubrica “Propriedade industrial e outros direitos” inclui essencialmente os seguintes montantes:

- 343 milhões de euros e 360 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos às licenças 3G e 4G obtidas pela Meo, S.A. em 2000 e 2011, respetivamente, correspondendo a um valor bruto de 500 milhões de euros líquido de amortizações acumuladas de 157 milhões de euros. O valor bruto inclui essencialmente:
 - i) 133 milhões de euros relativos à licença UMTS adquirida em 2000;
 - ii) 242 milhões de euros capitalizados em 2007, no seguimento do compromisso assumido em 2000 pela Meo S.A. e pelos outros operadores móveis de efetuar contribuições para a sociedade da informação durante o período de duração da licença, e 11,5 milhões de euros capitalizados em 2009 relativos a compromissos adicionais nos termos da licença de UMTS. À data da atribuição da licença não era possível determinar de forma fiável o modo como esses compromissos iriam ser realizados, pelo que a Portugal Telecom não registou qualquer ativo e responsabilidade naquela data;
 - iii) 106 milhões de euros relativos à licença de 4G adquirida pela Meo S.A. em 2011.
- 170 milhões de euros e 185 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos à aquisição da propriedade plena da Rede Básica ao Estado Português, incluindo um valor bruto capitalizado em 2002 no montante de 339 milhões de euros;
- 41 milhões de euros e 40 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos a licenças de software;
- 24 milhões de euros e 29 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos ao custo incorrido com contratos de fidelização com clientes de serviços móveis pós-pagos, os quais estão a ser amortizados durante o período de duração dos respetivos contratos de aluguer, correspondente a um período de 2 anos;
- 22 milhões de euros e 23 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos aos compromissos assumidos pela PT Comunicações no âmbito da licença TDT;
- 9 milhões de euros e 16 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, relativos a contratos celebrados pela PT Comunicações em 2007 e 2009 para a aquisição de capacidade de satélite até 2015, os quais foram registados como locação financeira.

37. ATIVOS TANGÍVEIS

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nesta rubrica foram como segue:

(euros)

	Saldo 31 dez 2012	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
Valor de custo					
Terrenos e recursos naturais	182.553.761	9.477	-	(821.427)	181.741.811
Edifícios e outras construções	889.744.739	36.983.567	(1.574.632)	15.897.619	941.051.293
Equipamento básico	9.991.801.705	322.491.959	(42.551.808)	(180.265.683)	10.091.476.173
Equipamento de transporte	79.799.744	11.613.494	(224.800)	(13.673.370)	77.515.068
Ferramentas e utensílios	21.100.458	227.899	(17.407)	110.335	21.421.285
Equipamento administrativo	1.210.244.009	34.956.101	(529.846)	7.668.894	1.252.339.158
Outros ativos tangíveis	49.760.464	378.451	(15.942)	14.416.183	64.539.156
Ativos tangíveis em curso	210.342.109	91.863.571	(162.789)	(147.107.701)	154.935.190
Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	562.661	-	-	-	562.661
	12.635.909.650	498.524.519	(45.077.224)	(303.775.150)	12.785.581.795
Amortizações acumuladas					
Terrenos e recursos naturais	9.732.669	-	-	70.915	9.803.584
Edifícios e outras construções	347.753.039	49.397.911	(535.409)	(11.507.487)	385.108.054
Equipamento básico	7.483.041.833	464.313.088	(21.414.843)	(243.511.066)	7.682.429.012
Equipamento de transporte	55.011.052	8.583.060	(135.439)	(11.522.437)	51.936.236
Ferramentas e utensílios	20.458.621	346.245	(11.321)	(3.269)	20.790.276
Equipamento administrativo	1.095.952.447	80.742.562	(366.202)	(25.674.609)	1.150.654.198
Outros ativos tangíveis	45.088.543	1.830.941	(11.936)	(526.497)	46.381.051
	9.057.038.204	605.213.807	(22.475.150)	(292.674.450)	9.347.102.411
	3.578.871.446	(106.689.288)	(22.602.074)	(11.100.700)	3.438.479.384

(euros)

	Saldo 31 dez 2011	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Ajustamentos de conversão cambial	Transferências e outros movimentos	Saldo 31 dez 2012
Valor de custo						
Terrenos e recursos naturais	181.997.214	-	-	-	556.547	182.553.761
Edifícios e outras construções	866.864.904	604.699	11.678.062	(517.257)	11.114.331	889.744.739
Equipamento básico	9.729.239.864	2.997.334	382.990.043	(12.011.721)	(111.413.815)	9.991.801.705
Equipamento de transporte	74.757.966	71.479	13.609.180	(178.389)	(8.460.492)	79.799.744
Ferramentas e utensílios	20.796.136	-	314.968	(6.925)	(3.721)	21.100.458
Equipamento administrativo	1.147.407.572	-	32.091.714	(245.997)	30.990.720	1.210.244.009
Outros ativos tangíveis	48.260.377	214.812	1.227.566	(7.335)	65.044	49.760.464
Ativos tangíveis em curso	207.124.440	-	132.602.567	(187.746)	(129.197.152)	210.342.109
Adiantamentos por conta de ativos tangíveis	511.125	-	-	-	51.536	562.661
	12.276.959.598	3.888.324	574.514.100	(13.155.370)	(206.297.002)	12.635.909.650
Amortizações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	9.819.238	-	-	-	(86.569)	9.732.669
Edifícios e outras construções	301.402.834	503.007	50.292.449	(193.758)	(4.251.493)	347.753.039
Equipamento básico	7.183.864.927	1.140.013	489.452.072	(6.052.390)	(185.362.789)	7.483.041.833
Equipamento de transporte	50.670.048	71.479	10.999.024	(96.027)	(6.633.472)	55.011.052
Ferramentas e utensílios	20.059.354	-	407.176	(4.202)	(3.707)	20.458.621
Equipamento administrativo	1.011.098.155	-	89.704.501	(178.371)	(4.671.838)	1.095.952.447
Outros ativos tangíveis	43.936.374	208.553	970.714	(4.249)	(22.849)	45.088.543
	8.620.850.930	1.923.052	641.825.936	(6.528.997)	(201.032.717)	9.057.038.204
	3.656.108.668	1.965.272	(67.311.836)	(6.626.373)	(5.264.285)	3.578.871.446

37.1. Aumentos

O detalhe dos aumentos nos ativos tangíveis é o seguinte:

	(euros)	
	2013	2012
Valor de custo		
Investimentos em ativos tangíveis (Nota 7.c)	498.524.519	574.514.100
	498.524.519	574.514.100
Amortizações acumuladas	605.213.807	641.825.936
	(106.689.288)	(67.311.836)

37.2. Ajustamentos de conversão cambial

Os ajustamentos de conversão cambial em 2013 e 2012 estão relacionados essencialmente com o impacto da desvalorização do Dólar namibiano face ao Euro.

37.3. Reavaliações

A Portugal Telecom aplica o modelo de reavaliação para a valorização dos imóveis e da rede de condutas (Nota 3). As reavaliações dos imóveis e da rede de condutas foram reconhecidas pela primeira vez a 30 de junho e 30 de setembro de 2008 e resultaram numa reavaliação desses ativos nos montantes de 208.268.320 euros e 866.764.702 euros, respetivamente, correspondente a um montante total de 1.075.033.022 euros reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

A determinação do valor de mercado dos imóveis foi efetuada por uma entidade independente e baseou-se essencialmente: (i) em preços disponíveis num mercado ativo ou determinados a partir de transações recentes ocorridas no mercado; (ii) no método da rentabilidade para imóveis comerciais e administrativos; e (iii) no custo de adquirir ou produzir um imóvel semelhante com a mesma utilização para os edifícios técnicos. Na aplicação da primeira metodologia, em 2008, os principais pressupostos utilizados foram a taxa de desconto (média de 8%) e a renda mensal por metro quadrado (média de 6 euros).

A determinação do valor de mercado da rede de condutas foi efetuada internamente com base no método do custo de reposição. O processo de valorização baseou-se essencialmente: (i) em preços correntes de materiais e trabalhos de construção relativos à instalação das condutas no subsolo; (ii) na natureza do tipo de solo e pavimento onde as condutas estão instaladas, situação que tem impacto nos custos de construção; (iii) em custos internos diretamente atribuíveis à construção da rede de condutas; (iv) num fator de depreciação, de forma a garantir que o custo de reposição é consistente com a vida útil remanescente dos ativos reavaliados; e (v) num fator tecnológico, o qual reflete as alterações tecnológicas ocorridas, nomeadamente relacionadas com os tipos de condutas que já deixaram de existir e foram substituídas por outras. Genericamente, os preços de materiais e dos trabalhos de construção, juntamente com outros pressupostos de natureza qualitativa mencionados acima, resultaram numa valorização da rede de condutas em 2008 que reflete um custo médio por metro de conduta entre 58 euros e 119 euros, em função da zona geográfica onde a rede de condutas está instalada.

De acordo com a política contabilística do Grupo de reavaliar estes ativos, pelo menos, de três em três anos, a Portugal Telecom realizou uma nova reavaliação dos seus ativos imobiliários e da rede de condutas em 2011, utilizando as metodologias acima descritas. Estas reavaliações foram realizadas com efeitos a 31 de dezembro de 2011 e resultaram numa diminuição líquida dos ativos tangíveis no montante de 131.418.994 milhões de euros, dos quais 126.167.561 euros foram reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Reserva de reavaliação", e 5.251.433 euros foram reconhecidos na Demonstração Consolidada dos Resultados na rubrica "Amortizações". Estes impactos repartem-se entre os imóveis e a rede de condutas da seguinte forma:

- Redução do valor contabilístico da rede de condutas no montante de 189.372.570 euros, reconhecidos diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral a deduzir às reservas de reavaliação existentes para esses ativos, sendo

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

- esta diminuição explicada basicamente pela redução no custo de construção e por melhorias tecnológicas, conduzindo a uma redução do custo médio por metro de conduta para entre 42 euros e 70 euros, dependendo da localização geográfica da conduta;
- Aumento líquido do valor contabilístico dos imóveis, no montante de 57.953.576 euros, que inclui um ganho de 63.205.008 euros registado na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral e uma perda de 5.251.432 euros registada na Demonstração Consolidada dos Resultados. O aumento no valor contabilístico dos imóveis reconhecido em resultado desta reavaliação reflete essencialmente o impacto dos custos com amortizações registados ao longo dos últimos três anos, uma vez que a renda mensal por metro quadrado dos imóveis reavaliados tanto em 2008 como em 2011 se manteve relativamente estável nos 6 euros, apesar de a renda mensal por metro quadrado de todos os imóveis ter aumentado para aproximadamente 7 euros, em resultado de imóveis adquiridos entre os anos acima referidos.

A amortização do acréscimo de valor resultante da reserva de reavaliação dos imóveis e da rede de condutas ascendeu a aproximadamente 8 milhões de euros e 32 milhões de euros no exercício de 2013, respetivamente, e a aproximadamente 10 milhões de euros e 32 milhões de euros no exercício de 2012, respetivamente. Consequentemente, se estes ativos estivessem reconhecidos de acordo com o modelo do custo, o valor contabilístico em 31 de dezembro de 2013 dos imóveis e da rede de condutas seria mais baixo em, aproximadamente, 178 milhões de euros e 466 milhões de euros, respetivamente, correspondente a 137 milhões de euros e 373 milhões de euros líquidos de efeito fiscal, respetivamente.

37.4. Outras situações relativas a ativos tangíveis

Relativamente aos ativos tangíveis, são ainda de referir as seguintes situações:

- O equipamento básico inclui essencialmente instalações e equipamento de rede, incluindo a rede de condutas, equipamento de comutação, equipamento terminal e cabos submarinos;
- Os ativos tangíveis em curso correspondem essencialmente a equipamentos de rede de telecomunicações e são registados durante o período de instalação desses equipamentos, que normalmente dura de 2 a 3 meses, o que explica os valores significativos registados nesta rubrica, embora com maturidades reduzidas;
- A Portugal Telecom reconheceu trabalhos para a própria empresa em ativos tangíveis nos montantes de 110 milhões de euros e 102 milhões de euros em 2013 e 2012, respetivamente;
- A PT Comunicações, nos termos do Acordo Modificativo do Contrato de Concessão, possui ativos tangíveis afetos à Concessão nos montantes de 1.710 milhões de euros e 1.765 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente;
- A PT Comunicações tem ativos tangíveis localizados no estrangeiro nos montantes de 12 milhões de euros e 15 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, dos quais assumem particular relevo as participações em consórcios de cabos submarinos;
- A PT Comunicações tem ativos tangíveis instalados em propriedade alheia ou em propriedade pública nos montantes de 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente, e tem ainda ativos que não se encontram registados no seu nome no montante de 7 milhões de euros e 8 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012.

38. DÍVIDA

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos financiamentos obtidos é como segue:

(euros)

	2013		2012	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	743.011.847	-	-	732.944.410
Empréstimos por obrigações não convertíveis	-	4.731.260.092	983.636.935	3.732.399.950
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	103.868.391	949.281.957	113.959.174	1.381.440.338
Empréstimos internos	5.111.006	175.039.738	2.753.092	108.765.906
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	73.210.079	-	73.210.079	-
Papel comercial	542.000.000	-	175.750.000	-
Locação financeira	24.729.526	23.579.646	24.011.206	23.885.353
Outros financiamentos	45.611	-	22.378.577	-
	1.491.976.460	5.879.161.433	1.395.699.063	5.979.435.957

A diminuição na dívida bruta em 4 milhões de euros, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, está relacionada essencialmente com os seguintes efeitos:

- O reembolso da Eurobond de 1.000 milhões de euros emitida em abril de 2009, cujo passivo consolidado em aberto na maturidade ascendia a 934 milhões de euros;
- uma redução no montante em dívida no âmbito de credit facilities contratadas em anos anteriores (350 milhões de euros);
- O reembolso de 50 milhões de euros das emissão de floating rate notes emitidas em agosto de 2008;
- O reembolso de empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento;
- O aumento no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial da Portugal Telecom (de 366 milhões de euros);
- A emissão de uma nova Eurobond no montante de 1.000 milhões de euros em 10 de maio de 2013, com vencimento em 2020 e juros a uma taxa fixa de 4,625%;
- Um financiamento de 70 milhões de euros obtido em maio de 2013 e com vencimento em 2017.

38.1. Empréstimos por obrigações convertíveis

Em 28 de agosto de 2007, a PT Finance emitiu obrigações no montante total de 750.000.000 euros, convertíveis em ações ordinárias da Portugal Telecom, nos seguintes termos:

- Preço de conversão: 13,9859 euros por ação ordinária da Portugal Telecom, ajustado para 11,60 euros em 30 de outubro de 2007, no seguimento do spin-off da PT Multimédia, para 11,06 euros em 28 de dezembro de 2010, para 9,4 euros em 31 de maio de 2011 e para 8,91 em 22 de maio de 2012, no seguimento dos dividendos pagos em dezembro de 2010, em junho de 2011 e em maio de 2012, respetivamente, de acordo com os termos e condições destas obrigações;
- Valor nominal de cada obrigação: 50.000 euros;
- Maturidade: 28 de agosto de 2014, exceto se previamente adquiridas, canceladas ou convertidas;
- Taxa de juro fixa: 4,125% por ano, paga semestralmente.

As obrigações convertíveis representam um instrumento financeiro composto, pelo que o valor de mercado da componente de capital foi reconhecido diretamente em capital próprio na rubrica "Outras reservas e resultados acumulados" na data de emissão das obrigações e ascendia a 57.145.442 euros, enquanto a componente do passivo financeiro, inicialmente calculada com base numa taxa de juro de mercado de 5,51%, está registada ao custo amortizado.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor de mercado das obrigações convertíveis, determinado com base em informação de mercado, ascendia a 764 milhões de euros.

38.2. Empréstimos por obrigações não convertíveis

A tabela abaixo inclui informação detalhada sobre os empréstimos por obrigações não convertíveis em dívida em 31 de dezembro de 2013:

Emitente (i)	Dívida	Euro	Data emissão	Maturidade esperada (ii)	Taxa de juro
PT Finance	Eurobond	1.000.000.000	mai 13	2020	4,625%
PT Finance	Eurobond	750.000.000	oct 12	2018	5,875%
Portugal Telecom	Eurobond	400.000.000	jul 12	2016	6,25%
PT Finance	Eurobond	600.000.000	fev 11	2016	5,625%
PT Finance	Eurobond	750.000.000	nov 09	2019	5,00%
PT Finance	Fixed rate notes	250.000.000	jul 09	2017	5,242%
PT Finance	Eurobond	500.000.000	jun 05	2025	4,50%
PT Finance	Eurobond	500.000.000	mar 05	2017	4,375%
	Despesas de transação (iii)	(18.739.908)			
		4.731.260.092			

i) Todas as emissões da PT Finance e da Portugal Telecom foram efetuadas no âmbito do Euro Medium Term Notes Program (EMTN). | (ii) Os empréstimos são reembolsados na data final de maturidade, exceto quando indicado em contrário. | (iii) Despesas incorridas na data de emissão destas obrigações, as quais estão relacionadas com: (i) arredondamentos na definição da taxa do cupão; e (ii) comissões pré-pagas. Estas despesas são reconhecidas em resultados ao longo do período dos empréstimos.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a PT Finance procedeu ao reembolso da Eurobond de 1.000 milhões de euros emitida em abril de 2009, cujo passivo consolidado em aberto na maturidade ascendia a 934 milhões de euros, e das obrigações de taxa variável no montante de 50 milhões de euros emitidas em agosto de 2008.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor máximo utilizável no âmbito do Programa EMTN da PT Finance e da Portugal Telecom ascendia a 7.500.000.000 euros, dos quais 4.750.000.000 euros estavam utilizados em 31 de dezembro de 2013, conforme descrito acima.

O valor de mercado das restantes obrigações emitidas pelas operações em Portugal foi determinado com base em informação de mercado e ascendia a 4.964 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013.

38.3. Empréstimos bancários

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos bancários encontravam-se expressos nas seguintes moedas:

	2013		2012	
	Moeda original	Euros	Moeda original	Euros
Euros	1.225.167.822	1.225.167.822	1.591.284.722	1.591.284.722
Outras moedas		8.133.270		15.633.788
		1.233.301.092		1.606.918.510

Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom tem acordado o acesso a uma linha de crédito no montante de 800 milhões de euros, com maturidade até junho de 2016. A Portugal Telecom contratou igualmente uma export credit facility, a qual inclui duas tranches com tomada firme de 80 milhões de euros e 100 milhões de euros, acordadas em 2011 e janeiro de 2013, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários em dívida incluem essencialmente:

- Um montante de 400 milhões de euros utilizado no âmbito das facilities acima referidas e um montante de 69 milhões de euros utilizado no âmbito da export credit facility;
- Financiamentos obtidos pela Portugal Telecom junto do Banco Europeu de Investimento (BEI) no montante de 527 milhões de euros com vencimento até 2021, incluindo essencialmente: (1) dois empréstimos obtidos em 2010 de 100 milhões de euros cada um, com o propósito de investir na rede de próxima geração da Portugal Telecom, com uma maturidade aproximada de 4,2 anos, (2) um empréstimo obtido em 2011 no montante de 140 milhões de euros, destinado a investigação e desenvolvimento, com vencimento em 2019, e (3) um empréstimo assegurado em 2012 no montante de 100 milhões de euros, com o propósito de garantir o financiamento do investimento nas redes de próxima geração, com vencimento também em 2019;
- Um empréstimo obtido pela PT Finance em 2010, cujo no montante em dívida a 31 de dezembro de 2013 ascende a 30 milhões de euros, com maturidade entre 2014 e 2015.

Em 31 de dezembro de 2013, os empréstimos bancários incluem essencialmente os seguintes financiamentos:

- Dois empréstimos obtidos em 2012, no montante total de 100 milhões de euros e maturidade até 2016;
- Um empréstimo obtido em 2013 no montante total de 70 milhões de euros e maturidade até 2017.

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os empréstimos bancários contraídos pela Portugal Telecom ou pelas suas empresas participadas venciam juros a taxas anuais que, equiparadas a financiamentos em euros, variavam entre:

	2013	2012
Taxa máxima	8,75%	4,81%
Taxa mínima	0,84%	1,17%

38.4. Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias

Esta rubrica respeita a contratos de equity swap celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias, os quais foram reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, originando o registo de um passivo financeiro pelo correspondente custo de aquisição no montante de 178.071.827 euros (Nota 44.2). Em dezembro de 2011 e 2012, a Portugal Telecom liquidou os montantes de 84.304.306 euros e 20.557.440 euros, respetivamente, pelo que o valor em dívida foi reduzido para 73.210.079 euros em 31 de dezembro de 2012 e 2013.

38.5. Papel comercial

A Portugal Telecom celebrou diversos programas de papel comercial, no âmbito dos quais tinha emitido um montante total de 542 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, com maturidade entre janeiro e maio de 2014. Adicionalmente, no âmbito destes programas, a Empresa tinha disponível um montante de 283 milhões de euros com tomada firme em 31 de dezembro de 2013.

38.6. Locações

As obrigações com contratos de locação financeira em 31 de dezembro de 2013 estão relacionadas essencialmente com a locação de veículos e edifícios e com contratos para a aquisição de capacidade de satélite. A capacidade de satélite adquirida através de contratos de locação financeira é usada atualmente pela PT Comunicações para o seu serviço de televisão. Os equipamentos de transporte no âmbito de contratos de locação financeira, os quais incluem geralmente opções de compra na maturidade dos mesmos, foram adquiridos por diversas empresas do Grupo e estão a ser utilizados correntemente nos negócios do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2013, o valor contabilístico dos ativos adquiridos através de contratos de locação financeira apresenta a seguinte composição:

	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor contabilístico
Propriedade industrial e outros direitos	64.351.403	46.039.175	18.312.228
Equipamento de transporte	37.708.289	15.909.331	21.798.958
Outros	3.028.132	1.609.928	1.418.204
	105.087.824	63.558.434	41.529.390

Em 31 de dezembro de 2013, o detalhe dos pagamentos mínimos futuros ao abrigo de contratos de locação financeira é o seguinte:

	Valor presente	Custos financeiros	Total
2014	24.729.526	1.337.594	26.067.120
2015	8.089.872	773.024	8.862.896
2016	3.712.498	606.467	4.318.965
2017	3.366.659	474.332	3.840.991
2018 e anos seguintes	8.410.617	377.555	8.788.172
	48.309.172	3.568.972	51.878.144

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

38.7. Dívida de médio e longo prazo

Em 31 de dezembro de 2013, a maturidade da dívida de médio e longo prazo era como se segue:

(euros)

2015	59.760.818
2016	1.541.130.250
2017	855.213.540
2018	866.190.989
2019 e anos seguintes	2.556.865.836
	5.879.161.433

38.8. Condicionalismos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013, os principais condicionalismos financeiros (covenants) incluídos em contratos de dívida eram como segue:

Alteração de controlo

As obrigações convertíveis, as credit facilities no montante total de 670 milhões de euros e os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 527 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013 estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom. De acordo com os termos e condições destes financiamentos, uma alteração de controlo ocorreria no caso de uma qualquer pessoa ou grupo de pessoas atuando concertadamente adquirir ou controlar mais de 50% dos direitos de voto, quer seja através de capital, de direitos de voto ou dos termos previstos no acordo de acionistas. Em determinados casos, obter o direito de nomear ou remover todos ou a maioria dos administradores da Empresa, ou de dar diretivas relativamente às políticas operacionais e financeiras da Empresa, as quais tenham de ser respeitadas pelos administradores, também são aspetos a considerar como uma alteração de controlo.

As obrigações de 750 milhões de euros emitidas em 2009, as obrigações de 600 milhões de euros emitidas em 2011, as obrigações de 750 milhões de euros emitidas em 2012, e as obrigações de 1.000 milhões de euros emitidas em 2013 também estabelecem penalidades no caso de alteração de controlo da Portugal Telecom, conforme descrito acima, apenas se simultaneamente a notação de risco da Empresa for reduzida para sub-investment grade ou ocorrer uma redução da notação de risco (no caso da notação de risco já ser anteriormente sub-investment grade) durante o Período de Alteração de Controlo, conforme definido nos termos e condições destas obrigações.

Notações de risco

Determinados empréstimos obtidos junto do BEI, no montante total de 36 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, cujo reembolso está previsto para 2014, estabelecem que, caso a notação de risco de longo prazo atribuída à Portugal Telecom pelas agências de notação seja reduzida da notação de risco atribuída no momento em que a cláusula foi incluída (BBB- pela S&P, Baa2 pela Moody's e BBB pela Fitch), a Portugal Telecom pode ser chamada a apresentar uma garantia aceitável pelo BEI.

Em 2011, a Portugal Telecom e o BEI acordaram em aumentar o spread desses empréstimos, sem qualquer outra consequência, como resultado da revisão da notação de risco da Portugal Telecom.

Em 23 de dezembro de 2011, a Moody's anunciou a redução da notação de risco de longo prazo da Portugal Telecom de Baa3 para Ba1. Em 16 de fevereiro de 2012, a S&P anunciou a revisão da notação de risco atribuída à Portugal Telecom, reduzindo a notação de risco de longo prazo de BBB- para BB+, e diminuindo a notação de risco de curto prazo de A-3 para B. No seguimento destes desenvolvimentos, a Portugal Telecom acordou com o BEI constituir um depósito a favor do BEI pelo montante correspondente a uma parcela do valor em dívida no âmbito dos financiamentos que incluem o condicionalismo relativo à notação de risco. O montante depositado nesta conta, no montante de 28 milhões de euros em 31 de dezembro de 2013, será reduzido à medida que os financiamentos sejam reembolsados. A Portugal Telecom e o BEI acordaram ainda que quaisquer revisões adicionais em alta ou em baixa da notação de risco de crédito atribuída à Empresa terão como consequência, respetivamente, reduções ou aumentos no montante depositado, sem qualquer outra consequência.

Manutenção de controlo/alienação das empresas participadas

Determinadas credit facilities no montante total de 640 milhões de euros estabelecem que a Portugal Telecom terá de manter, direta ou indiretamente, a maioria do capital e o controlo de cada uma das suas “Material Subsidiaries”. “Material Subsidiaries” são aquelas empresas cujo ativo bruto seja igual ou superior a 10% do ativo consolidado ou cujos proveitos sejam iguais ou superiores a 10% dos proveitos consolidados.

Alienação de ativos

Os empréstimos obtidos junto do BEI no montante total de 527 milhões de euros em 31 de dezembro 2013 incluem cláusulas que limitam ou condicionam a alienação de ativos da Portugal Telecom.

Rácios financeiros

Determinadas facilities e empréstimos no montante total de 670 milhões de euros preveem a obrigação de assegurar que o rácio de dívida líquida consolidada/EBITDA não excede determinados valores, os quais variam em função dos financiamentos em causa.

Negative pledge

O Programa Euro Medium Term Notes, o empréstimo por obrigações convertíveis, as credit facilities, os empréstimos obtidos junto do BEI e os programas de papel comercial estão abrangidos por cláusulas de Negative pledge, as quais impõem restrições à constituição de garantias reais sobre os ativos das empresas englobadas na consolidação do Grupo.

As penalidades aplicáveis no caso de incumprimento de qualquer um destes condicionalismos financeiros traduzem-se genericamente no pagamento antecipado dos financiamentos obtidos ou no cancelamento das linhas de crédito disponíveis. Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom cumpria integralmente todos os condicionalismos financeiros acima mencionados.

Em 2 de outubro de 2013, a Portugal Telecom celebrou um memorando de entendimento com a Oi e com alguns acionistas da Portugal Telecom e da Oi relativo à concentração de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1). No âmbito da concentração de negócios proposta, a Portugal Telecom espera executar alterações em alguns dos seus instrumentos de dívida, incluindo as notes de 400 milhões de euros com vencimento em 2016 emitidas pela Portugal Telecom SGPS S.A. no âmbito do Programa de Euro Medium Term Notes e as obrigações permutáveis com vencimento em 2014 emitidas pela Portugal Telecom International Finance BV no montante de 750 milhões de euros. As alterações propostas incluem, entre outras:

- Exceto no que respeita às notes de 400 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom SGPS S.A., a liberação e dispensa da Portugal Telecom, como keep well provider, relativamente a todas as suas obrigações no âmbito do keep well agreement aplicável e a liberação e dispensa da PT Comunicações, como keep well provider, relativamente a todas as suas obrigações no âmbito do seu keep well agreement;
- No que respeita às notes de 400 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom, a substituição da Portugal Telecom SGPS S.A., como emitente e principal devedor, pela PT Portugal SGPS S.A.;
- O acréscimo de uma garantia incondicional e irrevogável da Oi;
- A renúncia pelos credores nos instrumentos de dívida relevantes aos direitos associados a qualquer e toda a situação de incumprimento e situação de incumprimento potencial (tal como definidos nos trust deeds das notes e obrigações) que possam resultar do proposto aumento de capital pela Oi e/ou da proposta concentração de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi ou de qualquer operação executada no âmbito do referido aumento de capital e/ou concentração de negócios;
- Apenas no caso das obrigações permutáveis, a alteração do direito de conversão de modo a que cada titular exercendo o seu direito de conversão receberá (a) desde (e incluindo) a data da conclusão do proposto aumento de capital pela Oi até (mas excluindo) a data da conclusão da proposta concentração de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi, um montante em dinheiro com referência às ações ordinárias da Portugal Telecom, e (b) após (e incluindo) a data de conclusão da proposta concentração de negócios entre a Portugal Telecom e a Oi, um montante em dinheiro com referência às ações ordinárias da Telemar Participações (em cada um dos casos, calculado de acordo com os termos e condições alterados das obrigações permutáveis) no lugar do recebimento de ações ordinárias da Portugal Telecom.

39. CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Contas a pagar correntes		
Fornecedores conta corrente	414.127.644	455.629.066
Fornecedores de imobilizado	122.303.529	146.159.870
Autorizações e concessões (i)	6.000.000	5.615.600
Pessoal	1.586.417	1.750.949
Outros	24.252.950	50.752.748
	568.270.540	659.908.233
Contas a pagar não correntes		
Autorizações e concessões (i)	14.840.169	19.082.848
Outros	4.629.975	3.002.823
	19.470.144	22.085.671

(i) Esta rubrica corresponde às contas a pagar pela Meo, S.A. à entidade reguladora de telecomunicações em Portugal no âmbito da aquisição da licença 4G em dezembro de 2011 (Nota 36).

40. ACRÉSCIMOS DE CUSTOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Juros e outras despesas financeiras	199.176.963	162.981.325
Fornecimentos e serviços externos	174.770.992	169.016.345
Encargos com férias, subsídio de férias e outros encargos com pessoal	100.461.322	106.568.969
Descontos a conceder a clientes	33.250.083	26.323.426
Outros	26.996.759	24.642.579
	534.656.119	489.532.644

41. PROVEITOS DIFERIDOS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	(euros)	
	2013	2012
Faturação antecipada:		
Tráfego não consumido	56.241.191	58.195.332
Outra faturação antecipada	32.385.833	48.997.067
Indemnizações por incumprimento contratual dos clientes (Nota 3.p)	74.997.684	53.688.249
Programas de fidelização de clientes (Nota 3.p) (i)	7.906.459	12.077.899
Outros	75.253.077	93.611.874
	246.784.244	266.570.421

(i) Esta rubrica corresponde às receitas diferidas no âmbito dos programas de fidelização de clientes de operações móveis, as quais são reconhecidas em resultados como receita no momento em que os pontos são consumidos.

42. PROVISÕES E AJUSTAMENTOS

Os movimentos nas rubricas de provisões e ajustamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 foram como segue:

(euros)

	Saldo 31 dez 2012	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
Ajustamentos						
Contas a receber (Notas 25 e 26)	280.572.455	47.248.852	(7.742.623)	(837.049)	(70.681.975)	248.559.660
Existências (Nota 27)	28.765.102	4.285.113	(2.667.634)	(221.294)	(317.628)	29.843.659
Investimentos financeiros (Notas 33 e 34)	8.668.878	766.359	(193.499)	-	(2.673.741)	6.567.997
	318.006.435	52.300.324	(10.603.756)	(1.058.343)	(73.673.344)	284.971.316
Provisões para riscos e encargos						
Processos judiciais em curso (Nota 49)	21.335.514	187.611	(3.638.297)	10.457	184.820	18.080.105
Impostos (Nota 49)	69.408.265	28.332.948	(19.842.884)	-	(15.942.455)	61.955.874
Outras	9.462.015	3.987.570	(1.022.825)	(283.589)	(1.118.231)	11.024.940
	100.205.794	32.508.129	(24.504.006)	(273.132)	(16.875.866)	91.060.919
	418.212.229	84.808.453	(35.107.762)	(1.331.475)	(90.549.210)	376.032.235

(euros)

	Saldo 31 dez 2011	Alterações no perímetro de consolidação	Aumentos	Reduções	Ajustamentos de conversão cambial	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2012
Ajustamentos							
Contas a receber (Notas 25 e 26)	312.214.214	-	41.092.688	(4.464.643)	(517.966)	(67.751.838)	280.572.455
Existências (Nota 27)	38.790.309	-	4.581.921	(11.748.026)	(70.366)	(2.788.736)	28.765.102
Investimentos financeiros (Notas 33 e 34)	34.305.422	-	2.656.811	(121.854)	(29.874)	(28.141.627)	8.668.878
	385.309.945	-	48.331.420	(16.334.523)	(618.206)	(98.682.201)	318.006.435
Provisões para riscos e encargos							
Processos judiciais em curso (Nota 49)	22.264.566	-	510.712	(1.169.755)	(31.873)	(238.136)	21.335.514
Impostos (Nota 49)	61.477.959	-	31.343.137	(18.375.872)	-	(5.036.959)	69.408.265
Outras	17.775.360	366.765	1.751.598	(346.014)	(229.263)	(9.856.431)	9.462.015
	101.517.885	366.765	33.605.447	(19.891.641)	(261.136)	(15.131.526)	100.205.794
	486.827.830	366.765	81.936.867	(36.226.164)	(879.342)	(113.813.727)	418.212.229

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a rubrica de “Provisões para riscos e encargos” foi classificada na Demonstração Consolidada da Posição Financeira de acordo com a data expectável de liquidação da correspondente obrigação, conforme segue:

(euros)

	2013	2012
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso	18.056.832	21.312.242
Impostos	61.941.364	69.408.265
Outras	8.791.648	6.488.757
	88.789.844	97.209.264
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso	23.273	23.272
Impostos	14.510	-
Outras	2.233.292	2.973.258
	2.271.075	2.996.530
	91.060.919	100.205.794

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

42.1. Aumentos e reduções

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os aumentos nas provisões e ajustamentos foram registados nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

	2013	2012
Provisões e ajustamentos	40.182.753	34.584.083
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	28.236.426	30.564.149
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	4.034.299	4.550.611
Outros (i)	12.354.975	12.238.024
	84.808.453	81.936.867

(i) Em 2013 e 2012, esta rubrica inclui essencialmente 5 milhões de euros e 9 milhões de euros, relacionados com ajustamentos a determinadas contas a receber registadas na rubrica "Outros custos (ganhos) líquidos", tal como mencionado na Nota 15.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, as reduções nas provisões e ajustamentos foram registadas nas seguintes rubricas da Demonstração Consolidada dos Resultados:

	2013	2012
Provisões e ajustamentos	11.867.996	10.499.197
Imposto sobre o rendimento (Nota 20)	18.096.178	14.946.003
Custo das mercadorias vendidas (Nota 10)	2.556.599	10.526.575
Outros	2.586.989	254.389
	35.107.762	36.226.164

Nos exercícios findos em 31 de dezembro 2013 e 2012, a rubrica "Provisões e ajustamentos" da Demonstração Consolidada dos Resultados consiste em:

	2013	2012
Aumentos nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	40.182.753	34.584.083
Reduções nas provisões e ajustamentos para contas a receber e outros	(11.867.996)	(10.499.197)
Dívidas incobráveis	1.503.027	2.346.006
Recuperação de dívidas incobráveis	(3.989.519)	(3.163.639)
	25.828.265	23.267.253

42.2. Outros movimentos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os outros movimentos nas provisões e ajustamentos incluem essencialmente o write-off de contas a receber de clientes que já se encontravam integralmente ajustadas. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, os outros movimentos em provisões e ajustamentos incluem a transferência dos ajustamentos para o investimento financeiro na Sportinveste Multimédia, no montante de 26 milhões de euros, uma vez que este investimento foi incluído na rubrica "Ativos não correntes detidos para venda" (Nota 32) em 31 de dezembro de 2012.

43. OUTROS PASSIVOS CORRENTES E NÃO CORRENTES

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	2013	2012
Outros passivos correntes		
Dividendos a pagar a interesses não controladores	13.980.981	3.926.327
	13.980.981	3.926.327
Outros passivos não correntes		
Obrigações com desmantelamento de ativos (Nota 3.g)	18.366.291	32.705.960
Outros (i)	5.040.232	154.054.624
	23.406.523	186.760.584

(i) A redução nesta rubrica é essencialmente explicada pela liquidação de obrigações contratuais referentes à aquisição do investimento na Oi em 2011, por um valor inferior ao passivo inicialmente reconhecido, o que resultou no reconhecimento de um ganho incluído na rubrica "Outros ganhos líquidos" (Nota 15).

44. CAPITAL PRÓPRIO

44.1. Capital social

O capital social da Portugal Telecom, totalmente subscrito e realizado, ascende em 31 de dezembro de 2013 a 26.895.375 euros, representado por 896.512.500 ações, com um valor nominal de três cêntimos de euro cada e com a seguinte distribuição:

- 896.512.000 ações ordinárias;
- 500 ações de Categoria A.

Na Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom realizada em 26 de julho de 2011, foi aprovada uma alteração aos estatutos da Empresa que eliminou os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (designados por “golden share”). Em consequência desta aprovação, estas ações não têm qualquer direito especial.

44.2. Ações próprias

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012 esta rubrica inclui:

	(euros)
Contratos de equity swap (Nota 38.4)	178.071.827
Ações detidas pela Oi	159.449.089
	337.520.916

Os contratos de equity swaps foram celebrados pela Portugal Telecom sobre 20.640.000 ações próprias e reconhecidos como uma aquisição efetiva de ações próprias, tendo originado o registo de um passivo financeiro pelo correspondente valor de aquisição.

No âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi, em que estava prevista a aquisição pela Oi de até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom, a Oi concluiu até 31 de dezembro de 2012 a aquisição de 89.651.205 ações da Portugal Telecom, representativas de 10,0% do capital social. A participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, nos montantes de 159.449.089 euros em 31 de dezembro de 2013 e 2012, refletindo: (1) 64.557.566 ações da Portugal Telecom adquiridas durante o ano de 2011 por um montante total de 148.311.037 euros, correspondente à participação da Portugal Telecom no custo de aquisição; (2) 25.093.639 ações da Portugal Telecom adquiridas durante o segundo trimestre de 2012 por um montante total de 23.198.433 euros, correspondente à participação da Portugal Telecom no custo de aquisição; e (3) uma diminuição de 12.060.381 euros relacionada com a redução da participação da Portugal Telecom nas ações adquiridas pela Oi, correspondente ao efeito da reorganização societária do Grupo Oi concluída em março de 2012, em resultado da qual a percentagem de participação efetiva da Empresa na Oi foi reduzida.

44.3. Reserva Legal

A legislação comercial e os estatutos da Portugal Telecom estabelecem que, pelo menos, 5% do resultado líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, ou para incorporação no capital. Em 31 de dezembro de 2013, a reserva legal já se encontrava totalmente constituída, correspondendo a mais de 20% do capital social.

44.4. Reserva de ações próprias

A reserva de ações próprias está relacionada com o reconhecimento de uma reserva indisponível de valor equivalente ao valor nominal das ações canceladas ou ao custo de aquisição das ações próprias detidas pela Portugal Telecom. A reserva de ações

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

próprias tem um regime legal equivalente ao da reserva legal. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, esta reserva refere-se às ações canceladas em 20 de dezembro de 2007, 24 de março de 2008 e 10 de dezembro de 2008.

44.5. Reserva de reavaliação e outras reservas e resultados acumulados

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os movimentos ocorridos nestas rubricas foram como segue:

	Saldo 31 dez 2012	Rendimento Integral	Dividendos (Nota 22)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2013
(euros)					
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio					
Perdas atuariais					
Perdas atuariais líquidas (Nota 14)	(538.641.978)	(139.474.542)	-	-	(678.116.520)
Efeito fiscal (Nota 20)	134.683.142	21.431.258	-	-	156.114.400
Interesses não controladores	-	-	-	-	-
Ajustamentos de conversão cambial (i)	(561.421.818)	(598.007.113)	-	-	(1.159.428.931)
Derivados de cobertura	(1.574.321)	3.047.860	-	-	1.473.540
Outros	(79.326.749)	(29.496.748)	-	-	(108.823.497)
	(1.046.281.723)	(742.499.285)	-	-	(1.788.781.008)
Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio					
Reservas de reavaliação de ativos tangíveis (ii)	685.541.216	-	-	44.956.340	730.497.556
Efeito fiscal	(160.817.171)	12.879.404	-	(23.940.319)	(171.878.086)
	524.724.045	12.879.404	-	21.016.021	558.619.470
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital	(521.557.678)	(729.619.881)	-	21.016.021	(1.230.161.538)
Resultados transitados e outras reservas	2.897.218.575	-	(52.080.512)	(7.756.021)	2.837.382.042
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom	225.803.781	330.980.955	(225.803.781)	-	330.980.955
	2.601.464.678	(398.638.926)	(277.884.293)	13.260.000	1.938.201.459

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de janeiro de 2004 até à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (Nota 3.q). Em 31 de dezembro de 2013, esta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro sobre os investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax. | (ii) As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas em futuros aumentos de capital, para ajustar o valor contabilístico dos ativos reavaliados que numa determinada data exceda o seu justo valor, ou para cobrir prejuízos acumulados.

	Saldo 31 dez 2011	Rendimento Integral	Dividendos (Nota 22)	Reestruturação societária da Oi (Nota 1)	Outros movimentos	Saldo 31 dez 2012
(euros)						
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio						
Perdas atuariais						
Perdas atuariais líquidas (Nota 14)	(492.708.092)	(45.933.886)	-	-	-	(538.641.978)
Efeito fiscal (Nota 20)	123.190.557	11.492.585	-	-	-	134.683.142
Ajustamentos de conversão cambial (i)	(185.477.426)	(375.944.392)	-	-	-	(561.421.818)
Derivados de cobertura	(4.679.490)	3.105.169	-	-	-	(1.574.321)
Outros	(58.582.932)	(20.743.817)	-	-	-	(79.326.749)
	(618.257.382)	(428.024.341)	-	-	-	(1.046.281.723)
Reservas reconhecidas diretamente no capital próprio						
Reservas de reavaliação de ativos tangíveis (ii)	727.967.282	-	-	-	(42.426.066)	685.541.216
Efeito fiscal	(171.423.688)	-	-	-	10.606.517	(160.817.171)
	556.543.594	-	-	-	(31.819.549)	524.724.045
Total de resultados e reservas reconhecidos diretamente no capital	(61.713.788)	(428.024.341)	-	-	(31.819.549)	(521.557.678)
Resultados transitados e outras reservas	3.039.006.091	-	-	49.235.831	(191.023.347)	2.897.218.575
Resultado líquido atribuível aos acionistas da Portugal Telecom	333.894.411	225.803.781	(371.937.439)	-	38.043.028	225.803.781
Dividendos antecipados	(184.799.868)	-	-	-	184.799.868	-
	3.126.386.846	(202.220.560)	(371.937.439)	49.235.831	-	2.601.464.678

(i) Esta rubrica inclui os ajustamentos de conversão cambial de ativos e passivos denominados em moeda estrangeira desde 1 de janeiro de 2004 até à data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (Nota 3.q). Em 31 de dezembro de 2012, esta rubrica reflete essencialmente o impacto da desvalorização do Real brasileiro face ao Euro sobre os investimentos da Portugal Telecom na Oi e na Contax. | (ii) As reservas de reavaliação só podem ser utilizadas em futuros aumentos de capital, para ajustar o valor contabilístico dos ativos reavaliados que numa determinada data exceda o seu justo valor, ou para cobrir prejuízos acumulados.

45. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

45.1. Riscos financeiros

A Portugal Telecom encontra-se exposta essencialmente a (i) riscos de mercado relacionados com alterações nas taxas de câmbio e taxas de juro, (ii) riscos de crédito e (iii) riscos de liquidez. O principal objetivo da gestão de risco da Portugal Telecom é o de reduzir estes riscos a um nível aceitável. Os instrumentos financeiros derivados utilizados pela Portugal Telecom têm como objetivo minimizar os riscos de exposição a variações de taxa de juro e de taxa de câmbio.

A contratação destes derivados é efetuada após análise cuidada dos riscos e benefícios inerentes a este tipo de operações e envolvem a consulta a diversas instituições intervenientes no mercado. Estas operações são sujeitas à aprovação prévia da Comissão Executiva. O valor de mercado destes instrumentos é apurado regularmente ao longo do ano, com base em informação de mercado, no sentido de permitir uma avaliação contínua das implicações económicas e financeiras de diferentes cenários. A Comissão Executiva monitora regularmente estes riscos financeiros.

45.1.1. Risco de taxa de câmbio

Os riscos de taxa de câmbio estão essencialmente relacionados com os investimentos da Portugal Telecom no Brasil, em Angola e em outras operações estrangeiras, e com a dívida denominada em moeda diferente da moeda funcional do país onde a empresa opera.

Os riscos relacionados com os investimentos da Empresa em operações estrangeiras respeitam fundamentalmente aos investimentos na Oi e na Contax. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a exposição líquida (ativos menos passivos, líquidos de interesses não controladores) ao Brasil ascendia a 9.013 milhões de reais brasileiros (2.767 milhões de euros) e 8.625 milhões de reais brasileiros (3.190 milhões de euros), respetivamente. A Portugal Telecom não tem qualquer instrumento contratado para cobertura do risco de taxa de câmbio associado aos investimentos em empresas estrangeiras.

Os efeitos nos resultados e no capital próprio da Portugal Telecom decorrentes de hipotéticas variações nas variáveis de risco relevantes são os seguintes:

- O impacto da valorização (desvalorização) do Real brasileiro face ao Euro em 0,1, de 3,26 para 3,16 (3,36) seria um aumento (redução) dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2013 em aproximadamente 88 milhões de euros (82 milhões de euros), o qual corresponde a ajustamentos de conversão cambial sobre os investimentos no Brasil;
- O impacto da valorização (desvalorização) do Dólar americano face ao Euro em 0,1, de 1,38 para 1,28 (1,48) seria um aumento (redução) dos ativos líquidos em 31 de dezembro de 2013 em aproximadamente 54 milhões de euros (47 milhões de euros), o qual corresponde a ajustamentos de conversão cambial sobre investimentos em empresas estrangeiras que reportam informação financeira em Dólares americanos, nomeadamente a Unitel;
- A maioria dos restantes ativos e passivos financeiros estão denominados na moeda funcional de cada empresa, direta ou indiretamente através da utilização de derivados. Consequentemente, variações nas taxas de câmbio não teriam qualquer impacto material nos resultados e no capital próprio das empresas onde esses ativos e passivos estão registados.

45.1.2. Risco de taxa de juro

Os riscos de taxa de juro estão essencialmente relacionados com os juros suportados e obtidos com dívida e aplicações financeiras a taxas de juro variáveis. Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Portugal Telecom está essencialmente exposta a estes riscos na Zona Euro, e por isso a dívida consolidada do Grupo está exposta basicamente à taxa Euribor.

Os riscos de taxa de juro também resultam da exposição a alterações no justo valor da dívida de médio e longo prazo sujeita a taxas de juro fixas, devido a alterações nas taxas de juro de mercado.

45.1.3. Risco de crédito

O risco de crédito está essencialmente relacionado com o risco de uma contraparte falhar nas suas obrigações contratuais, resultando numa perda financeira para o Grupo. A Portugal Telecom está sujeita essencialmente ao risco de crédito nas suas atividades operacionais e de tesouraria.

O risco de crédito nas operações está essencialmente relacionado com contas a receber de serviços prestados a clientes (Notas 25 e 26). O Grupo não apresenta um risco de crédito significativo com um cliente em particular, na medida em que as contas a receber derivam de um elevado número de clientes, espalhados por diversos negócios e áreas geográficas. Estes riscos são monitorizados numa base regular por cada um dos negócios do Grupo, sendo que o objetivo da gestão do Grupo Portugal Telecom é: (a) limitar o crédito concedido a clientes, considerando o respetivo perfil e a antiguidade da conta a receber de cada cliente; (b) monitorizar a evolução do nível de crédito concedido; (c) realizar análises de recuperabilidade dos valores a receber numa base regular; e (d) analisar o risco do mercado onde o cliente está localizado. Deste modo, os critérios utilizados para calcular os ajustamentos para contas a receber têm por base estes fatores. O movimento destes ajustamentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 encontra-se divulgado na Nota 42. Em 31 de dezembro de 2013, as contas a receber de clientes que não se encontram ajustadas, no montante total de 641 milhões de euros (Nota 25), incluíam 409 milhões de euros com uma maturidade até noventa dias, 45 milhões de euros com uma maturidade entre noventa dias e cento e oitenta dias, 41 milhões de euros com uma maturidade entre cento e oitenta dias e um ano e 146 milhões de euros com uma maturidade acima de um ano, sendo que este último valor inclui 139 milhões de euros para os quais o Grupo ou diferiu a respetiva receita ou possui contas a pagar às mesmas entidades e sobre o mesmo assunto, o que compensa o risco de crédito. Em 31 de dezembro de 2013, o Grupo entende que não existe a necessidade de reforçar os ajustamentos para contas a receber de cobrança duvidosa para além do montante já existente e incluído na Nota 42.

Os riscos relacionados com atividades de tesouraria resultam essencialmente dos investimentos efetuados pelo Grupo em disponibilidades monetárias. Com o objetivo de mitigar este risco, a política da Portugal Telecom é a de investir em aplicações de curto prazo, junto de instituições financeiras diversificadas e com reputação no mercado.

45.1.4. Risco de liquidez

Este risco pode ocorrer se as fontes de financiamento, como sejam as disponibilidades, os fluxos de caixa operacionais e os obtidos através de operações de desinvestimento, de linhas de crédito e de financiamento, não satisfizerem as necessidades existentes, como sejam as saídas de caixa para atividades operacionais e de financiamento, para investimentos, para remuneração dos acionistas e para reembolso de dívida. Com base nos fluxos de caixa gerados pelas operações, nas disponibilidades de caixa e no valor não utilizado de linhas de crédito, conforme discriminado abaixo e considerando a informação disponível à data sobre os mais variados fatores exógenos aos seus negócios, a Portugal Telecom entende que o Grupo tem capacidade para cumprir as suas obrigações estimadas.

Como forma de mitigar este risco, a Portugal Telecom procura manter uma posição líquida e uma maturidade média da dívida que lhe permita a amortização da sua dívida de curto prazo e, simultaneamente, liquidar todas as suas obrigações contratuais, tal como mencionado acima. Em 31 de dezembro de 2013, o valor das disponibilidades de caixa, excluindo as operações no Brasil, acrescidas dos montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial (caixa disponível mediante um aviso de 2 ou 3 dias) e de linhas de crédito com tomada firme, totalizavam 3.257 milhões de euros, o que compara com 3.016 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012. A maturidade média da dívida líquida em 31 de dezembro de 2013 e 2012 era de 5,5 e 5,6 anos, respetivamente.

A estrutura de capital da Portugal Telecom é gerida de forma a assegurar a capacidade de prossecução das atividades dos diversos negócios e a maximização do retorno dos acionistas. A estrutura de capital do Grupo inclui a dívida (Nota 38), caixa e equivalentes de caixa (Nota 47.h), investimentos de curto prazo (Nota 24) e o capital atribuível aos acionistas da empresa-mãe (Nota 44), o qual inclui o capital social emitido, ações próprias, reservas e resultados acumulados. O Grupo revê periodicamente a sua estrutura de capital considerando os riscos associados a cada uma das supra referidas classes de capital.

Em 31 de dezembro de 2013, o gearing ratio, determinado como a proporção da dívida líquida (dívida menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo) sobre a dívida líquida mais o capital, ascendeu a 72,0%, o que compara com 65,2% em 31 de dezembro de 2012. O indicador do capital mais a dívida de longo prazo sobre o total dos ativos foi de 64,4% e de 66,4% em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

A tabela abaixo resume a maturidade das obrigações contratuais esperadas e compromissos financeiros da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2013, em termos consolidados:

(milhões de euros)

	Total	Menos de um ano	De um a três anos	De três a cinco anos	A mais de cinco anos
Dívida	7.389,9	1.495,1	1.614,0	1.726,9	2.553,9
Juros relativos à dívida bruta (i)	1.550,9	323,5	564,1	363,3	300,0
Pagamentos de benefícios de reforma (ii)	1.034,8	155,2	268,5	216,6	394,5
Licenças e concessões (iii)	20,8	6,0	10,4	4,4	-
Compromissos financeiros não contingentes (iv)	76,9	76,9	-	-	-
Locações operacionais (Nota 12)	154,7	43,4	41,2	31,4	38,6
Total de obrigações contratuais	10.228,1	2.100,2	2.498,3	2.342,6	3.287,0

(i) As obrigações esperadas da Portugal Telecom relacionadas com os juros suportados de empréstimos obtidos foram calculadas com base na dívida bruta em 31 de dezembro de 2013, assumindo que os reembolsos ocorrerão nas datas previstas e considerando pressupostos relativamente às taxas de juro sobre a parcela da dívida contratada com taxas de juro variáveis, pelo que estas obrigações podem variar significativamente dos montantes aqui apresentados, dependendo de eventuais refinanciamentos futuros e das taxas de juro de mercado. Estas obrigações correspondem exclusivamente aos juros sobre a dívida bruta, não incluindo portanto quaisquer juros obtidos sobre caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo. (ii) Esta rubrica inclui essencialmente os pagamentos não descontados a efetuar pela PT Comunicações relativos a salários devidos a pré-reformados e suspensos e a contribuições estimadas para os fundos. Para a parcela de responsabilidades não financiadas e para efeitos de cálculos, a Portugal Telecom assumiu contribuições lineares ao longo dos próximos anos. O montante relativo às obrigações das operações em Portugal difere do passivo reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira essencialmente por este último ser apresentado pelo seu valor presente. (iii) Esta rubrica corresponde a pagamentos em dívida à Anacom em 31 de dezembro de 2013 no âmbito de licenças adquiridas anteriormente (Nota 39). (iv) Os compromissos financeiros não contingentes respeitam essencialmente a acordos celebrados com fornecedores para a aquisição de ativos fixos tangíveis (47 milhões de euros) e existências (30 milhões de euros), incluindo todos os montantes relativos a aquisição de equipamentos de rede, de telecomunicações e terminais móveis.

45.2. Instrumentos financeiros derivados

Instrumentos financeiros derivados de cobertura

O Grupo procede periodicamente à análise da classificação dos derivados contratados de modo a identificar os que cumprem os requisitos estabelecidos na IAS 39 para serem classificados como instrumentos de cobertura. Em 31 de dezembro de 2013 não existiam instrumentos financeiros derivados contratados e, em 31 de dezembro de 2012, os seguintes instrumentos financeiros foram classificados como derivados de cobertura de fluxos de caixa:

31 dez 2012

(milhões de euros)

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor nominal	Justo valor	Objetivo económico
Cobertura de fluxo de caixa					
Portugal Telecom	Swaps da taxa de juro em EUR (i)	1,0 - 2,0	71,4	(2,3)	Eliminar o risco de variação da taxa de juro em instrumentos de dívida

(i) A Portugal Telecom contratou swaps de taxa de juro para cobertura dos pagamentos da dívida de taxa variável.

Instrumentos financeiros derivados classificados como detidos para negociação

Em 31 de dezembro de 2013, não havia instrumentos financeiros derivados em aberto e, em 31 de dezembro de 2012, a Portugal Telecom tinha em aberto os seguintes instrumentos financeiros classificados de acordo com a IAS 39 como derivados detidos para negociação:

31 dez 2012

(milhões de euros)

Empresa	Tipo de operação	Maturidade (anos)	Valor nominal	Justo valor	Objetivo económico
Cobertura de fluxo de caixa					
Portugal Telecom	Swaps da taxa de juro em EUR	0,4	4,5	(0,1)	Instrumentos resultantes de cobertura anteriores de risco e de taxa de juro

Efeitos dos instrumentos financeiros derivados nas demonstrações financeiras consolidadas

Os instrumentos financeiros derivados em aberto em 31 de dezembro de 2012, conforme discriminados acima, cujo justo valor totalizava 2,4 milhões de euros, foram registadas na rubrica de "Outros passivos". Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, estes derivados foram liquidados, o que resultou numa perda de 1,3 milhões de euros registada na rubrica "Perdas líquidas em ativos financeiros e outros investimentos" (Nota 18). Adicionalmente, a Portugal Telecom registrou uma perda em 2012 em relação a estes instrumentos no valor de 3,8 milhões de euros (Nota 18), e registrou os seguintes itens diretamente na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral:

- Ganhos não realizados de 2,5 milhões de euros em 2013 e 0,1 milhões de euros em 2012, correspondentes a alterações no justo valor de derivados de taxa de câmbio e taxa de juro classificados como de cobertura de fluxos de caixa;
- Ganhos de 4,0 milhões de euros em 2012 correspondentes a perdas não realizados transferidos, no momento da sua realização, da Demonstração do Rendimento Integral para a Demonstração dos Resultados.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

45.3. Outras divulgações sobre instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, tal como definido pela IAS 39, o valor contabilístico de cada uma das seguintes categorias de ativos e passivos financeiros, foi reconhecido como segue (valores em milhões de euros):

(milhões de euros)

Rubrica	Hierarquia de justo valor (i)	2013		2012	
		Valor contabilístico	Justo valor	Valor contabilístico	Justo valor
Ativos financeiros registados ao custo amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 47.h)		1.659,0	1.659,0	1.988,8	1.988,8
Investimentos de curto-prazo (Nota 24)		914,1	914,1	626,0	626,0
Contas a receber - Clientes (ii)		763,1	763,1	797,2	797,2
Contas a receber - Outros (Nota 26) (ii)		407,5	407,5	399,5	399,5
Investimentos em empresas associadas - empréstimos concedidos (Nota 33)		5,4	5,4	4,9	4,9
		3.749,2	3.749,2	3.816,4	3.816,4
Passivos financeiros registados ao custo amortizado:					
Dívida - obrigações convertíveis (Nota 38) (iii)	Nível 1	743,0	763,4	732,9	766,0
Dívida - obrigações não convertíveis (Nota 38) (iii)	Nível 1	4.731,3	4.964,2	4.716,0	4.809,9
Dívida - empréstimos bancários (Nota 38) (iv)	Nível 2	1.233,3	1.238,7	1.606,9	1.560,2
Dívida - equity swaps sobre ações próprias (Nota 38) (v)	Nível 2	73,2	(8,3)	73,2	(4,1)
Dívida - outros empréstimos (Nota 38) (vi)		542,0	542,0	198,1	198,1
Contas a pagar (ii)		587,7	587,7	682,0	682,0
Acréscimo de custos (ii)		534,7	534,7	489,5	489,5
Outros passivos correntes		14,0	14,0	3,9	3,9
Outros passivos não correntes		5,0	5,0	151,7	151,7
		8.464,2	8.641,4	8.654,4	8.657,3
Passivos financeiros registados de acordo com o IAS 17:					
Dívida - locações financeiras (Nota 38)		48,3	48,3	47,9	47,9
		48,3	48,3	47,9	47,9
Instrumentos financeiros derivados (Nota 45.2)					
Outros ativos (passivos) não correntes		-	-	(2,4)	(2,4)
		-	-	(2,4)	(2,4)

(i) A IFRS 7 Instrumentos Financeiros requer que o valor justo dos ativos e passivos financeiros deve basear-se nas premissas que os participantes do mercado considerariam ao avaliar um ativo ou um passivo e estabelece uma hierarquia que prioriza a informação utilizada para construir tais suposições, nomeadamente uma hierarquia de mensuração pelo valor justo. Esta hierarquia atribui maior peso às informações disponíveis no mercado (dados observáveis) e menor peso às informações baseadas em dados não observáveis, que vão do Nível 1 para o Nível 3, respetivamente. Em 2013, não houve transferências significativas entre os níveis de hierarquia do valor justo. | (ii) Contas a receber, contas a pagar e despesas provisionadas geralmente têm vencimentos de curto prazo e, portanto, os seus valores justos são considerados similares aos respetivos valores contabilísticos. Há, porém, alguns recebíveis não circulantes e contas a pagar, que são registadas a valor presente e para o qual não há mercado ativo, como um resultado do que os valores de mercado foram considerados semelhantes aos valores contabilísticos. | (iii) O valor de mercado de obrigações convertíveis e obrigações não convertíveis foi obtido com base em preços cotados em mercados ativos. | (iv) O valor justo dos empréstimos bancários foi determinado com base na metodologia de fluxo de caixa descontados, utilizando dados observáveis no mercado. | (v) O valor justo dos instrumentos financeiros associados ao passivo relativos a equity swaps sobre ações próprias foi determinado com base na diferença entre o preço de exercício destes equity swaps e preço das ações da Portugal Telecom a partir dessa data, incluindo o efeito dos juros. | (vi) Os outros empréstimos incluem principalmente programas de papel comercial, cujo vencimento é inferior a 3 meses. Por estas razões, o valor justo destes instrumentos foi assumido ser semelhantes aos valores contabilísticos correspondentes.

46. GARANTIAS E COMPROMISSOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a Empresa tinha apresentado as seguintes garantias bancárias e cartas de conforto a favor de terceiros:

(euros)

	2013	2012
Garantias bancárias e outras garantias apresentadas por empresas Portuguesas a favor de tribunais e das autoridades fiscais (i)	329.492.097	323.524.881
Garantias bancárias apresentadas pela Portugal Telecom a favor do BEI (ii)	491.428.571	515.000.000
Garantias bancárias e outras a favor de terceiros apresentadas por:		
Meo, S.A. (iii)	26.023.980	32.397.785
PT Comunicações (iv)	21.153.349	20.432.878
Outras empresas	21.331.535	11.554.299
Total	889.429.532	902.909.843

(i) As garantias bancárias e outras apresentadas por empresas portuguesas do Grupo aos tribunais e autoridades fiscais incluem essencialmente 317 milhões de euros relacionados com liquidações fiscais recebidas pela Portugal Telecom relativas aos anos 2005 a 2009, conforme explicado na Nota 49. De acordo com a legislação fiscal portuguesa, a Empresa apresentou estas garantias e submeteu um pedido de recurso, podendo desta forma continuar a contestar a liquidação numa instância superior e evitar o pagamento antecipado das respetivas liquidações fiscais. Em Portugal, estas duas condições devem ser cumpridas antes mesmo do processo continuar, independentemente do montante da liquidação fiscal e da probabilidade de sucesso do recurso apresentado. | (ii) Estas garantias bancárias foram apresentadas pela Portugal Telecom ao Banco Europeu do Investimento no âmbito dos empréstimos obtidos junto deste banco (Nota 38.3). | (iii) As garantias bancárias solicitadas pela Meo, S.A. incluem essencialmente a garantia bancária apresentada à Anacom no montante de 24 milhões de euros relacionada com o total das prestações devidas no âmbito da aquisição da licença de LTE concluída em dezembro de 2011. | (iv) As garantias bancárias solicitadas pela PT Comunicações foram apresentadas essencialmente às seguintes entidades: (1) Autarquias e Câmaras Municipais, as quais estão relacionadas essencialmente com o pagamento de taxas e outros fees em relação a processos referentes às taxas de ocupação da via pública; e (2) Anacom, as quais estão relacionadas essencialmente com o concurso público para a atribuição do direito de utilização nacional das frequências para o de serviço de televisão.

47. DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros

Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relacionados com despesas registadas na Demonstração Consolidada de Resultados na rubrica "Impostos indiretos" (Nota 13), e ainda pagamentos de Imposto sobre o Valor Acrescentado em Portugal.

b) Aplicações financeiras de curto prazo

Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrente de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os recebimentos líquidos ascenderam a 316.661.421 euros em 2013, em comparação com 161.184.651 euros em 2012.

c) Recebimentos provenientes da alienação de investimentos financeiros

Em 2013, esta rubrica inclui basicamente os recursos obtidos com a alienação do investimento na CTM, no montante de 335,7 milhões de euros (Nota 32).

d) Recebimentos (pagamentos) provenientes de juros e proveitos similares

Os pagamentos respeitantes a juros e custos similares líquidos dos recebimentos provenientes de juros e proveitos similares ascenderam a 266.243.026 euros e 300.768.250 euros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

e) Dividendos recebidos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, os recebimentos provenientes de dividendos foram como segue:

	2013	2012
Oi (Nota 30)	86.439.663	185.120.347
CTM (Nota 32.a)	25.228.274	24.503.286
Contax	1.945.021	3.817.381
Unitel	-	49.859.012
Outras	2.341.258	1.917.519
	115.956.229	265.217.545

f) Empréstimos obtidos e reembolsados

Estas rubricas incluem essencialmente a renovação regular de papel comercial e outros empréstimos bancários.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2013, os reembolsos de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 40.600.037 euros e, conforme explicado na Nota 38, incluem essencialmente o reembolso da Eurobond emitida em 2009 (934 milhões de euros), a diminuição no montante em dívida relativo a linhas de crédito da Portugal Telecom (350 milhões de euros), o reembolso de 50 milhões de euros relativo a obrigações de taxa variável emitidas em agosto de 2008, e o reembolso de vários empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento. Estes efeitos foram parcialmente compensados por uma Eurobond de 1.000 milhões de euros emitida em

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

10 de maio de 2013 e o aumento nos valores em dívida no âmbito de programas de papel comercial da Portugal Telecom (366 milhões de euros).

Durante o ano findo em 31 de dezembro de 2012, os pagamentos resultantes de empréstimos obtidos, líquidos dos recebimentos provenientes de novos empréstimos obtidos, ascenderam a 1.048.702.097 e, conforme descrito na Nota 38, refletem principalmente o reembolso da Eurobond de 1.300 milhões de euros emitida pela PT Finance em março de 2005, o pagamento da última parcela devida ao Estado Português no âmbito da transferência das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões (454 milhões de euros) e a redução de 378 milhões de euros nos montantes em dívida no âmbito dos programas de papel comercial. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelas obrigações de 400 milhões de euros e 750 milhões de euros emitidas pela Portugal Telecom e PT Finance em julho e outubro de 2012, respetivamente.

g) Dividendos pagos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e 2012, o detalhe dos dividendos pagos é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Portugal Telecom (Nota 22)	284.658.563	569.317.125
MTC	19.749.084	10.759.068
Cabo Verde Telecom	-	12.532.352
Outras	11.740.566	11.515.625
	316.148.213	604.124.170

h) Caixa e seus equivalentes

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, a composição desta rubrica é como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Caixa	10.526.405	33.316.183
Depósitos à ordem	94.713.210	110.336.145
Depósitos a prazo	1.455.485.775	1.750.335.469
Outros depósitos bancários	98.225.124	94.809.341
	1.658.950.514	1.988.797.138

48. PARTES RELACIONADAS

a) Empresas associadas e empreendimentos conjuntos

Os saldos em 31 de dezembro de 2013 e 2012 e as transações ocorridas durante os exercícios findos nessas datas entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e entidades conjuntamente controladas são como segue:

(euros)

Empresa	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012	31 dez 2013	31 dez 2012
Entidades conjuntamente controladas	4.685.059	799.583	24.796	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	238.241.859	245.675.718	2.638.599	5.809.113	-	-
Multitel	6.265.431	7.517.277	229.884	323.322	915.058	936.627
CTM	-	154.198	-	15.743	-	-
Outras	646.420	-	-	-	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	173.050	4.383.690	1.325.856	6.517.948	-	-
PT-ACS	3.372.065	2.417.335	3.103.827	2.386.234	-	-
Fundação PT	341.983	569.949	-	11	-	-
Sportinveste Multimédia	56.864	103.641	226.993	643.387	32.282.861	32.282.861
Siresp	28.024	38.179	5.860	-	1.260.909	1.513.090
Outras	410.491	230.808	1.129.313	502.404	2.392.443	2.478.408
		261.890.378	8.685.128	16.198.162	36.851.271	37.210.986

(i) As contas a receber da Unitel em 31 de dezembro de 2013 e 2012 estão relacionadas essencialmente com dividendos a receber nos montantes de 206 milhões de euros e 215 milhões de euros, respetivamente (Nota 26).

(euros)

Empresa	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	2013	2012	2013	2012	2013	2012
Entidades conjuntamente controladas	174.684	723.621	10.226.830	1.986.285	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	6.656.346	6.204.614	13.793.167	12.126.525	-	-
Multitel	454.120	289.008	1.745.267	2.308.074	-	-
CTM	74.739	64.517	88.654	292.401	-	-
Outras	223	-	-	1.943	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (i)	21.179.202	26.880.377	2.754.786	2.210.809	-	1.560
PT-ACS	6.495.377	7.110.178	2.826.715	1.767.278	-	-
Sportinveste Multimédia	908.541	897.931	172.728	167.605	32.820	52.216
Siresp	-	-	15.397.196	14.274.932	58.095	107.634
Outras	724.985	735.207	4.354.399	4.188.132	124.809	62.679
	36.668.217	42.905.453	51.359.742	39.323.984	215.724	224.089

(i) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada principalmente com o declínio no negócio das listas telefónicas, conforme mencionado na Nota 7.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas relacionado com a produção e distribuição de lista telefónicas, bem como a venda de espaço publicitário nas listas telefónicas;
- Empréstimos concedidos à Sportinveste Multimédia, no âmbito do acordo de acionistas desta empresa, com o objetivo de financiar a sua atividade;
- Acordos de roaming celebrados com a Unitel.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade, incluindo depósitos bancários, investimentos de curto prazo e financiamentos contratados pela Empresa com essas instituições financeiras, bem como a prestação de serviços de telecomunicações pela Empresa a essas entidades. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa que

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

disponibiliza conteúdos de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e os saldos nessa data, excluindo os saldos em aberto relativos a depósitos, investimentos de curto prazo e financiamentos com os principais acionistas da Portugal Telecom, são como segue (incluindo IVA):

(euros)

	2013		2012	
Empresa	Receitas e ganhos (i)	Custos e perdas (i)	Contas a receber	Contas a pagar
BES	68.014.622	28.105.495	1.428.622	
Visabeira	11.290.365	79.668.692	34.768.339	20.322.411
Controlinveste	2.469.041	47.360.248	463.937	8.545.056
Ongoing	507.475	2.930.813	268.962	389.724
BlackRock	1.051	5.031.948	-	5.000.156
UBS	39	45.000	-	-
	82.282.592	163.142.196	36.929.860	34.257.347

(i) As receitas e ganhos incluem vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom e juros recebidos sobre depósitos bancários, enquanto os custos e perdas incluem fornecimentos e serviços externos prestados à Portugal Telecom e juros pagos em contratos de financiamento e equity swaps.

Os termos destes acordos comerciais são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima. Os fundos de pensões e cuidados de saúde, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma (Nota 14.1), são geridos de acordo com uma política de investimentos aprovada pelo Conselho de Administração da Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 31 de dezembro de 2013, a exposição total desses investimentos ao BES, Rocha dos Santos Holding e Portugal Telecom ascendia a 89 milhões de euros, 95 milhões de euros e 58 milhões de euros, respetivamente, o que compara com 77 milhões de euros, 104 milhões de euros e 66 milhões de euros em 31 de dezembro de 2012, respetivamente.

c) Outros

Durante os exercícios de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos administradores, as quais foram estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, ascenderam a 5,52 milhões de euros e 5,73 milhões de euros, respetivamente.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os Administradores Executivos têm direito a receber uma remuneração variável em função da performance alcançada, 50% da qual deve ser paga no ano seguinte e os restantes 50% devem ser pagos 3 anos mais tarde se determinadas medidas de performance forem atingidas. A Portugal Telecom reconhece anualmente os encargos relativos a estas remunerações variáveis.

No exercício findo a 31 de dezembro de 2013, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2012 paga aos sete Administradores Executivos ascendeu a 2,2 milhões euros e, em 2011, a remuneração variável anual paga aos sete Administradores Executivos ascendeu a 2,44 milhões de euros. Adicionalmente, no exercício de 2012, nos termos da política de remunerações estabelecida para os Administradores Executivos, a Portugal Telecom procedeu ao pagamento de um montante de 1,94 milhões de euros aos Administradores Executivos correspondente à RVMP de 2009, cujo pagamento havia sido diferido nesse ano. A Comissão de Avaliação, tendo em consideração a performance do Presidente do Conselho de Administração, no exercício das suas funções, durante o seu mandato de 3 anos findo em 2011, propôs à Comissão de Vencimentos o pagamento de um bônus, do qual 0,65 milhões de euros foram pagos em 2012 e um montante de igual valor foi diferido por um período de 3 anos. Em 31 de dezembro de 2013, os pagamentos de remuneração variável que se encontravam diferidos ascendiam a 10,12 milhões de euros, os quais estão condicionados ao desempenho positivo da Empresa nos termos da política de remunerações em vigor.

Adicionalmente, no âmbito da parceria estratégica celebrada com a Oi e a Contax, cinco dos administradores da Portugal Telecom (seis em 2012) desempenham funções executivas nestas empresas (entidades controladas conjuntamente pela Empresa), tendo recebido em 2013 e 2012 uma compensação fixa total nos montantes de 1,02 milhões de reais brasileiros (0,4 milhões de euros) e 2,39 milhões de reais brasileiros (0,95 milhões de euros), respetivamente, a qual foi estabelecida pelos órgãos empresariais competentes para o efeito, de acordo com a legislação local.

Em complemento das remunerações acima referidas, os Administradores Executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom.

Nos exercícios de 2013 e 2012, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 4,4 milhões de euros e 5,2 milhões de euros, respetivamente. As remunerações variáveis ascenderam a 2,2 milhões de euros e 2,5 milhões de euros, nos exercícios findos a 31 de dezembro de 2013 e 2012, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2013, não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço. Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom não tem nenhum valor em aberto com os membros do Conselho de Administração ou com o pessoal-chave da gestão.

Em 31 de dezembro de 2013, um membro do Conselho de Administração e cinco dirigentes do Grupo Portugal Telecom tinham direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, cujas responsabilidades em 31 de dezembro de 2013 ascendiam a aproximadamente 2 mil euros e 12 mil euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2013, os honorários pagos ao Revisor Oficial de Contas da Portugal Telecom ascenderam a 0,24 milhões de euros e correspondem a honorários de auditoria relativos às seguintes empresas: Portugal Telecom, PT Investimentos Internacionais, PT Ventures, PT Participações, Timor Telecom e PT Imobiliária.

Para informação adicional relacionada com as remunerações dos membros do Conselho de Administração e dos dirigentes, remetemos os leitores para o Relatório do Governo da Sociedade incluído no Relatório Anual.

49. PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra diversas empresas do Grupo, para os quais o risco de perda foi classificado como provável, de acordo com a IAS 37 "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Com base na opinião dos seus consultores jurídicos internos e externos, o Grupo registou provisões (Nota 42) para estes processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais para fazer face à saída provável de recursos, como segue:

	(euros)	
	2013	2012
Responsabilidade cível	11.618.137	13.405.502
Responsabilidade laboral	2.893.200	3.439.245
Outras responsabilidades	3.568.768	4.490.767
Sub-total	18.080.105	21.335.514
Impostos	61.955.874	69.408.265
Total	80.035.979	90.743.779

Em 31 de dezembro de 2013 e 2012, existem diversos processos judiciais, arbitrais e contingências fiscais intentados contra algumas empresas do Grupo para os quais o risco de um reembolso futuro de caixa foi considerado como possível, de acordo com informações dos advogados que acompanham estes processos, e que por esse motivo não foram provisionados. O detalhe e a natureza destes processos são conforme segue:

	(euros)	
	2013	2012
Responsabilidade cível	71.078.646	88.182.668
Responsabilidade laboral	982.904	478.806
Outras responsabilidades	16.496.924	25.201.237
Sub-total	88.558.474	113.862.711
Impostos	4.285.758	31.898.581
Total	92.844.232	145.761.292

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Os seguintes processos judiciais em curso relatam as principais queixas, ações legais e contingências fiscais contra algumas empresas subsidiárias sediadas em Portugal, alguns dos quais a Empresa considera que, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos e de acordo com a IAS 37, o risco de perda associado aos mesmos é remoto, motivo pelo qual, os respetivos valores em causa não estão incluídos nos montantes acima divulgados embora estejam descritos abaixo, em virtude da sua materialidade.

a) Ações relacionadas com a taxa municipal de direitos de passagem

No seguimento da legislação de 1 de agosto de 1997, como operador da rede básica de telecomunicações, a Portugal Telecom ficou isenta da obrigação do pagamento de taxas municipais, direitos de passagem e outras taxas relacionadas com a rede e com as obrigações inerentes à Concessão. Adicionalmente, no passado, o Estado Português informou a Portugal Telecom de que esta legislação confirmou a isenção de pagamento de taxas estabelecida no contrato de Concessão, e de que continuará a tomar as ações necessárias para que a Portugal Telecom mantenha os benefícios económicos previstos no Contrato de Concessão.

A Lei 5/2004, de 10 de fevereiro, estabeleceu um novo regime para o direito de passagem em Portugal, no qual cada município pode aplicar uma taxa de 0,25% sobre a faturação de cada cliente que possua uma assinatura de rede no município. Este regime foi implementado em 2005, não sendo aplicado retroativamente, não tendo impacto sobre os processos indicados anteriormente. Entretanto, o Decreto-Lei 123/2009, de 21 de maio, clarificou que nenhuma outra taxa deveria ser cobrada pelos municípios, além do regime estabelecido pela Lei 5/2004. Esta interpretação foi confirmada pelo Supremo Tribunal Administrativo de Portugal em diversas ações judiciais.

Não obstante, alguns municípios continuam ainda a defender que a Lei 5/2004 não derogou outras taxas que os municípios queiram estabelecer, uma vez que a Lei 5/2004 não é aplicável ao domínio público municipal. Atualmente existem ações interpostas por alguns municípios sobre esta matéria.

b) Processos regulatórios

As operações da Portugal Telecom são sujeitas regularmente a investigações e inspeções, essencialmente pela ANACOM (regulador de telecomunicações), pela Comissão Europeia e pela Autoridade da Concorrência, no âmbito da verificação do cumprimento das normas e regulamentos aplicáveis. Atualmente, estão em curso investigações conduzidas pela Autoridade da Concorrência relativamente à PT Comunicações e à Meo, S.A. por alegadas práticas anti-concorrenciais nos mercados da Televisão Digital Terrestre e da rede de telecomunicações móvel, respetivamente. A Portugal Telecom considera que as empresas do Grupo seguiram consistentemente uma política de cumprimento da legislação em vigor. A Portugal Telecom revê continuamente as suas ofertas comerciais de forma a reduzir o risco de incumprimento da legislação da concorrência. No entanto, se empresas do Grupo PT forem consideradas como estando em violação da legislação aplicável no âmbito destas ou de outras investigações, elas poderão vir a estar sujeitas a penalidades, multas ou outras sanções. Com base na legislação nacional, é, no entanto, permitida a interposição de recurso judicial relativamente a qualquer decisão adversa nestas matérias.

Em abril de 2007, a Autoridade da Concorrência acusou a PT Comunicações de abuso de posição dominante por alegada atribuição de descontos discriminatórios no mercado de circuitos alugados. Em resposta a esta acusação, a PT Comunicações contestou as alegações da Autoridade da Concorrência nesta matéria. Contudo, em 1 de setembro de 2008, a Autoridade da Concorrência impôs uma coima de 2,1 milhões de euros à PT Comunicações. Em 29 de setembro de 2008, a PT Comunicações recorreu para o Tribunal do Comércio de Lisboa e, em 29 de fevereiro de 2012, o Tribunal do Comércio de Lisboa absolveu a PT Comunicações da multa imposta pela Autoridade da Concorrência. A Portugal Telecom, com base na opinião dos seus consultores judiciais internos e externos, não tinha registado qualquer provisão para fazer face a esta situação.

Em 19 de janeiro de 2011, a Comissão Europeia iniciou uma investigação a um acordo celebrado entre a Telefónica e a Portugal Telecom com o alegado intuito de não concorrerem no mercado ibérico de telecomunicações. Em outubro de 2011, a Portugal Telecom foi notificada de uma Declaração de Objeções da Comissão Europeia destinada à Portugal Telecom e à Telefónica sobre esta matéria, que apenas cobria a alegada cooperação entre as duas empresas posteriormente à transação da Vivo. Em resposta à

Declaração de Objeções, a Portugal Telecom contestou a alegação da Comissão Europeia. Em janeiro de 2013, a Comissão Europeia adotou uma decisão de condenar a Empresa, conjuntamente com a Telefónica, S.A., por alegada violação do artigo 101 do TFEU, traduzida num suposto compromisso de não concorrência com incidência no mercado ibérico incluído no acordo de 28 de julho de 2010 relativo à aquisição pela Telefónica da participação da Portugal Telecom na operadora brasileira Vivo. À Portugal Telecom foi aplicada uma coima de 12.290.000 euros. A Portugal Telecom considera a sanção tornada pública injustificada e inadequada a qualquer eventual desvalor da sua conduta, pelo que interpôs recurso e não constituiu qualquer provisão para esta situação.

c) Outros processos legais

Em março de 2004, a TV TEL Grande Porto – Comunicações, S.A. (TV TEL), uma empresa de telecomunicações sediada no Porto, instaurou uma ação contra a PT Comunicações no Tribunal Judicial de Lisboa, alegando que a PT Comunicações, desde 2001, restringiu e/ou recusou de forma ilegal o acesso às suas condutas de telecomunicações no Porto, atrasando a instalação e o desenvolvimento da rede de telecomunicações da TV TEL. A TV TEL alega que a PT Comunicações tinha a intenção de se autofavorecer e de favorecer a CATVP-TV Cabo Portugal, S.A., uma empresa subsidiária da PT Multimédia e concorrente direto da TV TEL. A TV TEL reclama da Portugal Telecom o montante aproximado de 15 milhões de euros por danos e perdas alegadamente causadas, em resultado do atraso na instalação da sua rede de telecomunicações no Porto. Adicionalmente, a TV TEL solicitou que a PT Comunicações fosse obrigada a garantir acesso total às suas condutas no Porto. A PT Comunicações contestou a referida ação em junho de 2004, defendendo que: (1) a TV TEL não possui um direito de livre acesso à sua rede de condutas; (2) todos os pedidos da TV TEL foram legal e tempestivamente respondidos pela PT Comunicações de acordo com a sua política geral de gestão e acesso às suas infraestruturas; e (3) as perdas e danos invocados pela TV TEL não foram factualmente sustentados. Em fevereiro de 2013, o tribunal decidiu uma compensação relativa aos acrescidos custos de financiamento incorridos e ao valor decorrente da perda de clientes a ser liquidado pela TV TEL. Ambas as partes apresentaram recurso desta decisão.

Em março de 2011, a Optimus - Comunicações S.A. (Optimus) instaurou um processo contra a Portugal Telecom no Tribunal Judicial de Lisboa para o pagamento de aproximadamente 11 milhões de euros e, em outubro de 2011, a Onitelem – Infocomunicações, S.A (Oni) instaurou uma reclamação contra a Portugal Telecom no mesmo tribunal para o pagamento de aproximadamente 1,5 milhões de euros, ambos relacionados com o processo da Autoridade da Concorrência que terminou em 2011 por efeitos de prescrição, em relação ao qual a Autoridade da Concorrência tinha aplicado uma multa à Portugal Telecom no montante aproximado de 45 milhões de euros. A Optimus e a Oni sustentam a sua posição argumentado que sofreram perdas e danos em resultado da conduta da Portugal Telecom. No caso da ação da Optimus, a Empresa aguarda o agendamento do julgamento, enquanto em relação à ação da Oni, a Portugal Telecom foi absolvida por motivos de prescrição.

d) Contingências fiscais

Existem algumas contingências fiscais contra determinadas empresas do Grupo sediadas em Portugal, as quais estão relacionadas essencialmente com a dedutibilidade de certos encargos financeiros incorridos entre 2004 e 2010 (233 milhões de euros) e com a dedutibilidade de uma menos-valia apurada em 2006 na sequência da liquidação de uma empresa subsidiária (65 milhões de euros). A Portugal Telecom já recebeu liquidações fiscais relativamente a parte destas contingências e apresentou garantias bancárias às autoridades fiscais para os anos de 2005 a 2009 no montante total de 317 milhões de euros (Nota 46). Em 31 de dezembro de 2013, a Portugal Telecom discorda fortemente destas liquidações e, com base na opinião dos seus consultores fiscais, considera que existem argumentos sólidos para contrapor a posição das autoridades fiscais, pelo que não classifica estas contingências fiscais como prováveis ou possíveis.

50. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer eventos subsequentes após 31 de dezembro de 2013 com impacto relevante nestas demonstrações financeiras.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

ANEXOS

I. Subsidiárias

Subsidiárias localizadas em Portugal

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Portugal Telecom (Empresa-mãe)	Nota 1	Lisboa	Empresa-mãe			
Directel - Listas Telefónicas Internacionais, Lda (Directel)		Lisboa	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins, em operações internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
Infonet Portugal – Serviços de Valor Acrescentado, Lda		Lisboa	Comercialização de produtos e serviços de valor acrescentado na área da informação e comunicação por computador, através do acesso à rede mundial infonet.	PT Comunicações (90%)	90,00%	90,00%
Openideia - Tecnologias de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A.		Aveiro	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Data Center, S.A.		Covilhã	Prestação de serviços e fornecimento de produtos na área de sistemas e tecnologias de informação, incluindo processamento de dados, domiciliação de informação e aspetos relacionados.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Pay, S.A.	(a)	Lisboa	Prestação de serviços de pagamento.	PT Comunicações (100%)	100,00%	-
Portugal Telecom Inovação, S.A. (PT Inovação)		Aveiro	Inovação, investigação, desenvolvimento e integração de serviços e soluções em telecomunicações, serviços de engenharia e formação em telecomunicações.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
Postal Network - Prestação de Serviços de Gestão de Infraestrutura de comunicações ACE		Lisboa	Prestação de serviços postais.	PT Comunicações (51%)	51,00%	51,00%
Previsão - Sociedade Gestora de Fundos de Pensões, S.A.		Lisboa	Gestão de fundos de pensões.	PT Portugal (82,05%)	82,05%	82,05%
PT Centro Corporativo, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Compras - Serviços de Consultoria e Negociação, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria e negociação relacionados com processos de aquisição de bens e serviços.	-	-	100,00%
PT Comunicações, S.A.		Lisboa	Estabelecimento, gestão e exploração de infraestruturas de telecomunicações e prestação do serviço público de telecomunicações e do serviço de teledifusão.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Contact - Telemarketing e Serviços de Informação, SA (PT Contact)		Lisboa	Produção, promoção e comercialização de sistemas de informação, incluindo produtos e serviços de informação e correspondente assistência técnica.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Imobiliária, S.A.		Lisboa	Administração de bens imobiliários, consultoria em investimentos imobiliários, gestão de empreendimentos imobiliários, aquisição e alienação de imóveis.	PT Imobiliária (100%)	100,00%	100,00%
PT Investimentos Internacionais, S.A. (PT II)		Lisboa	Serviços de consultoria de negócio e gestão de negócios. Elaboração de projetos e estudos económicos e gestão de investimentos.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Móveis, SGPS, S.A. (PT Móveis)		Lisboa	Gestão de participações sociais no âmbito dos negócios móveis.	Meo, S.A. (100%)	100,00%	100,00%
PT Participações, SGPS, S.A.		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Portugal, SGPS, S.A.		Lisboa	Gestão de participações sociais	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
PT Prestações - Mandatária de Aquisições e Gestão de Bens, S.A. (PT Prestações)		Lisboa	Aquisição e gestão de bens móveis e imóveis, bem como a realização de investimentos.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
PT Pro, Serviços Administrativos e de Gestão Partilhados, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de assessoria empresarial, administração e gestão empresarial.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Sales - Serviços de Telecomunicações e Sistemas de Informação, S.A. (PT Sales)		Lisboa	Prestações de serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Portugal (100%)	100,00%	100,00%
PT Ventures, SGPS, S.A.		Madeira	Gestão de participações sociais no âmbito dos investimentos internacionais.	Africatel (100%)	75,00%	75,00%
PT - Sistemas de Informação, S.A. (PT SI)		Oeiras	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Portugal (99,8%); PT Comunicações (0,1%);	100,00%	100,00%
Meo - Serviços de Comunicações e Multimédia, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%
TPT - Telecomunicações Publicas de Timor, S.A. (TPT)		Lisboa	Prestação de serviços e compra e venda de produtos de telecomunicações, multimédia e tecnologias de informação em Timor.	PT Participações (76,14%)	76,14%	76,14%
Use.it* - Virott e Associados, Lda	(b)	Lisboa	Prestação de serviços de research, desenho, programação, sistemas de informação e de suporte.	PT SGPS (52,50%)	52,50%	52,50%
PT BlueClip	(c)	Lisboa	Prestação de serviços de consultoria a empresas do Grupo.	PT Comunicações (100%)	100,00%	100,00%

(a) Esta empresa foi constituída em 2011. | (b) Esta empresa não está atualmente a desenvolver qualquer atividade.

Subsidiárias localizadas no Brasil

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Bratel Brasil, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel BV (98,77%); PT Brasil (1,23%)	100,00%	100,00%
Istres Holding S.A.	(a)	São Paulo	Gestão de investimentos.	PT Inovação Brasil (90%); PT Brasil (10%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Brasil, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	PT SGPS (100%)	100,00%	100,00%
Portugal Telecom Inovação Brasil, Lda		São Paulo	Desenvolvimento de atividade nas áreas de tecnologias de informação e telecomunicações.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
PT Multimídia.com Brasil, Lda (PTM.com Brasil)	(a)	São Paulo	Gestão de participações sociais.	PT Brasil (100%)	100,00%	100,00%

(a) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade.

Subsidiárias localizadas em África

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Cabo Verde Móvel, S.A.	(a)	Praia	Exploração do serviço de telecomunicações móveis.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Multimédia, S.A.	(a)	Praia	Exploração de serviços de multimédia.	Cabo Verde Telecom (100%)	30,00%	30,00%
Cabo Verde Telecom, SARL	(a)	Praia	Exploração de serviços de telecomunicações.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Cellco - Ste Cellulaire du Congo SARL	(b)	Congo	Exploração de serviços de telecomunicações, no Congo.	PT II (61%)	61,00%	61,00%
Contact Cabo Verde - Telemarketing e Serviços de Informação, S.A.		Praia	Gestão de call e de contact centre.	PT Contact (100%)	100,00%	100,00%
CST - Companhia Santomense de Telecomunicações, SARL		São Tomé	Exploração do serviço público de telecomunicações em São Tomé e Príncipe	Africatel (51%)	38,25%	38,25%
Directel Cabo Verde - Serviços de Comunicação, Lda.		Praia	Publicação de listas telefónicas e exploração das bases de dados que lhes são afins em Cabo Verde.	Directel (60%); Cabo Verde Telecom (40%)	57,00%	57,00%
Directel Uganda - Telephone Directories, Limited	(b)	Uganda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (100%)	75,00%	75,00%
Elta - Empresa de Listas Telefónicas de Angola, Lda		Luanda	Publicação de listas telefónicas..	Directel (55%)	41,25%	41,25%
Openideia Marrocos, S.A.		Casablanca	Prestação de serviços na área de sistemas e tecnologias de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Openideia Angola, S.A.		Luanda	Prestações serviços nas áreas de telecomunicações, serviços e sistemas de informação.	PT Inovação (100%)	100,00%	100,00%
Kenya Postel Directories, Lda		Nairobi	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras publicações.	Directel (60%)	45,00%	45,00%
LTM - Listas Telefónicas de Moçambique, Lda		Maputo	Gestão, edição, exploração e comercialização de listas de assinatura e classificadas de telecomunicações.	Directel (50%)	37,50%	37,50%
Mobile Telecommunications Limited	(c)	Namíbia	Exploração do serviço móvel.	Africatel BV (34%)	25,50%	25,50%
TMM - Telecomunicações Móveis de Moçambique, S.A.	(b)	Maputo	Exploração do serviço móvel.	PT Participações (98%)	98,00%	98,00%
STP Cabo, SARL		São Tomé e Príncipe	Gestora de cabo submarino.	CST (74,5%)	28,50%	28,50%

(a) A Portugal Telecom detém a maioria dos membros da comissão executiva da Cabo Verde Telecom, controlando deste modo as suas políticas financeiras e operacionais. | (b) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade. | (c) A Portugal Telecom celebrou com os restantes acionistas da MTC um acordo parassocial que lhe atribui o poder necessário para definir e controlar as políticas financeiras e operacionais desta participada.

Outras Subsidiárias

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Carrigans Finance SARL	(a)	Luxemburgo	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Bratel BV		Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Africatel GmbH	(b)	Alemanha	Gestão de investimentos.	PT Participações (100%)	100,00%	-
Africatel Holdings, BV		Amesterdão	Gestão de investimentos.	Africatel GmbH (75%)	75,00%	75,00%
CVTEL, BV		Amesterdão	Gestão de investimentos.	PT Móveis (100%)	100,00%	100,00%
Direct Media Ásia, Lda	(a)	Hong Kong	Publicação de diretórios B2B e similares em suporte de papel e/ou eletrónico.	Directel (100%)	-	75,00%
Portugal Telecom Europa, S.P.R.L. (PT Europa)	(a)	Bruxelas	Consultoria de gestão, técnica e comercial no domínio das comunicações, no que respeita aos mercados europeus e assuntos comunitários.	Portugal Telecom (98,67%)	98,67%	98,67%
Portugal Telecom Internacional Finance B.V		Amesterdão	Obtenção de fundos no mercado internacional.	Portugal Telecom (100%)	100,00%	100,00%
Timor Telecom, S.A.		Timor	Concessionária dos serviços de telecomunicações em Timor.	TPT (54,01%); PT Participações (3,05%)	44,17%	41,12%

(a) Estas empresas não estão atualmente a desenvolver qualquer atividade. | (b) Esta empresa foi constituída em 2013 detida em 75% pela Africatel Holdings, BV.

14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

II. Empresas associadas

Empresas associadas localizadas em Portugal

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Janela Digital - Informativo e Telecomunicações, Lda		Caldas da Rainha	Desenvolvimento de tecnologias de informação para mediadores imobiliários.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Broadnet Portugal		Lisboa	Disponibilização de serviços de acesso à internet.	Portugal Telecom (21,27%)	21,27%	21,27%
Caixanet - Telemática e Comunicações, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços financeiros através da internet.	PT Comunicações (10%); PT SI (5%)	15,00%	15,00%
Capital Criativo - SCR, S.A.		Loures	Gestão de investimentos.	PT Comunicações (20%)	20,00%	20,00%
Entigere - Entidade Gestora Rede Multiserviços, Lda		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (25%)	25,00%	25,00%
INESC - Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, S.A. (INESC)		Lisboa	Gestão de redes.	Portugal Telecom (26,36%); PT Comunicações (9,53%)	35,89%	35,89%
INESC Inovação - Instituto de Novas Tecnologias		Lisboa	Gestão de redes.	INESC (90%)	32,30%	32,30%
Multicert - Serviços de Certificação Electrónica, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de certificação eletrónica.	PT Comunicações (20%)	20,00%	20,00%
Páginas Amarelas		Lisboa	Produção, edição e distribuição de listas telefónicas e outras.	Portugal Telecom (19,88%); PT Comunicações (0,13%)	20,00%	20,00%
PT P&F ACE		Lisboa	Prestação de serviços de consultoria, assessoria e apoio à implementação de processos de envelopagem.	PT Comunicações (49%)	49,00%	49,00%
Yunit Serviços, S.A.		Lisboa	Prestação de serviços de desenvolvimento e consultoria no âmbito do comércio eletrónico, conteúdos e tecnologias de informação	PT Comunicações (33,33%)	33,33%	33,33%
Siresp – Gestão de Rede Digitais de Segurança e Emergência, S.A.		Lisboa	Gestão de redes.	PT Participações (30,55%)	30,55%	30,55%
Sportinvest Multimédia, SGPS, S.A.		Lisboa	Gestão de Participações Sociais.	PT Comunicações (50%)	50,00%	50,00%
Tradeforum - Soluções de Comércio Electrónico, A.C.E.		Lisboa	Fornecimento de soluções de comércio eletrónico business-to-business no mercado nacional e de soluções de automatização dos processos de compra.	Yunit Serviços (50%)	16,50%	16,50%
Vantec - Tecnologias de Vanguarda Sistemas de Informação, S.A.		Lisboa	Comercialização de soluções e equipamentos para o setor audiovisual.	PT II (25%)	25,00%	25,00%

Outras empresas associadas

(participação no capital)

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Direta	dez 13 Efetiva	dez 12 Efetiva
Multitel - Serviços de Telecomunicações, Lda		Luanda	Exploração e prestação de serviços de comunicação de dados e outros serviços de comunicação digital de informação.	PT Ventures (40%)	30,00%	30,00%
Unitel, SARL		Luanda	Exploração do serviço móvel celular em Angola.	PT Ventures (25%)	18,75%	18,75%
CTM - Companhia de Telecomunicações de Macau, SARL	(a)	Macau	Prestação de serviços de telecomunicações públicas em Macau.	-	-	28,00%
Hungaro Digitel KFT		Budapeste	Prestação de serviços de comunicações empresariais.	PT Participações (44,62%)	44,62%	44,62%

(a) Em 13 de janeiro de 2013, conforme mencionado na Nota 1 e Nota 32, a Portugal Telecom celebrou um acordo definitivo para a venda do investimento nesta empresa pelo montante de 411,6 milhões de dólares americanos.

15

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA SOBRE O RELATÓRIO E CONTAS CONSOLIDADAS DO EXERCÍCIO DE 2013

Introdução

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea g) do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais e no artigo 28.º dos Estatutos da Sociedade, vem a Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Sociedade ou PT SGPS) emitir o seu relatório e dar o seu parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas do Grupo Portugal Telecom para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013.

Atividades de fiscalização

No âmbito das suas competências enquanto órgão de fiscalização da Sociedade, em 2013, a Comissão de Auditoria acompanhou a gestão e a evolução dos negócios da Sociedade e o cumprimento das normas legais, regulamentares e contabilísticas aplicáveis e desenvolveu um conjunto de ações de fiscalização quanto à qualidade e integridade do processo de elaboração e divulgação da informação financeira constante dos documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo Portugal Telecom. A este respeito, importa salientar a adoção da IFRS 11 Empreendimentos Conjuntos em 2013, segundo a qual os investimentos em joint ventures (nomeadamente na Oi, na Contax e nos seus acionistas controladores) passaram a ser reconhecidos de forma retrospectiva pelo método da equivalência patrimonial, em lugar de pela consolidação proporcional, conforme opção anteriormente permitida pela IAS 31.

Dada a sua especial relevância, a Comissão de Auditoria tem vindo a acompanhar o desenvolvimento do processo de combinação dos negócios da PT e da Oi, nos termos do Memorando de Entendimentos anunciado ao mercado em 02/10/2013, envolvendo a prevista fusão entre a PT, a Oi e as Holdings da Oi, com vista à constituição de uma única e integrada sociedade cotada brasileira.

No exercício de 2013, a Comissão de Auditoria emitiu 2 Pareceres Prévios sobre Propostas de Transações com Partes Relacionadas, nos termos definidos na Ordem de Serviço n.º 111CA, de 23 de fevereiro de 2011.

Ao longo do exercício de 2013, a Comissão reuniu periodicamente com os responsáveis pela preparação do Relatório e Contas Consolidadas da Sociedade e das contas de subsidiárias relevantes, bem como com os Auditores Externos e o Revisor Oficial de Contas da Sociedade, com quem comentou a adequação dos princípios contabilísticos e critérios valorimétricos adotados no fecho das contas e dos critérios adotados na elaboração do relatório de gestão. Adicionalmente, a Comissão de Auditoria apreciou os termos da Certificação legal das Contas emitida pelo Revisor Oficial de Contas e do Relatório de Auditoria dos Auditores Externos, ambos sobre as referidas demonstrações financeiras consolidadas aprovadas pelo Conselho de Administração, os quais foram emitidos sem quaisquer reservas.

A Comissão de Auditoria exerceu também as suas competências em matéria de supervisão das habilitações, independência e exercício de funções dos Auditores Externos e do Revisor Oficial de Contas da Sociedade e de supervisão da qualidade, integridade e eficácia do sistema de controlo interno e de gestão de riscos e da Função Auditoria Interna do Grupo PT, a qual se encontra certificada pelo IIA.

Relativamente ao sistema de controlo interno, destaca-se a sua certificação em 2013 pelos Auditores Externos da Sociedade, por referência ao exercício de 2012, com base na metodologia definida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations), em conformidade com os requisitos definidos na Section 404 do Sarbanes-Oxley Act, encontrando-se ainda em curso idêntica revisão com referência a 31/12/2013.

Conforme previsto no n.º 5 do Artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, a Comissão de Auditoria verificou, ainda, que o relatório sobre a estrutura e práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no Artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários que são aplicáveis ao Grupo PT.

As atividades de fiscalização acima descritas serão tratadas mais pormenorizadamente no relatório de atividades da Comissão de Auditoria relativo ao exercício de 2013, a divulgar no website da Sociedade após a emissão do seu Parecer sobre a aprovação da inclusão das contas anuais consolidadas no Form 20-F do exercício de 2013, a entregar na U.S. SEC, com o qual se encerrarão os trabalhos da Comissão de Auditoria relativamente ao exercício de 2013.

Declaração de Responsabilidade

Para efeitos do disposto no número 1, alínea c) do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria da Portugal Telecom, SGPS, S.A., abaixo identificados, declaram, na qualidade e no âmbito das funções que lhes competem tal como aí referidas, que, tanto quanto é do seu conhecimento e tendo por base a informação a que tiveram acesso no seio da Comissão de Auditoria, no exercício das suas funções:

- A informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal das contas e dos demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento relativamente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2013 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação;
- O relatório de gestão relativo àquele exercício social expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no respetivo perímetro de consolidação, contendo nomeadamente uma descrição correta dos principais riscos e incertezas com que tais entidades se defrontam.

Parecer sobre o Relatório e Contas Consolidadas relativos ao exercício de 2013

Em face do exposto, é convicção da Comissão de Auditoria que o Relatório Consolidado de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo Portugal Telecom do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais compreendem as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, da posição financeira, das alterações nos capitais próprios e dos fluxos de caixa e respetivas notas anexas, referentes ao exercício findo naquela data, estão de acordo com os princípios contabilísticos e as disposições legais e estatutárias aplicáveis, pelo que deverão ser aprovados pela Assembleia Geral Anual da PT SGPS.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2014

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE AUDITORIA
(João Manuel de Mello Franco)

OS VOGAIS
(José Guilherme Xavier de Basto) | (Mário João de Matos Gomes)

16

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Empresa) do exercício findo em 31 de dezembro de 2013, as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013 (que evidencia um total de 12.020.395.182 euros e um total do capital próprio de 1.866.815.115 euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível aos acionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 330.980.955 euros e um total dos interesses não controladores de 225.495.738 euros), as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e as correspondentes notas às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRSs)), tal como adotadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados, a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a atividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adotadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação consolidada de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de dezembro de 2013, os resultados e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRSs)), tal como adotadas pela União Europeia.

Ênfase

8. Sem afetar a opinião sem reservas expressa no parágrafo anterior, salientamos que, conforme referido na Nota 4 do anexo às demonstrações financeiras, a Empresa adotou a IFRS II - Acordos Conjuntos, relativa à contabilização de entidades conjuntamente controladas, a qual é de aplicação obrigatória apenas para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014, de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro conforme adotadas na União Europeia, bem como as alterações à IAS 19 - Benefícios de Empregados relativamente ao método de contabilização dos ganhos e perdas atuariais. Estas alterações foram aplicadas retrospectivamente às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e incluíram a divulgação da demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

9. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e que o relatório do governo da sociedade inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2014

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por Pedro Matos Silva (ROC 491)

RELATÓRIO DE AUDITORIA



MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02 ASPETOS REGULAMENTARES	29
03 PERFIL ESTRATÉGICO	41
04 INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05 ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06 EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07 RECURSOS HUMANOS	99
08 PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09 PRINCIPAIS EVENTOS	109
10 PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11 PERSPETIVAS FUTURAS	121
12 DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13 ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15 RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17 RELATÓRIO DE AUDITORIA	
18 GLOSSÁRIO	239
19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20 INDICADORES-CHAVE	245
21 INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

Introdução

1. Para os efeitos do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira consolidada contida no Relatório de Gestão e as demonstrações financeiras consolidadas anexas do exercício findo em 31 de dezembro de 2013 da Portugal Telecom, SGPS, S.A. (Empresa), as quais compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2013, que evidencia um total de 12.020.395.182 euros e capital próprio de 1.866.815.115 euros, incluindo um resultado líquido consolidado atribuível aos acionistas da Empresa de 330.980.955 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração: (i) a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos de caixa consolidados; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado; e (iv) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou o seu resultado e rendimento integral.
3. A nossa responsabilidade consiste em examinar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, incluindo a verificação se, para os aspetos materialmente relevantes, é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, e a apreciação, para os aspetos materialmente relevantes, se a informação financeira é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

5. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, de todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Portugal Telecom, SG PS, S.A. em 31 de dezembro de 2013, os resultados e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adotadas pela União Europeia e a informação nelas constante é, nos termos das definições incluídas nas diretrizes mencionadas no parágrafo 4 acima, completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Ênfase

6. Conforme referido na Nota 4, a Empresa adoptou a IFRS 11 - Acordos Conjuntos relativa à contabilização de entidades conjuntamente controladas, a qual é de aplicação obrigatória apenas para os exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2014 de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro tal como adoptadas na União Europeia, e ainda as alterações IAS 19 - Benefícios de Empregados relativamente ao método de contabilização de ganhos e perdas atuariais. Estas alterações foram aplicadas retrospectivamente às demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 e incluíram a divulgação da demonstração consolidada da posição financeira em 1 de janeiro de 2012.

Relato sobre outros requisitos legais

7. É também nossa opinião que a informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o relato sobre as práticas de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 19 de fevereiro de 2014

Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva



GLOSSÁRIO

	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

18 GLOSSÁRIO

ARPU | Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período, incluindo receitas de interligação e de roaming-out.

CAPEX | Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.

Cash-flow | A diferença entre os cash-inflows e os cash-outflows num determinado período.

Curtailment costs | Custos decorrentes do programa de redução de efetivos.

Resultados líquidos por ação diluídos | Resultados líquidos por ação calculados considerando o resultado líquido e excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de ações diluídas.

EBITDA | Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.

Empresas | Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

Margem EBITDA | Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.

Free cash-flow | Free cash-flow = cash-flow operacional +/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.

FTTH | Fibre to the home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente.

GSM | Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.

HDTV | High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais.

IAS/IFRS | International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adotado a partir de 1 de janeiro de 2005.

Resultado operacional | Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

IP | Internet Protocol. Standard que especifica o formato exato dos pacotes de dados transmitidos através da rede internet.

IPTV | Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.

RDIS | Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.

ISP | Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à internet.

MMS | Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.

MOU | Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. O MOU dos segmentos não inclui minutos de interligação.

Dívida líquida | Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.

NGAN | Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.

Cash-flow operacional | Cash-flow operacional = EBITDA - CAPEX +/- alteração do fundo de maneiço +/- provisões não monetárias.

PRB | Post Retirement Benefits Costs. Custos com Benefícios de Reforma.

PSTN | Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.

RGU de retalho por acesso | Acessos de retalho por acesso PSTN/RDIS.

SARC | Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clientes. $SARC = (70\% \text{ dos custos de marketing e publicidade} + \text{comissões} + \text{subsídios}) / (\text{adições brutas} + \text{upgrades})$.

Serviços cloud | Serviços com modelo de prestação alternativo para disponibilização de recursos virtualizados de TI/SI, acedidos centralmente por via de uma rede, em modelo as a service, e com pagamento por utilização (pay as you use), tendo como âmbito de oferta infraestrutura (IaaS), software (SaaS) e plataformas (PaaS), e crescentemente outro tipo de ofertas ex.: Comunicação (CaaS) e Segurança.

SMS | Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.

Oferta Triple-play | Oferta integrada de serviços de voz, televisão e internet.

Pessoal | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

Planos Tribais | Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.

Receitas não-voz como % das receitas | Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não-voz.

Residencial | Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.

VoD | Video-On-Demand. Sistema que permite aos utilizadores a seleção e o visionamento de vídeos.

18 GLOSSÁRIO

Wholesale, outros e eliminações | Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.

3G | 3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.

4G | 4Generation. Quarta geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (LTE/LTE Advanced) com grande eficiência de espectro, elevados débitos de pico, baixa latência e flexibilidade de frequências, o que permite melhores serviços de banda larga e multimédia.

19

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

19 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente do Conselho de Administração

Henrique Granadeiro

Presidente Executivo

Henrique Granadeiro

Administradores Executivos

Luís Pacheco de Melo

Alfredo José Silva de Oliveira Baptista

Carlos Alves Duarte

Manuel Rosa da Silva

Pedro Humberto Monteiro Durão Leitão

Shakhaf Wine

Administradores não Executivos

Amílcar Carlos Ferreira de Morais Pires

Fernando Magalhães Portella

Francisco Teixeira Pereira Soares

Gerald Stephen McGowan

João Manuel de Mello Franco

Joaquim Aníbal Brito Freixial de Goes

José Guilherme Xavier de Basto

Maria Helena Nazaré

Mário João de Matos Gomes

Milton Almicar Silva Vargas

Nuno Rocha dos Santos de Almeida e Vasconcellos

Otávio Marques de Azevedo

Paulo José Lopes Varela

Rafael Luís Mora Funes

20



INDICADORES-CHAVE

	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	249

20 INDICADORES-CHAVE

Dados operacionais | Portugal

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	5.158	5.052	2,1%
PSTN/RDIS	2.549	2.604	(2,1%)
Clientes de banda larga	1.294	1.225	5,6%
Clientes de TV	1.315	1.223	7,5%
Clientes móveis ('000)	7.896	7.598	3,9%
Pós-pagos	2.925	2.469	18,5%
Pré-pagos	4.971	5.129	(3,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	105	257	(59,1%)
PSTN/RDIS	(55)	(43)	(27,6%)
Clientes de banda larga	69	119	(42,1%)
Clientes de TV	91	181	(49,6%)
Clientes móveis ('000)	298	154	93,3%
Pós-pagos	456	91	n.s.
Pré-pagos	(158)	63	n.s.
Dados em % das receitas de serviço (%)	36,5	32,6	3,9pp

Dados operacionais | Segmento Residencial

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	3.892	3.841	1,3%
PSTN/RDIS	1.665	1.692	(1,6%)
Clientes de banda larga	1.049	1.015	3,3%
Clientes de TV	1.179	1.135	3,8%
Clientes únicos	1.842	1.881	(2,1%)
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	51	284	(82,2%)
PSTN/RDIS	(27)	18	(252,2%)
Clientes de banda larga	34	104	(67,4%)
Clientes de TV	44	162	(73,1%)
ARPU (euros)	31,7	31,6	0,3%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	66,0	63,4	2,5pp

Dados operacionais | Segmento Pessoal

	2013	2012	Δ13/12
Clientes móveis ('000)	6.330	6.024	5,1%
Pós-pagos	1.533	1.093	40,2%
Pré-pagos	4.797	4.931	(2,7%)
Adições líquidas ('000)	306	92	233,2%
Pós-pagos	440	30	n.s.
Pré-pagos	(133)	62	n.s.
MOU (minutos)	98	93	5,4%
ARPU (euros)	7,6	8,7	(12,5%)
Cliente	7,1	8,0	(10,9%)
Interligação	0,5	0,7	(30,5%)
SARC (euros)	24,6	27,9	(11,6%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	35,8	33,2	2,6pp

Dados operacionais | Segmento Empresas

	2013	2012	Δ13/12
Acessos fixos de retalho ('000)	1.077	1.019	5,8%
PSTN/RDIS	701	725	(3,3%)
Clientes de banda larga	242	207	16,9%
Clientes de TV	134	86	54,9%
RGU de retalho por acesso	1,54	1,41	9,3%
Clientes móveis ('000)	1.516	1.514	0,2%
Adições líquidas ('000)			
Acessos fixos de retalho ('000)	59	(68)	186,0%
PSTN/RDIS	(24)	(101)	76,6%
Clientes de banda larga	35	15	137,6%
Clientes de TV	47	18	158,7%
Clientes móveis ('000)	2	69	(96,6%)
ARPU (euros)	21,3	23,8	(10,7%)
Receitas não-voz em % das receitas (%)	54,4	50,3	4,1pp

Dados operacionais | Oi

	2013	2012	Δ13/12
Residencial (RGUs '000)	17.837	18.337	(2,7%)
Linhas fixas	11.750	12.478	(5,8%)
Clientes de Banda larga fixa	5.258	5.102	3,1%
Clientes de TV por subscrição	829	757	9,5%
Mobilidade Pessoal RGUs ('000)	47.727	46.305	3,1%
Clientes pré-pago	41.019	39.832	3,0%
Clientes pós-pago + Oi controle	6.708	6.472	3,6%
Empresas	8.246	8.971	(8,1%)
Linhas fixas	5.105	5.422	(5,8%)
Clientes de Banda larga	630	594	6,1%
Clientes móveis	2.511	2.955	(15,0%)
Outros	655	727	(9,9%)
RGUs ('000)	74.466	74.339	0,2%

21

INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS



	MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E PRESIDENTE EXECUTIVO	08
01	ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO	13
02	ASPETOS REGULAMENTARES	29
03	PERFIL ESTRATÉGICO	41
04	INVESTIGAÇÃO E DESENVOLVIMENTO	53
05	ANÁLISE DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS	75
06	EVOLUÇÃO DOS NEGÓCIOS	85
07	RECURSOS HUMANOS	99
08	PT NO MERCADO DE CAPITALIS	101
09	PRINCIPAIS EVENTOS	109
10	PRINCIPAIS RISCOS E INCERTEZAS	113
11	PERSPETIVAS FUTURAS	121
12	DECLARAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	125
13	ATIVIDADES DOS ADMINISTRADORES NÃO EXECUTIVOS	129
14	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS	133
15	RELATÓRIO E PARECER DA COMISSÃO DE AUDITORIA	227
16	CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS	231
17	RELATÓRIO DE AUDITORIA	235
18	GLOSSÁRIO	239
19	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	243
20	INDICADORES-CHAVE	245
21	INFORMAÇÃO ADICIONAL AOS ACIONISTAS	

NEGOCIAÇÃO DAS AÇÕES E ADRS

As ações da PT estão cotadas na Euronext (código: PTC.LS) e na Bolsa de Nova York, sob a forma de ADR - American Depositary Receipts (código: PT). Um ADR é equivalente a uma ação ordinária. Em 31 de dezembro de 2013, o capital social da Empresa encontrava-se representado por 896.512.500 ações com o valor nominal de 3 cêntimos de euro cada, estando cotadas em bolsa 896.512.000 ações na Euronext e na Bolsa de Nova York. Na mesma data, o número de ADRs registados ascendia a 33.576.185, representando 3,7% do total do capital social da PT.

Em 31 de Dezembro de 2013 e à data de publicação deste relatório, a PT detinha para efeitos contabilísticos: 41.409.495 ações próprias, incluindo: (1) 20.640.000 ações próprias detidas através de equity swaps na PT SGPS, S.A., e (2) 20.769.495 ações próprias detidas através da participação de 23,2% nas 89.651.205 ações da PT adquiridas pela Oi. Em 31 de dezembro de 2013, o número total de ações em circulação da PT era 855.103.005.

Informação Bolsista

	2013	2012
Em 31 de dezembro		
Capital social (euros)	26.895.375	26.895.375
Número de ações emitidas	896.512.500	896.512.500
Número de ações em circulação	855.103.005	855.028.595
Cotação (Euro)	3,160	3,749
Capitalização bolsista (milhões de euros)	2.833	3.361
Dividendo bruto por ação (Euro)	0,100	0,325
Dividend yield	2,9%	8,6%
Resultado líquido (milhões de euros)	331	226
Pay-out-ratio	25,8%	123,0%
Cotações / transações		
Cotação máxima (Euro)	4,430	4,550
Cotação mínima (Euro)	2,710	3,054
Cotação média (Euro)	3,483	3,797
Transações em volume (milhões de ações)	1.414	872
Transações em valor (milhões de euros)	4.881	3.289
Variação anual		
Portugal Telecom	(15,7%)	(15,7%)
PSI-20	16,0%	2,9%
Stoxx Telecom Europa	32,1%	(10,7%)

CONTACTOS

Relação com investidores

Nuno Vieira
Diretor de Relação com Investidores
Portugal Telecom
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069 - 300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 1701
Fax: +351 21 500 0800
E-mail: nuno.t.vieira@telecom.pt

Acionistas, investidores, analistas e demais interessados podem solicitar os seus pedidos de informações e esclarecimentos (relatórios e contas anuais e semestrais, form 20-F, press releases, etc.).

Banco depositário

Deutsche Bank Trust Company Americas
ADR Division
Floor 27
60 Wall Street
New York 10005-2836
Fax: +1(732)544-6346

Os detentores de ADRs podem também solicitar diretamente informações e esclarecimentos ao banco depositário dos ADRs da PT em Nova Iorque.

Website

Todas as publicações e comunicações, bem como informações sobre os produtos, serviços e negócios da Empresa, estão disponíveis no website da PT no seguinte endereço: www.telecom.pt

Sede social

Portugal Telecom, SGPS, S.A.
Avenida Fontes Pereira de Melo, 40
1069-300 Lisboa, Portugal
Tel: +351 21 500 2000

COORDENAÇÃO E EDIÇÃO
COMUNICAÇÃO E IMAGEM CORPORATIVA
RELAÇÃO COM INVESTIDORES

COMUNICAÇÃO E DESIGN
FUN COMUNICAÇÃO



Número de Registo Depósito Legal: 375642/14

Esta publicação tem uma tiragem reduzida.



www.telecom.pt